



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

RARACHE RODRIGUES COSTA

A destituição da razão:

dimensões do fascismo no romance português pós-1930
(Aquilino Ribeiro, José Cardoso Pires e Valter Hugo Mãe)

RARACHE RODRIGUES COSTA

A destituição da razão:

dimensões do fascismo no romance português pós-1930

(Aquilino Ribeiro, José Cardoso Pires e Valter Hugo Mãe)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Literatura.

Orientador: Edvaldo Aparecido Bergamo

Brasília/DF — 2024

CC837d COSTA, RARACHE RODRIGUES
A DESTITUIÇÃO DA RAZÃO: dimensões do fascismo no romance português pós 1930 (Aquilino Ribeiro, José Cardoso Pires e Valter Hugo Mãe) / RARACHE RODRIGUES COSTA; orientador EDVALDO APARECIDO BERGAMO. -- Brasília, 2024.
247 p.

Tese (Doutorado em Literatura) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. FASCISMO. 2. LITERATURA PORTUGUESA. 3. AQUILINO RIBEIRO. 4. JOSÉ CARDOSO PIRES. 5. VALTER HUGO MÃE. I. BERGAMO, EDVALDO APARECIDO, orient. II. Título.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edvaldo Aparecido Bergamo (TEL/UnB)
Presidente da Banca e Orientador

Prof. Dr.^a Sandra Aparecida Ferreira (UNESP)
Membro externo

Prof. Dr. Rogério Max Canedo Silva (UFG)
Membro externo

Prof. Dr.^a Ana Laura dos Reis Corrêa (TEL/UnB)
Suplente

Aos meus filhos, Arthur e Clarice, e a minha esposa Giselle. Sonho que se sonha junto é realidade...

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à inteligência suprema intitulada Deus.

À minha família pelo apoio imensurável durante esse longo percurso.

Ao meu orientador, Edvaldo Bergamo, intelectual exemplar, generoso em suas observações e comprometido com o ensino.

A todos os professores que fizeram parte da minha caminhada acadêmica: Alexandre Pilati, Ana Cotrim, Ana Laura, Bernard Hess (*In memoriam*), Rogério Canedo e Daniela Rosa.

Aos companheiros do grupo *Literatura e Mordenidade Periférica*, pela visão de mundo ampla e humanista.

Aos militares comprometidos com a democracia, sejam portugueses de outrora ou brasileiros do século XXI.

Com Fúria e Raiva

*Com fúria e raiva acuso o demagogo
E o seu capitalismo das palavras*

*Pois é preciso saber que a palavra é sagrada
Que de longe muito longe um povo a trouxe
E nela pôs sua alma confiada*

*De longe muito longe desde o início
O homem soube de si pela palavra
E nomeou a pedra a flor a água
E tudo emergiu porque ele disse*

*Com fúria e raiva acuso o demagogo
Que se promove à sombra da palavra
E da palavra faz poder e jogo
E transforma as palavras em moeda
Como se fez com o trigo e com a terra*

Sophia de Mello Brayner Andresen

RESUMO

A literatura como expressão artística representa a vida humana e suas contradições, sendo que a figuração literária da realidade por intermédio da ficção passou por diversas mudanças nos últimos séculos. O romance português, por sua vez, estabeleceu-se numa longa tradição de espelhar acontecimentos históricos e sociais decisivos, como veio a ocorrer com relação ao fenômeno político-cultural do fascismo ibero-europeu. Pretendemos em nossa tese problematizar as dimensões do autoritarismo na sociedade lusitana a partir do século XX, em sua ascensão, seu declínio e sua continuidade. Para o *corpus* de nossa pesquisa foram selecionados três romances: *Quando os lobos uivam* (1958), de Aquilino Ribeiro, *Balada da praia dos cães* (1982), de José Cardoso Pires, e *A máquina de fazer espanhóis* (2010), de Valter Hugo Mãe. São obras relevantes que conseguem reconstituir o ambiente hostil dos tempos sombrios de épocas ditatoriais, evocam a acuidade da resistência coletiva e/ou individual, evidenciam os arbítrios perpetrados e questionam a frágil memória vigente do passado.

Palavras-chave: Romance português pós-1930. Fascismo ibero-europeu. Romance neorrealista. Romance pós-25. Romance contemporâneo. Aquilino Ribeiro. José Cardoso Pires. Valter Hugo Mãe.

ABSTRACT

Abstract: Literature, as an artistic expression, mirrors human life and its contradictions. The literary representation of reality through fiction has undergone significant transformations over the centuries. Portuguese novels have established a long tradition of reflecting decisive historical and social events, as exemplified by their engagement with the political-cultural phenomenon of Iberian-European fascism. This dissertation aims to delve into the multifaceted dimensions of authoritarianism in Portuguese society from the 20th century onwards, examining its rise, decline, and enduring legacy. The corpus of our research encompasses three novels: *Quando os lobos uivam* (1958) by Aquilino Ribeiro, *Balada da praia dos cães* (1982) by José Cardoso Pires, and *A máquina de fazer espanhóis* (2010) by Valter Hugo Mãe. These significant works effectively reconstruct the oppressive atmosphere of dark times under dictatorial regimes, evoke the poignancy of collective and/or individual resistance, expose the arbitrariness perpetrated, and question the fragile memory of the past.

Keywords: Portuguese Post-1930 Novel. Iberian-European Fascism. Neorealist Novel. Post-April 25, 1975 Novel. Contemporary Novel. Aquilino Ribeiro. José Cardoso Pires. Valter Hugo Mãe.

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC	Associação Acadêmica de Coimbra
BPC	<i>Balada da praia dos cães</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
JCP	José Cardoso Pires
MFA	Movimento das Forças Armadas
MUD	Movimento de Unidade Democrática
PCP	Partido Comunista Português
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
OS	Partido Socialista
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
VHM	Valter Hugo Mãe

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
CAPÍTULO I – Fascismo e literatura na Europa	16
1.1 <i>Fascismo e cultura na Europa.....</i>	17
1.2 <i>Fascismo e as artes na Europa.....</i>	21
1.3 <i>Fascismo e romance em Portugal: romance neorrealista</i>	27
1.4 <i>Romance português: mudanças necessárias</i>	34
1.5 <i>Transformações na forma romanesca em Portugal</i>	44
1.6 <i>Romance pós-25 de abril de 1974</i>	51
1.7 <i>Romance português contemporâneo.....</i>	56
CAPÍTULO II – Quando os lobos uivam: literatura como resistência antifascista	62
2.1 <i>Aquilino Ribeiro: romancista neorrealista?.....</i>	63
2.2 <i>O narrador aquiliniano: a nação sob um fascismo de província.....</i>	77
2.3 <i>Povo, classe dominante e governo: mitologia fascista e realidade social cruel.....</i>	89
2.4 <i>A presença do mundo rural atrasado: poder fascista e subdesenvolvimento regional</i>	99
2.5 <i>Os modos de resistência antifascista: o trabalhador e o pequeno proprietário em ação subversiva</i>	115
CAPÍTULO III – Balada da praia dos cães: ficção e repressão salazarista	123
3.1 <i>José Cardoso Pires: romancista pós-neorrealista?</i>	124
3.2 <i>Romance contemporâneo: gênero inacabado? A nação luso-ibérica e o fascismo estrutural.....</i>	130
3.3 <i>Classe dirigente e aparelhamento estatal: mitologia fascista e realidade autoritária</i>	139
3.4 <i>A cidade fantasmagórica: poder fascista e perseguição policialesca.....</i>	149
3.5 <i>Os modos de resistência antifascista: sujeitos históricos em ascensão</i>	171
CAPÍTULO IV – A máquina de fazer espanhóis: a permanência do fascismo	179
4.1 <i>Valter Hugo Mãe: romancista (pós-)moderno?</i>	180

4.2	<i>Romance contemporâneo: gênero obstinado? A nação luso-ibérica e o fascismo reincidente</i>	<i>186</i>
4.3	<i>A reminiscência nostálgica da classe média: mitologia fascista e o fascismo reincidente</i>	<i>195</i>
4.4	<i>As fantasmagorias do mundo dos velhos: personagens entre o passado conservador e o presente transtornado</i>	<i>207</i>
4.5	<i>Os modos de resistência do decurso vigente: as batalhas narratológicas da memória antifascista.....</i>	<i>216</i>
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	233
	REFERÊNCIAS	239

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O que era o materialismo histórico? Era, sem dúvida, um método científico para compreender os acontecimentos do passado em sua essência verdadeira. Mas em oposição aos métodos da história da burguesia, ele nos permite, ao mesmo tempo, considerar o presente sob o ponto de vista da história, ou seja, cientificamente, e visualizar nela não apenas os fenômenos de superfície, mas também aquelas forças motrizes mais profundas da história que, na realidade, movem os acontecimentos.

György Lukács

Por um lado, a literatura é mais do que uma forma de expressão artística, por estar ligada diretamente à condição humana e à sociedade em que a narrativa está inserida. Por outro lado, também é mais do que um retrato de uma sociedade, se relaciona diretamente à capacidade do autor em vincular uma perspectiva realista em sua obra.

O que queremos expressar é que a base, na nossa pesquisa, está diretamente ligada a uma práxis dialética, no sentido filosófico, na visão de mundo materialista segundo a qual o homem é um ser social e todas as relações sociais farão parte da observação do leitor em uma obra literária.

O romance realista enquadrado nos pressupostos de György Lukács expõe as relações sociais imanentes e será capaz de expor as contradições sociais em uma sociedade capitalista. A crítica literária feita pelo húngaro se baseia na análise dos romances portugueses do século XX que foram capazes de repensar a sociedade portuguesa e seus conflitos na modernidade.

Observando os acontecimentos históricos desse século, fica evidente a rapidez das mudanças sociais em todos os países do globo. A Grande Guerra reconfigurou os países da Europa e mudou as disputas imperialistas dos países centrais do capitalismo. Em um projeto de acumulação do capital baseado no colonialismo, desde o tempo das navegações, Portugal se

colocou em uma posição de Império Ultramarítimo, baseando seu desenvolvimento na exploração econômica de suas colônias.

O século XX demonstrou que esse Império Português não era factível com a realidade imposta pela guerra e pela reconfiguração geopolítica após o fim do conflito. No contexto da modernidade e industrialização, Portugal estava atrasado nesse processo, uma vez que permanecia fortemente vinculado ao mundo rural. Era um país marcado pelo alto índice de analfabetismo, com uma indústria fragmentada e fortemente vinculado às explorações dos recursos naturais de suas colônias em África.

O contexto histórico e geopolítico de Portugal será refletido na literatura, a posição do país na Europa e sua posição periférica em relação à centralidade do capitalismo serão decisivas na visão de mundo dos escritores portugueses. O grande conflito mundial expôs para o povo português uma característica em sua formação nacional: o forte conservadorismo e as dificuldades de serem implantadas mudanças sociais profundas.

A crítica de Lukács sobre o Naturalismo e o Realismo na literatura é basilar para nossa interpretação da literatura portuguesa do século XX. A posição dos escritores portugueses modernistas vinculados a uma descrição da realidade distanciada das condições sociais e a posição dos escritores neorrealistas serão objeto permanente de nossa interpretação dos livros escolhidos para esta pesquisa.

O percurso da nossa investigação é iniciado com a descrição pormenorizada do fenômeno fascista na Europa, incluindo-se as condições sociais para sua ascensão, a sua influência sobre as artes e literaturas e, posteriormente, a literatura portuguesa como força antifascista.

A função da descrição dentro da narrativa será diferente para os escritores naturalistas e realistas. Para os primeiros, a descrição é apenas uma forma de representar a realidade, sem o objetivo de questioná-la, enquanto, para os segundos, a descrição está intimamente relacionada ao questionamento da realidade e à inspiração para a mudança da vida objetiva. Essa distinção basilar da descrição dentro da narrativa será exposta nas diferenças pragmáticas entre os modernistas e os neorrealistas portugueses.

A tradição da literatura portuguesa, desde Camões, está vinculada ao processo colonial, isto é, não há como pensar a literatura portuguesa sem o fator determinante da nação que foi o período das navegações. A formação nacional portuguesa foi marcada pela visão de mundo imperialista que diversas nações europeias desenvolveram, e a literatura portuguesa representou

esses momentos históricos, fazendo nascer uma tradição de romances históricos com autores como Alexandre Herculano e Almeida Garret.

Essa tradição do romance português como evolução de uma forma epopeica ocidentalizada dará espaço para os romances históricos e toda a tradição de relatar a história da formação nacional. Nesse contexto, o romance será a forma escolhida pelos autores durante os séculos XIX e XX. Esse preâmbulo faz-se importante para demonstrar a capacidade do romance como expressão artística latente na cultura portuguesa. Somados a isso, por serem tão importantes para a história de Portugal, os “móveis de luta” da sociedade também passarão pela literatura.

Ao pensar em literatura e sua participação na cultura e na sociedade portuguesa, percebemos a grandiosidade da abrangência e do seu impacto social nos diversos setores nacionais. Em um país marcadamente ligado à Igreja Católica, com território consagrado ao Santo Ofício, o conservadorismo português e sua forma de pensamento estiveram retratados nos romances. A evolução desse discurso ultraconservador e nascente do fascismo no século XX não estaria de fora do pensamento dos grandes escritores e de toda a intelectualidade portuguesa.

A literatura portuguesa que retratou o fascismo e suas consequências sociais nefastas esteve marcadamente ligada à visão progressista da história e à militância da esquerda internacional. Os autores que estiveram em posição de antifascistas desde a primeira hora serão importantes para uma proposta muito clara do papel da literatura para uma mudança social capaz de resistir ao Estado autoritário e suas arbitrariedades por muitos anos.

O fenômeno fascista não se esgotou com o fim no nazifascismo na Segunda Guerra Mundial, visto que ele permanece em novas reconfigurações no século XXI, e a ascensão ao poder da extrema direita em diversos países expôs o problema latente em nossa atualidade.

As dimensões do fascismo na literatura portuguesa compõem nossa tese, ao explicarmos, em nossa pesquisa, como a temática do fascismo esteve marcadamente na literatura portuguesa no século XX, tendo avançado também para o século XXI. Tentamos evidenciar como a literatura retratou os movimentos da história no início do Estado Novo com o Neorrealismo, marcadamente antifascista, e a longevidade do movimento como inspiração cultural para diversos setores da sociedade portuguesa.

Traçamos uma linha cronológica com os romances, de modo que cada romance reflete um momento histórico específico do fascismo português e suas repercussões. A sequência se inicia com o romance de Aquilino Ribeiro intitulado *Quando os lobos uivam* (1958), que

demonstra o início do recrudescimento da censura e o avanço da Polícia Política (Polícia Internacional e de Defesa do Estado – PIDE) sobre os escritores.

A força da resistência antifascista, na obra de Aquilino Ribeiro, revela-se no seu amplo conhecimento do interior do país e na valorização da ruralidade, em contraponto à instrumentalização desta para apoio ao regime. Sua literatura engajada consegue demonstrar a adesão da classe dominante ao fascismo, o atraso econômico nas condições de vida da ruralidade portuguesa e, por fim, a resistência antifascista do povo interiorano.

Em segunda posição, está o romance de José Cardoso Pires intitulado *A balada da praia dos cães* (1982), que retrata os crimes contra a vida perpetrados pela ditadura salazarista, evidenciando o caráter cruel do regime, que matava não somente oposicionistas, mas integrantes do governo, inclusive militares.

Esse romance demonstra as profundezas do regime e seu alcance perante todos os cidadãos portugueses. A narrativa consegue evidenciar o estado de vigilância permanente em que as pessoas viviam, desvelando as mínimas estruturas de um estado policialesco em seu ápice de repressão e violência.

O crime que o romance reconstrói por meio da ficção ocorreu no ano de 1960 e, no ano seguinte, eram iniciadas as guerras coloniais em África. O interregno entre o ano do fato histórico e a publicação do romance ofereceu ao público uma visão privilegiada, que acompanha o processo de declínio do Império Português e o fim do salazarismo, enquanto o romance rememora a história recente do país.

Por fim, nós nos debruçamos sobre o romance de Valter Hugo Mãe intitulado *A máquina de fazer Espanhóis* (2010), que relata, em forma de memória, a vida portuguesa durante a ditadura salazarista. A narrativa engloba memórias dos personagens e suas relações sociais no contexto ditatorial, acompanhadas de um passado que insiste em permanecer na visão de mundo do protagonista.

O ponto axial do romance está no sentimento nostálgico de parcela da população em relação ao regime salazarista, e as memórias individuais e coletivas do regime são entrecruzadas com a condição democrática do tempo presente.

A primeira década do século XXI em Portugal foi importante para posicionar o país como integrante do bloco europeu no sentido econômico — basta lembrar que o euro só começou a circular como moeda no início nos anos 2000. A integração econômica e cultural fez muitos pensarem na posição de Portugal no Ocidente, despertando novamente os discursos

nacionalistas e saudosistas de um passado que ainda permanece no imaginário da sociedade lusitana.

Nosso recorte histórico começa nos anos 30 do século XX e se estende para a primeira década do século XXI. Esse arco temporal não exclui o período que antecede a ascensão de Salazar, pois precisamos explicar o contexto histórico que propiciou a instalação de um regime de tipo fascista para compreender o que ainda resta de fascismo na cultura portuguesa e consequentemente suas reverberações na literatura.

Ainda, o recorte definido não se encerra com o romance selecionado da primeira década do século XXI, tendo em vista que o retorno da extrema direita ao poder em muitos países faz a literatura portuguesa contemporânea evidenciar as formas de pensamento autoritárias do passado para garantir a liberdade do futuro.

Retomar a temática, em pleno século XXI, é um desafio para autores e um desafio maior para quem estuda literatura. Entre nossos objetivos está destacar a importância do conhecimento histórico, incluindo-se a forma ficcional na perspectiva de que não silenciar os absurdos do passado evita o cometimento dos mesmos erros como sociedade no presente.

A literatura, por meio da ficção, consegue valorizar esse movimento de memória coletiva para o bem comum da sociedade. Sendo uma expressão artística, ela tenta “humanizar” as relações sociais, refletindo a importância do ser humano em uma sociedade que insiste em tornar as pessoas um número, um objeto, uma mercadoria ou, mais recentemente, um *avatar* digital.

CAPÍTULO I
Fascismo e literatura na Europa

*O fascismo não é o contrário da democracia
burguesa, é a sua evolução em tempos de crise.*

Bertolt Brecht

1.1 *Fascismo e cultura na Europa*

A centralidade da nossa pesquisa está na amplitude do fenômeno fascista no século XX e na permanência do fascismo já na segunda década do século XXI por movimentos neofascistas em diversos países do Ocidente. A literatura como expressão artística e suas relações com a sociedade são como força motriz de resistência democrática e humanística fazendo frente ao reacionarismo que insiste em represar as forças progressistas da atividade humana.

Para entender a capacidade da arte de resistência ao fascismo e a suas violências, é preciso compreender os movimentos históricos que fizeram parte da constituição do pensamento irracionalista que preparou o terreno para o desenvolvimento de ideologias de extrema direita que ascenderam no século XX, culminando no fascismo e nazismo.

Delimitar a fase da chamada decadência ideológica burguesa é importante para a compreensão de como as forças filosóficas e as concepções diferentes sobre os movimentos da história contribuíram para as mudanças da vida real dentro das nações europeias após o fim do período feudal. Após os movimentos revolucionários burgueses, quando a burguesia tomou o poder e determinou o fim do absolutismo, por meio da Revolução Francesa (1789), essa mesma classe burguesa abandonou os ideais progressistas, indo em direção a uma intitulada decadência ideológica.

Nesse processo histórico, com o fim das guerras napoleônicas e a restauração de diversas monarquias, ocorrem as reuniões de diversos monarcas com o chamado Congresso de Viena, em 1814 e 1815. Posteriormente ocorrem as tentativas revolucionárias dos trabalhadores que geraram a intitulada Primavera dos Povos.

Essa decadência foi proporcionada pelos pensadores direitistas pós-Hegel, que fizeram, em suas elaborações filosóficas, um caminho de regresso expresso aos tempos anteriores às revoluções, amparando-se em um idealismo que será o gérmen para o irracionalismo alemão. Tal irracionalismo foi evidenciado por Lukács em *A destruição da razão* (2020)¹, quando elaborou uma crítica precisa sobre os movimentos filosóficos que tomaram o caminho do reacionarismo, em contraste evidente com os movimentos progressistas de países centrais do capitalismo.

¹ Destaca-se que a publicação original do autor húngaro é de 1954 em alemão, a tradução direta do alemão foi elaborada pelo coletivo do Instituto Lukács e publicada no ano de 2020.

Segundo a hipótese principal de Lukács (2010), há uma relação direta entre o desenvolvimento desigual do capitalismo do período da modernidade na Europa e o surgimento do irracionalismo. As nações que encabeçaram a acumulação primitiva do capital, Inglaterra e França, desenvolveram forças culturais capazes de manter uma ideologia liberal sem necessidade de avançar sobre as próprias nações e deformar o sistema democrático burguês. Neste momento introdutório, não entraremos no debate sobre imperialismo e colonialismo, suas violências sobre os povos dominados nos diversos continentes ou suas consequências. Posteriormente, serão abordados esses aspectos.

Pretendemos estabelecer uma genealogia do fenômeno fascista na Europa em relação aos domínios culturais que o viabilizaram e que promoveram uma simpatia de muitas forças políticas a seu respeito, em detrimento dos movimentos operários e do avanço das revoluções proletárias. Passamos, assim, a conseguir evidenciar como foram possíveis o avanço da barbárie e o retorno das violências dos tempos absolutistas nos sistemas democráticos já estabelecidos dentro das nações modernas.

As violências simbólicas e as ideologias que prepararam o terreno para a ascensão da extrema direita no século XX não começam no mundo já em guerra. A selvageria do homem pervertido em sua natureza humana e preso na divisão capitalista do trabalho, a posição do homem burguês e seus sonhos de “liberdade” foram cooptados por uma ideologia que o prendeu em uma luta que tipicamente não era sua, assim como no período absolutista, em que os povos lutavam em nome de seus reis e da nobreza. O pequeno burguês queria sua ascensão não apenas em seu território e sua nação; para além do discurso, a construção do mito nacional encabeçada pelo nacionalismo fascista fez a decadência ideológica do capital tornar-se uma força invisível que prendeu os homens de sua época em um caminho cego em defesa do capital e dos detentores deste.

Todo o movimento fascista se apoiou nas intituladas classes médias, compostas daqueles que, devido à crise do capital, são empurrados para uma ideologia decadente que busca eliminar as minorias sociais e utiliza da violência social para seus objetivos políticos, de modo que a falta de consciência de classe desses pequenos burgueses os leva a se render ao irracionalismo.

Lukács consegue reelaborar o pensamento de Marx sobre a decadência burguesa:

Recordemos que Marx, analisando a subordinação do homem à divisão capitalista do trabalho, sublinha precisamente o caráter estreito e animalesco desta subordinação. Este caráter se reproduz em todo homem que não se rebela, de um modo real e concreto, contra estas formas sociais. No campo ideológico, esta estreiteza encontra expressão no contraste em moda nas concepções do mundo destas últimas décadas: o

contraste entre racionalismo e irracionalismo. A incapacidade do pensamento burguês de superar este contraste deriva, precisamente, de que ele tem raízes muito profundas na vida do homem submetido à divisão capitalista do trabalho (Lukács, 2010, p. 67).

O pequeno burguês transformou-se na base de cooptação das ideologias fascistas no século XX e não por acaso é a base dos movimentos neofascistas do século XXI. Encontra-se nessa classe social denominada por alguns sociólogos “classe média” o foco de como o reacionarismo escolhe suas bases de apoio e sempre consegue seguidores ao longo dos processos históricos. A ausência de consciência de classe é fator primordial para que o pequeno burguês se sinta mais próximo do capitalista do que do proletário. Na literatura há diversos romances em que os protagonistas são levados e empurrados pela divisão capitalista do trabalho e pela ascensão social, fazendo com que as formas abstratas de mudança da realidade sejam dilatadas para possibilidades da vida real humana.

Todos os acontecimentos humanos são históricos e nisso está a grandiosidade da visão do materialismo histórico de Marx: não há como enxergar os movimentos sociais e as decisões políticas daqueles que detêm o poder sem analisar de forma crítica as transformações dos elementos sociais que fazem a roda da história girar e esmagar os trabalhadores. A crítica marxista econômica estabeleceu uma nova visão sobre a capacidade do capitalismo de penetrar em todas as circunstâncias da atividade humana, distorcendo a natureza do trabalho e sua ligação com a natureza humana. Lukács consegue traduzir a crítica marxista e delimitar o destino da ação burguesa e de sua ideologia de forma exemplar:

O irracionalismo como concepção do mundo fixa ser este esvaziamento da alma humana de qualquer conteúdo social, contrapondo-o rígida e exclusivamente ao esvaziamento, igualmente mistificado, do mundo do intelecto. Assim, o irracionalismo não se limita a ser a expressão filosófica da barbárie que cada vez mais intensamente domina a vida sentimental do homem, mas a promove diretamente. Paralelamente à decadência do capitalismo e ao aguçamento das lutas de classes em decorrência de sua crise, o irracionalismo apela — sempre mais intensamente — aos piores instintos humanos, às reservas de animalidade e de bestialidade que necessariamente se acumulam no homem em regime capitalista. Se as mentirosas fórmulas demagógicas do fascismo, invocadoras do “sangue e do solo”, puderam encontrar uma tão rápida difusão nas massas pequeno-burguesas seduzidas pelo fascismo, é grande a responsabilidade que recai objetivamente sobre a filosofia e a literatura da decadência, que evocam estes instintos nos leitores e contribuem de fato para os cultivar, embora, na maioria dos casos, não pensassem sequer longinquamente nas aplicações práticas que deles faria o fascismo, e até mesmo, muito frequentemente, as condenassem com indignação (Lukács, 2010, p. 68).

O momento da decadência ideológica vai muito além da ideologia reacionária em si, quando a burguesia se afasta do movimento progressista da história e busca estabelecer-se em um novo formato de poderosos capitalistas que remontaram e reorganizaram uma espécie de

nova nobreza. Esse movimento foi evidenciado por Marx em *18º Brumário de Luís Bonaparte* (2011).

Os ideais progressistas da Revolução Francesa foram sendo substituídos pela acumulação do capital, o sistema capitalista moderno elevou a busca cada vez maior das nações pela acumulação das riquezas de outros povos, o colonialismo que expandiu as fronteiras da Europa nos séculos anteriores por meio da escravidão desses povos deu lugar à escravatura dos trabalhadores mundo afora. A garantia do sistema capitalista sempre esteve pautada pela formação de leis e todo o arcabouço jurídico para disfarçar o crime que é a formação inicial da propriedade privada instituída na modernidade e esconder os objetivos imperialistas e de dominação dos povos sob aspectos generalizantes da humanidade.

O fascismo tomou o poder por estar em consonância primeira com o capitalismo: o fenômeno fascista foi e é um braço armado do capital. A mínima ameaça de progresso dos trabalhadores, baseado na busca por mais direitos e garantias sociais, forçou o capitalismo à sua radicalização. Antes mesmo de o fascismo tomar o poder, Lenin já analisava o fenômeno do imperialismo e sua nocividade para os povos:

Vimos que o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto já determina o lugar do imperialismo na história, pois o monopólio, que nasce no solo da livre concorrência e precisamente a partir dela, é a transição do capitalismo para uma ordem econômica e social superior. Há que assinalar particularmente quatro principais tipos de monopólio, ou manifestações principais do capitalismo monopolista, características da época que nos ocupa (Lenin, 2012, p. 165).

As formas do Estado moderno elaboraram as bases para a consolidação do capitalismo e sua supremacia perante outras tentativas de organização social. As propostas revolucionárias do século XX formaram a maior ameaça ao capital desde o fim da Revolução Francesa. O avanço da Internacional Comunista foi duramente combatido pelo ideário fascista que cooptou pequenos burgueses, industriais e, no caso italiano, os pequenos proprietários de terra.

Essa desigualdade das nações e os diferentes processos de acumulação cultural criarão condições sociais extremas que culminariam nas grandes guerras — não somente “mundiais”, pelo simples fato de envolverem diversas nações, mas podemos intitular *guerras imperialistas*. Esse imperialismo influenciará todas as formas artísticas, principalmente a literatura portuguesa.

Além da decadência ideológica do capitalismo, as crises do sistema capitalista também contribuíram para a busca por medidas autoritárias, e o fim da Primeira Guerra Mundial teve um significado diferente para os países periféricos do capitalismo. O endividamento de Estados-

nações como a Itália fez surgir o movimento inicial das agitações sociais de Mussolini no contexto belicoso. Os chamados *Arditi*, ex-combatentes italianos da Primeira Guerra Mundial, foram os primeiros milicianos cooptados para o uso fascista da violência sobre a sociedade italiana.

É importante destacar como o fascismo utilizou da violência para a tomada do poder. As milícias armadas dos *faschi* romperam com a civilidade da sociedade italiana: enquanto os socialistas movimentavam o país de forma legítima, por meio de greves, os milicianos empunhavam armas, promovendo ataques aos jornais de esquerda e aos movimentos sociais. Houve uma verdadeira caçada implacável, que deixou um rastro de sangue proletário por todas as regiões da Itália, tendo em vista que os milicianos fascistas não apenas gritavam no parlamento e atacavam a esquerda por meios democráticos: as mortes de membros das ligas operárias tornaram-se rotina.

No caso português o fascismo avançou de modo semelhante às milícias fascistas italianas, os chamados camisas azuis eram ligados ao Movimento Nacional Sindicalista, iniciaram as marchas em Portugal em 1932. As paradas militares com discursos ultranacionalistas e de perseguição aos opositores foram basilares para a criação da Mocidade Portuguesa que tinha como missão a imposição ideológica do Estado Novo de Salazar dentro das mentes dos jovens portugueses.

1.2 *Fascismo e as artes na Europa*

Para relacionar o fascismo e as artes na Europa, é necessário entender o papel da forma artística dentro da sociedade moderna. Compreender a sociedade moderna, com o advento do capitalismo e as consequências do modo de reprodução capitalista, após o fim do absolutismo e o início da Revolução Industrial é crucial para alcançar o papel relevante de todas as expressões artísticas dentro das relações sociais na sociedade capitalista.

A forma artística é por natureza questionadora das ações humanas e principalmente questionadora dos poderosos, desde a sociedade republicana grega, passando pelo Império Romano e seguindo pela Idade Média e pelo absolutismo em todas as nações europeias. Essa natureza questionadora, por si só, já motiva uma perseguição naturalizada por parte daqueles que estão no poder contra os artistas de modo geral, e o fascismo consegue destruir alguns conceitos básicos do que vem a ser a sociedade de modo geral, incluindo os artistas.

O fascismo, como movimento reacionário, perseguiu os artistas desde a primeira hora, não apenas pelo seu projeto de ascensão ao poder, mas por sua natureza de extrema direita. Todo movimento reacionário teve como base os ataques às formas artísticas e científicas. O iluminismo foi sempre atacado, e todas as expressões artísticas que buscavam pensar o ser humano e as relações sociais foram atacadas dentro dos movimentos fascistas.

Desde o início da ascensão fascista, os filósofos revolucionários delimitaram as táticas fascistas de ataque à cultura, e qualquer produção artística que fornecesse meios de reflexão sobre o ser social foi combatida veementemente pelo fascismo. As ideologias que traçaram o caminho para a ascensão fascista fizeram parte de um caldo cultural que permitiu ao nazismo se espalhar com naturalidade por todos os setores da sociedade até assumir o poder absoluto. É interessante analisar textos de pensadores de esquerda que examinaram o fascismo no calor dos acontecimentos.

A cultura europeia é atacada totalmente em suas bases, e o que Walter Benjamin delimitou sobre a reprodução da obra artística na modernidade será levado ao extremo com a ideologia irracionalista e o fascismo, quando o capital suspende a produção de mercadorias, suspende remuneração dos trabalhadores e os grandes industriais praticam táticas de *lockout*. A decadência ideológica já se tornou decadência da produção capitalista, que prefere suspender lucros temporariamente somente para demonstrar força sobre os trabalhadores e a circulação de mercadorias, impondo à sociedade como um todo a naturalização das práticas de violências fascistas. O teórico do direito Pachukanis esclarece:

O significado da superestrutura política, em particular, envelhece à medida que a crise balança agora as bases da sociedade capitalista e, com isso, mina as raízes da potência do capital. Assim, a obediência habitual à ordem estabelecida, na qual se encontra a exploração capitalista, agora que o próprio capitalismo está se minando — pois o capital suspende o processo de produção —, faz surgir nas ruas milhões de desempregados, arruína os camponeses e os fazendeiros, anuncia cortes de salários, das migalhas miseráveis do serviço social de que dispõe a classe operária. Com isso, demonstram-se pessoalmente toda a falta de sentido e a crueldade do sistema capitalista (Pachukanis, 2020, p. 66).

As convulsões sociais provocadas pelas crises recorrentes do capital fazem o próprio capital tomar medidas que se contrastam com a realidade. Em busca do lucro excedente proporcionado pela escalada das tensões da guerra, o grande capital busca se apoiar naqueles que querem o derramamento de mais sangue. Todos os países que simpatizavam com os ideais fascistas foram de mãos dadas com o grande capital para o *front*. A volta da guerra, após um curto período de paz, gerou expectativas de lucro com o investimento público na indústria bélica — nunca foi uma luta nacional, e sim uma luta para o lucro do capital.

O capital sempre busca a ampliação de seus lucros, mesmo que haja alguns obstáculos — não importam os meios, e sim o seu fim, pois a economia é tratada sempre em primeiro plano. As massas são jogadas de lado na balança econômica: enquanto passam necessidade, são alimentadas pelo discurso fascista de que a nação deveria “crescer” novamente — discurso utilizado em todas as nações que tiveram governos fascistas. Trata-se do pacto nacionalista como uma ilusão de acumulação primitiva do capital, aquele nacionalismo expansionista que buscava recuperar o tempo perdido, como se fosse possível uma espécie de Imperialismo tardio. No livro intitulado *Fascismo e Grande capital*, o historiador Daniel Guérin consegue descrever essas relações.

Mas no período atual, na fase do declínio do capitalismo, a classe dominante é levada a pôr na balança as vantagens e os inconvenientes da “democracia”; perplexa como o asno de Buridan, olha para os dois pratos e hesita. Em certos países e em certas circunstâncias, sucede que os inconvenientes, a seu ver, superem as vantagens. Quando a crise econômica (a um só tempo cíclica e crônica) se alastra de maneira particularmente aguda, quando as taxas de lucro tendem a zero, ela não vê outra saída, outro meio de repor em marcha o mecanismo do lucro, senão esvaziando até o último centavo os bolsos — já desguarnecidos — dos pobres sujeitos que constituem a “massa”. É o que Joseph Caillaux, este grande burguês de verve floreada, chamava entre nós de “grande penitência”: brutal redução de salários, remunerações e encargos sociais, aumento de impostos — dos impostos de consumo, em primeiro lugar. Com o produto dessa pilhagem nos bolsos do bom povo, o Estado recupera as empresas à beira da falência, sustenta-as artificialmente por meio de subsídios e isenções fiscais, encomendas de obras públicas e armamentos; o Estado, em suma, substitui a clientela privada, à míngua de poupanças (Guérin, 2021, p. 26).

As sucessivas crises do capital sempre atingiram os trabalhadores primeiro e, quando chega a vez dos grandes capitalistas, estes mudam as regras políticas para que o Estado venha em socorro dos salvadores da nação. A ironia é que, quando os grandes industriais fecham as fábricas em Turim e em outras regiões da Itália, para forçar os trabalhadores ao desemprego ou aos baixos salários, o Estado não intervém em socorro da maioria, que são os operários. A democracia e os direitos trabalhistas seriam um entrave para os avanços do capital na sua eterna acumulação de lucros às custas da força de trabalho:

No entanto, o regime “democrático” presta-se muito mal à realização de tal plano. Enquanto a “democracia” subsiste, as diversas categorias sociais que compõem o povo (embora copiosamente enganadas e trapaceadas) têm, afinal, alguns meios de se defender contra a “grande penitência”: liberdade de imprensa, sufrágio universal, direito sindical, direito a greve etc. Meios insuficientes, é claro, mas que impõem certos limites às exigências ilimitadas das potências monetárias. A resistência, em especial a do proletariado organizado, dificulta muito o massacre dos salários (Guérin, 2021, p. 27).

A democracia impede o avanço do lucro capitalista. Inicialmente, o combate era por meio ideológico, quando a intelectualidade burguesa buscava, em seu momento de decadência, ampliar o irracionalismo. Retirando a perspectiva do materialismo histórico, a intelectualidade alemã remonta um cenário de retrocesso, pautado por elogios ao que era a Alemanha antes da modernidade e da ascensão do pensamento científico. Os filósofos irracionalistas se apoiaram em um retorno da religiosidade a fim de explicar as contradições sociais e desigualdades econômicas da vida prática. Nós nos apoiaremos na obra *A destruição da razão* (2020), de Györky Lukács, para compreender o alcance do irracionalismo alemão no avanço do irracionalismo na filosofia e sua contribuição direta para o fenômeno fascista.

É igualmente claro que o fim último e decisivo que norteia a construção de tal mito solipsista e irracionalista da história é também uma tentativa de autodefesa contra a perspectiva socialista do desenvolvimento social. Nietzsche, que foi o primeiro a abraçar esse combate no campo da filosofia, precisou retratar a história, concebida como uma história mundial única, como uma luta de poder entre os senhores e a plebe; daí que ele tenha tido de se empenhar em despertar com todos os meios a “Vontade de Poder” dos senhores, de modo que, no futuro, a luta viesse a terminar com a derrota do socialismo (Lukács, 2020, p. 412).

A base do pensamento irracionalista está na individualidade brutal, em que pesem os movimentos de massas fascistas, a cultura do individualismo e da vitória do mais forte, apoiando-se em um “darwinismo social” — o que na atualidade chamamos de meritocracia. Quando um pequeno burguês se vê mais próximo de um grande capitalista e longe do proletário, é uma deformação ideológica proporcionada diretamente por esse pensamento solipsista, que o afasta de uma vida coletiva entre os seus e o aproxima de um apoio irrestrito ao longínquo grande capitalista. O que Nietzsche introduziu na cultura alemã se espalharia por outros filósofos. Lukács cita Spengler e elabora uma crítica sobre o pensamento que será aproveitado pelos nazistas:

Se, em sua obra principal, a perspectiva do socialismo é rejeitada com argumentos baseados na morfologia dos círculos da cultura, agora ele quer salvar intelectualmente o capitalismo imperialista alemão, com seus traços típicos do militarismo *junker*, rebatizado com o nome de “autêntico” socialismo. Com isso, ele antecipou as ideias fundamentais da demagogia social do hitlerismo (Lukács, 2020, p. 415).

A capacidade dos movimentos reacionários de reaprenderem formas de explicar a sociedade sob uma perspectiva da classe dominante é impressionante. Acha-se justificativa para todo tipo de violência classista e excludente social, toda atitude beligerante é justificada por um nacionalismo doentio. Em busca de restabelecer a ordem econômica vigente anterior, é possível

elaborar diversas formas de pensamento que justifiquem a desigualdade capitalista e a sociedade de classes.

Essa expectativa de grandeza de uma nação era baseada em diversos discursos ideológicos que foram necessários para que as massas tomassem para si um discurso que era da classe dominante. Aos poucos, são abolidas as liberdades individuais conquistadas pela classe trabalhadora durante anos; é o autoritarismo inicialmente disfarçado de liberalismo.

Em defesa das liberdades individuais, as grandes massas abrem mão de seus sindicatos, abraçam o fascismo com os seus cooperativismos e vão se afundando com os grandes monopólios.

Uma vez vencido o absolutismo, a burguesia instaurou a forma de governo que melhor correspondia a sua missão histórica. A livre concorrência — o *laissez faire, laissez passer* — era a própria condição do ímpeto capitalista. O liberalismo econômico teve seu prolongamento no liberalismo político, na “democracia” parlamentar. Chega, porém, o dia que a liberdade e a “democracia” são incompatíveis com a dominação burguesa. A era da livre concorrência é sucedida pela era do capitalismo monopolizador. Vimos que, para salvarem seus lucros ameaçados pela crise, os magnatas capitalistas precisam do apoio do Estado. É-lhes necessário substituir o Estado “democrático” pelo Estado autoritário. Então, a burguesia pisoteia furiosamente seus antigos ídolos, e os teóricos reacionários da antidemocracia tornam-se seus mestres intelectuais (Guérin, 2021, p. 187).

Esse caldo cultural responsável pelo momento histórico do fascismo é percebido de imediato pelos intelectuais verdadeiramente comprometidos com a democracia em seu aspecto maior. O maior erro nesse momento foi tratar democraticamente quem queria destruir a democracia. Para o grande capital, a destruição da democracia era necessária para continuar a expansão do lucro. Nesse contexto, retomar o debate sobre nação era necessário para tal empreitada.

É preciso compreender o processo histórico envolvido dentro do capitalismo para entender o raciocínio das ideologias fascistas a respeito do conceito de nação — nações surgidas em um misto de readequação com o fim do absolutismo. O discurso reacionário é que remontou essa mítica de nações grandiosas e imperialistas para a expansão da acumulação capitalista moderna. Benedict Anderson nos auxilia quando esclarece os reais objetivos das ideias modernas sobre nações e nacionalidades:

A chave para situar o “nacionalismo oficial” — a fusão deliberada entre a nação e o império dinástico — é lembrar que ele se desenvolveu depois, e em reação aos movimentos nacionais populares que proliferavam na Europa desde os anos 1820. Se esses nacionalismos tinham se modelado pelas histórias americana e francesa, agora eles se tornavam modulares. Bastava apenas um certo truque ilusionista para que o império se tornasse um travesti nacional atraente (Anderson, 2008, p. 131).

O que depreendemos é que houve um sequestro de alguns conceitos sobre nação que serviram aos fascistas para justificarem seu Estado-nação forte, cuja força se exprime diretamente aos opositores nacionais de cada país tomado pelo fascismo. Primeiro, a violência se dá sobre seus opositores democratas e aqueles que conseguem perceber o discurso ideológico contaminado pelos interesses do grande capital, portanto os primeiros perseguidos serão os partidos comunistas e as ligas camponesas. Como estratégia principal, o ataque é iniciado no campo.

Por trás das grandes frentes de ataques que os fascistas promoviam, está o pilar do sistema capitalista, a “santidade” da propriedade privada. As mais significativas e antigas propriedades privadas são as rurais, produtoras de alimentos. Por essa razão, o combate dos fascistas dirige-se diretamente aos pequenos produtores, isto é, o basilar do fenômeno fascista na ruralidade é o apoio irrestrito ao latifúndio e aos grandes produtores rurais.

O Estado fascista ajuda os feudais do solo a explorar mais duramente a mão de obra. Os diaristas rurais são privados de suas organizações sindicais livres; um período fixo de trabalho já não lhes é garantido; formas medievais de exploração voltam a ser-lhes impostas; são excluídos do seguro-desemprego; seus salários são reduzidos abaixo do mínimo vital. O resultado é que muitos deles tentam escapar de sua condição miserável afluindo para as cidades. No entanto, o acesso aos centros urbanos lhes é severamente proibido; eles são impiedosamente repelidos para o campo. Diversos sistemas arcaicos são aplicados (substituição do salário em espécie por salário em gêneros etc.), a fim de atá-los mais estritamente à gleba (Guérin, 2021, p. 287).

O fascismo italiano, por meio de suas milícias e utilizando de violência, consegue colocar o medo como prática de coação do povo: medo da fome, do desemprego faz retornarem ao campo diversos trabalhadores antes fortemente ligados aos sindicatos fabris nas grandes cidades. Revela-se um movimento de êxodo das cidades para o interior, não por oportunidades melhores de salário e emprego, mas para condições que beiravam a escravidão no campo.

Em Portugal as violências dos grupos de adesão ao regime eram de forma mais discreta do que o caso italiano. A figura de Salazar diferenciava-se muito de Mussolini da violência verbal e na convocação do povo para as ruas, a discricção do ditador português foi uma característica basilar do seu autoritarismo, os gestos discretos dos agentes de repressão também foram fundamentais para o modo como a ditadura conduzia seus adversários para a tortura ou morte.

1.3 *Fascismo e romance em Portugal: romance neorrealista*

É impossível falar de movimento antifascista sem exprimir a importância das formas artísticas em todo o período em que os fascismos internacionais vigoraram mundo afora. Em todo o período salazarista, em Portugal, os artistas promoveram resistência ativa, tendo sido os principais alvos das políticas repressivas do regime.

A expressão artística autêntica será sempre antifascista no sentido de se contrapor aos mecanismos capitalistas de redução da natureza humana e de transformação dos trabalhadores em mercadoria. Conceitos marxistas nos fornecem chaves para entender as contradições da modernidade e, principalmente, as perseguições dos fascistas, tão fortemente ligadas ao desejo de eliminação de todas as formas de arte que puderem emancipar a sociedade e esclarecer as formas de dominação ideológica do capital e de todos que a ele se alinham.

Dito isso, destacamos a primazia do pensamento marxista também para a compreensão da forma estética e para a elaboração de um entendimento sobre o que havia na literatura portuguesa que demonstrou tanta importância dentro da resistência antifascista e uma oposição ativa ao regime salazarista. O que queremos dizer é que é necessário debruçar-se sobre o pensamento de Marx para conseguir pensar o momento histórico do fascismo português.

Os estudos de Marx nos *Manuscritos de 1857* contribuem para refletirmos sobre o modo de vida capitalista e as relações humanas afetadas diretamente pelo capital. A propriedade privada e o nexos do dinheiro são fundamentais para explicar as formas sociais coletivas que foram sendo eliminadas pelo avanço do capitalismo.

Marx consegue estabelecer uma genealogia da apropriação e, conseqüentemente, da produção do capital, o que fará de forma mais elaborada em *O Capital*. O que precisamos destacar é a primeira apropriação, a vinculada à terra, que será o ponto de partida para a expansão imperialista e o modo de dominação colonial: apropriar-se da terra alheia.

Nada parece mais natural, por exemplo, do que começar pela renda da terra, pela propriedade da terra, visto que está ligada à terra, fonte de toda riqueza e de toda existência [Dasein], e à primeira forma de produção de todas as sociedades mais ou menos estabilizadas — a agricultura (Marx, 2011, p. 77).

A expansão imperialista buscou ampliação de territórios, e com isso vieram todas as mazelas do capital que conhecemos em sua busca por reprodução e expansão infinitas. Por sua vez, o fascismo nada mais foi do que uma busca pelo poder e pelo imperialismo de nações que estavam às margens da centralidade do capitalismo moderno: Alemanha, Itália, Japão, Espanha, Portugal.

Quando Marx cita Shakespeare em seus *Manuscritos econômicos-filosóficos*, é possível ver a quebra da relação comunitária entre os homens, de modo que a propriedade privada prevalece sobre as relações humanas. O dinheiro estabelece laços e rompimentos dentro das relações humanas, não sendo mais o “Nós” da antiguidade clássica, e sim “Eu” e “Você”.

Shakespeare destaca no dinheiro particularmente duas propriedades.

1) é a divindade visível, a transmutação de todas as propriedades humanas e naturais, no seu contrário, a confusão e a inversão universal de todas as coisas; ele confraterniza impossibilidades;

2) é a prostituta universal, o proxeneta universal dos homens e dos povos. A inversão e a confusão de todas as qualidades humanas e naturais, a confraternização das impossibilidades — a força *divina* — do dinheiro repousa em sua *essência* enquanto *ser genérico* — estranhado, exteriorizando-se e se vendendo (*sich veräußern*) — do homem. Ele é a *capacidade* exteriorizada (*entäußerte*) da *humanidade* (Marx, 2010, p. 159).

Quando Marx demonstra a importância do nexo do dinheiro nas relações humanas, ele o faz por meio da estética. É o caráter antropomórfico da arte, que contribui para a percepção das relações humanas em sua profundidade, para a compreensão desse importante conceito sobre o papel da estética para uma colaboração efetiva que promova o rompimento das formas burguesas nas expressões artísticas.

As ações humanas que as obras estéticas representam fazem os acontecimentos e fatos históricos reais serem questionados permanentemente. É o conceito que Lukács estabelecera em sua teoria sobre a totalidade e a centralidade da ação dentro da forma romanesca. Para entender o papel da arte para Marx, citamos a professora Ana Cotrim:

O que, então, faz a poesia? A propriedade essencial da arte é o seu caráter antropomórfico. A poesia faz experimentar um mundo, passado ou presente, próximo ou distante, enquanto conduz a viver outras vidas, quer dizer, enquanto figura destinos humanos. Se retomarmos a passagem em que Marx define a mitologia, veremos como, ali, o “artístico” se identifica à antropomorfização. A mitologia, isto é, a apreensão imaginativa das forças naturais e sociais como personas, é, por isso mesmo, uma elaboração inconscientemente artística. O artístico, portanto, consiste na elaboração das forças naturais sociais na forma do homem, de figuras humanas individuais. O elemento da forma que confere a vivacidade e capacidade de fazer experimentar é a criação de caracteres e ações humanas individuais (Cotrim, 2016, p. 28).

Essas ações humanas dentro do objeto artístico fazem uma resistência ao avanço do capital em todas as esferas da vida privada e coletiva, retomando o conceito comunitário do homem. A crítica de Lukács baseada no realismo está ligada diretamente à centralidade da ação dentro do romance.

A resistência ativa ao fascismo é tomar as coisas em sua radicalidade. Em nossas pesquisas, debruçamo-nos sobre romances portugueses que foram antifascistas no período do Estado Novo em Portugal (1933-1974), tendo sido *Quando os lobos uivam*, do autor Aquilino Ribeiro, o primeiro romance analisado.

A narrativa se passa em uma região fictícia de Portugal intitulada Serra dos Milhafres, alvo da expansão industrial e urbana que avança sobre a vida campesina dos cidadãos serranos, território o governo fascista de Salazar mantinha os latifúndios e perseguia os pequenos produtores rurais que não atendiam aos objetivos dos poderosos da época.

Com base na capacidade do romance de evidenciar os limites da vida em comunidade, essa narrativa portuguesa é uma forte oposição ao regime de governo autoritário que avança sobre o modo de vida simples do campesinato português.

A mobilização social por meio da arte é vital para a resistência ativa contra o autoritarismo instalado no Estado, e não é coincidência que o salazarismo investia na cultura fascista. Como era necessário estabelecer um controle também por meio da cultura, todos os eventos sociais intitulados artísticos eram promovidos por agentes do Estado, e os livros eram submetidos à censura prévia. Cabia aos artistas independentes — poetas, escritores músicos — a resistência por meio de distribuição de livros proibidos, saraus clandestinos e outros eventos culturais que promoviam a *desalienação* do povo.

Vê-se a literatura pelo prisma da centralidade da ação em conceitos de Lukács e, mais do que isso, do desenvolvimento artístico muitas vezes desigual em relação ao desenvolvimento material de uma sociedade em específico — é o caso de Portugal, em relação aos países centrais do capitalismo na Europa. Os países periféricos do capitalismo foram fortes terrenos para o desenvolvimento do fascismo, pois o desejo de imperialismo desses países os fez declinar moralmente — no caso alemão, com o irracionalismo. O idealismo culminou no irracionalismo, tornando-se nazifascismo.

Na realidade portuguesa, a literatura exerceu papel fundamental em contraposição ao regime fascista, uma vez que os romances do período de Neorrealismo português deixam claro a capacidade de resgatar os valores das comunidades no interior do país, ampliando a resistência no campo. O caráter natural das comunidades de se reunirem foi subjugado pelo Estado Novo e por seu corporativismo controlador.

Esse corporativismo pretendia exercer um papel inculcador ideológico sobre o povo, que foi inserido nas mentes portuguesas e se espalhou por diversos setores da sociedade, desde as pequenas comunidades rurais às grandes reuniões de trabalhadores das grandes fábricas. Já

as resistências antifascistas passavam pelas diversas modalidades artísticas, e a literatura, em um país dominado pelos grandes monopólios, atuava como fonte de questionamento das estruturas sociais e de formação nacional. Isso porque o trabalhador que conseguia ter acesso aos livros se questionava permanentemente sobre seu lugar no modo de produção capitalista, em um país que mandava sua riqueza produzida para pagamento das dívidas com os bancos ingleses.

A crítica marxista movia os pequenos grupos de resistência comunista nos levantes agrários que paralisavam as atividades nas épocas de colheita e eram fortemente reprimidos pelo Estado. A divulgação clandestina de obras marxistas promovia uma forte difusão ideológica para resistência contra o Estado Novo, mesmo com a forte repressão, mediante prisões, torturas e mortes, e a clandestinidade do Partido Comunista Português (PCP).

Retomando o caráter periférico de Portugal em relação aos países centrais do capitalismo, é interessante ressaltar que o desenvolvimento material das forças produtivas não tem relação direta com as formas artísticas e suas expressões. É o que Marx define e que podemos perceber pela seguinte análise de Ana Cotrim:

O autor parte da relação entre as formas e gêneros artísticos no interior do evoluir da própria arte, indicando que certas formas, como a epopeia, apenas podem existir num momento inicial do desenvolvimento artístico. Manifesta, assim, a ideia do desenvolvimento desigual no interior da história da arte, na concepção de que uma forma elevada de arte, talvez inigualável, é fruto de um estágio rudimentar do evoluir das formas artísticas. Em seguida, estende essa ideia para a relação entre domínio da arte como um todo e o “desenvolvimento geral da sociedade”. Isso significa que formas artísticas elevadas surgem em patamares pouco desenvolvidos da produção social da vida. O que, por sua vez, deixa entrever que o desenvolvimento das formas artísticas segue certo desenvolvimento material. Contudo, enquanto o desenvolvimento material implica um progresso que se expressa no avanço das forças produtivas, o desenvolvimento artístico não significa necessariamente o mesmo progresso (Cotrim, 2015, p. 202).

O que queremos exemplificar é que, mesmo Portugal sendo periférico à centralidade do capital no século XX, há elementos nas obras literárias que perpassam os aspectos apenas da época dos acontecimentos históricos. O romance neorrealista citado destaca a importância da vida comunitária de determinada região: o caráter sensível da obra de arte é fundamental para o despertar do povo. Por mais que o salazarismo tenha atacado os movimentos coletivos livres por meio do controle dos sindicatos e do corporativismo ideológico, os coletivos populares de Portugal ofereceram uma resistência antifascista por meio da arte, o que culminará com a Revolução dos Cravos, em 1974.

Pretendemos com isso destacar como o realismo na literatura foi fundamental para promover oposição ao fascismo desde a primeira hora de seu nascimento. Ao relembrar o fascismo em sua origem, a posição dos intelectuais marxistas foi de extrema radicalidade, ao criticarem os conflitos e as perversões da visão de mundo dos fascistas, em alerta desde a ascensão desse movimento reacionário e violento.

Antonio Gramsci nos alertou para a importância da cultura em oposição à decadência burguesa e demonstrou que Mussolini fazia uso da violência como prática para a chegada ao poder, não por acaso o intelectual italiano foi um dos principais troféus do fascismo com sua prisão.

Dito isso, recordamos a posição de Lukács no seu conceito de realismo na literatura como forma de prática da verdadeira teoria marxista. Para entender um pouco desse protagonismo, sobre o pensamento de Lukács evidenciado por Ana Cotrim, vejamos:

Desde a década de 1930, nosso autor enfatiza a necessidade de avaliar corretamente a realidade, o que implica uma aproximação centrada em apreender o concreto, para perspectivar uma ação verdadeiramente revolucionária. É esse, aliás, o sentido revolucionário que o próprio Lukács atribui às Teses de Blum, isto é, a capacidade de apreender a realidade concreta e formular a partir dessa compreensão uma postura possível e revolucionária, em lugar de fundá-la nos princípios abstratos do ultraesquerdismo sectário, por exemplo. Esses princípios abstratos, aparentemente revolucionários, conduziam, em verdade, como Lukács bem formulou a respeito da posição de Stalin (a social-democracia como “irmã gêmea do fascismo”), a uma postura antirrevolucionária, uma vez que, em nome daqueles princípios, abria mão de estabelecer a estratégia possível de combate à força ameaçadora e ascendente do fascismo. Aqui, a mesma questão está em jogo: ignorando a materialidade da natureza, que se estende ao trabalho como atividade prática e, por conseguinte, ignorando esse fundamento prático da economia capitalista, a própria perspectiva revolucionária perde seu fundamento econômico (Cotrim, 2016, p. 99).

O que o movimento neorrealista português promoveu foi justamente isso, partindo do realismo na literatura como fonte de captação da realidade. O que podemos perceber nessas obras é a capacidade de colocar a centralidade da ação em homens e mulheres comuns que resistiriam ao avanço do autoritarismo português financiado pelo grande capital sobre as terras dos trabalhadores.

A estética teve papel decisivo na resistência contra o fascismo e todas as formas perversas pelas quais o autoritarismo capitalista tenta reduzir a humanidade à mera objetificação material. A grande tarefa da teoria literária no século XXI é demonstrar como as crises do capital promovem a desumanização dos povos, ao revelar que, nessas crises, as soluções do capitalismo sempre passam pela violência e pelo arbítrio. Foi assim no século XX e está sendo

no século XXI, e nossos estudos sempre demonstraram o grande papel humanizador da literatura na sociedade.

A produção neorrealista não se afastava da realidade de Portugal, sendo permanentemente vinculada aos anseios da sociedade e à realidade da nação, que sofria com o autoritarismo. A produção realista é concebida nos conceitos basilares da relação entre a realidade objetiva e a subjetividade do autor, segundo Lukács:

Chegamos ao ponto em que a linha de separação aparece com toda a clareza. Se nos mantivermos — por enquanto — ao nível da mais alta generalidade racional e se nos abstrairmos provisoriamente de todos os problemas de forma literária, encontraremos — no que diz respeito à realidade efetiva, tal como a consideram os defensores de uma das grandes tendências confrontadas aqui, e, bem entendido, a literatura que lhe corresponde — a definição aristotélica do homem como “*zoon politikon*”, como animal social. Aristóteles, que enunciou esta definição sem referência a qualquer problema estético, indicou o caminho a todos os que, depois dele, decidiram analisar o mundo; mas, ao mesmo tempo, tocava também no problema central de toda a grande literatura realista. Trata-se de Aquiles ou de Werther, de Édipo ou de Tom Jones, de Antígona ou de Ana Karenina, de D. Quixote ou de Vautrin, o elemento histórico-social, com todas as categorias que dele dependem, é inseparável daquilo a que Hegel chamaria de sua realidade efetiva, do seu modo ontológico essencial. O caráter puramente humano destes personagens, aquilo que eles têm de mais profundamente singular e típico, o que faz deles, no plano da arte, figuras impressionantes — nada de tudo isto pode ser separado do seu enraizamento concreto no seio das relações concretamente históricas, humanas e sociais que são a textura da sua existência (Lukács, 1991, p. 36).

Não há nada mais marxista do que essa passagem de Lukács, segundo a qual devemos nos debruçar no caráter humano das obras literárias, no que de humanidade a forma romanesca é capaz de demonstrar ao leitor. Isso se baseia ainda no que Marx evidenciava em *Crítica sobre o Direto de Hegel* (2005), sobre ser radical: o escritor sendo radical será vinculado prioritariamente ao homem como ser social.

O que viria de fato acontecer com o passar dos anos de uma ditadura longeva é o que temos como base do que seria uma visão de mundo dos fascistas portugueses: destruir e esmagar os recursos naturais e subjugar os seres humanos que pudessem atrapalhar os objetivos do Estado Novo — sejam os portugueses proletários, sejam os povos das colônias nas guerras coloniais. O professor Benjamin Abdala Jr. nos auxilia na compreensão do movimento neorrealista em Portugal e principalmente do papel dos autores portugueses da época:

A mediação artística, como temos desenvolvido, é concomitante à apropriação ideológica da série literária considerada. Nessa atualização, a ideologia é particularmente significativa ao crítico por atuar em níveis de profundidade. E, conforme já indicamos, suas linhas de pensamento/trabalho são quase sempre não conscientes. Muitas vezes um escritor se julga profundamente revolucionário, mas nada mais faz do que atualizar, com roupagem nova, velhos esquemas artísticos que

podem entrar, numa análise mais rigorosa, em contradição com suas intenções conscientes (Abdala Jr., 2017, p. 169).

Essa apropriação ideológica do autor sobre a realidade é um ponto necessariamente importante para toda a produção neorrealista. É impossível dissociar o movimento artístico da classe política comunista e sua atuação na resistência, isso nos remonta aos estudos sobre o ser ontológico de Lukács, trabalho inacabado de sua vida, em que o autor se debruça sobre todo o arcabouço filosófico e a importância das ideologias na realidade objetiva, que também influenciarão as formas artísticas.

Os estudos de Lukács sobre as ideologias foram norteadores para a compreensão do papel da intelectualidade na vida prática de cada indivíduo e a participação de cada indivíduo inserido na sociedade de massas. Os estudos sobre o irracionalismo alemão evidenciaram os mecanismos de relação direta entre ideologia e ação política, demonstrando que a adesão ideológica não muda somente a perspectiva humana no mundo das ideias e sim na prática da vida real.

A estudiosa de Lukács Ester Vaisman demonstra como o estudo das ideologias era importante para o pensador húngaro e seu trabalho sobre a ontologia do ser social:

A necessidade de uma Ontologia no contexto do marxismo se coloca para Lukács tendo em vista não só todos os problemas que vêm se pondo com agudez sempre maior no campo do marxismo — tanto no plano teórico quanto no plano prático — mas, sobretudo, em função dos contornos essenciais do mundo do capital contemporâneo. Desse modo, a ontologia não se põe para Lukács em função de uma mera preferência pessoal ou por uma simples opção intelectual, mas porque se trata de um desafio histórico-concreto. Finalmente, a recuperação da ontologia na perspectiva lukacsiana é a afirmação de que o real existe, o real tem uma natureza e esta existência e esta natureza são capturáveis intelectualmente. E, na medida em que é capturável, pode ser modificada pela ação cientificamente conduzida pelo homem. Postular, desse modo, a ontologia é resgatar a possibilidade de entendimento e transformação da realidade humana. Em suma, é colocar o fato de que o real não é, afinal de contas, uma ilusão dos sentidos e que nossa subjetividade pode se objetivar na conquista da realidade (Vaisman, 2010, p. 45).

A distância histórica com que analisamos os livros da época e todos os acontecimentos que culminaram no processo revolucionário português na década de 70 do século XX comprova como faz diferença na vida real a posição de Lukács sobre a forma artística e a ontologia sobre a realidade objetiva na sociedade.

A realidade objetiva da revolução por meio de ações humanas que diretamente modificaram as estruturas de poder comprova o alcance do pensamento filosófico e seus resultados práticos. A Revolução dos Cravos não seria possível sem a contribuição estética dos

romances e pensadores vinculados ao Neorrealismo. O que, no início do regime, foi clandestinidade foi invadindo, paulatinamente, os quartéis das Forças Armadas.

A postura ideológica dos oficiais ligados ao processo revolucionário é fruto direto do avanço das ideologias de resistências antifascistas de anos anteriores e da mudança direta de pensamento dos militares sobre as guerras coloniais e a falência total do modelo de governança do Estado.

Certamente, os militares que faziam parte do processo revolucionário de 1974 não liam somente Camões, Fernando Pessoa, Herculano e outros autores plastificados em um Portugal mais afastado do presente deles; diversos autores censurados fizeram parte da formação intelectual de muitos oficiais que depois transformariam a decadência do regime em esperança de dias melhores.

Essa mudança da literatura portuguesa e os autores responsáveis por colocarem a vida presente do povo português na centralidade da escrita nacional serão analisados no próximo tópico.

1.4 *Romance português: mudanças necessárias*

A tradição do romance realista português, fortemente baseada em Eça de Queiroz no século XIX, deu espaço ao Modernismo de Fernando Pessoa, ao chamado *presencismo*. Os escritores ligados à revista *Presença* não pertenceram ao movimento modernista português em sua primeira fase de poesias que romperam com os padrões dos versos, como no caso de Mário de Sá-Carneiro e do próprio Pessoa.

Os chamados presencistas propunham uma ligação da literatura a uma espécie de reflexão íntima, aproximando as narrativas de questionamentos sobre a existência humana e afastando-as da realidade objetiva da vida. O momento histórico do *presencismo* culminará na ascensão do autoritarismo no país.

Nesse cenário, o Modernismo estava evidenciado em uma perspectiva individualista, na qual as preocupações dos autores estavam voltadas aos problemas do espírito do homem, eram preocupações de ordem filosófica. Havia um distanciamento das narrativas em relação aos problemas sociais e de ordem material, que contrariava os romances realistas de anos anteriores, de forma que o Modernismo português foi se afastando cada vez mais da conturbada realidade social portuguesa.

Foram intensos os acontecimentos históricos: o fim da monarquia portuguesa, o regicídio (1908), a Primeira República, a ditadura militar e o posterior Estado Novo.

As mudanças sociais profundas desses fatos reverberariam no campo estético, e o republicanismo parlamentar de setores progressistas portugueses daria lugar ao autoritarismo e ao reacionarismo.

O golpe militar de 1926 seria uma decepção para aqueles que buscavam passos progressistas nesse despertar no século XX. A breve Primeira República era parlamentarista, com clara diminuição dos poderes centralizadores do chefe do Executivo. Naquele recorte, grandes mudanças causariam impactos diretos na cultura do país, e esse espírito libertário seria captado e refletido nas obras literárias.

Os primeiros anos do século XX refletem diretamente os efeitos das tentativas de revoluções e as agitações sociais em toda a Europa. Em Portugal, não seria diferente, mas as revoluções que eram propostas contavam com reações muito duras. A violência da morte do Rei D. Carlos I e de seu filho Luís Filipe não seria sinônimo de uma revolução popular ou um jacobinismo, como em outras revoluções europeias; ao contrário, as forças reacionárias trataram de se reorganizar em torno das Forças Armadas e da aliança com a Igreja Católica, o que depois seria transformado na ditadura militar e na posterior ascensão de um expoente do catolicismo português: António de Oliveira Salazar.

Este preâmbulo é importante para delimitar o que seria o ambiente cultural responsável pela formação dos escritores da época e os motivos para a ascensão de um importante movimento literário que está na base do nosso *corpus* de pesquisa: o Neorrealismo — movimento literário que nasceria no ambiente autoritário do Estado Novo, ou seja, nasce diretamente na realidade fascista que imperava no Portugal dos anos 30.

O autor selecionado para o *corpus* de nossa pesquisa é um dos expoentes do Neorrealismo em Portugal. Mais do que isso, Aquilino Ribeiro chegou a ser acusado de participar do Regicídio, em 1908, participou dos movimentos revolucionários, foi perseguido politicamente, foi acusado formalmente de participação em tentativas de golpes militares e chegou a ser preso, tendo ficado exilado por três vezes na França.

Aquilino representa essa mudança de perspectiva dos autores sobre a realidade nacional, de forma diferente. O autor era acusado pelos modernistas de um “provincianismo” literário, e José Régio, um dos colaboradores da revista *Presença*, criticava o autor beirão por escrever sobre um Portugal que não mais existia, uma vez que os romances sempre traziam a simplicidade dos moradores rústicos da Beira, a vida no campo e suas dificuldades.

Em um país com um alto índice de analfabetismo, o alcance de seus livros foi longe, e chegou a fama de fato. Aquilino seria um escritor de sucesso, um dos grandes nomes da

literatura portuguesa, a despeito de todas as críticas contra ele e das peculiaridades de seus romances, carregados de linguagem específica, com muitos regionalismos e expressões típicas de algumas regiões do país.

O Neorrealismo propunha um discurso ideológico muito claro em relação à sua visão de mundo e ao que a literatura deveria promover como forma artística. Em suas propostas, os autores defendiam que não eram somente a forma realista em uma nova “roupagem”: mais do que o retrato da realidade por meio das narrativas literárias, os romances neorrealistas propuseram uma mudança dessa realidade.

Em discursos tipicamente materialistas e diante da perspectiva dialética da vida, os autores queriam mudar a realidade de um país marcado pela extrema desigualdade, atrasado diante de toda a modernidade europeia, extremamente vinculado à Igreja e a uma elite que se regozijava desse atraso econômico, vinculada ao rentismo estrangeiro.

Os autores neorrealistas estavam preocupados com a realidade objetiva da sociedade portuguesa, isto é, as mazelas de seu tempo não poderiam passar despercebidas ao escritor. A rejeição desses autores dirigia-se ao subjetivismo alienado de alguns nomes que não estampavam a realidade nacional em suas obras.

O nascimento do Neorrealismo como princípio basilar de alguns escritores pauta-se pelo conceito de realismo como figuração estética dos movimentos históricos da sociedade, literatura que produz uma análise viva da sociedade de sua época e suas contradições, desvelando aquilo que está abaixo, no nível de alienação das pessoas em suas relações humanas. O movimento apresentou seu posicionamento ideológico mesmo diante do cenário desfavorável da ditadura, com uma tomada de posição diante do que seria a forma estética do movimento claramente voltada contra o fascismo. Desde os primeiros passos desses escritores como um grupo orgânico, é sua característica basilar o antifascismo.

Para compreender a complexidade do Neorrealismo na literatura portuguesa, é necessário estabelecer alguns parâmetros sobre o conceito de realismo na literatura, partindo do pressuposto de que enxergamos o realismo não como uma “escola literária”, e sim à luz da perspectiva de Lukács sobre a compreensão do realismo como método de escrita capaz de capturar os movimentos da realidade social e do momento histórico.

Esse realismo está intimamente ligado à capacidade do romance, como arte literária, de conseguir unir a essência e a objetividade da vida. Com base no materialismo histórico de Marx e na teoria de Lukács no campo literário, teremos uma fonte de definição do que seria a

representação literária do realismo. Diante dessa perspectiva crítica, poderemos compreender a complexidade e a importância do Neorrealismo português.

O Neorrealismo português surgiu oficialmente com a publicação do romance de Alves Redol: *Gaibéus* (1939). Para compreender o Neorrealismo e sua posição na história da literatura portuguesa, citaremos o professor Carlos Reis:

O Neorrealismo português deve muito da sua identidade periodológica à sua condição transnacional. Ou seja: não constituindo uma ocorrência endógena ao sistema literário português, ele alimenta-se sobretudo do exemplo e da doutrina de movimentos afins e precedentes, reiterando aquela que tem sido uma tendência característica da história cultural e literária portuguesa, em várias épocas: a forte atração por modelos estrangeiros, uma atração que corresponde a um impulso de internacionalização próprio das culturas que vivem a consciência aguda da sua condição periférica. É justamente essa condição periférica que se deseja compensar pela via da importação cultural, neste caso com predileção pelo realismo socialista soviético, pelo chamado realismo nordestino brasileiro e mesmo por alguma ficção norte-americana dos anos 20 e 30 (Reis, 2005, p. 14).

Parte da intelectualidade se vinculava à primeira geração lusitana de modernistas, ligados à revista *Orpheu*, e posteriormente os autores modernistas vieram a se ligar à revista *Presença*, fundada em 1927, cujo principal autor foi José Régio.

O movimento Presencista foi duramente criticado pelos autores neorrealistas, em razão da alienação dos autores e de seus romances, do descolamento da realidade portuguesa e de sua realidade social. É importante lembrar que Portugal vinha de uma ditadura militar desde 1926, com o início do Estado Novo desde os anos 30. Quando da eclosão do Neorrealismo, o autoritarismo fascista já vinha perseguindo opositores e caçando os partidos de esquerda, ou seja, o uso da censura institucionalizada era a realidade sobre a intelectualidade portuguesa.

O Neorrealismo nasceu antifascista, como um movimento democrático ligado à esquerda internacional, cujos autores buscavam conhecimento ideológico para aumentar a robustez de seus ideais. A luta de classes era tema recorrente nos romances, e muitos dos autores portugueses se inspiraram em autores brasileiros, como Jorge Amado e Graciliano Ramos.

Na concepção neorrealista, os autores não poderiam intitular-se isentos, como se a arte fosse de uma esfera superior à realidade objetiva. Em outras palavras, o autor deveria ser um artista no sentido de participar ativamente de uma reflexão sobre a realidade social de sua comunidade, rompendo com todos os silenciamentos promovidos pelo autoritarismo. Mais que um movimento antifascista, os escritores neorrealistas pretendiam transformar a sociedade em uma democracia dos trabalhadores.

A Primeira República foi importante para o desenvolvimento de uma consciência política diferente em Portugal, para a separação da Igreja Católica do governo e para os avanços

sociais com as propostas de melhorias na educação, com ampliação da alfabetização e o ensino livre e universal. Esses avanços sociais promovidos pelos primeiros republicanos tinham ligação direta com os princípios democráticos de países desenvolvidos.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial atrapalhou diretamente os princípios progressistas na política portuguesa, em razão da escassez de riquezas e da grande crise econômica relacionadas ao contexto bélico, além das atrocidades inerentes ao grande conflito. Ainda durante a batalha, crescia na Europa a exarcebação do nacionalismo como discurso ideológico capaz de mobilizar as sociedades e os Estados; o imperialismo, como fenômeno capitalista, era medido pelas potências econômicas em guerra.

Os intelectuais conseguiam perceber que a natureza do conflito não eram as animosidades nacionalistas entre os países, e sim o modelo econômico e suas relações com as colônias. A concentração das riquezas dos países centrais do capitalismo mostraria a verdadeira face no liberalismo promovido pela Inglaterra e pela França; não por coincidência, Lenin, como intelectual que era, percebe o espaço dentro dos movimentos sociais para o êxito da Revolução Russa em 1917.

Ao fim do conflito mundial, os vitoriosos dão as cartas na nova geopolítica da Europa, com o fim do Império Austro-Húngaro e Otomano. As novas nações construídas com os acordos das potências capitalistas comprovaram o poder do imperialismo e suas consequências diretas sobre a vida de todos os cidadãos. Os reflexos dos acordos pós-guerra seriam sentidos posteriormente com a ascensão do fascismo por diversas nações periféricas do capitalismo imperialista.

O avanço da luta proletária nas diversas nações, novas e antigas, e o sucesso da Revolução Russa de 1917 geraram medo nos capitalistas por todo o mundo. O espaço de Portugal, nesse novo contexto mundial, seria muito contraditório, porque a situação nas colônias era basilar para quem perdia espaço com os avanços progressistas da Primeira República, e o Império Ultramarino era colocado à prova pelas diversas mudanças sociais.

A contradição social nos movimentos democráticos por igualdade de direitos e o modelo de república parlamentarista distanciavam-se paulatinamente do discurso do Império Português com suas diversas colônias sendo exploradas em África e na Ásia.

Com a chegada da Terceira Internacional, em 1919, os intelectuais portugueses ligaram-se aos conceitos ideológicos do comunismo internacional. A criação do Partido Comunista Português (PCP), em 1921, tem sua importância para a concretização de um projeto

democrático no que tangia à cultura, e os neorrealistas iriam mostrar a força da literatura como prática social de mudança.

É importante destacar que os escritores neorrealistas, em sua maioria, obtiveram inspiração para um romance cujo protagonista era o povo trabalhador não pela leitura de obras marxistas e de toda teoria da esquerda internacional. Na verdade, muitos deles declararam nomeadamente suas predileções por autores brasileiros, principalmente os representantes do romance do Nordeste.

Esse romance social português que os neorrealistas propuseram passava diretamente pela mediação dos intelectuais brasileiros. É interessante ressaltar que os brasileiros, por sua natureza colonial, buscavam explicações para os problemas nacionais dentro de ideologias estrangeiras, o que não era um aspecto somente à esquerda, mas também tocava outros matizes ideológicos, como no caso do positivismo, tão difundido no Brasil no século XVIII. Destacase a imperiosidade de os portugueses avistarem a produção literária brasileira e a tomarem como modelo para seu movimento literário.

A forma romanesca estava vinculada ao realismo formal que provinha de uma visão da totalidade dos acontecimentos sociais e de suas contradições. Durante todo o século XIX, houve uma profusão de romances realistas que fizeram avançar o papel da literatura como expressão artística de suma relevância para compreender os processos sociais vinculados à estrutura capitalista da sociedade e principalmente à posição burguesa na construção da história.

A capacidade de alguns autores de mediar a realidade objetiva e a ficção é que faz um romance ser digno de ser considerado realista. O resgate desse realismo estava no horizonte dos escritores neorrealistas, tendo em vista que o afastamento dos autores modernistas portugueses da realidade social de Portugal e a isenção de muitos diante dos diversos acontecimentos históricos que passavam pelo mundo foram objeto de crítica permanente tanto na *Seara Nova*, quanto na *Vértice*, revistas escritas e publicadas pelos autores ligados ao movimento que nascia em pleno autoritarismo salazarista.

O Neorrealismo, para além de publicar livros explicitamente críticos à realidade social portuguesa, também propunha uma mudança na sociedade que fosse baseada também na mudança dos leitores que receberiam as obras literárias. Era importante escrever para o público proletarizado, em vez de somente publicar para uma elite econômica ou intelectual, portanto os escritores demonstravam essa preocupação com a recepção dos livros e o papel do leitor médio.

Tal preocupação com um leitor ativo, que, ao ler um romance comprometido com uma crítica social, seria impactado pela força da estética, também se tornaria um caminho a ser

percorrido pelos autores africanos de língua portuguesa, no processo de independência e das guerras coloniais. O Neorrealismo proporcionou mais do que uma resistência antifascista no momento de seu surgimento: os intelectuais desse movimento prepararam o terreno cultural que faria com que a Revolução dos Cravos fosse exitosa anos mais tarde. António Pedro Pita esclarece:

Em situações revolucionárias certas ideias são portadoras do desenvolvimento progressivo da história. Mas a sua força social depende de as classes historicamente ascendentes delas se apropriarem, isto é, depende de os indivíduos que as compõem tomarem consciência da posição que ocupam na sociedade e investirem, nas movimentações sociais, o desejo de alargar perspectivas individuais esboçando uma nova ordem social, cumprindo assim uma outra condição do homem culto. Desta perspectiva, a vitória de uma revolução política está, sempre, ligada ao movimento de uma revolução cultural. Poderíamos dizer, hoje: ao processo de um senso de comunização (Santos, 1987, p. 55-58), ao longo do qual a elaboração filosófica ou científica se torna preceito moral, indicação política, senso-comum (Pita, 1989, p. 9).

O Neorrealismo não foi importante somente para o seu momento histórico, avançou para a posteridade, uma vez que os livros publicados naquele período formaram os escritores portugueses contemporâneos e muitos escritores africanos em língua portuguesa. Esse fato confirma o pensamento de Gramsci (2023) sobre a importância da cultura para o êxito da conquista da hegemonia e, posteriormente, como um caminho para uma revolução de sucesso.

O sucesso do Neorrealismo e sua longevidade não foram baseados somente em uma proposta antifascista e de oposição ao salazarismo diretamente. Além de o movimento buscar ampliar a consciência das massas para a resistência ao autoritarismo, também se enquadrava na necessidade de construir uma sociedade justa — era a arte participando ativamente da sociedade. O professor Benjamim Abdala Jr. esclarece:

O movimento neorrealista não é uma escola literária, mas um método de abordagem da realidade. É uma escrita dialética que procura representar a realidade em movimento: para tanto, também ela deve ser colocada em processo, dentro da dinâmica da comunicação artística (Abdala Jr., 1985, p. 160).

Essa posição dialética do romance neorrealista fará parte de muitos romances do período, tendo em vista que os autores eram ligados ao marxismo e às tendências da esquerda mundial da época. Por mais que essa esquerda fosse dividida em diversas concepções revolucionárias e ideológicas, as relações econômicas, de poder, de trabalho eram expostas de forma direta nos romances. O marxismo-leninismo que se difundia iria propor diretamente uma arte engajada capaz de se opor à arte burguesa, quando o texto de Plekhanov (1912) sobre arte útil chega aos teóricos no Neorrealismo.

Essa preocupação com o papel da arte insufla os escritores neorrealistas a debaterem a geração de 70 e todos os modernistas que fizeram parte da revista *Presença*, que se colocavam à margem do que acontecia no mundo. Álvaro Cunhal expõe sua opinião em texto na revista *Seara Nova*:

É transparente como água que literatura não é política nem sociologia e que arte literária não é propaganda. Mas não é menos transparente que toda a obra literária — voluntária ou involuntariamente — exprime uma posição política e social e que toda ela faz propaganda seja do que for (inclusivamente do próprio umbigo). Simplesmente, há quem prefira, pelas razões atrás expostas, as obras literárias que exprimem *determinada* posição política e social às obras literárias que exprimem *outra* posição política e social. E uma posição política e social não existe só quando se afirma claramente a preferência por um ou outro dos caminhos que saem da encruzilhada, mas existe ainda quando há um afastamento da encruzilhada. Creio — digo-o quase sem ironia — que a «adoração do próprio umbigo» exprime também uma posição (e até uma atitude) política e social... (Cunhal, 1939, p. 286).

Embora inicialmente pretendesse romper com o movimento anterior, como todo movimento literário, o movimento neorrealista foi além disso. O que os autores fizeram pela literatura foi maior do que a cultura alcançada pela arte literária; caminharam mais adiante do que seria o papel da cultura para o momento histórico e a formação nacional.

A amplitude do pensamento neorrealista não é medida apenas em seu período cronológico — que foi amplo e resistiu concomitantemente ao salazarismo. O Neorrealismo ampliou os horizontes culturais de Portugal, país ligado ao conservadorismo religioso, ao reacionarismo, desde os primórdios, e ao individualismo da elite nacional. O movimento literário evidenciou um país imperfeito, uma sociedade que não se via como verdadeiramente era, pois o país que a propaganda salazarista mostrava não era a realidade de muitos portugueses.

Essa influência dos textos sobre a cultura nacional portuguesa foi extremamente importante e duradoura, e é interessante perceber que, embora a censura institucional imposta pela ditadura fosse forte, não conseguiu liquidar a produção intelectual de resistência antifascista. As perseguições e torturas promovidas pela PIDE não foram capazes de apagar o potencial de organização da resistência ao regime ou a organização partidária.

Mesmo com a ilegalidade do PCP, as traduções dos pensamentos marxista-leninistas de diversos autores continuaram sendo difundidas entre os intelectuais. A diferença basilar entre o comportamento intelectual destes e os intelectuais burgueses que precederam o Neorrealismo, os chamados *presencistas*, também está nessa concepção da divulgação ideológica vinculada à produção intelectual.

Os poemas dos escritores neorrealistas eram recitados em meio aos trabalhadores, diferentemente dos poemas modernistas vinculados a uma decadência burguesa que se baseava em uma elite intelectual distanciada do povo. Essa elite, que se distanciava da realidade social portuguesa, tanto criticada na ascensão do Neorrealismo, era diretamente ligada aos movimentos conservadores constitutivos do modo de ser do português médio que pertencia a uma pequena burguesia citadina.

O protagonismo dos trabalhadores nos romances neorrealistas demonstrava a capacidade da literatura de aproximar-se da realidade do trabalhador rural. Por mais que o índice de analfabetismo fosse grande em Portugal, a capilaridade dos integrantes do PCP fazia as narrativas chegarem a um maior número de pessoas.

O romance inaugurador do Neorrealismo foi *Gaibéus* (1939), de Alves Redol, que retrata a colheita na região do Ribatejo, mais precisamente em Lezíria. A palavra *gaibéu* era pejorativa, indicava os trabalhadores temporários que migravam de uma região a outra em busca de remuneração por jornada de trabalho. Nesse cenário, os trabalhadores que moravam na região mantinham relações preconceituosas com os temporários.

A narrativa se desenvolve em torno da colheita na região, da exploração dos trabalhadores “alugados” por temporada e dos trabalhadores locais. É interessante que o romance expõe a desunião desses trabalhadores, mesmo em condições desumanas de trabalho: exposição ao sol, jornadas de trabalho que duram todo o período do dia, falta de uma água de qualidade para beber.

Nesse romance há uma coletividade tão intensa, que há poucos personagens individualizados, porém, entre as exceções, há o “ceifeiro revoltado”. Trata-se de um trabalhador rural com consciência de sua condição de trabalho precarizada, que consegue perceber o trabalho dos capatazes e toda a estruturação do trabalho, além da sua baixa remuneração. Como se ele se dispusesse com os companheiros simplesmente pelo ato de questionar, ele é visto com maus olhos pelos outros trabalhadores.

Para constatar a relação de proximidade entre os romances neorrealistas e os romances brasileiros de 30 e principalmente a influência de Jorge Amado na formação intelectual dos escritores portugueses, faremos um comparativo de trechos de *Gaibéus* (1939) e *Cacau* (1933). Com um trecho curto, é possível estabelecer uma relação de equivalência e perceber as posições de classe bem demarcadas. Em *Gaibéus*:

... mas o trabalho não pode parar. Não pode parar, porque lá em baixo, no aposento, o patrão está a fazer contas à colheita, que correu em boa maré. Parece que dos braços as carnes caíram e só ficaram os ossos, como tomados de reumático, e os tendões

retesados, como correias de debulhadoras em movimento. Os peitos arfam — as pernas derreiam-se. A malta trabalha em silêncio e só as foices e as espigas falam. As tosses, de quando em quando, dizem que ali vai gente — isso a distingue das máquinas, que não têm pulmões. — Auga!... Auga! A água é barrenta e salobra — sabe melhor agora que quantos caudais saltitam claros e saborosos pelas vertentes dos montes. — Auga!... Auga! — Vem aqui, cachopo, que eu também sou filho de Nosso Senhor... (Redol, 1983, p. 37).

A condição do trabalhador se assemelha à de uma máquina, e o trabalho em circunstâncias degradantes visava à garantia de lucro para o grande proprietário rural, assim como a modalidade do trabalhador por “jorna” justificava-se tipicamente para não haver um gasto a mais para o latifundiário, de modo que o lucro fosse ampliado — soma-se a isso o fato de as migrações de trabalhadores ser apoiada pelo Estado. Por esse e outros motivos, diz-se que o fascismo português era aliado do capital, e não por acaso a aliança com a Igreja também era basilar para que as estruturas sociais não mudassem.

A aliança política dos coronéis baianos nos romances de Jorge Amado muito se assemelha ao que se vê com os barões do trigo e do arroz nas regiões do Alentejo e Ribatejo. Em suas diferenças de contexto, conseguimos ver a realidade do trabalhador colocada no romance, e essa demonstração factual na obra de ficção promove grande mudança social e um questionamento permanente sobre as estruturas de poder de cada região. Em *Cacau*:

No sul da Bahia é o único nome que soa bem. As roças são belas quando carregadas de frutos amarelos. Todo princípio de ano os coronéis olham o horizonte e fazem as previsões sobre o tempo e sobre a safra. E vêm então as empreitadas com os trabalhadores. A empreitada, espécie de contrato para colheita de uma roça, faz-se em geral com os trabalhadores que, casados, possuem mulher e filhos. Eles se obrigam a colher toda uma roça e podem alugar trabalhadores para ajudá-los. Outros trabalhadores, aqueles que são sozinhos, ficam no serviço avulso. Trabalham por dia e trabalham em tudo. Na derruba, na juntagem, no cocho e nas barcaças. Esses formavam, uma grande maioria (Amado, 1998, p. 58).

A base do pensamento marxista é a propriedade privada e sua relação com a terra, e tanto o autor brasileiro quanto o autor português restabelecem a centralidade da ação de seus romances nas contradições do capitalismo no meio rural. As características regionais expostas nessas duas narrativas não demovem a posição dos autores em relação à visão de mundo crítica, baseada em um olhar progressista e diretamente vinculado às posições de marginalidades dos personagens.

A precariedade dos meios pelos quais a ideologia marxista chegava a Portugal não impediu a visão de mundo progressista dos escritores, e havia, nos primórdios do Neorrealismo, o que ideologicamente estava ligado ao pensamento marxista original — o que podemos

reafirmar quando consideramos o conceito da acumulação primitiva de Marx exposto no primeiro livro de *O Capital*.

Mesmo sem o aprofundamento teórico sobre o marxismo, os escritores realistas provocavam em seus textos periódicos uma sistematização dos conceitos de propriedade privada e acumulação do capital, bem como da posição dos trabalhadores na sociedade portuguesa. Com isso, demonstravam um caráter participativo na formação de opinião e na oposição republicana ao regime que se instalou com os militares e foi estendido pelo Estado Novo.

1.5 *Transformações na forma romanesca em Portugal*

O século XIX e o século XX foram transformadores na literatura, com mudanças que também chegaram à crítica literária. Foi o momento de avanço para as análises biográficas de autores e outras análises sociológicas vinculadas ao livro publicado e às condições sociais presentes no texto literário propriamente dito.

A crítica literária evoluiu ao longo do tempo e proporcionou mudanças nas interpretações das obras literárias, assim como também avançou em relação à ampliação do seu alcance durante o século XIX e XX. O percurso da crítica literária também acompanhou os caminhos ideológicos, como, por exemplo, o estruturalismo, nova crítica e demais formas de enxergar as produções literárias, nas diversas línguas, e obras literárias, nos mais variados idiomas.

O início do século XX, com o Romantismo, trouxe para a literatura a proposta filosófica do idealismo, quando os autores passaram a questionar a modernidade como algo nocivo à natureza humana. Ainda, as diversas mudanças das estruturas sociais com o fim do absolutismo e a revolução industrial trouxeram novos problemas para as narrativas literárias.

A literatura ocidental era permeada dos clássicos gregos, passando pelas epopeias, tendo como herdeiros os heróis latinos nos diversos tipos de epopeias publicados em diversos países, por diferentes autores — Dante, Camões entre outros. Não obstante, a modernidade trouxe para a literatura ocidental outro tipo de jornada para seus heróis, como muito bem esclarece Lukács em *A teoria do Romance* (2004).

A dinâmica do capitalismo trouxe novas realidades para as sociedades europeias, com mudanças muito rápidas e difíceis de acompanhar, que afetaram diretamente o modo como os escritores viam o mundo. A criação das cidades, o avanço do êxodo rural, o estabelecimento das indústrias e a concentração das terras produtivas nas mãos de poucos privilegiados, todas essas mudanças foram capazes de alterar a visão de mundo e a organização das ideias no campo literário.

O que queremos destacar nesse aspecto é que a produção literária avançou com o tempo, como também avançaram as perspectivas das diversas realidades sociais demonstradas na literatura. O teatro de Shakespeare, por exemplo, já avança sobre a natureza humana no contexto inglês de imperialismo, enquanto *Os Lusíadas* de Camões demonstram o avanço de Portugal como nação colonizadora.

Voltando aos séculos XIX e XX, a literatura portuguesa já estava consagrada com uma extensa lista de autores. Quando o Naturalismo e o Realismo surgiram no horizonte de diversos autores, o idealismo romântico havia ficado para trás e estava há muito superado, momento em que Portugal se abria para os romances os quais detalhavam a vida de personagens que poderiam ser qualquer um do povo. A intelectualidade portuguesa sempre voltava os olhos para as potências capitalistas e enxergava um Portugal que chegaria ao mesmo patamar dessas nações.

Antero de Quental e Eça de Queiroz expressaram em suas obras personagens comuns do povo, acompanhados de uma crítica aos costumes, e o próprio Eça publicou diversos textos sobre o realismo como nova expressão artística. Com a publicação de *O Crime de padre Amaro*, inaugura-se o realismo em Portugal. Para compreender melhor essas diferenças dentro do processo de escrita, basta retomar o texto de Lukács *Narrar ou Descrever* (2010).

Chegamos a este ponto: o realismo, que será a base de nossa crítica dialética sobre os três romances selecionados para compor o *corpus* desta pesquisa. A dialética hegeliana, modificada por Marx e sintetizada por Lukács, traz luz para a compreensão da importância do romance como forma típica de uma expressão da singularidade humana no contexto após a Revolução Francesa. A natureza humana não mudou desde os clássicos — por isso, estes ainda permanecem vivos em nossa cultura. O que mudou, com o advento da modernidade, foi a deformação da visão que se tem dessa natureza humana, de acordo com as mudanças sociais que aconteceram nos últimos séculos.

A literatura, como expressão da natureza humana, tem em si a capacidade da arte de proporcionar uma visão da totalidade dessa natureza em todas as suas contradições e

repercussões históricas que reverberam no tempo. Em sentido aristotélico, essa visão será diferente da filosofia racional imposta pelo pensamento racional de Platão, ou seja, a literatura não será filosofia, pois sua importância na sociedade está em outro campo.

A literatura portuguesa no século XX caminhou para um protagonismo diante do contexto histórico de Portugal em relação ao colonialismo impregnado na cultura nacional que refletirá também nas ideologias dominantes que se estabeleceram no país após o fim da monarquia.

O liberalismo inglês espalhado pela cultura de toda a Europa foi recebido com vigor pela intelectualidade portuguesa, e muitos intelectuais se orgulhavam de se posicionarem como liberais, em um contexto corrompido pela exploração de trabalho nas colônias e pela extração de riquezas naturais dessas nações. Tratava-se de um capitalismo afeito ao autoritarismo que muito se assemelhava aos primórdios do capitalismo inglês, objeto da crítica de Marx em *O Capital*.

A crítica literária dialética é herdeira direta da filosofia hegeliana e corresponde ao que Marx, em sua crítica à filosofia de Hegel, demonstrou como método o materialismo histórico. Lukács conseguiu posicionar a estética em uma crítica literária diretamente ligada ao materialismo histórico marxista, contribuição permanente para a crítica literária dialética.

O romance vinculado ao realismo expõe a fase apologética da burguesia, em que a burguesia, que derrotou o absolutismo e promoveu as revoluções populares, voltou-se contra os seus ideais iniciais, isto é, a burguesia antes revolucionária que buscava igualdade assumiu uma atitude reacionária a fim de garantir seus privilégios e distanciar-se do proletariado.

O romance realista vincula-se diretamente a uma visão crítica da realidade impositiva da objetividade, expondo as contradições da vida moderna em seu contexto social vinculado ao capitalismo e à sociedade de classes. O jovem Lukács², ainda em seu livro *A Teoria do Romance*, consegue destacar como a forma romanesca resgata pressupostos da epopeia clássica, como o caráter do herói, “problemático” no sentido de que a individualidade expressa pelo modo de vida capitalista tenta substituir o caráter coletivo da epopeia.

Sendo assim, embora o romance tenha sua representatividade vinculada ao modo de vida do pequeno burguês, é em profundidade uma representação das lutas e evoluções desse herói. A representação desse sujeito, quando no romance realista, terá importância primordial

² A expressão “jovem Lukács” é utilizada pela crítica literária por um consenso em que o autor húngaro teve uma guinada marxista após a publicação do livro *História e consciência de classe* de 1923. Delimitando o período antes dessa “guinada” como a juventude do autor. Recomendamos ler o livro de José Paulo Netto sobre esse livro importante.

para demonstrar o princípio da totalidade, que era transparente nas epopeias e que na vida moderna não o é. Destacamos o pensamento do jovem Lukács:

A epopeia dá forma a uma totalidade de vida fechada a partir de si mesma, o romance busca descobrir e construir, pela forma, a totalidade oculta da vida. A estrutura dada pelo objeto — a busca é apenas expressão, da perspectiva do sujeito, de que tanto a totalidade objetiva da vida quanto sua relação com os sujeitos nada têm em si de espontaneamente harmonioso — aponta para a intenção da configuração: todos os abismos e fissuras inerentes à situação histórica têm de ser incorporados à configuração e não podem nem devem ser encobertos por meios composicionais. Assim, a intenção fundamental determinante da forma do romance objetiva-se como psicologia dos heróis romanescos: eles buscam algo (Lukács, 2009, p. 60).

O que está oculto na vida moderna, as estruturas sociais que condicionam a vivência humana serão objetos da forma romanesca, uma vez que representam a escalada social de um personagem específico e sua ascensão social. Em uma sociedade de classes, o advento desse tipo de herói se dá no momento da decadência burguesa, em que a sociedade reconstruiu uma aristocracia.

O pensamento de Lukács permanece como fonte para a elaboração crítica em nossa tese: a capacidade dos romances portugueses selecionados para o *corpus* de nossa pesquisa de serem antifascistas e exercerem resistência direta ao modo como o fascismo construiu sua visão de mundo.

A crítica dos escritores neorrealistas dirigia-se ao modo como a escrita portuguesa vinculava-se a uma espécie de afastamento da realidade social. Em conflito direto com o posicionamento dos escritores vinculados ao Modernismo português, o novo realismo buscava criticar ativamente a forma alienada dos acontecimentos vivos de uma sociedade em mudanças significativas. É o que propomos resgatar do que Lukács expressa sobre o Naturalismo:

O poder das tendências prejudiciais à literatura evidencia-se mais nos casos em que os escritores, lutando contra elas na teoria, submetem-se a seu domínio na prática. Vimos que a redução do naturalismo à tradução fiel da realidade imediata (e exclusivamente dessa realidade) subtraiu da literatura a possibilidade de figurar as forças motrizes essenciais da história de modo vivo e dinâmico. mesmo o romance histórico de escritores tão importantes como Flaubert ou Maupassant decaiu ao nível da superficialidade episódica. As vivências puramente privadas e individuais das personagens não têm nenhum vínculo com os acontecimentos históricos e, por isso, perdem seu verdadeiro caráter histórico. E, com essa separação, os próprios acontecimentos históricos tornam-se exterioridade, exotismo, mero pano de fundo decorativo (Lukács, 2011, p. 253).

Ou seja, os romances portugueses que deixaram de figurar as verdadeiras forças motrizes sociais caíram no individualismo travestido de subjetividade. Essa subjetividade estava a serviço de uma visão de mundo alienada que afastava o protagonismo do povo dentro

das mudanças sociais profundas pelas quais Portugal passou diante do fim da monarquia e do avanço da Primeira República.

A tradição do romance histórico português muitas vezes esteve alinhada a uma visão naturalista, que teve seu valor em uma época na qual o Naturalismo se via ligado a um cientificismo que fez parte de toda uma geração de escritores europeus. Esse caminho foi importante para a literatura portuguesa tornar-se fonte de reescrita da história por meio da ficção, abrindo caminhos para outros escritores contemporâneos que questionariam de forma permanente a formação nacional portuguesa e suas contradições.

O romance *O crime do Padre Amaro* publicado em 1975 possui muitas características do naturalismo e sua influência na composição das obras literárias, há traços deterministas dentro da narrativa, esse romance possui traços deterministas nas relações de seus personagens. O que não diminui a importância da obra que retrata um Portugal em ebulição e com forte caráter anticlerical.

Ainda ao analisarmos a crítica ao modo de figuração da realidade nos romances naturalistas, percebemos uma deformação da realidade social. A mera descrição da realidade, sem demonstração de suas profundas contradições, expõe aqueles a quem a literatura naturalista se ligava em posição ideológica.

Lukács esclarece:

Qualquer um que conheça a fundo o movimento naturalista na literatura sabe qual o papel — preponderantemente negativo — a incipiente consciência socialista do proletariado desempenhou nele. O fato irrefutável e cada vez mais perceptível das “duas nações” tem consequências muito ambíguas na literatura. Lá onde o espírito da democracia revolucionária ainda está vivo na sociedade ou o socialismo já conquista escritores importantes, novas formas de um grande realismo podem surgir. Mas justamente por isso, na Europa ocidental após a Revolução de 1848, assiste-se ao alheamento dos escritores aos grandes problemas que englobam toda a sociedade e à limitação de seu horizonte a uma das “duas nações”. Que esse estreitamento traz consequências negativas e faz com que o horizonte temático da figuração se limite ao mundo do “alto” é algo que já vimos antes e voltaremos a ver (Lukács, 2011, p. 254).

O movimento neorrealista português expõe a postura dos autores modernistas e o afastamento dos escritores da realidade social portuguesa. Assim, esse embate no campo das ideias vinculadas à literatura faz todo sentido, conforme os movimentos reacionários europeus conseguiram delimitar o espaço criativo da literatura, refletindo diretamente a tomada de posição de alguns escritores.

Os escritores naturalistas figuram as massas de trabalhadores como que tomadas por instintos primitivos, incapazes de elaborar uma consciência crítica da realidade. Ao descrever locais onde as camadas baixas da sociedade vivem, um escritor naturalista pretende demonstrar essa baixaza como ausência de virtudes naturais daqueles e, ao descrever algum aristocrata, promove-o como portador de sentimentos caridosos e de desapego em relação ao dinheiro, em prol dos mais desvalidos. Não existe questionamento sobre as condições que geraram essa diferença de classe.

Em *A sagrada família* (2011), Marx elabora a crítica sobre o romance *Os mistérios de Paris*, de Eugene Sue, que fez sucesso entre os pensadores da época. A narrativa, todavia, figura os trabalhadores de uma forma sentimental, de forma que o protagonismo continuava sendo dos ricos, sem despertar consciência sobre como as estruturas sociais proporcionavam as condições de pobreza.

A decadência ideológica burguesa encaminha-se após a tentativa de revolução de 1848, quando a burguesia se afasta dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Quando o movimento dos trabalhadores avança nesse sentido, os burgueses sentem-se ameaçados e passam à reação. O reacionarismo burguês consegue mudar as perspectivas também na literatura e dará encaminhamento ao modo naturalista de figurar a realidade, distorcendo as estruturas da sociedade de classes capitalista como “mistérios” da vida — palavra utilizada por Marx em sua crítica citada anteriormente.

As massas populares que exerceram protagonismo nas tentativas revolucionárias são abandonadas na expressão literária naturalista. Elas figuram nesses romances como se fizessem parte de uma paisagem exótica ou na descrição de um ambiente qualquer. Os grandes escritores realistas conseguem demonstrar as contradições dentro das relações humanas, incluídas as relações de poder dentro da sociedade, como esclarece Lukács:

O “indivíduo histórico-mundial” no sentido do romance histórico clássico — quando tal indivíduo é realmente líder ou representante de movimentos populares autênticos — também apresenta, entre outros aspectos, esse “de fora” de que fala Lenin. Por isso, não é por acaso que os escritores que vivenciaram e figuraram apenas a decepção das massas após o fracasso social dos interesses populares nas revoluções burguesas e deixaram de lado o novo romper da revolução popular, com o surgimento de um proletariado dotado de consciência de classe, tenham abandonado essas tradições e buscado no naturalismo sua expressão literária adequada. Eles afundam politicamente em uma glorificação da pura espontaneidade das massas e essa fraqueza político-histórica constitui para ele o ponto em que o naturalismo, a forma de decadência do grande realismo burguês torna-se irresistivelmente atraente (Lukács, 2011, p. 262).

A literatura clássica ligada à tradição poética das epopeias cede espaço para o romance como forma típica de uma arte prosaica, e o caráter coletivo das epopeias dá espaço para o individualismo e a subjetividade. Esse caminho natural do romance, em que o privado se contrapõe ao público, é característico do capitalismo e da sociedade de classes.

O Naturalismo criticado por Lukács consegue estabelecer uma maior decadência: o apagamento proposital da ação humana dentro das narrativas. A teoria lukasiana da centralidade da ação será primordial para analisar o que os romances realistas propuseram de fato que representasse mudanças significativas, quando contrastados com o Naturalismo.

Esse aspecto é basilar para nossa análise dos romances neorrealistas e de seus aspectos estéticos, que, em nossa tese, apresentam-se no primeiro momento histórico como resistência antifascista. É no romance neorrealista que encontramos a centralidade da ação, a profundidade de análise da sociedade de classes e, mais além, as estruturas sociais portuguesas que proporcionaram a ascensão do fascismo e a sua permanência na sociedade portuguesa como elemento cultural das massas.

A leitura dos romances selecionados passa diretamente pela perspectiva dialética, buscando evidenciar, nos recortes trazidos pela análise, os elementos que demonstram a capacidade das narrativas de figurar a dinâmica social de forma realista, ligando a centralidade da ação dos personagens aos acontecimentos sociais importantes que demonstram as condições das relações interpessoais desses personagens com o Estado e seu papel na nação portuguesa.

De forma exemplar, Aquilino Ribeiro elabora no romance *Quando os lobos uivam* (1958) uma narrativa que consegue demonstrar os diversos interesses do Estado autoritário que, a pretexto do bem coletivo, avança sobre uma população que permanecia ligada à natureza selvagem da localidade. A relação entre público e privado, entre a propriedade privada e o uso coletivo por parte da população, todas essas contradições são evidenciadas no romance.

Na introdução do livro, ao homenagear um professor, o autor escreve: “Nesta hora que andamos com os grilhões no pulso”. É como se a literatura deixasse de ser apenas uma fruição estética ou ofício escolhido pelo escritor; escrever é uma emergência de seu tempo, sendo, assim, um exercício de liberdade. A esse respeito, a liberdade almejada pelos escritores neorrealistas, incluindo Aquilino Ribeiro, chegaria muito tarde: o escritor morreu em 1963, antes de ver o seu país libertado do fascismo.

O Neorrealismo foi para Portugal muito mais que um movimento literário, foi um movimento cultural diretamente responsável pela resistência antifascista. Diferentemente da Espanha, imersa em uma guerra civil, as forças democráticas portuguesas não foram capazes

de organizar uma resistência beligerante baseada no confronto armado contra a ditadura. Isso coloca a cultura em uma posição estratégica como meio para manter os oposicionistas unidos por uma causa, permanentemente.

Em outras palavras, a capacidade de expressão artística, em um momento de autoritarismo, faz grande diferença na disparidade de forças no contexto do salazarismo, e o espírito criativo da classe artística é força motriz para manter a oposição mobilizada durante todo o longo período ditatorial.

Essa mobilização cultural permanecerá até mesmo após a redemocratização e influenciará indiretamente o romance pós-revolucionário, o que conseguiremos analisar posteriormente com os romances de José Cardoso Pires e Valter Hugo Mãe.

1.6 Romance pós-25 de abril de 1974

A Revolução dos Cravos de 1974 acabou com a ditadura fascista mais longeva do século XX, tendo sido o movimento revolucionário um exemplo para a Europa e todas as nações democráticas do mundo ocidental. As peculiaridades da formação nacional portuguesa e os acontecimentos históricos atípicos em relação a outros movimentos revolucionários demonstraram como Portugal era diferente até mesmo em uma revolução. Alguns estudiosos chegam a dizer que não houve revolução, porque a força e a violência não foram empregadas em larga escala como em outras revoluções. A participação direta das Forças Armadas na derrubada do governo, sem uso de outras forças paramilitares ou luta armada da oposição, contribuiu para uma mística criada em torno dos acontecimentos de abril de 1974.

A capacidade de negociação e de uso de instrumentos de inteligência e contrainteligência durante o planejamento de todo o processo foi importante para a execução dos acontecimentos ter sucesso, diminuindo muito a capacidade de reação das forças favoráveis à manutenção do governo, já sob comando de Marcelo Caetano.

Esse preâmbulo é importante para demonstrar como as forças democráticas foram avançando sobre o universo fechado dos militares portugueses e toda a formação que os mais antigos de caserna possuíam, incluindo a total aversão ao pensamento progressista que envolveu os anos iniciais da ditadura militar.

Salazar empurrou as Forças Armadas de Portugal para a morte nas colônias, contrariando todos os conselhos e todas as recomendações dos militares do Alto Comando sobre

a não intervenção militar nos territórios ocupados. O fracasso das guerras coloniais e a morte de milhares de cidadãos recrutados e mobilizados para as batalhas fizeram o fim do regime fascista de longa duração acabar com a participação ativa de militares no processo revolucionário.

É importante destacar que o regime fascista português apresentava muitas peculiaridades em relação a outros países alinhados com a ideologia de extrema direita. Salazar era uma figura singular, e suas decisões fizeram o seu regime durar muitos anos sem ser incomodado pelo cenário internacional.

Depois de assumir o governo, Salazar não saiu de Portugal (exceto para encontro periódicos com o general Franco na Espanha) e evitou cerimônias. Sua força estava no talento para manipulação política combinado à obstinação camponesa. Apesar das fortes pressões da Grã-Bretanha e das potências do Eixo, consciente do inútil sofrimento de seu país ao tomar parte em guerras anteriores, Salazar manteve Portugal neutro durante a Segunda Guerra Mundial. Simpatizava com Hitler e Mussolini, e por algum tempo o país forneceu o crucial metal tungstênio tanto para Alemanha quanto para Aliados. Mas em 1943, depois que a maré claramente virou contra o eixo, Salazar permitiu que os britânicos e seus aliados americanos recorressem ao Tratado de Windsor para obter sua permissão de usar bases submarinas e aéreas nos Açores. Como recompensa, o Ocidente garantiu-lhe que a integridade dos territórios coloniais de Portugal na África e Ásia seria respeitada e, posteriormente, que Portugal seria membro da Otan (Maxwell, 2006, p. 37).

Essa longevidade do regime que havia começado ainda nos anos 30 do século XX impressiona qualquer um que se dedique a estudar a história de Portugal. Isso refletirá diretamente na cultura e em toda a reorganização da sociedade portuguesa pós-revolucionária, o que será percebido nos romances portugueses desse período.

As pretensões imperialistas portuguesas sempre haviam sido comprometidas pelo fato de que, durante a maior parte de sua história, Portugal também vivera sob domínio de outros. Essa situação era bem-vista pelos líderes comerciais e administrativos portugueses, que se contentavam em agir como testas-de-ferro para empreendedores estrangeiros ou em ver a inchada e incompetente burocracia portuguesa sustentada pelas taxas legais e ilegais cobradas pela passagem de mercadorias pelos portos do país. Esse arranjo livrava empresários e governo da tarefa mais árdua e potencialmente perturbadora de construir uma sociedade industrial moderna. Mas também gerava tensões sociais e econômicas graves, embora disfarçadas (Maxwell, 2006, p. 42).

É importante ressaltar a enorme quantidade de pessoas que lucravam com o modelo de atraso de Portugal em relação ao desenvolvimento capitalista em outras nações. É relevante lembrar também que os portugueses cujos negócios estavam baseados nas colônias apoiavam o regime; embora não o fizessem em sua totalidade, acreditavam, no início dos combates, que seus compatriotas salvariam seus negócios em terras africanas, o que o tempo mostrou ser impossível.

A literatura pós-1974 esteve ligada diretamente à repressão sofrida por tantos anos de censura. A esta altura, é necessário destacar que a censura prejudicava o autor de duas formas diferentes: uma agia após a obra ser concluída, mas a outra surgia antes, principalmente no aspecto da autocensura, atrapalhando diretamente o exercício da escrita e sua subjetividade artística, bem como na cultura do medo coletivo. O autor Cândido de Azevedo, crítico literário, expõe os meandros da censura e do medo coletivo:

Pelo medo fica a alma pequenina, embaraçada, inerte, torpe. Encolheu-se —dizemos nós de quem teve medo de agir. E não há imagem mais justa. Não admira que cultivem o medo (pois até inconscientemente o cultivariam!) todos os regimes autoritários; todos os governos dum partido exclusivo. Pelo medo das represálias que a imaginação inquieta lhes sugere, se agarram sempre mais todos os governantes tirânicos a um poder que a violência conquistou, e a violência mantém. Assim como pelo medo das sevícias que sobre eles poderão exercer os governantes poderosos, os vão sofrendo e se calando os governados infelizes. Quem melhor sustenta a injustiça social é, muitas vezes, o medo mútuo (Azevedo, 1997, p. 15).

Em um regime autoritário, todos os cidadãos são impactados pelo medo coletivo e, no caso dos artistas, o medo é duplo: sentem medo como cidadãos comuns e sentem medo como pessoas formadoras de opinião que naturalmente são. Como a posição de um escritor pode determinar se vai viver ou morrer, há o desafio de decidir o que vai escrever, de acordo com o cenário social imposto por um Estado de exceção.

A duração da censura e a implantação de diversos mecanismos estatais para cumprir os ideais de repressão reverberariam necessariamente na produção literária feita logo após a libertação da sociedade portuguesa do jugo fascista duradouro.

O segundo romance analisado em nossa pesquisa foi publicado nesse contexto pós-1974. *A balada da praia dos cães* (1982), de José Cardoso Pires, está inserida nesse processo de liberação da censura e início de uma reescrita dos acontecimentos que fizeram parte do terror do salazarismo e de suas violências. Cândido de Azevedo cita Cardoso:

A propósito da ação de Paulo Rodrigues — colaborador direto de Salazar —, no campo da censura, escreveu Cardoso Pires: “Criando um ‘Gabinete Fantasma’, ultrassecreto e onipotente, aprofundou o isolamento do gueto literário, introduzindo-lhe um *know how* sofisticado que foi até ao terrorismo cultural. A censura passou a infligir de preferência sobre o autor e não sobre o texto. Entrava no detalhe individual, no pormenor privado e na provocação psicológica, de modo a condicionar o escritor e a impor-lhe o isolamento. A publicação de uma fotografia, a simples referência do seu nome em qualquer noticiário era cuidadosamente meditado. À crítica desfavorável à obra do escritor maldito, o ‘Gabinete Fantasma’ dava-lhe curso livre. À que o elogiasse punha-lhe o carimbo de proibição. Inversamente, ao literato de confiança deixava passar o elogio e cortava o pormenor negativo — e assim, dicotomizando, distorcendo, a censura impunha uma ‘imagem oficial’ do escritor e redigia, ela também, uma versão apócrifa da Literatura Portuguesa” (Azevedo, 1997, p. 21).

Cardoso Pires foi essencial para a reflexão a respeito das violências impostas pelo salazarismo inclusive sobre aqueles que um dia fizeram parte do regime de alguma forma. O romance em análise é baseado em fatos reais, retrata um ambiente conspirativo dentro dos diversos setores policiais do regime salazarista e o assassinato do Major Dantas Castro. O protagonista do livro é um investigador da polícia judiciária: Elias Santana. Ainda, durante o transcorrer da narrativa, há menções à PIDE, aos militares identificados como comunistas e a todo o ambiente totalitário do salazarismo na década de 1960.

Cardoso foi muito conhecido por sua obra singular intitulada *Dinossauro Excelentíssimo* (1972), sátira publicada já no período de decadência do regime salazarista, uma vez que Salazar deixou o comando do país em 1968 e morreu em 1970. O livro retrata satiricamente o ditador português, tendo sido escrito no mesmo ano da morte do fascista e publicado pouco tempo depois. É interessante ressaltar que o livro não sofreu censura da PIDE, o que demonstra a distensão do regime e sua decadência, que viria a acontecer pouco tempo depois. Inclusive, há um episódio público em que um deputado ligado ao partido salazarista diz na Câmara não haver censura no país e, como exemplo, cita que a publicação do livro do autor foi autorizada.

Na obra escolhida para o escopo da nossa pesquisa, é interessante destacar a estética adotada pelo autor para o romance. A narrativa carrega a forma de romance policial, em que o protagonista investiga a morte de um Major dissidente dos fascistas, com ligações pessoais em outros matizes ideológicos.

Mesmo sob um modo de narrar diferente daquele encontrado em outros romances do mesmo autor, a forma policial contribui para que a narrativa gire em torno da elucidação do crime em si. No entanto, o ambiente social e o estado fascista de medo permanente são percebidos pelo leitor com o realismo pelo qual a narrativa apresenta os fatos. Por mais que Cardoso Pires tenha elaborado uma obra de ficção, ela é baseada em fatos reais. O autor modifica nomes de personagens, cria outros... Ainda assim, não há dúvidas de que o país retratado no romance corresponde àquele Portugal sob o domínio do fascismo salazarista e de seu desfile de horrores.

O referido romance será analisado no terceiro capítulo desta tese de forma abrangente, quando tentaremos definir como o realismo literário de Cardoso Pires contribuiu para pensar a realidade social portuguesa e retratar o fascismo português por meio da ficção. Lançaremos luz sobre a capacidade do romance de demonstrar o estado policialesco pelo qual os acontecimentos

políticos e sociais encaminhavam a vida das pessoas comuns, ao lado da contradição de uma polícia judiciária submetida aos desígnios políticos de parte dos integrantes do Estado.

O trabalho já realizado pela polícia judiciária na elucidação do homicídio do Major passa pelo trabalho constante da PIDE de esconder as provas e a atuação de seus agentes no cometimento da *queima de arquivo* que foi a morte do militar.

O romance consegue evidenciar como o medo coletivo e a histeria dos fascistas em relação aos opositores do regime transformaram a nação portuguesa em um ambiente nocivo para todos, pautado pelo medo permanente da tortura e da morte, perpetuado por agentes de diferentes órgãos do Estado.

O salazarismo, que matou milhares de opositores do regime, ao longo do tempo também foi matando quem pertencia ao governo, e a decadência do regime está diretamente relacionada ao início das guerras coloniais. As consequências para o regime de imediato surgiram dentro das Forças Armadas, com a formação de oficiais temporários, que não eram de carreira.

O clima de tensão entre os militares foi avançando juntamente com as perdas nas batalhas em terras africanas, em um ambiente conspiratório entre militares simpáticos aos ideais progressistas e aqueles fiéis ao regime fascista. Entre os oficiais temporários, muitos eram intelectualizados e não compartilhavam das ideias da extrema direita, o que gerou esse ambiente de desconfiança na caserna, que seria aumentado e culminaria na morte de militares de alta patente, como o militar citado no romance de Cardoso Pires. Citamos novamente Kenneth Maxwell:

Logo após o golpe, o Instituto Superior Técnico de Lisboa foi pichado com os dizeres: “Revolução das rosas: pétalas para a burguesia, espinhos para o povo”. Vinte meses depois, Portugal estava à beira de uma guerra civil, e Angola mergulhara em luta fratricida. É surpreendente, analisando em retrospectiva, que alguém pudesse ter sido otimista. Não faltariam espinhos quando ficasse mais claro o que estava em jogo em Portugal e na África. Embora a revolta de 25 de abril possuísse poucas conotações revolucionárias na época, também não foi um golpe de Estado comum. Derrubou a ditadura mais antiga da Europa, renunciou o fim do mais antigo império europeu e empurrou para o primeiro plano um híbrido curiosíssimo: um grupo de jovens oficiais militares europeus, profundamente influenciados pela teoria e pela prática das lutas de libertação nacional fora da Europa, que no decorrer dos meses passaram cada vez mais a ver-se como uma vanguarda revolucionária. Os aliados ocidentais de Portugal estavam despreparados para o que aconteceu, e durante doze críticos meses suas reações aos acontecimentos na nação portuguesa foram dominados pelo pânico, improvisadas e defensivas (Maxwell, 2006, p. 92).

Os movimentos democráticos foram avançando rapidamente em Portugal, inclusive entre os escritores, e houve uma profusão de publicações de livros represados durante o período

da censura do lápis azul³. Além daqueles livros escritos anos antes de 1974, houve também uma escalada de romances ambientados nos acontecimentos revolucionários, livros escritos no calor da hora dos acontecimentos, diante da enorme quantidade de mudanças impostas pelas novas condições políticas — não apenas pelo fim de um modelo político baseado no autoritarismo, mas pelas mudanças estruturais baseadas em uma ideologia marcadamente de esquerda.

Nesse cenário, mencionamos as reformas estruturantes dos governos provisórios, com a estatização de empresas, a reforma agrária e a maior de todas as mudanças, que impactaria diretamente a cultura literária: o retorno dos portugueses antes radicados nas antigas colônias em África.

O retorno dos cidadãos portugueses gerou impactos profundos nas políticas públicas, em razão do alto índice de desemprego e dos problemas com moradias, educação pública e todo tipo de serviço público oferecido pelo Estado. Embora todo esse ambiente conturbado fosse um desafio, foi nele que surgiram grandes nomes do romance português contemporâneo, entre eles Valter Hugo Mãe, nascido em Angola.

1.7 *Romance português contemporâneo*

Depois do romance português pós-revolucionário, nossa pesquisa percorrerá a contemporaneidade, com atenção à permanência do fascismo na literatura portuguesa, mesmo após o fim do regime salazarista. O realismo dos romances selecionados no escopo da pesquisa está ligado diretamente à posição da crítica literária dialética, que propõe uma análise dos romances e de sua importância para a continuidade de uma produção literária comprometida com os acontecimentos sociais de seu tempo e a historicidade envolvida com a constituição da sociedade portuguesa em sua totalidade.

A literatura é uma fonte rica para o conhecimento da história de uma sociedade em particular, e a literatura portuguesa vinculada ao realismo como método consegue reelaborar a história recente de Portugal de modo que faz a realidade contemporânea do país ser respondida por meio da literatura. O professor Benjamin Abdala Jr. esclarece:

³ A constituição do Estado Novo em 1933 instituiu formalmente a Comissão de Censura, símbolo da repressão do regime as intervenções nos textos eram feitas com lápis azul.

O trabalho artístico aberto aos mecanismos mais dinâmicos da realidade social. Uma das funções sociais da linguagem é servir de relação entre o que ocorre em todos os campos do conhecimento. Trabalhar a linguagem nessa dinâmica é promover uma literatura ativa, que não se reduz a quaisquer esquematismos. O trabalho com a linguagem torna-se assim simétrico à função social da literatura: promover a transformação da realidade, da qual é parte constitutiva (Abdala Jr., 1985, p. 161).

O romance selecionado para análise dessa fase da literatura portuguesa é *A máquina de fazer espanhóis* (2010), do escritor Valter Hugo Mãe. O primeiro aspecto importante a ser considerado é a nacionalidade do autor: apesar de Valter ser português, nasceu em Angola e vivenciou na própria experiência o caminho percorrido pelos portugueses que viviam nas colônias e tiveram de voltar para Portugal após os processos de independência dos diversos países por ele colonizados.

Esse aspecto é primordial para repensar Portugal após a redemocratização e todas as consequências sociais do fim do regime fascista, diante de um governo de esquerda depois de tantos anos e da ausência de colônias em um país marcado pelo processo colonial desde seus primórdios.

Há a nacionalidade portuguesa, o espírito de pertencimento, os conflitos sociais, a xenofobia e todos os problemas causados por uma nova ordem social imposta pelo fim do Império Português em seu sentido amplo e genérico. O romance posiciona-se em uma nova fase do povo português, sem desvincular-se do passado desse mesmo povo. Trata de reorientar a formação social portuguesa, reconhecer os problemas oriundos de uma ditadura longa e observar a nova sociedade portuguesa após um processo revolucionário, ao mesmo tempo de sucesso e controverso em diversos aspectos.

Os desafios da literatura portuguesa contemporânea são apresentados por uma geração de escritores ligados a essas mudanças da própria constituição da nacionalidade portuguesa mediante os processos de ruptura vivenciados por todo o século XX, que não seriam apagados com a chegada do século XXI. Tanto é que o livro selecionado para o último capítulo de nossa tese é do final da primeira década, e as novas configurações da sociedade portuguesa democrática serão reverberadas em diversos romances contemporâneos.

As mudanças da sociedade portuguesa foram muito intensas em pouco tempo, houve a saída da ditadura e o processo revolucionário foi conturbado até a eleição de Mário Soares nas eleições constitucionais em 1976. A queda do Estado Novo após a revolução bem-sucedida não foi sinônimo de pacificação nacional; os integrantes da extrema direita fizeram um grande

movimento contrarrevolucionário que atrapalhou diversos avanços das pautas do PCP e de outros partidos mais à esquerda.

Em novembro, uma vez encerrado esse ciclo, tinha já migrado para Portugal a grande maioria do meio milhão dos “retornados” (um terço dos quais nascidos em África) que o recenseamento da população detetaria em 1981 (Pires, 2000). Fundamentalmente fiéis a um discurso colonial lusotropicalista, os “retornados” pareciam constituir na fase final do processo de redemocratização um bloco sociopolítico e identitário que reforçava significativamente o Portugal posicionado abertamente contra a Revolução, agregado em torno da rejeição radical desta e, por consequência, da democracia, porque fundadas nos princípios da ilegitimidade do colonialismo e do reconhecimento do direito à autodeterminação. Nas narrativas políticas amplamente maioritárias no seio desta comunidade, rapidamente adotadas pela direita e, com o triunfo político e cultural da contrarrevolução, pela maioria da sociedade, a omissão e/ou negação da colonialidade da dominação portuguesa, da ilegitimidade da violência da guerra e do racismo, a descolonização e o retorno (apenas uma parte do qual direcionado para Portugal, já que uma grande proporção dos colonos escolheu transferir-se para a África do Sul e o Brasil) explicam-se como uma amputação irracional, moralmente condenável (a “cobardia” das Forças Armadas portuguesas, que teriam abandonado os colonos, os “interesses ocultos” dos governos da Revolução...) (LOFF, 2022, p. 97).

O país se dividiu em muitos momentos e em diferentes pautas relacionadas à nova constituição e à participação estatal na economia nacional, além de outras pautas relevantes para os governos constitucionais de transição. Houve, por exemplo, os movimentos da Igreja Católica no norte do país e a ação dos pequenos proprietários rurais, além do Cardeal Cerejeira na região do Minho e de outros atores sociais responsáveis por atrasar diversos avanços da pauta socialista.

O que queremos evidenciar com essas breves considerações é que alguns aspectos das mudanças experimentadas pelo modelo de organização social e, conseqüentemente, pela posição econômica de Portugal em um contexto democrático e de União Europeia serão significantes para a construção de uma nova cultura em Portugal, vinculada principalmente ao fim das colônias e aos processos migratórios entre os países recém-declarados independentes e a antiga metrópole.

Os problemas sociais gerados nesse processo intenso de migração seriam objeto de interesse de diversos autores, principalmente nas diversas narrativas a respeito das guerras coloniais e do efeito devastador sobre os moradores locais e os portugueses que foram para as frentes de batalhas.

Ainda sobre esses impactos sociais na literatura portuguesa contemporânea, podemos destacar outro fenômeno na produção literária: o grande número de escritores africanos de países de língua portuguesa que escreveram sobre o período das guerras coloniais ou já após os

processos independentistas que fizeram uma reflexão sobre o papel de Portugal em suas respectivas culturas.

O avanço dos estudos decoloniais em literatura é um sinal de que os acontecimentos sociais são refletidos diretamente na escrita literária, e esses escritores africanos fazem uma reflexão permanente sobre o impacto da colonização portuguesa em suas formações nacionais.

Os romances históricos vinculados à formação nacional de Angola e Moçambique são exemplo de que o processo colonial e seus desdobramentos não foram nem devem ser superados, no sentido de não apagar as atrocidades praticadas pelos europeus por todo o globo. Nessa direção, Portugal tem suas peculiaridades, sob o aspecto das violências e mais ainda sob a forte ligação do país com a Igreja Católica, ao lado, em alguns romances mais recentes, da força repressora salazarista nos territórios africanos, como a PIDE e seus agentes.

A literatura portuguesa contemporânea pensará um Portugal formado por suas contradições históricas, e os autores desse momento estão preocupados com a herança ideológica de alguns setores da sociedade do passado que refletem diretamente na sociedade do presente.

Trata-se de acontecimentos do passado vinculados à violência, à tortura e às arbitrariedades cometidas por portugueses contra portugueses e por portugueses contra povos originários dos territórios ocupados. É a contradição de um país que invadia territórios alheios, mas também foi invadido por outras nações; são as contradições que tangem ao lugar esperado de Portugal em um protagonismo mundial, muitas vezes uma imagem deturpada de como eram as relações econômicas no capitalismo internacional.

O romance de Valter Hugo Mãe está pautado pela subjetividade relacionada ao protagonista, um idoso, viúvo, que se encontra em um asilo. Nas memórias evocadas em torno do protagonista, há uma descrição de Portugal do passado, com uma espécie de saudosismo de alguns momentos históricos e remorso por outros.

O protagonista carrega uma melancolia que não é simplesmente uma característica individual dele; é como se fosse um sentimento coletivo de uma nação reconstruída em suas dores e seus arrependimentos, diante de frustrações com algumas ideologias, expectativas de outros tempos.

As metáforas e a linguagem poética do romance fazem com que as reflexões provocadas no leitor sejam graduais. Mais do que isso: é como se a narrativa, relacionada a um idoso, avançasse como um caminhar lento da velhice, em que as imagens descritas passam lentamente, enquanto as imagens do passado causam desconforto sobre o passado não somente de um velho

português, mas de um Portugal velho, que insiste em permanecer nas ideias atuais de alguns portugueses e insistem em permanecer em jovens com ideias antigas.

A memória como força motora em alguns narradores é um elemento importante na literatura portuguesa contemporânea. Em alguns autores, esse aspecto é mais característico, como nas obras do autor António Lobo Antunes. No romance selecionado para nossa pesquisa, o elemento memorialístico assemelha-se ao jeito de narrar do protagonista Riobaldo de *Grande sertão: Veredas* ou até mesmo ao de Paulo Honório de *São Bernardo*. Valter Hugo Mãe sempre cita Inácio de Loyola Brandão como exemplo de autor que ele se inspira.

O processo é narrar com as lembranças do passado, mas são lembranças que fazem parte da formação do caráter do narrador, misturando-se o caráter do protagonista com o caráter geral do povo ou, em alguns casos, com a dissidência desse mesmo povo. Tomamos um trecho de um artigo de Wander Melo Miranda sobre a memória na narrativa e sua relação direta com a ação humana:

Narrar é agir. O significado do vivido toma forma nas ações e através das ações compartilhadas, que se tornam o meio essencial para lançar os fundamentos de uma atuação autêntica que o futuro arrancado ao passado, na narrativa, deixa entrever. Trata-se de encontrar a memória involuntária da própria história, de opor a “tradição” sufocada do oprimido à “história” triunfante e consolidada dos adversários que não cessam de vencer. A contraposição ao proceder triunfal do espírito vencedor requer a ruptura com a continuidade, para que possam ser recuperadas do passado, feito tábua rasa, outras imagens diferentes das imagens até então consignadas pelo vencedor. A possibilidade da lembrança descortina-se justamente onde a história procede ao apagamento do que passou, ou seja, no detalhe, no particular, no pequeno e insignificante, a partir deles e com eles, recriados e vividos pela memória (Miranda, 2011, p. 205).

António Jorge da Silva, o senhor de 84 anos que protagoniza o romance, trabalhou como barbeiro. Valter Hugo Mãe escolheu a profissão de seu personagem não por acaso: sob um olhar despercebido do leitor, pode parecer uma profissão simples, um trabalhador comum; porém, os barbeiros veem a vida urbana passar de um modo diferente, com ouvidos sempre atentos aos assuntos debatidos enquanto homens esperam para cortar o cabelo e fazer a barba. Esse tipo de profissional ouve histórias de todos os tipos, e os fatos relatados pelos clientes incluem casos de amor, de ódio, briga de um, de outro, violências.

A profissão do idoso era uma posição privilegiada na constituição de suas memórias, que se confundem com as memórias de outras pessoas que passaram pela vida dele e de sua família. É como se o protagonista fosse um acumulador de memórias alheias, memórias coletivas e, em um princípio de totalidade, memórias nacionais.

Serão essas memórias nacionais da narrativa *A máquina de fazer espanhóis* que analisaremos de forma pormenorizada., partindo de um olhar crítico sobre o realismo do romance português contemporâneo e avançando sobre os aspectos do romance que estão ligados à realidade atual do país.

CAPÍTULO II

Quando os lobos uivam: literatura como resistência antifascista

A nação é de todos, a nação tem de ser igual para todos. Se não é de todos, é que os dirigentes, que se chama Estado, se tornam quadrilha.

Aquilino Ribeiro

2.1 *Aquilino Ribeiro: romancista neorrealista?*

Aquilino Ribeiro nasceu na freguesia de Carregal de Tabosa, em Sernancelhe, em 1885, filho de Mariana do Rosário Gomes e do padre Joaquim Francisco Ribeiro, tendo falecido em 1963. Nessas primeiras linhas sobre o profícuo escritor português, já se destaca o fato de o autor ser filho de um padre — informação basilar para compreender o percurso formativo do escritor, que sempre esteve ligado a uma narrativa declaradamente ligada a um Portugal rural e distanciado dos grandes centros urbanos.

O celibato de alguns padres no interior de Portugal não era visto com rigidez pela sociedade local, não causava tanta estranheza o descumprimento desse. Por essa razão, ainda que o pai de Aquilino não o tenha registrado formalmente, fez esforço para que o filho tivesse uma boa formação escolar. Aquilino estudou em um seminário em Beja, contando com as recomendações do referido pároco.

O tempo histórico que o autor nasceu e viveu sua juventude é marcado pelas conturbações políticas da Monarquia Portuguesa, as difíceis posições de Portugal como um país periférico do centro do capitalismo. Mais do que a marginalidade do processo do capital e desenvolvimento industrial do século XIII e XIX, havia ainda a relação econômica desgastada com os ingleses e outras nações em África, essas conturbações sociais geraram a pressão popular sobre a Monarquia, culminando no Regicídio do rei D. Carlos I em 1908. O cenário político é descrito na recente biografia do autor beirão escrita por Renato Nunes: o final do século XIX em Portugal foi marcado pelo evidente fracasso/descrédito do sistema político rotativista (com a manipulação das eleições a ser constantemente denunciada pelos republicanos), pelo agravamento das tensões sociais e, ainda, pela grave crise econômico-financeira da qual não poderemos dissociar, entre muitos outros aspectos, o aumento do endividamento externo, para dotar o país dos melhoramentos materiais que os Regeneradores procuraram implementar, a partir de 1851. Circunstâncias que tornavam ainda mais evidente o descontentamento dos setores urbanos mais progressistas em relação à própria instituição monárquica (Nunes, 2020, p. 55).

Em 1907, aos 22 anos, o jovem escritor já deixava suas palavras impressas em textos ideologicamente vinculados ao espírito republicano e aos diversos movimentos sociais que circundavam os acontecimentos históricos em torno da queda da monarquia. Tendo sido preso, o escritor fugiu para Paris em busca de exílio.

Aquilino vinha de uma região ultraperiférica no próprio país, extremamente rural e atrasada economicamente — talvez por isso, desde cedo, o autor tenha se destacado nos estudos para conquistar sua mobilidade social. Chegou a Lisboa no início no século XX e posteriormente encaminhou-se para o primeiro exílio em Paris, em 1908, local onde permanecerá até 1914.

Estudou filosofia em Paris, tendo tido contato direto com os movimentos sociais anarquistas, enquanto se arquetava, no centro do capitalismo europeu, um ambiente belicoso que seria ampliando na primeira década do século XX. Dentro dessa atmosfera, o escritor português já demonstrava suas reflexões sobre a sociedade europeia e sobre como se desenhava o ambiente de disputas e guerras antes da deflagração da Primeira Guerra Mundial. Manteve um diário pessoal intitulado *É a Guerra*, escrito em 1914 e publicado em um intervalo de 20 anos. Para entender esse momento de sua juventude, citamos um artigo de Carina Carmo sobre os textos do autor quando ainda em Paris, que ajuda a perceber como a escalada da violência na Europa incomodava o autor e seus ideais republicanos:

Em Aquilino, impõe-se a aversão ao protagonismo político das massas que fizeram o ocaso da sociedade liberal burguesa da *Belle Époque*; “o fim do longo Verão” europeu, de 1815 a 1915, como lhe chamou George Steiner (1992, p. 15). As críticas implacáveis que lança à política e à imprensa francesas dão conta da sua reação epidérmica à massificação da política nacionalista e à manipulação mediática a ela associada. Apesar das diferenças no grau de profundidade reflexiva sobre o assunto, não posso deixar de ligar esta exasperação aquiliana com a imprensa do seu tempo à leitura que Walter Benjamin faz do fenômeno mediático. No capitalismo avançado, defende Benjamin em tom melancólico, a transmissão da experiência pela narrativa oral soçobra diante dos meios de comunicação massiva, vindo eles a ser fundamentais na expansão dos grandes movimentos de massas do seu tempo (Carmo, 2014, p. 65).

Ainda jovem, o autor consegue fazer uma reflexão a respeito da direção para onde o nacionalismo na Europa se encaminharia, ou seja, a capacidade intelectual do autor já se demonstrava decisiva por perceber para onde os caminhos ideológicos da direita francesa levariam a nação em suas beligerâncias contra a Alemanha. Citamos um trecho do texto aquiliano:

Às pátrias é indispensável o culto dos heróis, o feito das armas, epopeia e lenda, exaltamento do eu coletivo como elemento de vinculação sentimental entre os indivíduos. Sem este glaciis em torno das consciências esboroar-se-iam as fronteiras. No intuito de evitar semelhante catástrofe, instituíram os interesses criados na religião da pátria com seus curatos e prelaças (Ribeiro, 1934, p. 30).

O nacionalismo sequestrado pelos movimentos reacionários por toda a Europa tenta resgatar o caráter coletivo destruído pelo capitalismo e pelo individualismo cultural tão característico nas nações centrais. Esse resgate do coletivo é interessante para perceber como o artista consegue analisar os movimentos do seu tempo e evidenciar os interesses que estão por baixo dos discursos oficiais.

É uma contradição dentro da cultura burguesa o resgate do caráter coletivo das sociedades e posteriormente das ligações sociais naturais dentro de uma nação. No âmbito do

desenvolvimento da cultura burguesa, é basilar o caráter individualista do capital, que, desde seu nascimento, propõe a meritocracia e o crescimento pessoal de cada indivíduo na sociedade de classes, enquanto, na direção contrária, a coletividade sempre esteve no discurso socialista, desde a sua origem. A crise do capital ocasionada pelo desejo desenfreado de crescimento e de acumulação do capital pelas nações centrais faz a ideologia burguesa já decadente ressurgir em seu movimento reacionário jamais visto desde a Comuna de Paris 1871.

Aquilino retorna para Portugal com a Grande Guerra em curso, em 1914, tendo já publicado em 1913 o livro de contos *Jardim das Tormentas*, casado com a alemã Grete Tiedman e com um filho. Desde o princípio, era um escritor de ofício dedicando horas e horas às pesquisas de vocábulos dos povos da Beira Alta e escrevendo disciplinadamente todos os dias.

Não podemos esquecer a participação de Aquilino no chamado Revirvalho. Para o autor beirão, a política estava na ordem do dia de seu tempo e, como os ideais republicanos eram reverberados por quase toda a intelectualidade portuguesa, havia um ambiente propício para o crescimento de uma burguesia tipicamente atrasada em relação às grandes potências capitalistas, que ditavam as mudanças sociais que aconteciam rapidamente.

Expliquemos o Revirvalho: foi um movimento de resistência republicana à ditadura militar instaurada em 1926, o qual promoveu diversas ações de sabotagem de ataques a bomba em diversas regiões do país. Sufocado pela ditadura militar, o movimento foi interrompido, porém ficaram os ideais republicanos e democráticos em uma forte resistência de parte da intelectualidade, o que resultaria em diferentes nomes ligados ao Revirvalho que depois se destacariam no movimento neorrealista da literatura portuguesa.

A vida política ativa de Aquilino também se refletiria em sua vida pessoal, pois, em seu segundo casamento, uniu-se à filha de Bernadino Machado, o terceiro presidente da República, que foi deposto por Sidónio Pais.

O círculo à volta de Aquilino está diretamente ligado à resistência republicana e democrática. Desde o início do autoritarismo militar em Portugal, o autor demonstrou a sua ligação com os movimentos democráticos e, com suas publicações, colocava seu ofício como escritor em favor da democracia.

Durante muito tempo, Aquilino conseguiu exercer seu papel sem ser incomodado pela censura, sendo considerado um grande escritor e convidado para eventos promovidos pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Mesmo assim, o lápis azul chegou ao autor.

Quando os lobos uivam (1958) tem uma temática muito peculiar no que diz respeito ao que seria basilar no Neorrealismo português. Embora muitos romances publicados ainda na

década de 40 estivessem ligados ao campo, a diferença na obra de Aquilino é que as regiões serranas apresentavam uma forma de vida campesina particular, que não era um modo de vida rural como nos latifúndios das regiões do Ribatejo e Alentejo.

As publicações dos primeiros romances neorrealistas abriram espaço para a ampliação das temáticas regionalistas na literatura portuguesa. É interessante destacar que, nos últimos anos do século XIX, a constituição de uma burguesia que consumia literatura era vinculada ao modo de vida urbano — seja em Lisboa ou no Porto, o modo de vida que valia para muitos escritores era a vida citadina desses grandes centros.

Aquilino sempre esteve próximo da realidade da região onde passou a infância e, por mais que tivesse saído cedo para estudar, mesmo após sucessivos exílios, o autor nunca se distanciou de seu povo. Como escritor, sempre teve a preocupação de caracterizar o povo beirão em todas as suas particularidades, incluindo a linguagem.

O romance narra a história de uma disputa entre o Estado e a população local na região fictícia de Serra dos Milhafres, onde os moradores vivem da subsistência baseada vegetação natural da serra, incluindo plantações e caça. O protagonista da narrativa chama-se Manuel Louvadeus, um homem que ficou por anos fora de Portugal, morando no Brasil, e que, ao retornar para sua terra natal, ficou sabendo da disputa.

A narrativa inicia-se com a chegada de Manuel a sua casa após longos anos de distância, reencontrando seus filhos adultos, sua esposa e seu pai, Teotônio Louvadeus, que exerce grande papel dentro da narrativa.

Na primeira reunião de representantes do governo com moradores locais, é exposta a intenção do Estado para a região, de desapropriar algumas terras e reflorestar a serra, com o suposto intuito de levar progresso. Ainda no início do romance, com a chegada de Manuel Louvadeus e a descrição familiar, o filho já informa o viajante que regressa do Brasil sobre as notícias que correm: “O pai já ouviu que nos querem roubar a serra!?! Por esses povos fora, não se fala em outra coisa. Vai correr muito sangue” (Ribeiro, 2011, p. 19).

O povo local considera que o Estado vem para roubar a serra, assunto que já é introduzido na apresentação dos personagens. Na conversa com os integrantes da família, Manuel Louvadeus pergunta sobre a vizinhança, sobre seus amigos e sobre o vizinho advogado chamado Dr. Rigoberto. Quando os filhos respondem, já há na resposta o caráter repressivo em que se encontrava a nação portuguesa:

O doutor Rigoberto está bom — respondeu Filomena — Os do Governo têm-lhe feito muitas poucas-vergonhas. Levaram-no preso, mas tiveram que o soltar, que ele também tem amigos. Depois prenderam-lhe os filhos, e ele, ao fim dum tempo, lá os

tirou da cadeia. Parece um carvalho aos montes. Nada lhe mete medo. Olha, faz o bem que pode. Também cá pela serra ninguém toma outro advogado. Ele aqui dita. Não dita leis, leis, as o que ele diz é o que se faz. Todos aqui no povo metem as mãos no lume por ele, é só mandar (Ribeiro, 2011, p. 21).

Manuel, ao encontrar com amigos da região, é questionado se participaria dos movimentos de resistência local, e desde o primeiro diálogo o protagonista diz ser contra a violência, quando o interlocutor o rebate:

— Não me digas isso! Muito do que se faz, não se faz ao bem, faz ao mal. É velho como o mundo. A maioria dos reinos, das fortunas, dos senhorios, das dominações, foram construídos pela força e argamassados com sangue. É ou não é assim? (Ribeiro, 2011, p. 31).

O uso da violência é monopólio do Estado — assim o é desde o fim do absolutismo e desde o início da teoria do contrato social. Contudo, a perversidade da acumulação primitiva foi elaborada e executada por meio da violência, portanto, caso o povo queira resistir ao roubo de suas terras, só será possível por meio da luta de fato.

A resistência por meio das leis será exercida pelo Dr. Rigoberto. Durante a narrativa, são evidenciados os grandes acordos entre membros do judiciário local e da comunidade que possuíam mais poder e dinheiro, a fim de se beneficiarem das obras que o governo havia proposto.

Esse aspecto da narrativa é interessante, pois consta no relatório elaborado pela censura oficial sobre o livro a referência às relações escusas entre os poderosos do judiciário e aos benefícios oferecidos a quem ajudaria o governo em seus objetivos de desapropriação das terras da região.

— Qual nosso bem?! É para bem deles! Os pinheiros cortam-nos eles, quando forem medrados. As estradas que se propõem fazer pela serra fora só para eles é que servem. As casas constroem-nas para os guardas. Põem telefones, mas é para uso próprio, prevenirem os postos se os mateiros andam à lenha ou lhes cortam uma estaca. Numa palavra, os benefícios só a eles beneficiam. Adeus, adeus, ali ninguém mais entra. Pior que a torre da Madorna! — arengou o moço que pouco antes citara a batalha de Aljubarrota (Ribeiro, 2011, p. 33).

O Estado não provia o processo civilizatório da região, e a fala de Manuel Louvadeus cita isso diversas vezes. Como o personagem ficou muito tempo no Brasil e narra suas desventuras no país, há um paralelo entre o atraso civilizatório de sua terra natal e o da ex-colônia portuguesa.

A narrativa expõe as condições históricas de abandono da região pelo Estado, tendo em vista que o modo de vida do serrano muito se assemelhava ao modo de vida feudal, baseado na

subsistência. A justificativa para a invasão dos serviços florestais é que traria o progresso. Se analisarmos o processo de expulsão dos antigos servos com o fim do absolutismo europeu e o problema da acumulação primitiva, há uma similaridade com a posse da propriedade privada da região afetada pela intervenção do governo sob o pretexto de integração social com a construção de estradas e infraestruturas.

A narrativa também expõe elementos políticos importantes que, mesmo citados de forma rápida, colocam o leitor a par da visão de mundo que o livro propunha como interpretação dos acontecimentos. O advogado que representa o povo, Dr. Rigoberto, é citado como *reviralista*, expressão utilizada para quem participou ativamente do Revirinho — muitas vezes usada apenas para definir socialmente quem se opunha ao regime ditatorial, sendo importante ressaltar que o próprio Aquilino Ribeiro havia participado de algumas ações do tipo. Citamos o trecho sobre o Dr. Rigoberto, reviralista notório, que regressara de Lisboa na véspera, contando as anedotas picarescas que arrebanhara pelo Chiado de achincalhe à situação ou aos seus homens. (Ribeiro, 2011, p. 42).

Outro aspecto interessante é como a vida na beira da serra ainda possuía um aspecto comunal, o modo de vida da coletividade, toda a liberdade individual de cada morador para explorar a vegetação local sem que ninguém do Estado o incomodasse, o uso da vegetação e a exploração da caça — estes últimos como uma característica do pai de Manuel Louvadeus. A invasão das serras pelo Estado ocorrerá em diversas comunidades:

O espaço bravo interjacente representava no plano nacional prejuízos econômicos intoleráveis. Não se justificava a sua manutenção, tal qual, a título de que fornecia umas tantas carradas de tojo ou carqueja a este e àquele povo ou pastavam nele umas dúzias de ovelhas tinhosas. Todavia, nas aldeias referidas, condensava-se uma certa resistência, mais latente aqui, mais explosiva além, contra o regime que se pretendia instaurar, regime que, se por agora os privava de certas zonas baldias, lhes trazia vantagens incalculáveis no futuro (Ribeiro, 2011, p. 45).

Os baldios são o que resta de terras livres, sem que o Estado reclame posse ou litígio dos moradores sobre o espaço. Representantes do governo reclamarem de prejuízos econômicos significa que o que a população local explorava de recursos naturais de nada valia para o Estado — ainda que, para eles, fossem recursos de grande valor para o modo de vida de subsistência.

Na primeira reunião com representantes do serviço florestal, o funcionário do governo lê os termos do acordo que seria imposto para os moradores, momento em que podemos refletir sobre o tipo de aspecto jurídico imposto e o tipo de propriedade privada que deixaria de existir:

Os signatários renunciavam, em nome dos povos de que eram os legítimos representantes, a todos direitos havidos e por haver à parte da serra que entestava com

as suas folhas e fora seu logradouro arbitrário, porquanto não existiam documentos nem atas nos livros das juntas que comprovassem ser alguma vez coutada ou serventia tradicional da freguesia; em compensação, os Serviços Florestais dispensavam aos povos logradouros definidos, que eles aproveitariam a seu talante, segundo os hábitos ancestrais —, convidou os presentes a subscrever (Ribeiro, 2011, p. 46).

Se os moradores não possuíam documentação em atas de livros e juntas, ou seja, uma espécie de registro de posse, eles não eram proprietários das terras. Logo, o discurso oficial revertia o direito à propriedade, deslocando-o para o Estado. É interessante refletirmos sobre o discurso nacionalista da extrema direita portuguesa, que sempre dizia proteger a propriedade privada do fantasma do comunismo internacional, mas na prática os pequeninos que ali moravam não estavam sendo desapropriados pelo comunismo nem por uma revolução dos trabalhadores.

Sobre a propriedade privada e um tipo de vida comunitário, não há divisões entre as propriedades da vizinhança, não há disputas sobre cercas ou ameaças de morte de um a outro morador. Na fala da narrativa, é demonstrado o modo vida de uma comuna, em que não há busca por nenhum tipo de vida individual, e sim coletiva:

— Livre e plena propriedade! Na serra não existem divisórias, nem muros, nem coutadas, nem empedros. O Lavrador chega e ninguém o coíbe de encher o carro; escolhe campo o que mais madruga; o mais operoso; o mais apto. É um prêmio ao esforço; os gados pastam à rédea solta sem coureiro que os acoime. Em algumas destas aldeias diz-se: Nasce um cordeiro, nasce o pastor que o há-de guardar, tanto a serra é o providencial e oportuno redil. Tirando-lhes a serra, que lhes dá o Estado em compensação? Dá-lhes, se der, daqui a dez, quinze anos, lenha; caruma; estacas para feijoeiros e para foguetes; areis impregnados de essências vegetais, quando até agora são de oxigênio puro e ozone dos altos; e sombras, oferece-lhes muito boas sombras. Oferece-lhe também belas paisagens (Ribeiro, 2011, p. 54).

O Estado desapropriaria da serra os moradores e não faria nada de realmente proveitoso para a sociedade, assim como deslocaria os povos para a cidade em um processo de desenvolvimento baseado em um progresso que de fato não existiria.

É interessante que no romance há conceitos semelhantes às ideias de Marx sobre progresso sob a ótica do capital. Citamos um trecho em que engenheiros do governo querem convencer os moradores da região afetada de que seriam “beneficiados” pela intervenção do Estado:

O progresso não é um ferro de engomar. Alguma coisa vai cilindrando na sua marcha. Sempre assim foi. O comboio matou o almocreve; o automóvel está a matar o comboio; amanhã o automóvel será vítima do avião. Entravar a renovação do mundo em nome de coisas que apenas têm de recomendável a poesia de que as cerca a madureza dos nossos hábitos não é de admitir. Rigoberto estacou um momento, pôs os olhos no teto da sala e redarguiu, fitando o delegado do Poder absoluto: — O

progresso, senhor engenheiro, é uma operação, mas não é uma moral, convenho (Ribeiro, 2011, p. 55).

O conceito de progresso para a máquina de esmagar do capital é contraditório, uma vez que o trabalhador português que busca seu meio de subsistência tem uma independência da mercadoria produzida no desenvolvimento urbano e industrial. A contradição está no progresso para o país e sem a melhoria da vida material dos moradores locais, o progresso vem somente nas palavras dos detentores do poder decisório.

O Estado quer integrar os que ali estavam, não para “desenvolver” a região, mas porque os pequeninos atrapalhavam os interesses econômicos do governo, cujo representante diz:

Pois eu, como representante do Estado — Contestou Lisuarte Streit em voz espinotada, pegajosa de furor —, o que muito bem sei é que o quilômetro da serra como se encontra atualmente não vale um hectômetro da serra como poderá vir a ser. Isto numa escala de valores, que é coisa concreta e não subjetiva. Se o homem se deixasse ilaquear por argumentos sentimentais ou de oportunidade local, ainda hoje andaria de tanga. Quem faz o mundo, que faz a natureza, que faz o homem é o homem. Esse que para aí vegeta, filho de penhascos e bamburriais, merece que continue como está, aproveitando apenas a si próprio, confinado em si próprio, dentro dum egoísmo parado, inútil e circunscrito como um ovo que gorou? Se o merece, se alguma filosofia econômica defende tal ordem de existência, então que os arados não entrem nos chavascais (Ribeiro, 2011, p. 62).

Isso demonstra a visão do capitalista e da acumulação do capital, mais fortemente evidenciada sob a perspectiva fascista de governo que pretendia um desenvolvimento tipicamente imperialista, mesmo dentro de território português; o modo de vida do trabalhador não importa, o que importa é sua integração à máquina de destruição do capital. Não é que os trabalhadores da região não estivessem ligados ao dinheiro como meio de troca de mercadorias, mas suas mercadorias produzidas na região serviam para a sobrevivência daqueles que se revoltavam no contexto da narrativa. Relembremos com este trecho dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx, em seu texto intitulado *Trabalho Estranhado e propriedade privada*.

A economia nacional não nos dá esclarecimento algum a respeito do fundamento (Grund) da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra. Quando ela, por exemplo, determina a relação do salário com o lucro de capital, o que lhe vale como razão última é o interesse do capitalista; ou seja, ela supõe o que deve desenvolver (Marx, 2010, p. 79).

O modo de vida dos moradores locais escapa à lógica do lucro do capital, ou seja, o discurso do representante do governo é deslocado da realidade do povo. Há uma inversão sobre

valores, como se o suposto lucro que viria com as intervenções do governo fosse algo objetivo e as palavras dos moradores sobre a vida na serra e sua realidade fossem algo subjetivo.

O progresso, nessa visão capitalista, está vinculado ao lucro, e essa região não dava lucro por ser posse dos moradores locais. Alguns moradores locais, porém, apoiavam a intervenção do governo em busca de acordos escusos com o judiciário ou até mesmo em busca de favores, como o personagem Lêndea, que apoia os representantes do governo para que o filho Bruno se tornasse guarda florestal.

O romance questiona a todo o momento o processo civilizatório, e as pequenas falas de Manuel Louvadeus permitem ao leitor repensar qual é o caráter humano nesse processo e suas contradições. A retórica de Louvadeus deixa o leitor pensando na própria história constitutiva de Portugal como nação, quando o autor coloca o protagonista como alguém com ambição pessoal de ficar rico se aventurando no Brasil. Manuel Louvadeus, sobre o modo de vida serrano:

— Não interessa! A aldeia, tal como se acha hoje com um atraso de muitos séculos, sobre o mundo civilizado, queda indiferente à aventura. Para o serrano, com a sua casa de colmo ou telha-vã, tamancos de amieiro couraçados de testeiras de ferro, metido dentro da capucha de burel, que, espécie de saco descosido, deve ser ainda o feio e prático manto do turdetano, isto é, do aborígine, assoando-se para o chão com premir uma venta e depois outra, e limpando-se ao canhão da véstia, dormindo numa promiscuidade de cama de barqueiro, com o pesado carro céltico de rodas fixas, panelas de barro em vez de potes de ferro, creosene em vez de luz eléctrica, o que condiz é a serra como está. Doutro modo, para ele é um contrassenso. Sem ele, aceito. Mas joguem-no primeiro ao mar ou desloquem-no para outras paragens, como se fez a muita gente depois da guerra. É verdade, por que não tiram para outras regiões a população dos lugares que pretendem colonizar? Agora, subverter a fisionomia da serra sem mudar a essência do serrano é mais que degradá-lo, é injetar-lhe a peste lenta. A arborização vai fazer do pobre íncola o que a arma de agulha fez do pele-vermelha: suprime-o inexoravelmente. Os senhores acham bem? Na minha opinião humilde e desambiciosa, opinião de quem vê o homem através da sua humanidade, o que há a fazer é plantar civilização nas aldeias, uma civilização digna de século XX, antes de pensar em ir para serra mudar-lhe a natureza (Ribeiro, 2011, p. 63)

O que seria uma civilização digna de século XX? O que seria o atraso? As contradições do atraso do capitalismo periférico português estão latentes na visão de mundo do protagonista quando ele afirma que o governo quer invadir as terras das serras, mas não quer deslocar a população para outros lugares, quer mudar o modo de vida do serrano, mas não oferece nova perspectiva para o povo.

No início da fala, ele cita o atraso até mesmo nos objetos utilizados no cotidiano e o contrassenso da proposta do governo. Cita que seria preferível deslocar o povo para outras paragens, até mesmo ao mar. Ora, o mar foi a saída dos portugueses para sua expansão imperialista, e a colonização foi a grande força motriz da nação por tantos séculos; ou seja, o

protagonista expõe as contradições do colonialismo mesmo em se tratando de um problema regional.

Essa fala do protagonista compara o povo serrano até mesmo aos povos originários de outras terras: quando ele cita os chamados “peles-vermelhas”, há uma visão de que o Estado quer diminuir a importância do povo serrano aos silvícolas de outras regiões. São as contradições intrínsecas até mesmo ao Estado fascista e à sua visão imperialista sobre o próprio povo e também sobre as colônias e seus povos locais.

O salazarismo sempre defendeu a posição imperialista de Portugal e sempre reforçou a exploração das colônias em seus objetivos econômicos. Esse aspecto de ganância do Estado sobre a serra e sobre os serranos é reflexo de uma política de Estado promovida pelo avanço de setores econômicos privados e grandes corporações com o objetivo de lucrar às custas das riquezas naturais seja em Portugal, seja nas colônias.

O reflorestamento proposto pelo governo na narrativa é similar ao que grandes corporações pretendiam com o plantio de madeira: tomam-se as terras dos pequenos para que os grandes sejam beneficiados, em uma lógica econômica na qual os pobres são expropriados para o benefício dos ricos. Esses acordos econômicos são típicos dos Estados fascistas, que sempre foram apoiados pelo grande capital, de modo a inverter a noção de valores dentro da sociedade em geral. O narrador evidencia a postura daquele que era apresentado como representante do governo e sua visão sobre o povo e o momento da reunião:

Streit mediria de relance aquela mó de gente, agarrados uns aos lóðãos, outros como o bengalão policial de volta ou os sombreiros pendurados do braço, onde não faltavam mulheres, estas aldeãs morenas, à Grão-Vasco, que trazem o desespero escrito na cara. Bonito! Os seus olhos de surdo, incisivos e lúcidos, que ouve nos lábios de quem fala e leem o que está por detrás das fisionomias apagadas, teriam tido talvez a impressão do alevante que se condensava. Rigoberto descia naquele momento. Streit viu-o correr para os representantes das aldeias a dar instruções. Não ouvia o que dizia, mas compreendeu que martelava as palavras, com certo sobressalto no rosto. E de súbito adivinhou que o homem intervinha a favor da dignidade da sua atitude, que era serem corretos com o emissário oficial (Ribeiro, 2011, p. 67).

Vê-se o espírito de superioridade daquele que sabia ter o poder sob as mãos, o poder da lei que estava sempre ao lado da lei positivada do capital. O povo era parte de uma paisagem, não havendo nenhum tipo de sentimento pessoal para com aqueles que via; a descrição do narrador sobre o povo que se mostrava para Streit é de sofrimento: *fisionomias apagadas*.

O representante do capital está diretamente ligado a uma postura de capitalista que observa o povo a uma distância segura. Essa segurança é evidenciada até mesmo em relação ao

representante do povo, Rigoberto, tendo em vista que o homem do capital “advinha” que o homem do povo convencerá pelo tratamento amistoso para com o representante do Estado.

A postura de rebaixamento do povo local delimita a linguagem do engenheiro Streit. O narrador demonstra que o representante da vontade do governo trata o povo como mero obstáculo aos ideais do Estado fascista. Isso significa que o esmagamento daqueles que eram contrários aos arbítrios estatais nada representava para aqueles que vinham da capital e viam o interior do país apenas como uma fonte de recursos materiais, sob uma visão exploratória do terreno — assim como Portugal explorava as riquezas em África.

Paralelamente à luta pela serra entre os habitantes locais e os representantes do Estado, a narrativa percorre o passado de Manuel Louvadeus no Brasil. Manuel narra suas desventuras em terras tropicais, tendo passado pelos estados de São Paulo e Mato Grosso, e a visão portuguesa de que a antiga colônia seria terra de riquezas está presente no modo como o protagonista se refere ao país tropical.

Nessas memórias narradas para seu pai, ele conta que trabalhara com mineração e foi roubado por um colega de trabalho. Na busca por esse ladrão, contou com a ajuda de um negro que trabalhava em condição análoga à escravidão e também não gostava do homem que havia roubado o português. Quando Manuel consegue alcançar o ladrão, ele o amarra com a ajuda do negro e decide não matá-lo, desde que ele encontre o que lhe foi roubado. Todavia, no momento em que Manuel sai de perto, o negro mata o homem e foge com a montaria; o português não consegue recuperar seu tesouro.

Ao relatar ao pai que não voltou rico, diz que pretende retornar ao Brasil e procurar o tesouro no esconderijo do ladrão. O português relata ainda que enterrou o ladrão, agindo assim como um bom cristão, que foi vítima de roubo e não matou o seu semelhante. O pai diz ao filho que ele deixe de ganância e que não precisa ser rico, já que o valor do homem não está naquilo que ele possui nas mãos. O filho responde sobre a riqueza:

— É uma riqueza que não imagina! Com ela compram-se quantas casas, quantas leiras, linhares há na freguesia. Na freguesia quê? No concelho! Mas eu não quero bens. Quero dotar a terra em que nasci com escola digna, hospital, luz elétrica, telefone, água potável, civilizá-la, pois que está bem na barbárie. Os governos sórdidos não o fazem, faço-o eu. Está a ver, pai? A fortuna lá está, lá me espera, sei perfeitamente onde está, e vou lá direito de olhos fechados... (Ribeiro, 2011, p. 93).

A relação contraditória com o dinheiro dentro da narrativa apresenta-se também nesse momento. A visão da riqueza para quem não a possui aproxima o sentimento comunitário em

relação aos moradores serranos; enquanto, para aqueles que a possuem um pouco, afasta qualquer sentimento de cooperação para com os mais pobres da comunidade.

A visão de mundo e de sociedade do protagonista remonta à visão de mundo colonialista dos portugueses, quando estes abandonam seu país em busca de riquezas em outros lugares. Muitos assim se encaminharam para as colônias e mantiveram um sonho de retorno para o seu país como possuidores de capital para viverem melhor do que quando saíram.

Essa emigração portuguesa já era vista com olhar crítico por intelectuais portugueses ligados à oposição salazarista. A postura ideológica em favor da libertação das colônias era pauta de debates entre os comunistas portugueses e até mesmo foi pauta da campanha oposicionista do General Delgado em 1958.

Essa análise representa o olhar crítico de Aquilino Ribeiro diante desse ideário cultural português de que seria necessário para os mais pobres que saíssem de Portugal para obterem uma ascensão social de forma mais rápida — o que não acontecia na maioria das vezes e que, no caso das colônias em África, seria motivo para muitos portugueses acreditarem ser um equívoco o processo de libertação, fato que causou muitas mortes de portugueses em uma guerra colonial que já nascera perdida.

A melhoria de vida dos habitantes locais também é utilizada pelo personagem Fontalva, engenheiro que, ao conversar com Manuel Louvadeus sobre a possibilidade de venda das terras de seu velho pai, diz: “Por isso mesmo. Nós queremos é levantar-lhes o nível de vida. O senhor não se persuade que, uma vez a serra florestada, o aldeão melhora...?” (Ribeiro, 2011, p. 113).

Manuel, com sua consciência de classe, sabe que os ricos e aqueles que se beneficiam do Estado possuem interesses opostos aos interesses do proletariado; sabe, em seu íntimo, que, uma vez tomadas as serras, a vida do povo que ali habita seria modificada totalmente, visto que passaria a depender das autorizações estatais para todos os movimentos dos moradores na região. Sorrindo, ele responde ao interlocutor:

— Conforme. Há quem ganhe: os remediados. No geral, o pobre não fica mais pobre. Não fica mais pobre, mas fica mais preso. Isto é, fica mais escravo. Os fura-bolos das aldeias, que não têm escrúpulos e não sentem a matadura da coleira, ganham, pois não ganham! Por minha parte lhe digo, as melhorias não compensam os danos. Olhe-me para esses cabeços, quanto não vale ir por eles fora, livre como eles são livres, sem que ninguém grite: Volta atrás que é proibido ir mais adiante! Ah, eu detesto esses cordões, esses guardas, esses letreiros, que desviam um homem do seu caminho ou lhe cortam o passo! (Ribeiro, 2011, p. 113).

A prisão simboliza a presença do Estado forte e é fonte de questionamento direto por parte do protagonista dentro da narrativa. A vida sob vigilância de guardas não seria mais a

mesma; ele tinha consciência de que a liberdade que os serranos tinham seria cortada diretamente já na presença do Serviço Florestal, não apenas quando do término da obra. O engenheiro pondera que para muitos não seria opressão, e Manuel rebate:

— Para nós, serranos, é sempre opressão, ainda que se não proteste, ainda que não saibamos exprimi-la. Nós somos bárbaros, mas bárbaros sem trela. Temos muito dos lobos que, mesmo nas selvas plantadas a cordel, não aprenderam a moderar os instintos da sua braveza (Ribeiro, 2011, p. 113).

Ainda nesse trecho, Manuel colocará uma reflexão que nos leva a questionar como seria o capitalismo em Portugal. Quando se refere aos moradores locais e à distribuição da riqueza, conseguimos entender o que seria um capitalismo ainda como se estivesse em sua condição inicial, como se moradores locais tivessem acabado de sair das condições de servos — principalmente em relação aos moradores supostamente em condições de riqueza, quando comparados aos mais pobres. Ainda no diálogo com o engenheiro Fontalva, Manuel diz:

— Bah, para um pobre, que não sabe o que vale a riqueza, isso pouco interessa. Aqui na terra há ricos e pobres. Há ricos que todos os anos enriquecem um pouco mais adquirindo a belga ou o lameiro que os pobres se veem na necessidade de alienar. No fundo, riqueza e pobreza, aqui, são equivalentes, se pusermos uma e outra nos pratos da balança, isto é, se atendermos ao nível de vida. Sobe e desce o prato apenas virtualmente. Os ricos mantêm-se no pé em que estavam antes de ser ricos e os pobres igual ou pouco menos. Uns e outros continuam a comer a mesma tigela de caldo e a vestir as mesmas calças de burel no Inverno, de estopa no Estio, e a dormir na mesma enxerga de palha. Mas vivem na santa ilusão, os ricos de que são mais ricos, e os pobres mais pobres, e assim não tomba a aldeia nos seus alicerces (Ribeiro, 2011, p. 114).

O engenheiro agrônomo fica surpreso com o raciocínio daquele homem simples e sabe que de fato essa pressão que o suposto progresso exerce sobre aqueles moradores em nada melhoraria o nível de vida deles. Rebate, perguntando o que Manuel aconselharia para a solução do conflito entre Estado e povo. Em seguida, o protagonista responde que o Estado deveria trazer o progresso por outros meios que não havia trazido:

— Não aconselho coisa nenhuma a não ser o que o doutor Rigoberto, nosso advogado e homem de bom entendimento, propôs, que o Estado remeta a melhores dias o seu plano. Quando a aldeia estiver mais adiantada, tenha luz elétrica, telefone, escolas, assistência, fale o Estado em levar por diante este número do programa. Então, sim, o progresso poderá impor-nos tal exigência. Até lá, com fome, tamancos de amieiro e barbárie em toda a linha, deixem-nos o que temos. Não nos queiram ditar a sua lei pela bala e baioneta (Ribeiro, 2011, p. 115).

É interessante observar essa posição do povo diante do Estado, em que o protagonista revela o progresso que ainda não chegou. Podemos traçar um paralelo com o capitalismo

periférico de Portugal em relação aos países centrais do capital: as riquezas que geraram desenvolvimento humano e melhoria do nível de vida dos trabalhadores nas nações ricas não chegaram a Portugal.

Essa característica será sentida mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento industrial tardio de Portugal, o atraso na educação pública universal e todos os problemas sociais provenientes da alta concentração de renda serão problemas solucionados parcialmente somente com o advento da Revolução dos Cravos.

Continuamente na narrativa, em um momento de conversa amena entre o engenheiro e Louvadeus, o cidadão consegue perceber que o homem possuía uma cultura acima da média para um simples camponês:

O homem pareceu-lhe compreensivo e fugia debaixo de certo aspecto ao padrão clássico do camponês. Quando lhe ouviu comparar aqueles montados aos chapadões mato-grossenses e depois aludir aos rios platinos, não se admirou mais, passando a tê-lo como homem viajado e guardado do que vira. Por isso, para corresponder à amabilidade e por outras razões indefinidas, entendeu que, na condição de engenheiro agrônomo que ia dirigir os trabalhos, devia pôr de lado certas reservas relativas ao problema da serra. Sem ser indiscreto, contou o que ocorria na estrema norte. Tinha-se traçado a linde e metido marcos. Mas, eles a meterem-nos hoje, e pastores e mateiros a arrancá-los e até a parti-los no dia seguinte. Em Rebolide e Azenha, a Guarda parti-los as estremas, umas noites por outras. Mas nem por isso os malhões ganhavam mais raízes. Ainda com o Verão a vigilância era possível; com as noites de Inverno era tarefa só para condenados à morte (Ribeiro, 2011, p. 117).

Ao perceber que o morador local era caracterizado por um raciocínio de homem viajado — afinal, ele esteve no Brasil —, tenta entabular uma conversa de modo a alertar para o uso da força com os moradores locais a fim de que o serviço estatal seja feito. É como se o engenheiro visse Manuel como um espírito coletivo e pacificador capaz de alertar aos vizinhos e a todos os moradores sobre o perigo da violência. Cita novamente como seriam os trabalhos da Guarda:

Os serviços florestais pensam instalar na serra uma espécie de arraial, com tendas de campanha, donde partissem patrulhas a cavalo. Não ficava barato. Em algumas freguesias, a rogo do ministro, que era grande amigalhaço da Igreja, os padres tinham subido ao púlpito: *Deixem lavar a serra que é para vosso bem!* Não convenceram um só paroquiano (Ribeiro, 2011, p. 118).

Essa citação também nos provoca sobre o papel da Igreja no Estado Novo, não somente pela proximidade pessoal de Salazar com a Igreja, mas pelo papel desta como elemento balizador do controle social. Muitos padres tentavam orientar aos mais pobres como agir de acordo com os interesses estatais e os interesses do poder clerical sobre os mais pobres.

2.2 *O narrador aquilino: a nação sob um fascismo de província*

A longevidade do regime salazarista está intimamente ligada ao atraso social e ao provincianismo espreado pela sociedade portuguesa. Ainda quando ministro das Finanças, Salazar sempre defendeu a vida simples e modesta como modelo ideal dos portugueses para enfrentarem as dificuldades econômicas.

Em um país marcado pelo atraso econômico, pelo analfabetismo e pela marcante desigualdade proporcionada pelos latifúndios, o provincianismo português, motivo de orgulho da propaganda salazarista, facilitava o domínio do regime sobre o povo religioso e marcadamente obediente às ordens dos membros clericais.

A Primeira República foi impactante para a Igreja e o seu poder de influência direta sobre o Estado. O movimento reacionário da ditadura militar foi amplamente apoiado pelo Clero — a diferença é que os militares ainda mantinham certo afastamento público dos membros da Igreja, preocupação que Salazar não tinha.

É importante citar a participação ativa da Igreja no salazarismo, pois o próprio Aquilino Ribeiro tinha uma postura contestatória em relação ao clericalismo português. Relembremos que, não por acaso, o autor é filho de um padre e fruto de toda uma contradição social na posição desse padre na localidade natal do escritor.

O caráter anarquista da formação do autor influenciou diretamente suas obras, o que se reflete no protagonista do livro em análise. Manuel Louvadeus não se comporta como um anarquista clássico, mas valida o pensamento de que o Estado somente vem ao povo para barrar suas liberdades individuais e seus direitos.

Sobre o vínculo de Salazar com a Igreja Católica, citamos a importância da Ação Católica Portuguesa (ACP) e a forte ligação de Salazar com o Cardeal Cerejeira, que trabalhara na região norte de Portugal. Não por coincidência, no período pós-revolucionário, essa mesma região do país — Minho e adjacências — ofereceria bases ideológicas para uma tentativa de contrarrevolução e ligação com a direita que havia caído em abril de 1974, fatos sobre os quais discorreremos adiante, quando analisarmos o livro de José Cardoso Pires.

Retomando as considerações sobre a narrativa de Aquilino, nada têm de republicanas as relações entre membros da justiça e figuras da comunidade local que possuíam algum prestígio com representantes do governo:

Tinha-se infiltrado, não sabia por que malas-artes, na Junta de Freguesia esse mau homem de Urrô do Anjo, que tem taverna, empresta a juros altos, e está rico como porco à força de por falcatrua e violência arrancar o coiro e a camisa aos paroquianos:

o Lêndeadas. Além de a seara privar, com seu terreno comunal, os outros povos da freguesia dos dois fetos e outros tantos tojos que lá vingariam não havendo desbravado, o homem não tinha sido partícipe da melgueira. Como tal, abaixo! De modo que mancomunado com o regedor e coureiro, dos safardanas iguais, autou os desbravadores a juízo. Era presidente da Câmara, e é, o Labão essa espécie de mandachuva dos sítios. Para tanto, não se cansava de oferecer jantares aos magistrados e burocratas do concelho, como não imolava em casa todos os presentes de lambar o beijo que da serra não despregavam de lhe mandar, os palúrdios para serem menos escaldados e os mariolas para levarem água ao seu moinho. Muitas destas peitas arrepiavam logo marcha para casa do senhor juiz, do senhor delegado, do conservador ou do presidente da União Nacional, que enchiam o barrigão e ficavam a arfar por mais. No concelho, meio serrano meio valejo, assente em arnelas feudais, predominava, como em todos os da mesma índole, o nepotismo obrigado à perna de vitela e ao balaio de trutas (Ribeiro, 2011, p. 119).

Neste trecho, além da crítica ao pequeno burguês que possui pequena fortuna em relação aos moradores locais, há uma referência direta ao partido de Salazar, o União Nacional. Além disso, observamos como os membros do judiciário eram comprados com pequenos favores, o que afetava diretamente as decisões do governo em relação ao destino dos moradores locais. Essas relações de nepotismo eram muito presentes na ditadura salazarista, e poucos tinham coragem de escrever sobre.

Em um Estado dominado pelo corporativismo, nenhuma região do país passa despercebida da participação ativa daqueles elementos ligados ao governo. O clima de vigilância de tudo e todos também atingia quem estava nas regiões mais remotas do país; os braços da PIDE alcançavam tanta gente, até mesmo em África, que não deixariam de alcançar os beirões da serra. Entre os diversos homens vinculados ao governo e à sua forma de agir, alguns vestiam batinas e participavam como cúmplices das maldades cometidas na região:

Ouviu-se a um padre, que não era da choldra, chamar àquela terra de campo de Haceldama ou da traição. Como o magistrado não se limitara a condenar o empossamento da terra, o que seria admissível à face dum critério rigorista, mas também a empresa com seus frutos, a famílagem do Lêndeadas, sequazes e esganados, logo que a sentença se tornou pública, invadiram com os rebanhos a seara viçosa. Assim aniquilaram em poucos dias o trabalho de semanas e o pão para alguns lares em muitos dias do ano. Os improvidos colonos ficaram a ganir. O Labão ajuntou mais um feito à sua crônica de jagunço. Ao Lêndeadas, na parede da taverna caída de fresco, alguém escreveu: Gaturno, bebes o suor dos pobres, mas há-de-te sair pela boca o miolo das tripas. Ora, ora, as pragas não fazem mozza. Ainda em tempos bem próximos os filhos, dois pirangas tão celerados como ele, e um moço tinham posto o rapaz às portas da morte. Quando passavam por ele arreganhavam a tacha. Não faziam eles a mínima ideia de cólera que o Jaime e o avô andavam a cozer! (Ribeiro, 2011, p. 120).

A coletividade era um caráter da sociedade feudal, em que as comunidades se organizam por meio da produção coletiva e da segurança promovida pelos senhores feudais contra as violências e os arbítrios em seus territórios. O nascimento da propriedade privada está no cerne

do capitalismo, e o pensamento de Marx sobre isso nos faz refletir sobre como a organização do Estado está intimamente ligada aos arbítrios e às injustiças cometidas pelos detentores do capital.

Enquanto o discurso oficial bradava contra o comunismo, atribuindo-lhe o ataque à propriedade privada, possuidores do capital, por meio do Estado, atacavam também a propriedade alheia — a diferença é que estes ataques eram carimbados pela justiça, já que os “amigos do rei” podiam fazer o que lhes aprouvesse.

Merece destaque a fala do padre chamando o local de campo de Haceldama, lugar descrito na Bíblia, comprado com dinheiro que Judas Iscariotes devolveu ao se arrepender da traição a Jesus. Apesar da fala do padre, ele não intervém em favor dos despossuídos, o que inverte a mensagem cristã e configura outra crítica que Aquilino faz diretamente à Igreja Católica e ao seu representante na narrativa.

A arborização da serra dos Milhafres ia bulir com as forças atávicas deste habitante primário, acrescidas daquelas que ganhavam acuidade na luta pela vida, cada vez mais feroz e incontestativa. Se em algumas aldeias os moradores eram solidários em face da intromissão do Estado, que consideravam lesiva ao último ponto, já noutros a cizânia invadira o campo, apartados para uma banda os resistentes, para a outra os contemporizadores. Não faltava a praga dos Judas, que se faziam com os Serviços à espera que a junta de Colonização, departamento afim, lhes aforasse tal chã por dez réis de mel coado, ou os nomeasse para guardas e capatazes (Ribeiro, 2011, p. 121).

O sonho de alguns perseguidos é se tornarem perseguidores, o que pode ser visto em qualquer regime de exceção. O diferencial do que é narrado no romance é o valor tão expressamente baixo pelo qual alguns se vendiam à causa do algoz; em outras palavras, o desapego com que alguns apoiam os algozes em troca de tão pouco.

O capitalista é quem decide como virá o desenvolvimento, e esse desenvolvimento ser baseado no lucro do capital remonta ao modelo imperialista da colonização ocidental; mais do que isso, ao modelo fascista de novos domínios de novos territórios, pautado pelo avanço sobre a terra dos outros, o que Marx já evidencia dentro do conceito de propriedade privada. Esse modelo de propriedade privada é mantido pela utilização da força do Estado, seja no uso do exército contra outras nações ou na atuação da PIDE. A pequena propriedade do serrano seria alvo dos interesses do Estado:

Governo para o aldeão é sinônimo de Estado e de tudo o que dá leis, uma quadrilha do olho vivo. Já lhes levam coiro e camisa em contribuições, tributos, posturas, alcavalas de vária ordem, e vinham ainda esbulhá-los da serra! Hoje a serra, amanhã, por uma razão análoga, corria-nos de casa para fora! Ah, cachaporra dum santo! O que todos queriam era viver à custa da barba longa, mãos brancas com bons anéis, bom automóvel, amigas para o gozo e criadas para todo o serviço que vinham buscar

aos viveiros da plebe, cabritos gordos que se criavam nos refregais, e trutas que eles, serranos, estavam proibidos de pescar nos seus rios. Que maiores carrascos e ladrões!?” (Ribeiro, 2011, p. 155).

No romance de Aquilino Ribeiro, há a demonstração da natureza humana daquele povo sofrido que pouco tinha e que vivia diretamente de seu trabalho. A relação do trabalho com a natureza evidenciada no romance remonta ao pensamento de Marx sobre a natureza do homem ser o trabalho, não o “estranhado” pelo capital, mas aquele que o homem do campo consagra em seu benefício imediato, e não em função da mercadoria ou muito menos em função da acumulação do capitalista.

O trabalho do serrano é a subsistência em território historicamente daquele povo específico, indo ao encontro do conceito de vida comunitária, que remonta ao período medieval. Não há um pensamento atrasado em relação à modernidade, como no romance os personagens vinculados ao governo tentam subverter; a questão é que não há motivos para os serranos abrirem mão de seus modos peculiares de vida em nome de um nacionalismo pervertido pelo fascismo. O regime fascista sempre será a voz dos possuidores do capital e sempre estará ligado às estruturas sociais dominantes. A esse respeito, citamos o professor Fernando Rosas:

Precisamente, o fascismo enquanto regime é o compromisso do populismo com as oligarquias dominantes, no quadro de uma “ordem nova” moldada pela ideologia fascista, em certo sentido preexistente aos movimentos fascistas, criada que foi pela direita contrarrevolucionária e antiliberal antes da guerra. Não é um compromisso do movimento com a ordem liberal conservadora para um regime híbrido (também houve) — é uma nova situação política, fruto da aliança do movimento fascista com as várias direitas da direita (incluindo a conservadora liberal), largamente rendidas ao fascismo enquanto doutrina e à “eficácia” da violência miliciana dos grupos fascistas enquanto prática social com apoio de massas instrumentalizável. Essa aliança de equilíbrio, variável nos diferentes casos nacionais, exigiu, todavia, a poda da retórica populista e obreirista, o enquadramento institucional da violência e do milicianismo desordeiro ou também a neutralização das organizações sindicais fascistas e a sujeição corporativa (ou num quadro organizativo supraclassista semelhante) do trabalho às prioridades do capital (Rosas, 2019, p. 28).

O equilíbrio entre o uso da violência de modo institucionalizado e a paz familiar apregoada pelo Estado em defesa do capital é fato consumado no próprio direito positivo vinculado à propriedade privada. O que será administrado no Estado fascista é uma posição permanente de confronto baseado em um estado de alerta indiscriminado para uso da violência contra todo e qualquer tipo de oposição ao regime. No romance, o pequeno burguês Lêndas quer que os filhos façam parte da Guarda, não somente para que trabalhem e tenham renda, mas para que eles façam parte de um Estado forte, isto é, a participação dos filhos no uso da violência contra o povo é motivo de orgulho e de poder local.

O suposto desenvolvimento da nação não passa de uma bravata dita pelo governo. As ditas melhorias não aconteceriam porque, a partir do momento da intervenção do Estado, chegaria ao fim o modo de vida rural daquele povo, fora da perversidade do latifúndio — diferentemente de outras regiões de Portugal no mesmo período histórico, como Alentejo e Ribatejo.

Talvez tais nuances de temática do campo sejam um destaque para esse romance em específico, diferentemente de outros autores neorrealistas, como Alves Redol, cuja obra *Gaibéus* (1939) se passa em região latifundiária de Portugal. Isso torna-se um aspecto interessante não somente da literatura como da história portuguesa no momento da Revolução dos Cravos (1974), quando, após a revolução, nas discordâncias entre os dirigentes interinos do governo, há diversas disputas internas relacionadas a estruturas ideológicas.

Vale a pena citar que o sul de Portugal, região do Alentejo, estava sob influência direta do Partido Comunista Português (PCP), por conta das lutas dos trabalhadores rurais contra os latifundiários, trabalhadores aqueles que muito sofreram com a repressão do salazarismo. Em contrapartida, o norte de Portugal contava com pouca influência do PCP, por ser formado basicamente de pequenos produtores rurais, em Braga, por exemplo. Os referidos pequenos produtores sentiam arrepios ao ouvirem falar dos programas de estatizações que estavam em curso no governo provisório — tinham medo, naturalmente, de perder suas propriedades privadas.

Essa perda é o que acontecerá de fato com a comunidade do romance, cuja serra será arrasada e destruída pelo Estado. Dentro do romance, a expulsão do povo da Serra dos Milhafres demonstra como o esmagamento social promovido pelo salazarismo se tornaria rotina dentro da realidade portuguesa. O intitulado progresso viria para esmagar um suposto atraso, transformando a serra em terra arrasada, esvaziada pelos interesses difusos alheios à comunidade que ali vivia.

Levando em consideração essa apropriação ideológica que o autor faz em sua obra, Aquilino Ribeiro consegue reelaborar, nas condições do português serrano, o que Marx ainda falava sobre o trabalho nos *Manuscritos econômico filosóficos* (2011): o ser humano possui uma relação natural com o trabalho. Lukács retoma esse pensamento:

Enquanto a possibilidade abstrata só possui vida nos limites do sujeito, a possibilidade concreta pressupõe a interação entre esse sujeito, as realidades de fato e os poderes objetivos da vida. Ora, estes últimos têm sempre um caráter objetivamente histórico-social. Em outras palavras: a descrição literária da possibilidade concreta pressupõe, em primeiro lugar, a descrição concreta de homens concretos, nas suas relações concretas com o mundo exterior. É tão-somente através duma interação viva e concreta entre o homem e o mundo ambiente, que as possibilidades concretas dum

indivíduo podem libertar-se das suas possibilidades abstratas e revelar-se como realidades concretas que condicionam justamente esse indivíduo particular, a um nível determinado da sua evolução. É aí que é preciso procurar o único princípio de seleção capaz de extrair o concreto da imensa massa dos abstratos (Lukács, 1991, p. 42).

O que acontece no romance com a destruição do modo de vida rural descrito na narrativa vai ao encontro com o que a obra de arte é capaz de fazer por meio da subjetividade e de suas diversas formas de representar a realidade, se considerarmos que o verdadeiro êxodo rural aconteceria nos anos seguintes ao lançamento da obra. Essa importância do romance como crítica antifascista é comprovada pela censura do livro, cujo relatório oficial, datado de 7 de fevereiro de 1959, afirmou: “O autor intitula este livro de romance, mas com mais propriedade deveria chamar-lhe de romance panfletário, porque todo ele foi arquitetado para fazer um odioso ataque à atual situação política”.

O que a subjetividade do autor buscou e conseguiu foi exemplificar o projeto de destruição de um modo de vida camponês. O modo do governo de tratar os moradores serranos descrevia com exatidão o pensamento ideológico do salazarismo e a forma como a ditadura tratava as comunidades rurais no interior de Portugal. Já no início da narrativa, quando o narrador inicia a descrição da localidade na serra e as condições de vida, expõe:

O solo não produzia, cansadinho, cansadinho a mais não poder! Chamavam a Portugal a não das setes sementes como ao mundo de Cristo o mundo dos sete pecados. Qual, quando se semeava um alqueire e se colhiam quatro, era um louvar! Também ninguém mais queria amanho a terra! O solo era negro sujava as mãos. A gente boa sumia-se na emigração. O que sobrenadava era o rebotalho. Pudera, tanto o lavradorzinho da arada como o cabaneiro viviam frigidíssimos com tributos, mais escravos que os negros. Favam de comer à cáfila toda. Sustentavam o fidalgo, o ministro, o doutor, o escrivão, o padre: sustentavam o pedinte, o citote, o ladrão; desfaziam-se em maná, e ficavam nus e viviam nus que nem castanheiros depois de abanados. Queria saber o que lhes valia a eles aos casacas? Era não fazerem as contas. No dia em que viessem a ajuizar quanto custava um bago de pão, acaba-se o mundo. Ah, isso acabava (Ribeiro, 2011, p. 25).

Essa visão demonstra como o trabalhador rural era esmagado pelo modo de produção desse capitalismo periférico tão característico de Portugal. É interessante destacar que o pequeno camponês consegue perceber nitidamente a divisão de classes e como ele é explorado diretamente pela divisão capitalista do trabalho. O imperialismo propagado pelo salazarismo avança na cultura nacional de modo a legitimar todo tipo de domínio do outro, seja o domínio sobre as terras dentro de Portugal ou o domínio colonial.

Não por acaso Aquilino coloca seu protagonista como um emigrante português que buscou riquezas no Brasil, afinal havia um consenso cultural de que o português era um

explorador por natureza, um colonizador capaz de transmitir a cristandade ao mesmo tempo que enriquecia.

Em outro momento da narrativa, ocorre o embate entre os homens da Guarda e os habitantes locais, no momento de início do trabalho dos tratores, quando a massa de camponeses se desloca para enfrentar os milicianos estatais:

Neste meio tempo, pelos cabeços circunjacentes, apareceram mais vultos, dispersos ou aos magotes, e todos confluíam para a coluna. Ali o sussurro refervia. E repentinamente estrugiu ao ar o alarido confuso da marcha, balbúrdia de vozes, gritos altos dissonantes, e até matraqueado furioso de caldeiros velhos. À testa João Rebordão e Manuel do Rosário! Lá iam, um, dois... um, dois... Já os homens do Governo veriam a bicha-de-sete-cabeças reemergir nos visos do cerro que lhes ficava fronteiro e avançar desenganadamente para eles. Se não tinham medo é porque traziam quem lhes guardasse as costas! Depois, pouco a pouco, começariam a distinguir na chusma dos varapaus, das sacholas e sacholos, das forquilhas e gadanhas, as espingardas e trabucos. Os gritos bem lhes advertiriam que ia ser ali o fim do mundo: Leva avante! Leva avante! E marchavam sempre, um, dois... um, dois... meio alentados ou soberbos da sua força, pois seriam mais de mil. Que dessem a impressão de fandangada, ali não se virava a cara! (Ribeiro, 2011, p. 163).

O que se mostra é a coragem do povo unido em prol de um ideal específico. A cena da batalha não era uma revolução do povo, mas uma resistência ativa ao poder autoritário do governo sobre pessoas pobres que não representavam nenhum risco ao Estado. Ao tentar entabular conversa com a liderança da resistência, que era João Rebordão, o engenheiro Streit manda que a Guarda o prenda:

O homem é que não esperou que as manámulas das praças se ferrassem sobre ele. Deu dois saltos prodigiosos, dando a impressão, na celeridade com que girou sobre os calcanhares, duma péla que ricocheta, pôs-se a coberto da acometida das praças, uns metros atrás. A gentiaga é que, tendo-se apercebido da manobra em seu início, não correspondeu à sua cinemática com oportuna reação, dada a rapidez com que evoluíra. Foi assim que cresceu para a Guarda e para Streit com grande berreiro e rópia. Alguns soldados tinham corrido atrás de João Rebordão. Como, porém, ele era lesto e desembaraçado, varredor de feiras a cacete nos seus verdes anos, perna cinagética, esquivou-se-lhes das Cabras que se lhes atravessara no caminho e se debatia. E, como se debatesse, um dos guardas, mais violento ou insofrido, mandou-lhe uma coronhada à cabeça. Um tiro partiu, e o guarda largou a espingarda da mão e caiu de borco (Ribeiro, 2011, p. 168).

O trecho do combate propriamente dito entre as forças de segurança e o povo serrano é de extrema importância para a narrativa, que se notabilizou pela censura sofrida pelos aparelhos estatais. A descrição do combate evidencia o autoritarismo do Estado Novo, e o uso da força pela Guarda Nacional Republicana (GNR) não é por acaso; o autor pretende demonstrar, por meio do realismo, o que acontecia em seu país, sendo a ficção instrumento de denúncia da

realidade portuguesa e dos arbítrios cometidos em todas as partes do país. Continuando o trecho de conflito:

Os demais guardas dispararam então à carga cerrada sobre o monte. Seguiu-se-lhe o mais desarvorado tumulto. Fugiam uns e iam enrodilhar-se com outros na precipitação da correria; bradavam estes por socorro, estirados por terra ou de nojo, feridos do tiroteio ou apenas lesos dos trambolhões; muitos choravam e ainda alguns mostravam ares de resistir, agarrados a estadulhos e escopetas, encabritando-se contra a tropa (Ribeiro, 2011, p. 168).

O saldo da batalha é de mortos e feridos por um Estado que não se preocupava com o bem-estar dos seus cidadãos, estes excluídos dos benefícios que o governo poderia trazer para a região das serras. O autoritarismo do fascismo português não se traduzia somente em perseguição aos opositores intelectuais e partidos postos na ilegalidade durante todo o período do Estado Novo; o conflito retratado no romance demonstra como a violência estatal esteve ligada aos domínios locais e pequenos burgueses que se relacionavam com o aparelho estatal. O engenheiro Fontalva exerce diferentemente o poder estatal, e na região em que ele atua não há mortos. Diz ele:

— O senhor retira-se com a força e apresenta o seu relatório. Pode-se dizer que perante a obstinação do povo destas aldeias, que têm sido até a data os donos da terra, fui de parecer ou decidi, melhor, decidi que não era oportuno recorrer à força. Esta contenda há-de resolver-se à boa paz. Eu sei muito bem que a tendência hoje é impor a vontade de cima pelas armas e outros meios de violência, pois que partem do princípio que exercem a missão mais esclarecida e patriótica. Uma gradação desta autoridade discricionária vem desde o mais alto, o chefe, até a mais ínfimo, o regedor. Eu, no meu escalão, enquanto investido desse múnus, entendo que cumpro um dever de cidadão obtemperando a tais desmandos. Estão suspensos os trabalhos (Ribeiro, 2011, p. 171).

O personagem exerce um contraponto à visão autoritária do engenheiro Streit: o engenheiro agrônomo Fontalva também é funcionário do governo e tem consciência da hierarquia de que ele faz parte, porém, por motivos pessoais, exerce o poder de forma diferente. O engenheiro queria agradar à filha de Manuel Louvadeus, Jorgina, e, preocupado com o impacto negativo na imagem que a jovem tinha dele, apesar de ter o poder nas mãos para utilizar-se da força pública e da violência, não o faz.

Streit, como chefe e representante do Estado, foi impertinente quando solicitou a prisão de João Rebordão e na confusão instalada é que foram disparadas as armas e muitos serranos foram feridos. Na confusão, o representante do governo também foi atingido e perdeu um olho, fato que seria o acontecimento mais importante para as autoridades — ou seja, não importa quantos serranos tenham morrido ou quantos saíram feridos; bastou apenas um representante

do governo se ferir para que o judiciário fizesse valer a lei, mesmo que essa lei acobertasse uma ação arbitrária contra o povo português. As leis de um Estado autoritário também criam forças que buscam os inimigos em todo o território nacional e nas colônias, e a narrativa expressa diretamente isso com a referência à PIDE:

Streit escapara com vida, mas ficara indelevelmente estropiado, tendo perdido o olho direito, o olho da vidraça. Tal estropiamento, que alguns consideravam simbólico, em tanto que qualidade de delegado do Governo ficava como ele ciclópico e unilateral em tudo, era caso candente. Reformado, o seu aleijão e o atentado de que fora vítima reclamavam sanções. Uma horda de agentes foi desaçaimada sobre a serra, com pistolas-metralhadoras no braço e grande cópia de jeeps. Aqueles dos sediciosos, que tinham descido a vias de fato, como ter feito fogo, não obstante o sigilo de que se cercara a expedição repressora, tiveram ventos e puderam esgueirar-se a tempo de através de bouças e devesas e por trás das paredes dos quintais. De modo que apenas conseguiram filar aqueles que não receavam ser presos, por isso mesmo que não tinham tomado parte alguma no motim ou o seu papel fora de manifesta cordura. Mas a ordem pública, representada pela polícia secreta, precisava de criminosos, a deitou a mão nas dez aldeias serranas a todos aqueles que, sem deixar de representarem oposição à empresa de repovoamento florestal, punham algum vulto pelo teres, o mester, ou ainda pelo prestígio moral, que é o menos entre bárbaros (Ribeiro, 2011, p. 175).

O uso da PIDE e da Guarda para a prisão dos supostos líderes serranos é feito sem muita dificuldade. Isso porque, se os agentes de repressão salazarista conseguiram perseguir opositores dentro dos grandes centros urbanos, imagine dentro das pequenas comunidades serranas. Embora não tenha precisado trabalhar muito, o taberneiro e pequeno comerciante de codinome Lêndeads fez questão de entregar todos que ele julgava merecerem a prisão.

É interessante que na narrativa Lêndeads exerce a função de pequeno burguês que se afasta ideologicamente do proletariado e investe suas energias na ligação com elementos do Estado, acreditando no poder de sua pequena propriedade privada. Trata-se de um aspecto comum no fascismo: uma classe média que se vê mais próxima do grande capitalista do que do trabalhador.

De todos eles, no geral lastimosos, gemebundos, a queixarem-se deste, a arrenegarem daquele, e que agora juntavam e trejuravam obediência a rei e a padre, a lamberem as botas do Dr. Labão, Manuel Louvadeus foi um dos que ser conservaram mais dignos, imperturbáveis e serenos, não acusando ninguém nem consentindo que os seus o fizessem e tão-pouco o lastimassem. Assim altivo e silencioso se deixara conduzir para a vila entre dois façanhudos e engravatados secretas. E esta atitude singular bastou para o indigitar como um dos chefes da subelevação (Ribeiro, 2011, p. 176).

O autor descreve cenas de tortura, prática muito comum dentro do Estado Novo. Para o leitor familiarizado com a realidade social e política da época, basta a descrição de policiais

engravatados que faziam parte da PIDE, e o fato de Manuel Louvadeus não permitir que seus companheiros presos acusassem ninguém remete ao *modus operandi* da tortura salazarista.

Os secretas apalparam o amujo a algumas raparigas e apanharam ainda com algumas fragadas por detrás da orelha, justiça à turdetana ainda em voga nos povilús de granito. E depois de consumirem as fitas das metralhadoras, terem queimado pólvora aos pardais, retiraram para a arce da Rua Formosa, dando por finda a montaria com porem no *tableau*, como espécies de primeira envergadura, duas dúzias de pategos, mais inocentes, se é possível, que os primeiros (Ribeiro, 2011, p. 177).

Os abusos do Estado são relatados não somente na violência da GNR contra o povo sedicioso na batalha das serras. Posteriormente, os “secretas” da PIDE avançam sobre as mulheres com seus abusos. Como a linguagem rebuscada do vocabulário aquilino dificulta um pouco a compreensão da descrição da imagem nesse trecho da narrativa, vamos descrever de forma mais clara: os secretas apalpam os seios das mulheres locais — o termo “amojo” significa cheio de leite, ou seja, os seios femininos. As *fragadas* dos secretas são os homens do Estado cheirando as mulheres ao apalpá-las. Quando Aquilino descreve a justiça como *turdetana*, ele quer remeter ao período do Império Romano em que a Península Ibérica também fazia parte do território romano. O autor destaca como a justiça se comportava de forma arbitrária e evidencia o caráter autoritário do salazarismo, enquanto também expõe a desproporcionalidade com que o salazarismo tratava o povo serrano: mesmo após os tiros e o consumo das fitas das metralhadoras, a dignidade do povo foi ultrajada. O abuso do Estado retratado no romance não é exceção, e sim a regra em todas as regiões de Portugal e nas colônias no ultramar.

Na continuidade da narrativa, com a prisão dos moradores serranos, incluindo-se o protagonista Manuel Louvadeus, seu pai, Teotônio Louvadeus, tenta ver o filho e percebe que recai, sobre o descendente, a acusação de ser líder dos revoltosos locais. Essa mentira foi contada pelo filho do maior traidor local, Bruno Lêndes, que já está como guarda do Serviço Florestal, cargo conseguido por seu pai.

Teotônio Louvadeus esbraveja contra Bruno, chamando-o de cão. Há um interessante paralelo que a narrativa faz com lobos, cães e seres humanos, que fará mais sentido na continuidade da narrativa. Teotônio esbraveja:

— Hás-de-mas pagar, cão! Pagas, pagas, que to juro eu!
As ameaças saíam-lhe da garganta involuntariamente como o arruaçar do Farrusco quando sonhava. Uma das vezes, espertou ao seu eco. Não, ninguém estava a ouvir. Podia repetir alto e bom som: *Ah, cão, cão, que mas pagas! Pagas, pagas! O bufo aqui não me ouve. Mas, Teotônio, já tinhas idade para não ser asno! O que tiveres de fazer, alma de Barzabu, não o digas a ninguém. Nem ao teu anjo da guarda, quanto*

mais em voz alta, como fizeste na vila, a ponto de dares no goto dum bufo! (Ribeiro, 2011, grifos do autor, p. 179).

Farrusco é o cão fiel e amigo do velho Teotônio Louvadeus, que o acompanha em suas caçadas nas serras e sempre está ao lado do pai do protagonista no modo de vida do serrano que coloca armadilhas na mata para coelhos e lebres. Essa relação com a natureza remonta à liberdade do povo fora de um estilo de vida capitalista e da sua divisão do trabalho. Posteriormente, o cão do velho Louvadeus é envenenado, o que será motivo de grande ira e razão para ele buscar vingança.

A narrativa expõe uma passagem antes da batalha contra a GNR, em que Bruno, já empossado como guarda, interpela o velho Teotônio quando este buscava uma lebre que havia caído em uma armadilha. Louvadeus consegue despistar a caça antes da abordagem dos guardas — o seu jeito livre remonta a um caráter animalesco e rústico:

De tal conjuntura e de outras análogas, não tinham passado a via de fato, porque lhes incutira medo. Mesmo matá-lo era coisa grave. Ainda morto, havia de dar couce. Agora, enquanto vivo, com aquela ralé toda, tocar-lhe era quase tabu. Dizia-se que nunca ninguém lhe vira uma lágrima e era mais lobo que homem. Não tinha pacto com eles e com o Diabo? (Ribeiro, 2011, p. 190).

Essa comparação entre Teotônio Louvadeus e um lobo faz o velho ter outra lembrança do mesmo animal. Em retrospectiva, a narrativa conta quando o velho serrano criou um lobo que encontrou ainda filhote, batizando-o de Estudante, e o animal ficou um tempo com ele e com Farrusco, cachorro de Teotônio. Como o velho havia cortado o rabo do lobo, reconheceu-o tempos depois pelas serras. Após um ataque ao rebanho de vizinhos da região, outros moradores matam o lobo Estudante.

O título do livro faz referência ao modo de vida do serrano como um homem-lobo, representante de uma forma de viver incompatível com um governo fascista. Isso porque a liberdade do lobo, dentro dos seus limites de vida, é comparada à liberdade dos moradores locais — no caso, o maior representante é Teotônio Louvadeus.

Quando o lobo criado por Teotônio morre, o velho diz:

— Aqui está para que te criei, te salvei da fome! Pagaste caro, Estudante, o amor à liberdade e a dívida a Deus de gostares de comer carne fresca todos os dias, inclusive à sexta-feira, sem tirares bula. O que te sucedeu é o que, mais dia, menos dia, me pode suceder a mim! (Ribeiro, 2011, p. 200).

Em sua natureza selvagem, o lobo procura a carne fresca, assim como o faz o velho Louvadeus: ele caça na serra e busca seu sustento também na mata; é livre como o lobo

selvagem, animal referenciado no título do livro de Aquilino Ribeiro. Esse velho lobo serrano é a resistência em si ao avanço do capitalismo imperialista representado pelo fascismo salazarista.

A relação do velho Louvadeus com a natureza é fonte de reflexão para nós, leitores do século XXI, sobre a proposição de Aquilino ao fazer um personagem ligado à serra pelo seu modo de vida e trabalho. É impossível não o relacionar ao conceito de Marx sobre o trabalho estranhado (Marx, 2010): a relação natural do homem com o trabalho, ou seja, o trabalho realizado pelo homem para modificar a natureza em favor de sua subsistência, e não para acumular capital.

Não estamos dizendo que o pai do protagonista vivia fora de uma sociedade capitalista ou que, em sua vida, o dinheiro não era utilizado em suas trocas de mercadorias, tampouco que vivia isolado da sociedade. A reflexão possível sobre esse personagem revela-se mais profunda quando analisamos a resistência que ele tem a tornar-se uma mercadoria ou a permitir que sua força de trabalho beneficie um capitalista. O trabalho, nas suas terras, é única e exclusivamente para beneficiar a si e aos seus familiares; a caça, que pratica de forma ilegal por ser proibida pelo Estado, é somente para alimentar sua família.

O contraste entre a visão de mundo do velho Louvadeus e a de seu filho é perceptível não apenas porque Manuel relembra as riquezas conquistadas e perdidas no Brasil, mas porque é como se o filho, por mais consciência de classe que possuísse em relação aos moradores da serra, não conseguisse se desvencilhar da divisão capitalista do trabalho. O protagonista expõe que o dinheiro seria capaz de melhorar a vida dos habitantes da serra, ao passo que seu pai percebe o dinheiro como algo ruim para o seu filho e para a comunidade. É o “vil metal” que atíça a ganância de Louvadeus para retornar ao Brasil e é o dinheiro que mantém a falta de escrúpulos do comerciante Lêndea e de seus filhos nomeados guardas pelo governo.

É o capital que faz com que sejam atropelados os interesses dos moradores locais, e esse mesmo dinheiro está presente nas penas impostas aos sediciosos serranos: no momento do julgamento, além de penas privativas de liberdade, o Estado, por meio do sistema judiciário, também impõe multas aos apenados. Quando o advogado Rigoberto expõe suas defesas, também necessita se preocupar com o pagamento das multas.

Este tropa ou o poder por ela defendiam-se de quem? De nova Patuleia, de que aqueles fossem a guarda avançada, que descesse a Rua Passos Manuel e, emborcando para o casarão, levasse tudo raso? De hipotéticas legiões de comunistas, ao mando dum Estaline ou do Diabo, que abarbassem os juízes, os burgueses, os padres, os fidalgos e a polícia, e instaurassem a ordem bolchevique? Todos os fenômenos de natureza social têm o seu epicentro e aqui era-o poder, sempre a tritar as maleitas de autoridade, distribuindo, às cegas, pancadaria do cobarde. Ora tratava-se de meia

dúzia de parranas, arrebanhados a esmo na sarrafusca da serra dos Milhafres, para o Moloch da justiça ter seu pábulo ou iludir a fome, pouco se importando que pagasse o justo pelo pecador. E, modo de completarem o ramalhete subversivo, haviam-lhes adjungido um feixe de operários de Riba do Risco, acusados pelos patrões multimilionários de terem, à ordem de Moscovo, pregado a rebelião, tomando como pretexto em bacalhau podre que lhes fora servido na cantina obrigatória e de que morreram envenenados uns tantos deles (Ribeiro, 2011, p. 205).

Adiante, veremos como os capitalistas locais estão sempre ao lado dos fascistas — lembrando que o fascismo é primordialmente antissocialista e contrário a todo pensamento de esquerda, desde seus primórdios, no fascismo italiano. Em Portugal, não seria diferente: as elites portuguesas abraçaram e sustentaram o salazarismo em uma aliança duradoura.

2.3 *Povo, classe dominante e governo: mitologia fascista e realidade social cruel*

Na concepção fascista portuguesa, toda greve ou possível movimento grevista era ligado diretamente ao comunismo internacional. Não por acaso, a proibição de greve foi instaurada em Portugal já na ditadura militar, antes mesmo da Constituição de 1933, que instaurou o Estado Novo. O advogado dos serranos evidencia em sua fala que todo movimento contrário aos interesses maiores do Estado era intitulado comunista e considerado ligado diretamente à Rússia e à sua bem-sucedida revolução.

A ironia na fala do advogado demonstra como o pensamento dominante era o do fantasma do comunismo, já que todos os integrantes do governo relacionavam qualquer movimento de caráter popular com as bases do pensamento marxista.

Ironicamente, grande parte da população de Portugal era analfabeta e, na área rural, a porcentagem era maior ainda.

— O réu Manuel Louvadeus é acusado de ser o propagandista, entre os povos serranos, da resistência a uma decisão deliberada do Estado. Por onde fosse, a circunstância de haver granjeado algum pecúlio na América e distinguir-se da gente rude por ter visto o mundo, saber exprimir-se, possuir cultura invulgar para emigrante, facilitava-lhe pregar a guerra aos Serviços Florestais e seus agentes. Sentava-se numa taberna a título de beber um copo de vinho ou comprar cigarros e formava-se auditório à sua roda. Claro que Manuel Louvadeus não dizia: Esfola-se, mate-se! Pelo contrário, a propaganda fazia-a com pés de lã, palavras brandas, mansissimamente, diremos mesmo cristãmente, e por isso era perigosa em sumo grau. Não enxergava a pele do lobo, nada disso. Antes aparecia aos compatriotas serranos com a samarra de cordeiro de S. João pelos lombos. Assim lhe fora possível erguer pouco a pouco a vaga tumultuosa de que resultaram alguns mortos e muitos feridos, entre os quais é de salientar o grande ás da silvicultura nacional Streit da Fonseca, que ficou estropiado para toda a vida (Ribeiro, 2011, p. 213).

Na propaganda ideológica contra o comunismo é o que os fascistas sempre se apoiaram, desde o início do fascismo italiano, com a perseguição a todos os integrantes de partidos de esquerda, atacados por meio da propaganda fascista e posteriormente mortos em ações milicianas. Em Portugal, o discurso salazarista também pregou a caçada a todo tipo de pensamento de esquerda, e os integrantes do Estado viam inimigos em todos os movimentos populares, portanto o discurso retratado no romance de Aquilino Ribeiro expõe o pensamento dominante na realidade portuguesa.

As acusações feitas ao réu Manuel Louvadeus sempre estão relacionadas a uma suposta formação ideológica que o protagonista obteve no Brasil, país em que o positivismo foi muito difundido, tonando-se este uma ameaça aos interesses da Igreja Católica no Brasil e na Europa. O protagonista, na condição de réu:

As poucas palavras que tenho a dizer são de natureza exclusivamente pessoal. Já que o meu passado veio à berra, quero que o digno tribunal saiba bem quem sou. Pelo crime que pratiquei ou deixei praticar responderá o senhor doutor Rigoberto Mendes, grande advogado e meu amigo, que me conhece como as suas mãos, enquanto eu mal sei qual é a minha mão direita. Sou um pobre homem que mal soletrava as vinte e cinco letras quando saí de Portugal. Lá fora, através de mil e um cambais, na necessidade de melhorar a minha condição, a reboque ainda da curiosidade, tratei de me instruir. Li quantos livros me caíram debaixo dos olhos, muitos deles passavam, porém, a minha capacidade de compreensão. Ouvi gente em barda que pregava as suas doutrinas, algumas das quais me pareceram justas e outras desmesuradas. Raciocinei, com as poucas luzes que adquiri, acerca do mundo e da minha pessoa. Aconteceu assim que fui levado a adoptar a igreja positivista por ser aquela que melhor falava ao meu entendimento pouco aberto, não deixo de convir, a respeito do papel que andamos a desempenhar na terra e a sombra que pomos neste trânsito tão rápido da vida (Ribeiro, 2011, p. 214).

Ao se definir como emigrante, o protagonista expõe a realidade de muitos portugueses que, por meio do colonialismo do século XX, obtiveram ascensão social. A emigração portuguesa nesse século é um fator determinante para a longevidade do Estado Novo e do colonialismo português. Os portugueses das colônias, de maneira geral, eram pequenos burgueses que buscavam explorar os habitantes locais e obter lucro às custas da mão de obra barata e da exploração dos recursos naturais locais. O apoio dos portugueses colonos ao salazarismo continuou até o início das guerras coloniais, e muitos acreditavam cegamente que Portugal ganharia a guerra — que já se iniciou perdida.

Na continuidade da narrativa, no momento do depoimento de um dos guardas que participou da ação estatal contra o povo serrano, destaca-se como o guarda descreve o povo e o momento do confronto:

Na audiência do dia seguinte, desfilaram primeiro os declarantes. Rompeu com o inspetor Pácomo, homem corpulento, apegado, cabeça de dogue sobre pescoço de touro, olhos glaucos, tipo para as expedições perigosas. Declarou que tivera a impressão, ao pisar os povos da serra, de entrar em apriscos e lobos. Tudo uivava, os cães, as mulheres, os meninos e os próprios velhos. Homens validos onde iam eles? Tinham-se escamugido. Catrafilaram aqueles que se haviam fiado na sua importância e nos bens da fortuna, porque para o lugar consideravam-lhe ricos, e esperaram a pé quedo, talvez com receio que lhes roubassem as casas. É muito provável que tal fúria os lançasse na rede. Os pirangões e pobretinas haviam-se posto na alheta. Esses, de noite, onde os pressentissem, frígiam-nos à fragada. Muitas vezes foram obrigados a abrir fogo, tantos eram os calhaus que choviam sobre eles. E, nestas pendências, se alguns camaradas tiveram de retirar com a pinha partida, não deram fé que nenhum daqueles trogloditas fossem atingidos pelas balas da ordem. Viam as vezes ou parecia-lhes ver vultos enrodilhados nas sombras e visavam. A calhoadinha continuava a cair sobre eles. Não houve remédio senão desistir de caçar a arraia-miúda e trazer no arrastão aqueles tios que fingiam e, ao que parece, continuam a fingir de inocentes cordeirinhos (Ribeiro, 2011, p. 228).

O guarda compara o povo serrano aos lobos, diz até que para ele as pessoas uivavam, descaracterizando os moradores locais como seres humanos com direitos civis. Ao se referir aos homens locais com posse, considerados ricos para o local, afirma que estavam com medo de perderem suas casas para o povo sedicioso — é o discurso basilar do estado fascista, que se apodera do medo da população em relação à sua pequena propriedade privada. Ao final do relato do guarda, ele admite que prenderam diversos homens não por suas condutas individuais, mas como uma pena coletiva, mesmo sem culpabilidade de cada um. Inclusive, o guarda disse que pôs a cabeça de João Rebordão a prêmio com o valor de 100 escudos. A narrativa dá continuidade aos depoimentos junto ao judiciário, quando o advogado Rigoberto evidencia em sua fala o aparelhamento estatal:

— Cem escudos — tornou Rigoberto. — Barata feira! Para os senhores agentes da Polícia de Segurança Interna um homem vale menos que um carneiro. Um carneiro orça hoje pelo seus duzentos escudos... e marranito. Notem, senhores juizes, a importância que o sistema, ou a sua orgânica policial, liga à pessoa humana, essa entidade prima duma metafísica com que doso os dias enchem a boca! (Ribeiro, 2011, p. 230).

O advogado expõe o valor da vida do serrano para o Estado, apontando que o valor da recompensa para pegar João Rebordão seria menor do que o de um animal. É interessante destacar a importância da descrição da polícia e de como ela trabalhava dentro da estrutura estatal em um Estado de exceção. Em nenhum momento, o relato dos guardas é questionado por outro membro do judiciário ou ministério público, e foi uma escolha intencional do escritor colocar essa postura de grande acordo entre membros do Estado e os poderosos locais.

Em seguida, vem o depoimento de Bruno Lêndeads, guarda nomeado em um acordo entre seu pai e os chefes florestais. O guarda é inquirido da seguinte forma: “— A testemunha ouviu-lhe alguma vez fazer propaganda de ideias subversivas, quer dizer, ideias contra a nossa Santa Madre Igreja, o direito de propriedade, a ordem legal estabelecida pelo consenso da Nação?” (Ribeiro, 2011, p. 236).

Quando Bruno Lêndeads ainda começa a responder aos questionamentos, o velho Teotônio Louvadeus esbraveja contra ele e é recolhido à prisão por três dias. Podemos notar que as perguntas dos membros do judiciário sempre vão em direção ao pensamento perseguidor anticomunista do Estado Novo, como crítica permanente dentro do romance. Isto é, o realismo de Aquilino Ribeiro busca evidenciar em diversas passagens o totalitarismo com o qual a nação portuguesa convivia diariamente.

Os depoimentos seguem e, quando é chegada a hora do engenheiro Fontalva, ele demonstra como na prática é diferente o discurso sobre progresso que o governo promete, tendo em vista que o atraso civilizatório é enorme. Quando o declarante faz menção ao Terreiro do Paço, há uma referência direta ao pilar republicano da igualdade entre os cidadãos portugueses, ou seja, não se pode falar em república dentro do autoritarismo do Estado Novo. O engenheiro relata:

Depôs Fontalva com lhanura e sinceridade, o que provocou nova comoção. — Falava — começou por dizer — não apenas como engenheiro-chefe dos Serviços Florestais na segunda zona do perímetro, mas como pessoa que entrara em contato, posto que ocasional, com a gente da serra, na esperança de que o seu testemunho servisse a alumiar o caminho a juízes que não tinha dúvida de crer bem-intencionados. Ao contrário da opinião corrente, os habitantes da serra dos Milhafres e o meio donde provinham não lhe pareceram bravios e muito menos improgressivos. Se o serrano levava uma vida bastante primitiva é porque era pobre e pouco favorecido pelo Terreiro do Paço. A região carecia de estradas, de água potável, de comunicações telegráficas e telefônicas, de postos sanitários, em suma, dos rudimentos de que se acham dotados por toda a parte os agregados similares. Não se fala em estabelecimentos de diversão, teatro, cinema, bibliotecas. Isso para a terra é música celestial. Uma escola ensinava o bé-á-bá fugiu a burra e o padre prosseguia com seus responsos, suas missas dominicais e pagas, suas bulas, seus latins-latões, como dos primeiros séculos de Cristo para cá, para lhes salvar a alma. Dos corpos, ninguém, através de quatro dinastias gloriosas, se importou (Ribeiro, 2011, p. 240).

As dinastias dos reis desde Afonso Henriques não se importaram com os habitantes da região, e as contradições do capitalismo periférico de Portugal são expostas nesse discurso irônico do personagem. A queda da monarquia em Portugal não proporcionou ao povo o acesso a uma vida digna, e as bases do atraso social no país começam na relação da Igreja Católica com a nação: o engenheiro cita que a escola ali não permaneceu, mas o padre ficou com suas missas e tudo que envolve os rituais católicos e sua permanência na localidade.

A ironia na fala do engenheiro representa fielmente a concepção de Aquilino Ribeiro sobre como deveria ser a república portuguesa, instaurada por meio de um Regicídio e, após poucos anos, golpeada pelos militares e destruída na instalação do Estado Novo. O escritor tanto lutou, não metaforicamente, para que os princípios democráticos fossem dominantes em uma sociedade herdeira da inquisição e da censura que permeou a formação nacional portuguesa por tantos anos, por isso o sopro progressista da Primeira República movia os ideais do autor beirão, mesmo que de forma discreta em seus livros.

Em continuidade na narrativa, um auxiliar do ministério público descreve Manuel Louvadeus e como ele teria comandado a rebelião dos serranos por meio de sua suposta formação ideológica:

Manuel Louvadeus: criminoso manifesto. Fora João Rebordão o executor danado da sedição, como Manuel Louvadeus o seu teórico. Quem era este Louvadeus? Em breves palavras, senhores juizes, lhe traçaria o perfil. Tendo partido de Portugal há uma boa dezenas de anos, formado segundo o espírito e a índole da terra-mater, respeitoso das pessoas dignas de respeito por seu nascimento, riqueza, estado, cumpridor dos deveres de católico, obreiro probo, regressara completo de vícios inerentes às terras novas, desprovidas de tradição, em que atua toda a sorte de precipitados sociais. Nesses meios descristianizados ou imbuídos duma burundanga inacreditável de religião revelada, feitiçaria e pseudofilosofia de Comte, bebera uma vaga doutrinação ácrata que lhe permitia escamecer dos Evangelhos e dos dogmas sacrossantos de Igreja. Espiritista, pela certa, voltara costas ao credo em que nascera, negação esta que nunca mais deixa de ser ponto de partida para todos os desvarios do entendimento. Nunca ninguém mais o viu no templo, embora gostasse de meter conversa com os eclesiásticos e se mostrasse mesmo obsequioso com eles. Fazia chacota das práticas do culto, buscando com fácil e barato voltairianismo refutá-las ou alcanhá-las como absurdas e inspiradas dos ritos pagãos. Se transitarmos da aberração moral para o terreno político, vê-lo-emos adepto dos erros econômicos de Karl Marx, embora seja de admitir que nunca lesse os tratados subversivos de tal filósofo. Mas essas ideias nefastas andam no ar e não admira que, à semelhança da eletricidade das nuvens que deflagra nos para-raios, se polarizassem em seu cérebro parcialmente culto ou mesmo confuso. A monarquia era um contrassenso histórico, os reis não passavam no geral de capitães de bandoleiros e ganhões disseminadores do bacilo fidalgo. A quem o ouvia pregava a nivelção econômica, a título de que a propriedade é roubo. Exalçava as leis moscovitas como destinadas a ser dentro em breve o código de toda a humanidade culta (Ribeiro, 2011, p. 250).

O discurso do membro do ministério público descreve muitas contradições no retrato de Manuel Louvadeus. Este, primeiramente, evidencia a boa formação católica portuguesa, como cumpridor de seus deveres. Ao retornar do Brasil, no entanto, é como se a ex-colônia tivesse corrompido o homem probo, esse país de “feitiçaria” e de espiritismo, contaminado pela ideologia positivista de Comte, que degrada o “bom homem português”. Para salientar ainda mais a destruição do protagonista como cidadão de bem português, o membro do ministério público acusa o réu de ter tido contato com obras de Karl Marx e insinua que o pensamento de

Manuel representava o pensamento supostamente marxista contra a propriedade privada, afirmando que o acusado exalta o pensamento moscovita.

João Rebordão, o suposto líder do movimento de resistência dos moradores locais, é descrito como republicano, sob a alegação de que em sua casa havia livros republicanos e que foi o primeiro a levantar a bandeira vermelha contra os servidores públicos e comandar a resistência armada, tendo sido julgado à revelia. Outro citado pelo ministério público na acusação foi Manuel do Rosário, cuja descrição traz esta suposta fala do serrano:

Manuel do Rosário, o trabalhador pervertido para quem a vida representa uma condenação injusta. Insatisfeito e pragueiro: *Raios partam Deus; Raios partam o Diabo; Querias ser ladrão como um ministro? Valha-te o couce dum deputado miguelista!*, etc., etc., improperios insuportáveis e vergonhosos são estes que reclamam correção severa. Sempre a dizer: *O padre Eterno é um traste; Satanás é outro; o padre prior vale pelos dois. Jogam os três a bisca! Os governos são uma cambada de ladrões. O que fazem é sugar o sangue dos pobres!* É o tipo do eterno e instintivo inconformista, capaz de tudo. Em despeito de ser um ótimo e rendoso boi de nora, tanto muge, que provoca a guerra no mundo. É homem tão perigoso pelo que faz como pelo que não faz à margem do seu desespero (Ribeiro, 2011, p. 254).

O serrano teria dito não haver diferença entre os representantes da Igreja e o Satanás, além de comparar o ministro a ladrão e apontar todos os governos como espoliadores dos pobres locais. O morador é descrito como homem perigoso à ordem pública, a despeito de, segundo o relato das testemunhas, ter feito apenas resistência pacífica, sem o uso de armas contra a Guarda ou representantes dos serviços florestais.

Ao final do julgamento dos serranos, a fala do advogado Rigoberto expõe o povo da Serra dos Milhafres como habitantes originários da região, comparando-os aos povos indígenas das colônias. Ao leitor de hoje, conseguimos perceber a contradição do colonialismo português e como o salazarismo prolongou a condição colonial sobre os países, principalmente em África. O advogado defende sua posição em relação à inocência dos serranos:

— Vossências subam ao planalto e ao simples lance de olhos verão como as terras são tristes e inditosas. Porventura uma boa prospecção do terreno venha a indicar um dia riquezas aproveitáveis do subsolo. Com a sua exploração é de crer que a região granjeie a independência econômica e possibilidades de se desenvolver. Mas tal campo não foi sequer percutido. Era lícito, à falta de melhores horizontes, fechar a serra à sua necessidade? Os serranos não quiseram praticar a arruaça pela arruaça; muito menos quiseram ofender e que o seu protesto fizesse correr sangue. Quiseram apenas lembrar ao Estado onnipotente e seus homens-lige: Vejam como somos desgraçados! Não nos matem à míngua! Deixe-nos por agora a serra, necessária para estrumar as nossas leiras de centeio, dar pasto aos nossos rebanhos, lume para nos aquecermos nos Invernos insuportáveis. Sucedeu uma fatalidade. Eles não são os culpados. Senhores juízes, imploro da vossa alma compreensiva e generosa a absolvição dos réus! (Ribeiro, 2011, p. 261).

Após o julgamento, o velho Teotônio Louvadeus retorna para sua Rochambana e, em conversa com o neto, descobre que o velho Lêndas teve a mão mordida por ratos dentro da própria casa. Teotônio recebeu com satisfação a notícia da doença e posteriormente da morte do comerciante avaro, que foi responsável pelo apoio direto aos serviços florestais e cedeu dois filhos para a função de guardas florestais. Ao neto Jaime o avô disse que o comerciante não misturaria mais água com vinho nem despojaria mais pobres.

Em seguida, Bruno Lêndas se aproxima da chácara do velho Teotônio e fica sempre à espreita, tentando vigiar o que se passava nas terras, fato que incomoda o velho. Os serviços florestais necessitavam de buscar água para os trabalhadores, e sempre o guarda Bruno se encaminhava para as terras do velho; com o tempo, o ódio do pai de Manuel Louvadeus vai aumentando.

Manuel é condenado a seis meses de prisão e multa, e sua pobre família vê-se obrigada a vender uma casa no vilarejo para pagar as custas da justiça. Os trabalhos dos serviços florestais continuam e, em um dia, ao que Bruno vai buscar água, o cão do velho Louvadeus, Farrusco, ataca-o e o homem chuta o animal. Para controlar a ira, Teotônio morde a própria mão, mas já planeja a morte do jovem inimigo.

A resistência do povo serrano se encaminha por outros modos, em contraste com a carga direta contra os trabalhadores do Estado. Durante as noites, acontecem episódios de sabotagem:

O fogo era a arma traiçoeira e terrível, mais de temer naqueles empreendimentos. O malfeitor vinha com o escuro da noite, rastejando como uma cobra, contendo o fôlego, acendia a mancheia de caruma ou de ervas secas e punha-se de largo. Só se dava conta quando, com o incêndio a lavrar, irrompiam as labaredas. A malfeitoria pegou de estaca e fez escola. Eram muitos os praticantes. Mandaram vir contra eles cães-polícias, pois que a força, embora em cada setor houvesse um piquete de dez homens com pistolas-metralhadoras, era incapaz de sobrestar estes atentados, ainda com o apoio dos guardas-florestais temidos e maus, conhecedores do terreno e das manhas dos serranos como de suas mãos. Durante algum tempo, estancaram os desaforos. Depois, da bela matilha de dogues, um após outro, foi-os levando a cramona. Por muito bem alimentados que andassem, o bolo era tão aliciante que os pobres bichos se deixavam cometer. Reforçaram a guarda. O flagelo persistiu ora dum modo, ora doutro. Em Toiregas houve morte de um homem, um destes sabotadores por conta própria fuzilado pelas costas quando largava depois de inutilizar um arado mecânico. As aldeias em peso foram acompanhar o morto ao cemitério e novamente se soltaram gritos de Morte ao Governo! Morram os ladrões! A serra dos Milhafres é nossa! (Ribeiro, 2011, p. 278).

O relato do espírito coletivo e da forma de combate, mesmo em se tratando de um conflito totalmente assimétrico, demonstra a união do povo em prol da salvação de um modo de vida típico e único de uma pequena parcela da população portuguesa.

Os acontecimentos coletivos avançam ao lado dos privados, e assim o romance caminha para a subjetividade do velho Teotônio Louvadeus e sua vingança contra Bruno, que envenena Farrusco. Jurando vingança, o velho planeja o melhor momento contra o filho do falecido Lêndas:

Teotônio Louvadeus, serrano duro e impiedoso, de modo geral, não professava grande estima pelo seu semelhante. As misérias alheias não o afligiam sobremaneira, posto que não ficasse indiferente à injustiça. O seu calcanhar era vulnerável a este sentimento. E seria capaz de tirar as tripas a um injusto. Amor, verdadeiro amor no fundo da carne e do fundo da alma, tinha-o ao filho, que sabia ser em paz de alma, bastante desarmado contra as perfídias do mundo, sonhador, sem ódio, até contra um sicário. Os netos mereciam-lhe um acrisolado interesse. Eram carne da sua carne, vinculados do lar a que se aquecera, da cepa donde brotara, seres dos seu entendimento e do seu coração. Mas era já o sol coado pelos ramos altos do castanheiro. Jaime conquistara-o ainda pelo seu desengano e coragem. É da minha raça, magicava nas horas de exaltação (Ribeiro, 2011, p. 286).

O filho ainda estava preso, o velho iria perder as terras em que caçava e passara tanto tempo de sua vida. O neto Jaime demonstrou lealdade ao avô para a vingança, mas o velho disse que ele mesmo agiria. É chegada a hora de Bruno pagar com a vida por todas as ações contra os Louvadeus:

Quando Bruno assomou na canada, à desbanda da qual o esperava por detrás duma urgueira, e lhe pareceu boa a distância, descobriu-se. Sacou debaixo da capucha o braço com o dardo. Mas ele deu conta do movimento de agressão e foi a tirar a clavina da bandoleira. Não teve tempo. O ferro, despedido por mão irada e com o alento todo, ia-se-lhe cravar no peito e lá ficava plantado. Sem perder um minuto, o velho arrastou-o pelos pés para a beira do córrego, a uns cem passos dali. Volveu a desfazer com uma giesta o restolhadoiro que deixara no caminho. Tornando ao corpo, tirou-lhe o ferro do peito que foi esconder com a carabina, perto, debaixo duma lapa. Essa noite, antes do cantar dos galos quando Jaime voltava da ramboia dos serões, ao entrar a porta dentro da quintã, uma garra de ferro que saía da sombra filava-o pelo braço (Ribeiro, 2011, p. 294).

O velho Teotônio pega o neto pelo braço para pedir-lhe ajuda na ocultação do corpo de Bruno. Jaime demonstra calma e sugere que ele mesmo responda pelo crime, em breve debate com o avô; todavia, o velho demonstra despreocupação com a possibilidade de ser preso e diz que tem pouco tempo de vida em comparação com o jovem rapaz. A cena da ocultação decorre de forma rápida:

Jaime e o velho agarraram no cadáver pelos pés e pela cabeça e atiraram-no para dentro. Quedou de cara para o céu como os fiéis defuntos na terra santa. Contemplaram-no pela última vez, mas os olhos abertos, no fundo do buraco, não lhes disseram nada. Tão-pouco a face descerrava a expressão dos assassinados, que às vezes é pavorosa, com medo do Inferno ou saudades da vida, e outras vezes sarcástica, certos de que lhes há-de soar a hora da vingança. Tanto a fisionomia do Lêndas como as meninas-dos-olhos ficavam mudas, condenadas, dir-se-ia, ao apagamento eterno,

se uma palavra de piedade ou de maldição. Jaime despojou-lhe sobre o corpo a primeira pazada (Ribeiro, 2011, p. 296).

O jovem serrano é cúmplice do avô, a morte de Bruno corre como notícia na região, e a primeira pessoa apontada como o assassino é o velho Teotônio Louvadeus e depois seu neto, em razão das brigas públicas que tiveram com o desaparecido.

Mas o rumor que tinham sido os Louvadeus que haviam esfregado o Lêndes e feito desaparecer o cadáver tornou-se insistente. Invocou-se a briga que Jaime noutros tempos tivera com Bruno, as galarolices desbocadas deste, e o grito do velho em pleno tribunal do Porto, divulgado pelo Dr. Labão: Ah cão, que me pagas! Escortado por duas praças da Guarda, um piquete de homens, dispensado pelos Serviços Florestais, revolveu a terra toda de desmorte na Rochambana. Perante o insucesso, contra o palpite de muita gente, puseram-se a cavar aqui, além, na fazenda. Entraram em casa e ergueram o soalho. Prosseguiram nas buscas pelos outeiros (Ribeiro, 2011, p. 301).

Como não foi encontrado o corpo de Bruno, a polícia interroga os dois Louvadeus — e merece destaque o fato de que a tortura é método do Estado Novo para conseguir confissões e prender até mesmo quem fosse inocente. A descrição do interrogatório de Jaime revela o uso do cavalo-marinho, instrumento de tortura composto de chicote e cassetete. Com as agressões: “Descarregou-lhe segunda, terceira, quarta vergalhada; quinta, a ponta do cavalo-marinho, cimbrando, respingou para a cara e logo ali lhe implantou um gordo e tumefato vergão. A fera legal iria prosseguir, mas Labão deitou-lhe o braço” (Ribeiro, 2011, p. 303).

Ao passar para o velho Louvadeus, o carrasco estatal não perdeu tempo com a fala do preso, que negou qualquer ato contra Bruno Lêndes, e assim a sessão de tortura prossegue:

Descarregou-lhe a primeira vergalhada. Ia a brandir o cavalo-marinho para a segunda, mas nem ensejo teve de dar balanço à mão. O velho saltava-lhe ao pescoço como um tigre assanhado. Em menos tempo do que se leva a dizer, prostrava-o no chão, e joelho na arca do peito, a mão na garganta, os dentes ferrados no queixo, matava-o se lho não tiram de baixo. Mas foi preciso crivá-lo de murros, de pontapés, de coronhadas com a espingarda, que ali estava da praça, para o obrigar a ceder. O sargento ficou no chão exangue, a arfar, a mandíbula desmantelada. O velho, às pancadas que lhe deram, sangrava da cabeça e tinha o fato em tiras (Ribeiro, 2011, p. 304).

O romance se encaminha para o fim e, no capítulo 13, há a descrição da serra ocupada pelos guardas florestais em suas casas, com membros do Estado percorrendo o território expropriado dos pobres moradores locais:

A Rochambana foi expropriada pelos Serviços, que a floresta alastrara, desenvolvendo-se a todo o quadrante. Com o Louvadeus foi quase providencial, pois que para pagar a multa judiciária não chegariam todos os seus bens em Arcabuzais. Mesmo assim, foi preciso acrescentar à importância aviltada o mais possível pelos síndicos do Estado, que ainda e sempre se mostraram as células vorazes duma canceiração indiferentes à saúde e bem-estar do corpo social, embora nutrindo-se-lhe

da seiva e ferradas nele com ventosas de polvo. Ainda o valimento do Dr. Rigoberto contribuiu a que o preço não fosse equiparado ao da uva-mijona. Mas não bastou (Ribeiro, 2011, p. 306).

A vida da família Louvadeus muda completamente após a perda da propriedade. Manuel Louvadeus saíria da prisão após três anos de pena, carregando o peso financeiro que se abateu sobre todos, mas principalmente sobre seu pai. Teotônio ficaria sem seu refúgio no campo, sem suas caçadas de animais silvestres e seria obrigado a morar na cidade. O romance se encaminha para o final como se estivesse começando, pois Manuel resolve voltar ao Brasil:

Antes de completar os três anos e meio de Penitenciária, o meio ano representando o agravo de pena com que o Supremo Tribunal, olho atento da Ordem, entendeu gratificar os delinquentes, Manuel Louvadeus beneficiou duma anistia, muito simbólica, significativa de exemplar bom comportamento. E ao homem, que nunca fora outra coisa senão um bem-comportado, mandaram-no em paz a pretexto do exercício duma virtude que deixara de ser inibitória para a sua condenação. Apresentou-se inesperadamente em Arcabuzais, mais velho, mais macilento, mais lido e sabedor das coisas do mundo, e mais idealista. E foi uma epifania. Tinha-se por causa dele arruinado a casa, mas não tivera raça de culpa, nem ninguém lhe lançava no rosto. Ele, coitado, propunha-se recuperar tudo a breve prazo. Ia exumar as riquezas que jaziam enterradas à sua espera no chão misterioso de Mato Grosso. Era tão certo lá estarem como estarem sentados à volta do cepo, malga do caldo na mão, por cima deles a candeia a bailar, tal como no dia em que chegara com seu fatinho de embarcação e exclamara, surpreso que o não houvessem reconhecido: Não sabes quem eu sou, mulher? Tão certo que bastava ouvi-lo para ficarem todos presos da sua palavra e acreditarem. E até o velho, sempre raposo desconfiado, sentia na alma o afago da aragem messiânica (Ribeiro, 2011, p. 307).

A crítica sobre o atraso social está contida na fala do protagonista. Propositamente, Aquilino a introduz no texto do romance como se Manuel fosse um simples sonhador que queria ficar rico para melhorar sua comunidade, mas o fato é que, nessa ironia, há uma crítica à inércia do Estado quanto à qualidade de vida do povo português e, principalmente, à forma como se aplicava o dinheiro do povo — já que o Estado se fez forte nas batalhas contra os serranos, mas é fraco para melhorar a qualidade de vida desse mesmo povo:

— Nesta aldeia miserável — prosseguia o ex-penitenciário —, que décadas da era nova tornaram mais pobres, mais fanática, mais desoladora, hei-de criar uma Escola de Artes e Offícios. Uma escola para lavrantes da pedra. Que belas padieiras se não tiram nesses balcões de granito, e nas penedias encasteladas como nuvens de trovoadas! Andam por esse mundo a construir capelas e mais capelas, igrejas e mais igrejas, casernas, presbitérios, nesta altura da civilização e quando os moradores vivem em choças, tão desgraçados que carecem do mais rudimentar dispensário, de correio, de escola em termos, de chafariz! Que aberração! Que erisipela nos corpos e nas almas! Como é possível que na Europa, a mais doura e bela porção do mundo, se reacenda uma febre da Idade Média (Ribeiro, 2011, p. 308).

Manuel Louvadeus volta mesmo para o Brasil e fica sem dar notícias, os filhos se casam e o velho Teotônio tem seu momento de vingança contra tudo que lhe foi imposto pelo Estado. O pai do protagonista furta uma égua do advogado Rigoberto e vai percorrendo todas as comunidades que circundam a serra; o velho passa seis horas colocando fogo nas vegetações e devolve a égua como se não a tivesse pegado sem autorização. Essa atitude demonstra o caráter revolucionário e solitário do velho Louvadeus, em um gesto de revolta que, a despeito de ser incapaz de mudar a situação de expropriação das serras, exhibe o poder da vontade de um homem que não se curvou à vontade dos poderosos.

Após anos de estiagem, a chuva vem com força para a região e causa estragos nas serras, com a enxurrada levando grande quantidade de terra. O romance termina com a cena de um casal de lobos percorrendo a paisagem devastada e encontrando a ossada de Bruno Lêndes que o velho Teotônio havia enterrado sob o leito do rio com a ajuda do neto Jaime. Após os lobos ficarem com a ossada de um lado para o outro, um grupo de pessoas se junta em torno da ossada, e o romance acaba.

2.4 *A presença do mundo rural atrasado: poder fascista e subdesenvolvimento regional*

Sendo um dos escritores empenhados na publicação da revista *Seara Nova*, Aquilino participou desde a primeira hora dessa grande fonte de resistência intelectual ao avanço do totalitarismo em Portugal. A primeira publicação data de 15 de outubro de 1921, e lê-se no primeiro editorial: “Revista de doutrina e crítica”, escrita por “poetas militantes”, “críticos militantes”, “economistas e pedagogos militantes”.

Dentro do processo de militarização da política portuguesa, ainda no primeiro volume, a revista *Seara Nova* promove um texto sobre a Noite Sangrenta, demonstrando de início seu caráter progressista e republicano em defesa de uma forma de governo democrática e indo de encontro ao Estado autoritário, o que será demonstrado posteriormente pelo avanço do fascismo em Portugal, seguido da assunção de Salazar à chefia do governo poucos anos depois.

Aquilino, como escritor já reconhecido por suas obras, liga-se à atividade intelectual e de resistência antifascista desde o avanço autoritário do Estado português, tendo tido o autor participação ativa nos movimentos republicanos desde o início do século XX. A adesão ao movimento neorrealista português se dá de forma natural por sua postura de autor já consagrado

do público — mais discreto que outros autores do movimento literário, mas não menos importante.

A obra de Aquilino é muito diferente das outras consagradas do Neorrealismo português, não por conta de um caráter ideológico em si, mas pela temática dentro das narrativas. Os livros de outros autores neorrealistas se passavam nas regiões do Alentejo ou Ribatejo e traziam diretamente como temática a exploração dos trabalhadores rurais e os conflitos dentro dos latifúndios das regiões, em narrativas que colidiam diretamente com os interesses dos grandes ruralistas apoiados pelo salazarismo.

Em direção distinta, as narrativas dos livros do escritor beirão, em sua maioria, passavam-se nas regiões serranas. Para além da ligação do autor com sua terra natal, esse traço denota sua escolha de evidenciar um Portugal pouco valorizado pelos grandes centros urbanos. Isso porque, mesmo com as disparidades sociais na região do Alentejo e Ribatejo, os beirões eram mais esquecidos dos que os trabalhadores dessas regiões produtoras de trigo.

O *modus vivendi* do camponês serrão remetia aos remotos tempos de um Portugal ainda medieval, com os terrenos intitulados baldios, sem proprietário particular, como áreas públicas que pertenciam ao bem comum. Nessas áreas eram permitidas atividades de caça e sobrevivência geral, como a coleta de lenha no inverno ou a pesca artesanal nas águas da serra.

Aquilino participou ativamente dos acontecimentos do seu tempo histórico, não apenas nos momentos de conflitos sociais e mudanças de regime, como também em temas já cristalizados dentro da cultura portuguesa no contexto do século XIX. O autor também propõe uma mudança na leitura histórica do fenômeno do sebastianismo com o livro intitulado *Aventura maravilhosa de D. Sebastião, rei de Portugal, depois da batalha com Miramolim* (1936).

Nesse livro, Aquilino propõe que, além de D. Sebastião ter sobrevivido à Batalha de Alcácer-Quibir (1578), o monarca teria fugido e se escondido em um mosteiro na costa vicentina, por lá tendo ficado sob o anonimato. Na narrativa de Aquilino, há um rei humilhado pela derrota e em processo de penitência pelos erros cometidos e por entregar o seu país aos domínios estrangeiros.

O processo de resgate do sebastianismo em Portugal é proposital, os conservadores buscavam reunir forças diante dos avanços da Primeira República e de todos os movimentos democráticos que escalavam em Portugal. O autor beirão não deixaria de refletir sobre os processos culturais que influenciam a política em um processo de legitimação daqueles que se movimentam num reacionarismo muito antes da tomada do poder por Salazar.

A postura do autor é desde sempre progressista, como reflexo de uma juventude anarquista vivida plenamente em Paris, quando do seu primeiro exílio, e de sua graduação em filosofia. A desconstrução de um discurso reacionário e conservador, por meio de seu livro sobre D. Sebastião, também faz parte de sua proposta como intelectual ativo e colaborador da revista *Seara Nova*. Na recente biografia de Aquilino Ribeiro, seu biógrafo Renato Nunes evidencia o momento que Portugal atravessava no início do século XX e como o autor vivenciou os diversos acontecimentos históricos de seu tempo:

Num contexto de evidente crise política do sistema parlamentar, crise social e econômico-financeira (pense-se, por exemplo, nas consequências decorrentes da fuga de capital nacional para o estrangeiro), este grupo de intelectuais progressistas e “apartidários” propunha-se cultivar a “seara” (leia-se, o país ainda vincadamente rural, analfabeto e pobre), de modo a agitar as consciências cívicas, criar uma opinião pública esclarecida e exigente ou incitar à concretização de reformas, tudo isto numa época marcada pelo extremar do radicalismo jacobino, como bem o demonstra a fatídica “Noite Sangrenta”, em 19 de outubro de 1921 (pouco depois da criação da *Seara Nova*), no decurso da qual foram assassinados os “heróis” do cinco de outubro Machado Santos e Carlos da Maia (1878-1921), bem como, por exemplo, o primeiro-ministro António Granjo (1881-1921), que havia recentemente apresentado a demissão e ao qual, de resto, Aquilino consagrou a obra Anastácio da Cunha. O lente penitenciado (1ª edição: 1938) (Nunes, 2020, p. 109).

Os progressistas, na Primeira República, foram derrotados paulatinamente pelo movimento reacionário dentro das Forças Armadas e da GNR, de maneira que aos poucos o cenário foi sendo desenhado para a ascensão de um modelo de governo totalitário, tendo sido a ditadura militar (1926) um preâmbulo do que viria a acontecer na ditadura do Estado Novo. Os intelectuais ligados ao Neorrealismo foram antifascistas desde a preparação dos diversos setores da sociedade para a implantação do Estado Novo, e todo o arbítrio instaurado era denunciado pelos escritores tanto na ficção, quanto na produção periódica das revistas *Seara Nova* e *Vértice*.

Os periódicos exerciam papel fundamental na formação da opinião pública já na primeira revolta após a implantação da ditadura militar, com as divulgações das primeiras tentativas de atentados — o que seria chamado posteriormente de *Revirvalho*. Os movimentos de resistência democrática, denominados pejorativamente de Revirvalho, fizeram todos os democratas se unirem em prol da volta da democracia da Primeira República, reunindo anarquistas, republicanos e os partidos de esquerda.

O insucesso dos opositores não diminuiu a importância do movimento, que depois consagrou-se como um sólido movimento antifascista. Aquilino participou ativamente dos movimentos de resistência do Revirvalho, tendo sido preso:

Quando o Estado Novo se institucionalizou, Aquilino tinha já no seu currículo um

longo e atribulado percurso de combate à Monarquia Constitucional e à Ditadura Militar. Combates que motivaram a sua dupla detenção, bem como três exílios em França. Quando regressou a Portugal, em 1932, Aquilino era também um homem desgastado pelos sucessivos fracassos do “revirinho” e pelas irreconciliáveis fraturas dentro do próprio movimento oposicionista, que, entre outros, tinham conduzido ao estertor da Liga de Paris. Dois anos depois, no preâmbulo do seu caderno de reportagens *É a Guerra*, escreveu mesmo que as ilusões do passado haviam “voado como as penas mortas” (Nunes, 2020, p. 173).

Próximo à Constituição de 1933, que instituiu o Estado Novo, há o regresso de Aquilino em 1932, como autor já em posição de destaque na produção literária, com mais de cinco romances publicados e diversos contos, além de sua participação em diferentes periódicos. Dedicando-se estritamente à tarefa da escrita, o autor mantém o espírito combativo sobre as condições sociais de censura e a falta da democracia em Portugal — dedicação que leva o escritor a aceitar o jogo do Estado autoritário e submeter seus escritos aos olhos dos censores em alguns momentos:

Repare-se que, ao longo do Estado Novo, a maioria dos escritores consagrados sempre teria recusado enviar as suas obras à censura prévia, embora esta se encontrasse legalmente prevista em determinadas situações. No entanto, quando um determinado livro já se encontrava em circulação, a censura poderia impedir a reedição, proibir a publicitação, apreender os exemplares em circulação, penalizar os demais intervenientes no processo de edição ou até mesmo instruir um processo-crime ao seu autor. Ora, este último aspecto, em especial, também poderia levar as editoras a solicitar um parecer prévio, da censura, quer para uma primeira publicação ou mesmo para uma reedição, de modo a tentar evitar problemas. Isto assume uma importância maior se pensarmos que o pedido de autorização para levar a cabo uma nova publicação da obra de Aquilino, *A batalha sem fim*, data de 1943, quando decorria a II Guerra Mundial. Teria sido a editora a enviar a obra à censura, devido ao contexto dedicado que se vivia ou teria sido o próprio escritor a fazê-lo? A inexistência de fontes não nos permite responder com o devido rigor a esta questão (Nunes, 2020, p. 204).

A censura prévia inibia diversos escritores, o que significa que o ambiente de tensão social e extrema vigilância de um governo autoritário limitou o exercício dos autores em seus ofícios. Aquilino contava com a simpatia do próprio Salazar, que deixou claro ao povo que lia o autor. É como se Aquilino exercesse seu ofício sem medo, como se o autor passasse ao lado, sem ser incomodado pelo “lápiz azul”.

Isso, porém, não ocorreu quando da publicação, em 1968, de *Quando os lobos uivam*. O que podemos analisar é que a resistência antifascista do Neorrealismo nos anos 40 tomou proporções maiores nos anos seguintes. É como se, com o passar do tempo e o desgaste do salazarismo, as perseguições da PIDE fossem aumentando, enquanto as pressões internas e externas também aumentavam.

A derrota do nazifascismo em 1945 gerou grande pressão sobre o governo de Salazar, uma vez que todos sabiam do seu alinhamento com todas as direitas europeias — mesmo tendo exercido, durante a guerra, uma quase neutralidade diante do avanço dos países do Eixo, como a pressão da Inglaterra e dos EUA para uso da base de Açores e outros acordos sobre as colônias em África.

Diante desse cenário, o inimigo interno foi tomado como uma centralidade nas ações da PIDE. A pressão da candidatura do General Delgado e posteriormente a morte do candidato de oposição forçou a mão do regime sobre a população de modo geral e mais ainda sobre a intelectualidade portuguesa.

O episódio da censura ao livro objeto de nossa tese foi um ponto de ruptura em relação ao que a censura representava à intelectualidade — não somente a que ainda permanecia em Portugal, pois também se manifestaram de imediato os exilados que tinham condições materiais de publicar sobre o episódio da censura e o pedido de prisão do autor.

Aquilino não chegou a ser preso por ocasião da publicação do livro, mas o pedido significou muito para a intelectualidade antifascista, principalmente aquela ligada à revista *Seara Nova*. A razão não era o fato de Aquilino ter sido um dos fundadores da revista, e sim por ele já representar a consagração de um escritor, já que, na data de publicação, não era mais um jovem revolucionário.

O que mais despertou a ira dos integrantes da censura e da PIDE foi a representação do pensamento hegemônico que se preservava no interior das estruturas de Estado corrompidas pela ideologia fascista. A temática da narrativa cujo protagonista era o povo simples da fictícia Serra dos Milhafres não era o maior dos problemas; a maior causa de censura do romance foi a representação do sistema arbitrário de justiça português, carcomido pelo fascismo corrupto e leviano que afundava cada vez mais o país de Camões. Ao descrever os membros do judiciário e do ministério público, o autor expõe com ironia os tipos humanos que seriam responsáveis por julgar os sediciosos da Serra:

Um dos adjuntos, Adalberto Fernandes, reunia em si o tipo do magarefe, alto, membrudo, encarniado de tez, e até no manejo do cutelo quando se tratava de aplicar a lei. No tempo da força era homem para, à falta de carrasco, puxar à corda. Quando interpretava o código, tendia para a pejorativa. Punha certa prosápia nas suas sentenças, de resto, transcritas nas gazetas da especialidade e muito apreciadas no Conselho. Corria que a sua vida particular era desastrosa, a mulher ninfomaniaca e perdulária; dois filhos valdevinos; uma filha que não regulava bem do juízo. Por isso, seria fera exacerbada (Ribeiro, 2011, p. 207).

Ao retratar assim um membro do poderoso Estado Novo, o autor criticava ironicamente os poderosos de capa preta que se assemelhavam a semideuses e se colocavam acima dos demais cidadãos portugueses. Mesmo que o romance se passasse em uma região fictícia, o julgamento representado no livro acontecia no Porto, no exato local onde ocorriam dentro do sistema judiciário português. Resgatamos um trecho da defesa de Aquilino no processo sobre a censura do livro e a imputação de outros crimes que a justiça fez contra o escritor. Trata-se de trecho do requerimento do contraditório dirigido ao corregedor do 3º Juízo Criminal de Lisboa:

A rapidez com que o livro se vendeu explica-se pela fama literária do autor, o seu prestígio de grande escritor de certo pela sede de obras livres que tem o público português, farto até os cabelos de obras desvirilizadas pela Censura e da imposição teimosa e inútil de uma “literatura oficial”, dada há mais de 30 anos como um prato único, forjada sem respeito pela verdade e no sentido exclusivo e falas de exaltar e adular os senhores do momento. O leitor português vive sequioso de livros escritos na sua língua, com temas vividos pela gente do seu povo, como o são, por exemplo, o discutido romance do russo Partestenark, as mais notórias obras dos grandes escritores americanos, ingleses, franceses, italianos e alemães, literatura de verdadeiro sentido humano, contribuição honrosa de cada povo para cultura universal, expressão mais viva do que é uso chamar a “civilização ocidental”, tipo de cultura para que altamente têm contribuído os escritores de todas as épocas e de todos os povos. Esta natural sede de obra livre é que levou o grande público a interessar-se pelos problemas vivos e atuais da nossa sociedade, sobretudo do drama indiscutível do sacrificado trabalhador da terra que tem sido a grande personagem da gigantesca obra do requerente — obra que muito crítico avisado considera como o maior monumento literário do nosso tempo, páginas tão quentes do nosso sangue de portugueses, que ainda por muitos séculos serão lidas com a emoção que nos seus contemporâneos têm despertado. O vigor literário do estilo, com a força do seu engenho criador, fazem já do requerente um clássico da literatura de língua portuguesa (Caldeira, 1959, p. 5).

Esse trecho dos autos do processo contra Aquilino demonstra como a sociedade portuguesa encontrava-se cansada de tanto arbítrio, tendo em vista que o processo é datado de 1968, ou seja, havia mais de trinta anos que a cultura do país era mutilada por uma ditadura que insistia em perseguir os gênios literários e de outros segmentos políticos.

A grande mobilização política e social em defesa do escritor fez os acontecimentos serem revertidos, sua prisão foi evitada. Citamos a pesquisa de Manuel Fitas:

Aquilino Ribeiro, por exemplo, viu apreendido o seu livro *Quando os lobos uivam*, de 1958. O regime considerava o livro injurioso para o Estado português, pelo que lhe moveu um processo crime que foi, entretanto, arquivado, no âmbito de uma anistia e depois de um movimento de apoio ao escritor por parte de intelectuais de renome estrangeiros, principalmente franceses, como François Mauriac, Louis Aragon e André Maurois. Por ocasião da sua morte, e em sequência de diversas homenagens ao escritor, a censura proibiu qualquer notícia referente a estes eventos (Fitas, 2010, p. 28).

Sobre a publicação do romance, em uma outra edição, as palavras de Álvaro Cunhal são de admiração da grande coragem que Aquilino demonstrava ao descrever o judiciário nada exemplar de tempos sombrios. Nas palavras do grande líder do PCP:

Os exemplos da vida e da obra de Aquilino, do romance *Quando os Lobos Uivam*, da luta contra a vergonhosa incriminação do autor, inserem-se na magnífica resistência dos intelectuais portugueses contra o regime fascista, resistência essa que por sua vez é uma das expressões do poderoso movimento popular (Cunhal, 2008, p. 430).

Citaremos mais um trecho do romance em que o narrador descreve outro membro do ministério público, com carregada ironia, apresentando-o como semelhante a muitos membros do alto escalão do Estado português, que se comportavam da mesma forma ou pior na vida real. Fala-se sobre misoginia, Igreja e propriedade privada em somente um parágrafo. Segue:

O outro assessor, José Ramos Coelho, passava por ser o zero absoluto. Escorregadio e silencioso como o congro. Chegara à corregedoria pela insignificância, à parte a zumbaia. Pálido, seco e de olhos gelatinosos. Solteirão e misógino. Prezava a disciplina na secretaria e a compostura na audiência. Réu que se mostrasse incivil ou cuja atitude não fosse de cortesia plena, avaliada pela maneira como se sentava, como abria a boca ou bocejava, como falava, como ria, apanhava a grossa talhada. Deus o livrasse de ser surpreendido por ele a tirar a caca do nariz! Não suportava tão-pouco que estalassem os dedos; se mexessem no banco; encavalitassem perna sobre perna; fungassem. Eram-lhe intoleráveis os pequenos tiques do seu semelhante, o que constituía já balda. Em contrapartida, réu que lhe aparecesse com submissão de penitente, embora com a humildade do velhaco, só não seria absolvido se tivesse violado alguma freira ou fosse apanhado a surrupiar um bolo para matar a fome. Porque se, por um lado, era um catolicão até a medula, por outro, não admitia que se fosse pelintra. A propriedade para ele, homem com uma pequena reserva nos bancos e uma quintalória em Óis, representava a primeira instituição humana, criadora e dignificadora da personalidade, frase que lera algures e invocava a cada passo (Ribeiro, 2011, p. 207).

Nesse trecho o narrador aquiliano consegue descrever muitos homens que faziam parte do governo salazarista e suas posturas sociais. A descrição do personagem como “catolicão” parece mesmo corresponder ao próprio Salazar, que se postava como grande católico e cujo governo torturava e matava milhares de opositores.

A narrativa neorrealista de Aquilino desvelou toda a estrutura estatal salazarista nos mais interioranos dos ambientes, e a fictícia Serra dos Milhafres representou a capilaridade do pensamento fascista hegemônico em Portugal, revelando que a reprodução da propaganda estatal e a repressão da PIDE também chegavam aos rincões do país e expõem um fascismo tipicamente provinciano.

As narrativas de Aquilino Ribeiro carregam o clima provinciano de sua terra, por meio do vocabulário beirão pesquisado pelo autor, acompanhado da pesquisa de temas que

envolvessem sua terra. Mais do que buscar evidenciar um país que não conhece seu interior como um todo, as narrativas de Aquilino denunciavam um governo o qual impunha um progresso que era sinônimo de extermínio, pautado pela eliminação daqueles contrários aos interesses de quem estava no poder.

O fascismo português, como os outros fascismos do início do século XX, era ultracapitalista e imperialista por natureza. Isso significa dizer que o caráter de dominação do outro para obtenção de vantagem econômica era uma política de Estado, e a regra do domínio econômico sobre a sociedade fazia os interesses do Estado serem diametralmente opostos aos do povo. Era esse “Estado forte” que definia como o povo poderia trabalhar, vestir-se, comer, e todas as relações humanas passavam pelo Estado fascista.

Dito isso, as obras literárias que transitavam nesse recorte histórico não podiam refutar os momentos da realidade dos acontecimentos. A atividade intelectual dos escritores neorrealistas confundia-se muitas vezes com o jornalismo; e o jornalismo, que sofria censura diariamente, era também permeado por ficção. Esses fenômenos serão objetos da crítica literária por muito tempo, alegando-se que os livros neorrealistas eram apenas propaganda política ou até mesmo “arte dirigida”. É o caso do autor Ramos de Almeida, que escreve sobre um subjetivismo alienado na literatura:

E os artistas começam a descobrir a expressão estética da realidade. Vítimas dos grandes problemas de sua época, com a sua sensibilidade, a sua inteligência e o seu caráter abertos para a dureza da realidade, os artistas novos não podem exprimir jamais as doenças hereditárias do subjetivismo. Frente a angústia da hora que passa o artista só porque é homem não se pode fechar dentro da sua decantada Torre de Marfim, enquanto os seus semelhantes morrem aos milhares. Diante da profunda agitação social que referve em todas as nações, das guerras, dos motins, das revoluções, das greves, dos fuzilamentos diários, o artista só porque é homem, e portanto, um ser social, não pode continuar cantando a anomalia do seu caso pessoal (Reis, 1983, p. 29).

Aquilino pertence diretamente ao processo cultural que os neorrealistas assumem dentro da intelectualidade portuguesa, em uma amplitude muito maior do que o campo artístico em si. O autor conhecia muito bem o interior do país e sabia como as populações nessas localidades eram dominadas ideologicamente pela Igreja e pelo Estado.

Do mesmo modo que o fascismo italiano estava estritamente ligado ao ambiente rural, em Portugal essa ligação também era constante e partia da relação direta com a propriedade privada e o domínio do controle das terras produtivas. Em um capitalismo periférico, os grandes

proprietários rurais exerciam domínio sobre a política local e as relações de poder dentro das pequenas cidades no interior do país.

O ambiente provinciano no interior de Portugal carregava o atraso econômico e social diante da modernidade de outras nações europeias, e o desenvolvimento desigual do capitalismo seria sentido diretamente em suas crises. O acúmulo do capital vivenciado pelas potências do capitalismo não chegou a Portugal, de maneira que os filhos das elites econômicas portuguesas eram deslocados para Inglaterra e França, gerando diretamente uma estrutura de concentração de renda em que os latifundiários portugueses mantinham uma estrutura semifeudal no interior do país, beneficiando-se das estruturas do Estado.

Quando da ascensão da extrema direita, com o golpe militar (1926), foi afastado o “fantasma” de uma revolução comunista como a russa, em 1917, já que o Estado de exceção garantia e protegia a propriedade rural, enquanto eram perseguidos os trabalhadores que se organizavam em sindicatos rurais. Ao assumir o poder, Salazar avançou sobre o sindicalismo, copiando o modelo de Mussolini, ao criar um Estado corporativista que descartava qualquer tipo de associação que não fosse chefiada pelo governo ou ligada a ele. O professor Fernando Rosas esclarece:

O que restava do movimento operário organizado — anarquistas, comunistas, socialistas, sindicalistas sem partido — ainda se vai bater nas barricadas do reviralhismo, de armas na mão, contra a Ditadura Militar entre 1927 e 1931. As organizações operárias, como vimos, ainda tentarão “uma greve geral revolucionária” contra a liquidação das liberdades sindicais pelo Estado Novo, a 18 de janeiro de 1934. Mas essas são as heroicas e desesperadas batalhas do fim. Com a derrota do movimento operário e da Primeira República, a ditadura salazarista, o fascismo conservador em versão portuguesa, ficava com o caminho livre. Fenômeno idêntico ocorria em toda a Europa periférica. A derrota da ofensiva operária mudava a sorte da “guerra civil europeia” (Rosas, 2019, p. 114).

Esse fascismo provinciano era de fácil execução dentro de uma população extremamente alienada, em grande parte analfabeta e, para completar, extremamente religiosa — tendo essa religiosidade de um povo explorado ligação direta com a manutenção do poder em Portugal. Os avanços progressistas dos primeiros republicanos que muito lutaram para a constituição de um estado laico em Portugal foram varridos pelo conservadorismo ligado diretamente ao grande capital.

A ruralidade e o provincianismo da sociedade portuguesa são vistos como uma virtude pelo regime salazarista, portanto o governo incentiva a continuidade da vida rural na maior parte do país, por meio inclusive do Serviço de Propaganda Nacional (SPN), que destaca a importância de cada trabalhador do campo para a manutenção do projeto de unidade da nação.

A ruralidade incentivada era aquela baseada na exploração da mão de obra barata e na exploração do uso da terra pelos grandes latifúndios, de maneira que os pequenos produtores que não se dobrassem aos interesses econômicos da nação eram solapados pelos diferentes órgãos do governo.

É assim no livro de Aquilino: as minorias sempre são atacadas frontalmente nos regimes fascistas e em Portugal não seria diferente. Quando o fascismo eleva o discurso da nação e do nacionalismo, não é no sentido de união com as minorias, e sim no de eliminação dos discordantes e uso da força dos maiores contra os menores. Em um trecho do romance de Aquilino Ribeiro, o protagonista faz uma reflexão sobre nação:

A nação é de todos. A nação tem de ser igual para todos. Se não é igual para todos, é que os dirigentes, que se chamam Estado, se tornaram quadrilha. Se não presta ouvido ao que eu penso e não me deixa pensar como quero, se não deixa liberdade aos meus atos, desde que não prejudique o vizinho, tornou-se cárcere. Não, os serranos, mil, cinco mil, dez mil, têm tanto direito de se levantar por todos os meios contra tal política (Ribeiro, 2011, p. 60).

Os pequeninos do campo não interessam para o governo fascista como pessoas possuidoras de direitos e garantias, e esse desprezo do governo pelos trabalhadores do interior do país caminha juntamente à lentidão no processo de industrialização de Portugal. Isso porque o atraso industrial e econômico do país beneficiava diretamente o regime fascista, que concentrava os monopólios nacionais, imitando a forma corporativista e manipuladora do fascismo italiano.

Aquilino, como narrador de um modo de vida serrano tipicamente provinciano, não pretende estabelecer um saudosismo em relação à vida rural. Em verdade, o autor confronta a propaganda salazarista de valorização da vida simples e sem luxos que Salazar tanto enaltecia — como se a pobreza e o atraso econômico fossem virtudes do povo português, refletidas nessa vida simples propagandeada pelo próprio Salazar, como se ele fosse um homem que vivesse com pouco e fosse satisfeito com isso.

Os demagogos do fascismo sempre utilizam de recursos retóricos para dizerem que seus chefes são homens simples e do povo, que têm uma missão divina para com a nação, como se a vida pública destes fosse um sacerdócio a ser desenvolvido com humildade e sabedoria. No caso português, isso foi muito mais explorado pelo lado religioso de Salazar, o homem que sempre destacou a importância da Igreja Católica em sua vida particular e formação intelectual.

Nesse aspecto é importante ressaltar como era a posição de Aquilino, como escritor que narrava o modo de vida simples da região da Beira. Em contraposição ao discurso ideológico

do Estado Novo, que pregava o modo vida econômico do português do campo, o autor beirão elaborou em sua narrativa a força psicológica de um protagonista que sabia o tamanho real do mundo e suas contradições. Apesar de ser um português simples, Manuel Louvadeus demonstrava consciência de classe e conhecia a perversa apropriação do patriotismo legítimo transformado em nacionalismo excludente pelo fascismo português.

A narrativa de Aquilino está no caminho do realismo, como propunha Lukács no clássico texto *Narrar ou descrever* (1968), visto que o narrador consegue captar as ações humanas de forma ampla e universal. É interessante ressaltar que todos os livros do escritor beirão são compostos de muita descrição e linguagens regionalizadas, o que não atrapalha em nenhum momento a centralidade da ação nem diminui a importância da práxis humana dentro das narrativas. Nas palavras de Lukács:

Somente no final é que a tortuosidade dos caminhos da vida se simplifica. Só a *praxis* humana pode indicar quais tenham sido, no conjunto das disposições de um caráter humano, as qualidades importantes e decisivas. Só o contato com a *praxis*, só a complexa concatenação das paixões e das variadas ações dos homens pode mostrar quais tenham sido as coisas, as instituições, etc., que influíram de modo determinante sobre os destinos humanos, mostrando quando e como se exerceu tal influência. De tudo isso só se pode ter uma visão de conjunto quando se chega ao final. É a própria vida que tem realizado a seleção dos momentos essenciais do homem no mundo, quer subjetiva, quer objetivamente. O escritor épico que narra uma experiência humana em um acontecimento, ou desenvolve a narração de uma série de acontecimentos dotados de significação humana, e o faz retrospectivamente, adotando a perspectiva alcançada no final deles, torna clara e compreensível para o leitor a seleção do essencial que já foi operada pela vida mesma. O observador que, por força das coisas, é, ao contrário, contemporâneo da ação, precisa perder-se no intrincado dos particulares, e tais particulares aparecem como equivalentes, pois a vida não os hierarquizou através da *praxis*. O caráter “passado” da epopeia, portanto, é um meio de composição fundamental, prescrito pela própria realidade ao trabalho de articulação e ordenamento da matéria (Lukács, 1968, p. 67).

Conhecemos a realidade rural de Portugal não pelo discurso da propaganda fascista de Antônio Ferro, mas pelo homem do campo, aquele que vive da subsistência, por meio da narrativa aquiliana que resgata o caráter humano nas experiências vividas pelos seus personagens.

Aqui ressaltamos a importância dos estudos de Lukács para aprendermos a grandeza da práxis humana dentro da narrativa, evidência muito bem delimitada pelo crítico húngaro sobre a centralidade da ação no interior da narrativa. O narrador de Aquilino em *Quando os lobos uivam* (1958) demonstra a importância do trabalho do homem na sua vivência cotidiana e, no caso do velho Louvadeus, é mais forte ainda o caráter do trabalho para a consagração do homem como elemento da natureza e transformador direto de sua realidade.

O avanço do estado policialesco também é retratado no romance, como o corporativismo salazarista que se impregnava dentro de todos os setores da sociedade portuguesa, até mesmo nas pequenas fábricas no interior. No momento da identificação dos réus da Serra dos Milhafres, encontram-se também presos trabalhadores grevistas, e o narrador aquiliano descreve:

Igual delito era de invocar contra os presos de Riba do Pisco, alguns com antecedentes judiciários, mercê da propaganda assuada dos quais se suscitou num estabelecimento fabril daquela localidade um surto de greve. Em consequência, procedera-se à detenção dos indivíduos indigitados como cabeças de motim e que se verificou serem agentes perigosos, instintivos ou teóricos, da subversão social, membros, segundo boas presunções da polícia, do partido criptocomunista português (Ribeiro, 2011, p. 211).

A realidade do trabalhador que não aceita todos os abusos cometidos pelos patrões era ser preso e responder a processo judicial. Engana-se quem pensa que a caça aos comunistas se restringia aos membros formais do PCP, pois muitos trabalhadores nem conheciam as teorias socialistas ou sequer tinham acesso a informações ideológicas e, mesmo assim, eram simplesmente presos por não se curvarem às condições degradantes de trabalho.

Desse modo, a realidade social no interior provinciano descrito por Aquilino fez o livro representar grande risco para o regime e, por isso, ser censurado. A censura se deu não por conta de uma propaganda “subversiva” do comunismo, mas simplesmente por haver tentado retratar os desmandos salazaristas no interior do país e o estado policialesco que envolvia os pequenos trabalhadores rurais ou urbanos das pequenas províncias, proporcionando um olhar crítico sobre a realidade cruel do regime e seus abusos.

Escrever sobre o povo, para o povo, em prol do povo: o caráter popular da obra de Aquilino é contrastado com a grandiosidade do alcance de sua obra, que chegou até ao ditador Salazar, que assumidamente lia o escritor beirão.

Por figurar as pessoas simples das comunidades interioranas e suas lutas diárias de subsistência, os romances do autor foram difundidos extraordinariamente por todo o país — lembremo-nos das condições restritas de publicação, difusão e principalmente de recepção pela crítica e pelos leitores. Também é relevante destacar o alto índice de analfabetismo na sociedade portuguesa, ao lado do caráter ainda ascendente de uma pequena burguesia citadina, que muitas vezes se pretendia intelectual ao ler os autores estrangeiros, em vez de ler um autor que falava dos povos que muitos rejeitavam preconceituosamente.

A preocupação com o coletivo constitui, de fato, uma das notas dominantes da teoria literária neorrealista, com reflexos evidentes no nível da prática artística. Compreende-se que assim seja, se tivermos em conta que o Neorrealismo procurou sempre (e não está agora em causa saber se conseguiu) integrar, no plano da ficção

literária, os problemas de vastos grupos humanos, desde modo encarados como fonte de inspiração temática (Reis, 1983, p. 158).

Nos diversos romances de Aquilino Ribeiro, o autor demonstra preocupação com a coletividade, como um resgate do ambiente inóspito das serras, em que há a luta contra a natureza selvagem e todas as dificuldades que envolviam o modo de subsistência fora da modernidade dos grandes centros urbanos. Os personagens em geral remontam ao estilo de vida em comunidade, no qual cada pessoa exerce um papel específico: o caçador, o taberneiro, a costureira, cada um com sua função social específica. Como já debatido, o que diferencia o autor de outros escritores neorrealistas é que a vida rústica do serrano oferecia uma realidade diferente da exploração econômica dos trabalhadores rurais do Alentejo, por exemplo. O professor Carlos Reis explica:

Independentemente do problema das relações entre o romance e a epopeia (que neste momento não nos compete analisar), o que fundamentalmente nos interessa realçar nestas palavras são duas sugestões, uma explícita e outra apenas insinuada: em primeiro lugar, a pertinência atribuída ao romance capaz de chamar a atenção já não para o excepcional do indivíduo, mas para a movimentação e preocupações sociais de entidades coletivas; em segundo lugar, a possibilidade de delinear essas entidades de tal forma que ao elemento individual, sem prejuízo do desenvolvimento da diegese, seja possível representar emblematicamente problemas coletivos. E é esta segunda sugestão que conduz a uma reflexão acerca dos tipos e da sua capacidade de informação diegética (Reis, 1983, p. 162).

Essa permanência de uma espécie de caráter do herói das epopeias, que o romance moderno continua explorando, relembra os conceitos de herói que Lukács expõe em *A Teoria do Romance*. No contexto do Neorrealismo, Aquilino remonta a esse tipo de herói no romance *Quando os lobos uivam* (1958), visto que o protagonista é um viajante que retorna para suas terras, com um acúmulo de conhecimento que o fará liderar a resistência da comunidade serrana diante do Estado autoritário.

O romance *A Casa Grande de Romarigães* (1957) também expressa como o provincianismo das regiões da Beira carrega valores ligados ao conservadorismo que mantinha estruturas sociais atrasadas perante as mudanças do republicanismo e o avanço progressista da Primeira República. O romance explora a estrutura patriarcal, e, embora o autor tenha morado na casa em que se passa a narrativa, o registro pessoal fica em segundo plano, pois o que podemos destacar brevemente é como a região do Minho foi importante para o apoio ao conservadorismo reacionário do salazarismo, inclusive com movimentos massivos de membros da Igreja Católica.

Aquilino elabora um romance histórico que se passa diretamente na região mais católica e conservadora de Portugal, cuja narrativa descreve diversas gerações e as relações com a localidade e os jogos de poder dentro da região. Não é coincidência que a resistência à Revolução dos Cravos tenha vindo da região norte de Portugal e de todos os conservadores antes ligados ideologicamente ao regime salazarista.

Ao elaborar um romance histórico, o autor também oferece uma resistência antifascista, uma vez que o regime se apoiava diretamente nos valores religiosos socialmente estruturados ao longo dos anos na região. Para elaborar o romance, foi necessária a leitura de diversos registros locais, motivo pelo qual moradores da região mantiveram registros de como se davam os acontecimentos na época, e o autor deixou claro ter elaborado a narrativa com base nesses acontecimentos sociais. A posição desse romance é bem definida por Isabel Cristina Mateus:

Publicada em 1957, esta obra constitui-se, antes de mais, como crônica dos morgados da Casa Grande de Romarigães, no Alto Minho (também conhecida por Quinta de Nossa Senhora do Amparo), desde a sua fundação no século XVII até à extinção do vínculo e aos acasos da sorte que dela fizeram herança patrimonial legada ao último proprietário da Casa, já na segunda metade do século XX. Tendo em conta a preferência pela temática histórica e a filiação genológica, *A Casa Grande de Romarigães* parece inscrever-se numa certa tradição que vem, entre outros, dos livros de linguagem medievais, das crônicas de Fernão Lopes (para não falar aqui da matéria histórica de *Os Lusíadas* de Camões) passando pelo historicismo romântico, e em particular, pelo romance histórico de Alexandre Herculano e de Almeida Garrett (e, naturalmente, de Walter Scott), ou mesmo pelas obras da ficção histórica de Camilo Castelo Branco até a ruptura que, no interior desta tradição, *A ilustre Casa de Ramires* de Eça de Queirós procurou significar. Em meu entender, *A Casa Grande de Romarigães* demarca-se, contudo, desta matriz, desde logo no que diz respeito ao conceito de verdade, à relação da História com a ficção e ao papel atribuído ao leitor (Mateus, 2009, p. 45).

O caráter histórico do romance segue uma tradição portuguesa de escrever sobre acontecimentos importantes do passado, tornando a literatura portuguesa uma fonte de reescrita da história oficial e das vozes silenciadas pelo discurso da classe dominante. Essa tradição, fortemente conduzida por Garret e Herculano e por diversos outros autores, é transformada pelo Neorrealismo e principalmente pelos romances pós-revolucionários, quando a reescrita da história oficial contada pela ficção consegue dar vazão a diversas vozes silenciadas por tantos anos de censura e autoritarismo.

Vale ressaltar que, no caso do romance de Romarigães, a narrativa ganha importância ao narrar o modo de vida de uma região extremamente ligada ao conservadorismo religioso, em que a Igreja tomava a frente de diversos movimentos sociais conservadores que ditavam o *modus vivendi* da região, e o Cardeal Cerejeira possuía carta branca para fazer o que quisesse

no microcosmos social do Minho. Salazar fazia questão de prestigiar o clérigo e aprofundar as boas relações da Igreja com o regime em uma relação mútua e longeva entre os dois.

Quando o autor consegue demonstrar as estruturas sociais que promovem as contradições da sociedade de classe, ele cumpre sua tarefa de não ser um escritor apologético. O narrador consegue elaborar um raciocínio contínuo no leitor, de modo que a leitura caminha para o processo de despertar as consciências sobre o que seria injusto na forma de vida de determinada região.

Ao promover uma reflexão diretamente ligada à Igreja Católica não somente quanto ao seu papel na formação nacional, mas também no que diz respeito ao apoio explícito ao regime salazarista, o autor consegue estabelecer a base de sua crítica, desvelando que tinha uma visão de totalidade e que essa visão seria colocada em seus romances. A forma romanesca de Aquilino está diretamente ligada ao embate com a visão de mundo reduzida do fascismo e do reacionarismo de Portugal.

Resgatamos o que Lukács teoriza sobre o romance como forma e sobre como a ação dentro do romance deve conter elementos capazes de demonstrar as raízes sociais da sociedade de classes:

O Problema formal do romance, a invenção de uma ação épica, exige um conhecimento adequado da sociedade burguesa — mas enquanto se permanece nos quadros burgueses, este conhecimento é inacessível. A ambivalência da sociedade capitalista, última sociedade de classes, a unidade indissociável do progresso da sociedade (tanto na destruição das velhas estruturas patriarcais, feudais, etc., como no desenvolvimento revolucionário das forças produtivas materiais) e da mais profunda degradação humana originada por este modo de produção, pela divisão social do trabalho que constitui a sua base (trabalho manual e intelectual, cidade e campo, etc.), só pode ser compreendida completa e corretamente pela visão de mundo do proletariado — o materialismo dialético (Lukács, 1992, p. 179).

Aquilino não somente tem um conhecimento adequado da sociedade burguesa portuguesa, como, ainda jovem, consegue depreender o atraso no capitalismo periférico de Portugal — não por acaso, exilou-se por três vezes. O autor conseguia perceber os aspectos reacionários da sociedade portuguesa ainda na ocasião da proclamação da república.

A participação ativa do autor nos movimentos do Revivalho fez se abrir uma visão de mundo diferente daquilo que boa parte da intelectualidade portuguesa não queria enxergar. Muitos autores nacionais se omitiram nas convulsões sociais da época ou tomaram posições entrenchados em posição burguesa e de afastamento da realidade social cruel instalada pelos militares.

A intelectualidade comprometida de fato com a consciência nacional sempre demonstrou resistência ao governo militar e posteriormente ao Estado Novo. Não por acaso, o salazarismo sempre avançou sobre a classe artística e desenvolveu uma inculcação ideológica capaz de mobilizar as massas em favor das pautas reacionárias que envolviam diversos setores da sociedade.

O corporativismo salazarista preencheu todos os setores sociais, de forma que a classe dominante conseguisse monitorar todo o movimento do proletariado e sufocar qualquer tipo de ideologia discordante. O estado permanente de medo promovido pelas prisões da PIDE envolvia todos os cidadãos, e no caso dos escritores ainda havia o medo da censura.

Aquilino provou sua visão materialista sobre a vida, provou que a forma romanesca era capaz de demonstrar a visão de mundo do proletariado, demonstrou em seus livros as contradições da sociedade portuguesa e o subdesenvolvimento de uma região.

A genialidade do escritor fica evidente no batismo de seus personagens, os nomes possuem características semânticas importantes para a reflexão do leitor. O processo de diegese de Aquilino é pormenorizado a começar pelo sobrenome do protagonista, Louvadeus é o nome de um inseto que é carnívoro e que supostamente representa a paz, ou ainda, um inseto que aparenta fragilidade, mas que a capaz de predar animais maiores, até mesmo um colibri.

Outro exemplo interessante é do antagonista Bruno Lêndea, lêndea que é o filhote de piolho, os piolhos são parasitas e que se alimentam de sangue humano. O representante do Estado é um parasita para os moradores locais. Um dos representantes do governo tem o sobrenome de *Streit*, em tradução livre é estreito, podemos comparar que a máquina estatal que vinha passar o rolo compressor na região serrana vinha estreitar o modo de vida camponês.

Outro exemplo seria o personagem Dr. Labão, esse integrante da comunidade que se vende para os interesses do Estado. O nome bíblico remete ao sogro de Jacó, quando esse se interessa em casar com a filha de Labão esse faz um acordo de trabalho obrigatório do pretendente para esse trabalhar por sete anos, o ambicioso Labão do romance lembra aquele interesseiro da bíblia.

A narrativa aquiliana é tecida cuidadosamente para que o leitor consiga penetrar na forma de vida do povo da beira da serra, exercendo um magnífico mergulho no interior de um Portugal sob intervenção do autoritarismo ligado ao atraso material. Um povo corajoso representado por Teotônio Louvadeus, esse nome que vem no grego e significa popular.

2.5 *Os modos de resistência antifascista: o trabalhador e o pequeno proprietário em ação subversiva*

A ambientação dos romances neorrealistas no espaço rural é programática e especialmente vinculada aos prepostos ideológicos que os autores mantinham dentro de sua produção estética. Sendo Portugal um país marcadamente atrasado em sua industrialização, composto de muitos latifúndios na região centro-sul do território e com o fascismo no controle da produção agrícola, o interior era marcadamente vinculado à direita reacionária que se solidificou no final do século XIX e início do século XX.

O professor Carlos Reis destaca sobre o regionalismo no movimento neorrealista:

Que essa conclusão não é forçada prova-o um texto de Antunes Silva em que, para além dos reparos merecidos pela prática regionalista de Júlio Dinis, Fialho de Almeida e Aquilino Ribeiro, se apresenta Alves Redol como renovador do romance de inserção rural e como exemplo em cuja senda “outros novos romancistas despontam, vigorosamente apoiados nas suas razões coerentes [...], tendo, no fundo, a elevada sensação de buscarem na alma dos humilhados cabouqueiros camponeses, o remédio moral para o coração angustiado de tantas multidões curiosas, mas inermes...” E se destas palavras há que descontar o tom enfático decerto motivado por se tratar de uma causa que também era a do autor, não é menos certo que elas acabam por reafirmar uma outra sugestão presente nas palavras de Armando Ventura Ferreira comentadas: a de que a narrativa que optava por espaços rurais (bem como pelos fenômenos socioeconômicos a eles inerentes) estava destinada a desfrutar de uma projeção cuja explicação passa necessariamente pela análise dos fundamentos ideológicos em que a teorização neorrealista se apoiou (Reis, 1983, p. 173).

A escrita neorrealista estava baseada na vida campesina e nas contradições de um país marcado por um capitalismo periférico, tendo em vista que o grande progresso promovido pela industrialização e formação educacional das massas não aconteceu em Portugal como nos países centrais, Inglaterra e França.

A Primeira República foi fundamental para as forças progressistas moverem as bases do capitalismo ruralista português, com o avanço do ensino livre, a elevação do nível cultural das massas e o desenvolvimento da pequena burguesia citadina. Esses acontecimentos históricos modificaram o peso político dos grandes produtores rurais nas decisões do país.

Os avanços sociais vivenciados no início do século XX seriam duramente combatidos pelos movimentos reacionários ligados ao capital ruralista, à grande burguesia financeira e a outros setores que estavam perdendo poder político. A Primeira República foi marcadamente progressista e ligada às ideologias de centro-esquerda, com avanços sociais importantes para o desenvolvimento humano, o que resultou no crescimento das forças reacionárias sobre as Forças Armadas e os demais grupos ligados aos investidores estrangeiros.

Nesse cenário de resistência ao avanço das forças reacionárias, os intelectuais e escritores ligados aos movimentos democráticos defendiam a forma republicana parlamentar. O professor Benjamin Abdala Jr., sobre os neorrealistas:

À esquerda, estavam as dissidências parlamentares do Partido Democrático, os anarco-sindicalistas, o Partido Comunista Português (1921) e um grupo intelectual que procurava ficar à margem dos partidos políticos — o grupo da revista *Seara Nova*, dentro de uma perspectiva do socialismo democrático. À direita, figuravam as tendências nacionalistas e liberais do republicanismo e, à extrema-direita, as organizações católicas e integralistas. Esses dois últimos setores deverão aliar-se à União dos Interesses Econômicos, organização capitalista que não aceitava reformas radicais ou socialistas (Abdala Jr., 1985, p. 134).

A conquista ideológica dos trabalhadores rurais foi importante para a resistência antifascista em solo português. Mesmo com toda a censura que envolvia a produção literária e a imprensa, o protagonismo dos personagens camponeses na resistência ao autoritarismo foi inspirador para muitos trabalhadores do campo e coletivos de trabalhadores que faziam frente aos grandes proprietários das regiões marcadamente agrícolas.

Não por coincidência, mas por pragmatismo, na ocasião da Revolução dos Cravos, o PCP era fortemente difundido na região centro-sul do país, dominada pelos latifúndios e por forte resistência dos trabalhadores do campo. A capacidade da arte literária de despertar as consciências seria comprovada diretamente no processo revolucionário. As narrativas que se ambientavam no campo exerceram uma espécie de educação revolucionária coletiva, que se espalhou pelos ambientes dos trabalhadores agrícolas, pelas pequenas fábricas no interior e até mesmo entre os militares.

O processo cultural antifascista que se prenunciou desde o início da ditadura militar e na sequência do Estado Novo foi penetrando em diversos setores da sociedade. À revelia do que a censura estatal pretendia, muitas obras literárias seguiam na divulgação clandestina, e a perseguição ao PCP durante todo o fascismo português gerou uma espécie de camaradagem em que a união ideológica era mais forte que o desgaste das torturas e perseguições.

Dentro do capitalismo moderno após a Revolução Industrial, a distribuição de terras pelos países centrais do capitalismo foi realizada de diversas formas. No caso inglês, houve expropriação dos pequenos arrendatários, assassinatos de pequenos proprietários, compra de pequenas propriedades seguida da anexação a outras maiores. Todo esse processo de acumulação da propriedade privada foi encaminhado com o processo de acumulação do capital juntamente com a ampliação das cidades e a massificação da população no trabalho fabril.

Em Portugal, esse processo foi extremamente diferente, e as herdades já provinham da união entre Estado e Igreja Católica, no advento da Primeira República. Ao mesmo tempo que os grandes latifundiários eram atacados pelos progressistas que denunciavam as riquezas provindas da exploração no campo, a Igreja também perdia espaço na tomada de decisões do poder. Os republicanos da primeira hora expuseram as relações de poder da Igreja e seus séquitos dentro do sistema econômico português, fazendo a reação vir em conjunto por parte dos grandes produtores rurais, da Igreja Católica e dos investidores ligados ao capital estrangeiro e ao capital monopolista português.

Na centralidade do capitalismo internacional, os capitalistas do campo na Inglaterra também agiram de forma reacionária, aumentando a quantidade de sem-terra no século XVIII. Há uma semelhança interessante com os romances ingleses, pois poucos são os autores que refletem sobre o caráter reacionário dos grandes proprietários rurais. Isso evidencia que não basta a forma romanesca ser regionalista em sua ambientação provinciana; o conteúdo é tão importante quanto a forma. Há exceção entre os autores ingleses, e o crítico literário Raymond Willians reflete sobre Grassic Gibson:

Temos aqui uma divergência crítica de uma tradição geral. Os homens e mulheres que vieram do campo para as cidades não precisavam que lhes dissessem o que haviam perdido, como também não precisavam que lhes dissessem o que poderiam ganhar nesse novo mundo se lutassem para consegui-lo. Mas era de importância crucial saber se a experiência rural — em toda a sua realidade, desde o amor à terra e seus prazeres naturais até os sofrimentos impostos da privação, do trabalho pesado e mal pago, da perda do trabalho e da moradia — atuava a seu favor ou contra eles, em sua luta para reajustar-se. Uma seleção de experiências — a visão do proprietário ou a dos que vivem na terra, a descrição “bucólica” ou a “tradicional” — foi concebida e utilizada, enquanto ideia abstrata, contra seus filhos e netos: contra a democracia, contra a educação, contra o movimento trabalhista. Nessa forma moderna específica, a retrospectiva rural tornou-se explicitamente reacionária e com quebra de continuidade têm-se ouvido muito poucas vozes do outro lado. Por isso Grassic Gibbon é especialmente importante, já que fala por muitos cujas vozes nunca foram registradas (Willians, 2011a, p. 444).

O que evidenciamos é que os escritores neorrealistas que ambientaram seus romances em um caráter regionalista o fizeram por objetivos opostos aos dos escritores ingleses, que, em sua maioria, descreviam paisagens de modo “naturalista”, tão pouco ligados ao realismo. Os neorrealistas promoveram uma literatura empenhada em demonstrar o modo de vida no campo e suas singularidades dentro de um sistema de capitalismo perverso que remontava diretamente às condições dos trabalhadores industriais no início do capitalismo moderno na Inglaterra — é o caso de *Gaibéus*, de Redol.

O trabalhador que acorda para a colheita antes de o sol nascer e se recolhe ao descanso após o pôr do sol é diferente, em sua relação de trabalho, do trabalhador industrial inglês da ascensão do capitalismo, embora isso não signifique dizer que existem condições melhores para os trabalhadores da indústria inglesa em contraposição às dos trabalhadores rurais portugueses.

As precariedades das condições de trabalho, em ambos os casos, são motivos para ensejar à classe proletária expectativas revolucionárias. Sob uma perspectiva crítica marxista, conseguimos estabelecer um vínculo entre a deformação capitalista da propriedade privada no campo e suas consequências para a vida na cidade e todo o sistema fabril apoiado nisso.

A crítica marxista sobre a acumulação primitiva do capital nos dá uma noção sobre as expropriações das áreas rurais pelo Estado por meio do uso da força na Inglaterra e sobre como o direito foi apropriado pela classe dominante, tendo sido esse roubo inicial capaz de estabelecer as bases do capitalismo central.

Dito isto, a percepção da realidade portuguesa é mais aprofundada devido à sua condição periférica ao capital. Enquanto a Igreja perdeu propriedades na Inglaterra, em Portugal isso não aconteceu: o Clero manteve suas grandes propriedades e o pouco que perdeu foi no advento da Primeira República — isso explica o seu apoio massivo na derrubada do regime progressista e a grande reação que foi movimentada pelos militares e apoiada massivamente pela Igreja e por seus integrantes.

A compreensão da singularidade portuguesa é importante para entender a longevidade do salazarismo em contraponto a toda a transformação política com o fim da Segunda Guerra. As bases de apoio ao Estado Novo são ruralistas e conservadoras, além de ligadas à Igreja Católica — a figura de Salazar é indissociável desses dois elementos, por diversas vezes exaltados em seu governo totalitário.

Basta lembrarmos que a reforma agrária em Portugal aconteceu somente após a Revolução dos Cravos, paralelamente a outras reformas importantes para a distribuição das riquezas nacionais, como a estatização de diversos setores empresariais e todo o sistema financeiro modificado durante esse período. Afinal, são características de toda nação periférica do capitalismo a exploração da mão de obra barata da população local, a baixa escolaridade e a evasão das divisas nacionais para paraísos fiscais ou o sistema financeiro apoiado na dívida pública nacional.

A citação da questão fiscal é importante, pois a ascensão de Salazar como ministro se apoiou no discurso de saneamento das contas públicas e solidez fiscal perante os países

detentores da dívida pública portuguesa. A suposta austeridade de Salazar foi um mote para ele assumir o poder e recuperar a grandeza de Portugal como Império Colonial do passado.

Isso, na década de 1930, funcionou muito bem e conseguiu enganar os diversos setores capitalistas de Portugal, conquistando apoio massivo suficiente para o regime se tornar sólido o bastante para combater o avanço do comunismo em terras lusitanas. A ameaça proletária seria maior do que realmente era, o medo da onda vermelha fez o país ser mergulhado em um regime tipicamente fascista, que, mesmo após a derrota dos países do Eixo, conseguiu ficar de pé com a anuência dos países centrais do capitalismo, principalmente os EUA.

O grande acordo entre especuladores financeiros e o capital rural de Portugal foi permanente durante todo o período de salazarismo. Cabe ressaltar que a censura aos escritores neorrealistas visava exatamente a esses autores que ousavam revelar a exploração dos trabalhadores do campo nos latifúndios do Alentejo e Ribatejo.

A perseguição e tortura dos integrantes do PCP é basilar para a manutenção das estruturas rurais de Portugal, e os latifundiários foram muito beneficiados durante o fascismo português. O Estado corporativista que proibiu greves, sindicalizações e todo tipo de organização trabalhista que poderia lutar por direitos dos trabalhadores era ideal para o capitalista:

Na realidade, o salazarismo impôs-se como um regime do conjunto da oligarquia com o apoio inicial de importantes setores das classes médias, em torno, como vimos, de uma plataforma mínima muito clara no plano econômico e social: um consenso sobre o equilíbrio orçamental, a estabilidade política de um “Estado forte” e antiparlamentar, a liquidação da liberdade sindical e o direito a greve, e a necessidade — e consequente capacidade política e financeira — da sua intervenção protetora e arbitral na economia em crise. Sob tal programa essencial se abrigaram distintas camadas sociais, diferentes estratégias econômicas de preservação e de otimização de interesses, visões ideológicas contraditórias sobre a modernização econômica e social ou sobre a conservação *à outrance* das economias e sociabilidades tradicionais. Como se o multiforme Portugal dos interesses, desde logo dos grandes, mas também de muitos dos médios e até dos mais pequenos, castigados desde 1921 por sucessivas crises econômicas, se colocasse, ainda antes do rescaldo da Grande Depressão, sob a tutela protetora e arbitral de um Estado forte e dotado de uma autoridade tanto maior quanto mais autônoma, relativamente ao mundo de que, todavia, emergia (Rosas, 2019, p. 189).

A capacidade de aglutinação do capital em torno do combate massivo ao crescimento do comunismo e ao sucesso revolucionário russo foi extremamente importante para a formação internacional do fascismo nos países periféricos do capitalismo. Isso explica como a adesão a esse tipo de governo foi imediata em diversas nações, e uma elucidação básica é que, na crise do capital, sempre quem paga maior quantidade e por mais tempo é quem possui menos capital,

ou seja, aqueles em cuja vida o capital somente se faz presente pela venda de sua força de trabalho: o proletariado.

As classes médias citadas pelo professor Fernando Rosas representavam uma grande parcela da população portuguesa, pois outra característica de Portugal era a ausência quase absoluta de grandes indústrias e, conseqüentemente, de uma classe proletária vinculada a elas. A fragmentação do proletariado português também ajudou na aceitação do fascismo como solução para a crise econômica.

A falta de consciência de classe das diversas categorias de trabalhadores portugueses fez o discurso ideológico fascista entrar pelas fazendas e pequenas indústrias país afora sem uma resistência sólida para enfrentar a força do capital que apoiava diretamente a ascensão fascista ao poder.

Essa pequena resistência ainda assim faria grande diferença nos rumos da decadência do regime e na solidificação da democracia em um Portugal pós-revolucionário. Tal resistência seria fruto de corajosos e corajosas que pagaram com a vida em muitos dos casos e se transformaram em silenciados pelo regime.

A resistência antifascista dos intelectuais portugueses vai muito além dos periódicos e da ficção. Nas pequenas produções escritas, eram manifestadas pequenas ações políticas:

A Soeiro Pereira Gomes é, ainda, atribuída a autoria de Praça de Jorna (agosto de 1946), que é um folheto de propaganda em defesa das praças como local de contratação dos assalariados agrícolas do Alentejo e Ribatejo. Poder-se-á aludir à fluência escrita, a uma agradável vivacidade expositiva e argumentativa, mas não se pode perder de vista que o seu objetivo é estrita e imediatamente político, que se insere numa conjuntura determinada. No próprio texto, reconhece tratar-se de uma espécie de manual político de utilização das praças, desenvolvendo ainda as formas de ligação com as organizações de unidade camponesa que o PCP preconizava (Madeira, 1996, p. 161).

Em ligação direta com a obra literária *Gaibéus*, o trabalhador por jorna está na centralidade da ação dentro do romance e também é central na ação política direta do movimento de resistência ao fascismo nos campos do Alentejo e Ribatejo. Essas pequenas ações de inteligência acurada foram capazes de manter os trabalhadores mobilizados, mesmo diante da repressão policial nos espaços públicos.

A dimensão do alcance da produção neorrealista está diretamente vinculada aos pequenos cidadãos portugueses letrados que possuíam condições mínimas de contato com o ambiente cultural e de leitura de periódicos. Os profissionais liberais, como advogados, pequenos empresários ligados à cultura, como livreiros, e outros tipos de pequenos comerciantes exerceram papel fundamental na resistência antifascista.

O obscurantismo do fascismo português era pautado por um discurso contra a ciência e o avanço do conhecimento científico, de maneira que todo o avanço acadêmico e político provocado pela Primeira República foi rapidamente afastado da vida pública portuguesa com o início da ditadura militar.

Os acadêmicos portugueses teriam importante papel de resistência ao salazarismo institucionalizado, às deformações sociais promovidas pelo regime e a tudo que envolve o Estado de exceção. Mesmo Salazar sendo um homem proveniente da Universidade de Coimbra, muitas vezes tendo sido referenciado como o “Professor Salazar”, o ditador, em seu conhecimento, nada relembra a postura acadêmica vinculada às ciências e ao progresso.

Esse fenômeno pessoal é interessante para compreender o movimento reacionário que atacava os movimentos progressistas abarcados pelo conhecimento científico, em contraposição ao aspecto ultraconservador do próprio Salazar, que mais parecia um beato do que um professor de ensino superior.

A juventude universitária desperta no ano de 1962, com diversos atos de protesto, tendo surgido muitas associações acadêmicas a partir da campanha oposicionista de 1958, liderada por Humberto Delgado. Citamos o professor João Madeira sobre os movimentos estudantis:

A proibição das comemorações do Dia do Estudante em Lisboa visava impedir essa articulação e asfixiar o dinamismo revelado pelo movimento estudantil, o que fez desencadear todo um conjunto de energias acumuladas e comprimidas, uniu mais os estudantes das diferentes academias, mobilizou para processos prolongados de luta e trouxe para a rua e para o confronto com a polícia milhares de jovens, que fizeram aí a sua aprendizagem política ou consolidaram a sua consciência cívica. Para esvaziar a situação, as comemorações proibidas são permitidas no mês seguinte, mas de novo proibidas, o que vai radicalizar o descontentamento e o protesto estudantil que chega à greve nacional (Madeira, 1996, p. 368).

A resistência antifascista dos estudantes das principais universidades portuguesas era estendida para outros setores da sociedade e, mesmo com o regime e sua repressão, alguns trabalhadores de pequenas indústrias e empresas faziam paralisações da jornada de trabalho e outras pequenas ações. É importante ressaltar os atos de coragem que, embora possam parecer pouco à primeira vista, na verdade representaram uma pressão contra o governo. As greves estudantis contra os aumentos de propinas das universidades demonstraram a força dos movimentos estudantis.

Se a repressão não conseguia calar os estudantes por completo, o ambiente social foi mudando paulatinamente e incentivando outras greves em outros setores sociais, ou seja, o protagonismo dos estudantes foi importante para toda a massa de trabalhadores também criar coragem para suas paralisações.

Por fim, o ambiente de tensão social foi aumentando com o início das guerras coloniais em 1961. As mobilizações de jovens para o serviço militar impõem uma nova dinâmica à sociedade portuguesa, tendo em vista a convocação da grande massa de jovens proletários, que deixou incontáveis famílias no desamparo financeiro.

Ironicamente, os estudantes universitários que representavam uma resistência já consagrada contra o fascismo português foram convocados também para as guerras coloniais. Muitos deles se tornariam oficiais temporários das Forças Armadas e, por isso mesmo, causariam mal-estar nos militares de carreira.

O regime tentou comprar esses militares por meio de promoções feitas durante o período de mobilização, igualando muitos postos do oficialato com os militares de carreira. Isso gerou dissidências dentro dos quadros de militares das Forças Armadas, o que iniciaria um forte movimento oposicionista contra o regime e contra as batalhas em África.

Germinou-se assim o Movimento das Forças Armadas (MFA), que seria a força dominante do movimento revolucionário em 1974 e durante todo o processo revolucionário, período em que os militares exerceram o domínio das decisões políticas no longo processo da constituinte, dos governos provisórios e finalmente com as eleições gerais.

A resistência antifascista na esfera militar tomou força com o início das derrotas militares nas colônias: os portugueses, além de não terem liberdade e democracia havia décadas, ainda eram obrigados a irem para uma guerra que começou perdida. A mobilização nacional para os confrontos era uma decisão particular de Salazar, porém o alto escalão das Forças Armadas mostrou-se contrário. O ditador mandava seu povo para a morte em nome de um nacionalismo fadado ao fracasso.

CAPÍTULO III

Balada da praia dos cães: ficção e repressão salazarista

A fé para os pobres. A instrução para os ricos.

José Cardoso Pires

3.1 José Cardoso Pires: romancista pós-neorrealista?

José Cardoso Pires (JCP) iniciou sua produção literária com a publicação de *Os Caminheiros e outros Contos* (1949). O escritor foi leitor de Alves Redol, Carlos Oliveira, Manuel da Fonseca e outros autores do início do Neorrealismo em Portugal. 20 anos depois da publicação de *Gaibéus* (1939), Cardoso publicou seu primeiro livro.

Com a publicação de um livro de contos, seguiu a cartilha de grandes romancistas que iniciaram suas carreiras com contos e utilizou-se da estratégia de publicar o livro em uma coleção com diversos volumes que incluía autores estreados, como era o seu caso, e nomes consagrados, como Carlos Oliveira, que publicou em 1950, sob o mesmo selo, o intitulado *Terra de Harmonia*.

A preocupação com a publicação, divulgação e distribuição de suas obras era uma característica muito relevante do autor, que, além de escritor, também era uma espécie de agente editorial de si mesmo.

O primeiro livro contava com seis contos, intitulados *Carta a Garcia*, *A Semente Cresce Oculta*, *Os caminheiros*, *Estrada 43*, *Salão de Vintém* e, por fim, *Amanhã, se Deus quiser*. Merece destaque a narrativa que dá título ao livro, cujo protagonista é um músico cego que caminha com um parceiro, vivendo de esmolas para as canções — ao final do conto, o parceiro do cego o vende a um compadre.

O jovem autor despertou uma crítica não muito positiva, principalmente por parte do já consagrado escritor neorrealista Mário Dionísio, que apontou alguns “defeitos” na construção dos contos. Estava tudo dentro do esperado para um jovem autor de apenas 24 anos, que seria consagrado um grande romancista português do século XX.

Em sua quase totalidade, os contos do primeiro livro retratam trabalhadores e pessoas pobres, e é interessante destacar como o jovem autor descreve o ambiente em que essas pessoas comuns transitam e sofrem as intempéries do tempo: sol forte, chuva e escuridão da noite. Por esses aspectos, as narrativas curtas dos contos se aproximam do movimento neorrealista já consagrado em Portugal — aproximação natural, tendo em vista a admiração do jovem autor por Aquilino Ribeiro e outros consagrados autores. A temática dos trabalhadores rurais, tão evidenciada pelos autores iniciais do movimento neorrealista, foi sendo modificada por outros autores, entre eles José Cardoso Pires.

O conjunto da obra cardosiana desfilaria muito mais profundamente as proposituras ideológicas do Neorrealismo inicial: suas narrativas, para além dos desvalidos da sociedade

portuguesa, também expuseram as condições burguesas dos personagens, a reflexão aprofundada sobre a condição feminina e o *marialvismo*, preocupação que o levaria a publicar o livro *A Cartilha do Marialva* (1989).

As expressões de seus personagens descrevem uma burguesia decadente ligada ao capitalismo periférico característico de Portugal. Em diversas oportunidades, o autor destaca o atraso do país fortemente vinculado à ruralidade amplificada de Portugal, mesmo depois do processo de industrialização fortemente vivenciado no século XIX nos países centrais do capitalismo.

O país que se autoproclamava Império Ultramarino vivia um atraso industrial exemplar, tipicamente comparável ao dos países dominados pelo fascismo, uma ruralidade muito similar à italiana do final do século XIX e início do século XX. Os grandes centros urbanos portugueses não vivenciaram a ascensão burguesa cidadina de outras grandes capitais, como Londres e Paris. A Cidade Luz, por exemplo, sempre seduziu o escritor, que fazia questão de frequentar a capital francesa e circulava pelos cafés, em contato direto com outros escritores radicados por lá — além da irrefutável admiração que o autor mantinha em relação a Hemingway. Já o período que o autor passou em Londres foi extremamente importante para a consolidação da sua posição como autor português consciente de sua limitação artística em relação à posição de Portugal no mundo capitalista do século XX, mesmo com o sucesso já estabelecido após a publicação de *O Delfim* (1968).

A formação intelectual de JCP foi fortemente ligada ao cosmopolitismo lisboeta, e o autor sempre reforçou, em seus textos e em entrevistas, o quanto as grandes metrópoles o seduziram. A vida boêmia de Lisboa ou Paris sempre serviu de “laboratório” para o autor visualizar os tipos humanos que faziam parte da rotina das cidades, com suas proporções, é claro. Esse traço revela a capacidade do autor de perceber, mesmo dentro do contexto citadino lisboeta, as estruturas sociais arraigadas aos poderosos ruralistas de Portugal.

Enquanto os autores iniciais do Neorrealismo baseavam suas narrativas nas regiões rurais do país, Alentejo e Ribatejo, JCP demonstrava interesse real pela burguesia portuguesa cidadina, que consumia cultura como se fosse apenas mais uma marca de classe, — aquilo que os neorrealistas tanto criticaram no início do movimento literário, marcadamente os autores modernistas e os “presencistas”.

Talvez a capacidade de evidenciar as estruturas sociais que faziam parte do cotidiano salazarista e todo o sufocamento que a ditadura trazia para o país seja o mérito mais destacado

da posição de JCP, que se colocava no cenário literário com uma narrativa crítica ao modo de vida do pequeno burguês português.

Tratava-se de uma crítica ao modo de vida de uma classe dominante que sempre se assenhoreava dos hábitos capitalistas de consumo de países desenvolvidos. Dá-se aí um ponto-chave do pensamento do autor, que se diferenciaria muito das posições dos autores iniciais do Neorrealismo. Se as narrativas neorrealistas iniciais tinham como foco o trabalhador do campo, as mazelas sociais oriundas do latifúndio e a luta de classes nos matizes da ruralidade, JCP delimitava suas narrativas no espaço urbano e na posição dos pequenos burgueses portugueses.

Essa posição é adotada no livro *O Anjo Acorado* (1958), cujos protagonistas vão para o litoral para uma pesca submarina, uma forma burguesa de lazer. A narrativa se desenvolve em uma tarde, expondo o contraste entre o modo de vida burguês citadino e o dos trabalhadores da aldeia. Esse pequeno livro inicia a trajetória romanesca de JCP. Como contista, o autor foi brilhante em retratar os diversos trabalhadores e tipos portugueses e suas vicissitudes diante de um país repleto de contradições. Um bom exemplo é o conto intitulado *Estada 43*, que narra os trabalhadores de uma empresa fazendo asfalto em uma pista qualquer no interior do país, tendo as atenções do autor se voltado para as contradições burguesas e suas condições de classe.

O espaço temporal curto da narrativa dentro do conto, por esta se passar em uma tarde, não limita o poder de repensar o modo de vida do pequeno burguês. Por meio da técnica do *flashback* e de digressões das personagens, há uma crítica ácida à visão de mundo dessa parcela da sociedade portuguesa. É uma preocupação permanente do autor, visto que ele se posiciona como partícipe de uma decadência burguesa portuguesa, apesar de ter consciência de classe e saber da sua posição de artista.

Essa crítica avançaria também sobre a visão dele a respeito da posição do homem e da mulher na sociedade portuguesa moderna, com a publicação de *Cartilha do Marialva*, que reflete sua preocupação em criticar a forma de pensar do homem médio português e as raízes do conservadorismo lusitano.

Ainda no início da narrativa, há uma cena na qual a jovem Guida dá ordens ao garoto que quer vender uma renda que a irmã fabricaria. A jovem grita com o garoto para que ele não retorne a incomodá-la, e o narrador diz que João pensava nas senhoras como duquesas do passado a dar ordens: “Considerava que muito disso era ainda resultado duma herança ou duma saudade dos tempos em que os fidalgos ‘existiam’; dos tempos em que eram chefes populares e lidavam com os filhos da terra como senhores escutados atendidos” (Pires, 1977, p. 32).

Esse pequeno trecho nos leva a pensar na condição de Portugal e de sua elite já decadente, com seus títulos e suas fidalguias ilusórias. O interessante é que o narrador também inclui o passado do protagonista como possuidor de heranças, e a descrição dos acontecimentos na pequena aldeia demonstra ao leitor como João se encaixava no perfil de homem de posses e usufrutuário dos benefícios do dinheiro em seu lazer exótico de pesca submersa e seu automóvel de luxo.

A companhia da jovem Guida também é uma marcação de *status quo* que o narrador evidencia quando o velho caçador de pássaros pensa sobre a beleza da mulher citadina e compara sua magreza ao padrão de beleza da mulher do homem rico e da mulher do homem pobre.

A ironia de JCP está presente na forma pela qual critica a arte e suas formas estereis do Modernismo português: em um jogo irônico, ele coloca a jovem Guida a fazer versos sem sentido e dizer palavras vazias em um modelar de poesia:

Não nos espantemos, de resto. Que isto se desse com Guida, não tinha nada de especial. Especial por quê? O falar alto, só para si, é um excitante intelectual, um devaneio dos solitários, sonho ou vingança. Tecem diálogos ao espelho as burguesinhas das vilas, fala o cego para o surdo sobre o mundo que os rodeia. Canta o galo capado, poucos o entendem. E poetas já, nas Caixas de Previdência, que vagueiam alta noite pelas ruas da Baixa, esmiuçando conversas de sua imaginação (Pires, 1977, p. 42).

A posição do narrador ao delimitar as condições burguesas dos protagonistas e a dimensão das diferenças de classe em relação aos aldeões de São Romão é uma marca no romance que delimitaria a posição de JCP como um autor de outra fase do Neorrealismo português. O foco narrativo passa ser a crítica direta a uma burguesia decadente, ligada a um conservadorismo reacionário, a qual forma as bases sociais que possibilitaram a longa permanência do salazarismo.

O narrador retorna ao passado de João, quando um amigo antigo conta a Guida sobre a condição de herdeiro do protagonista: “A seguir à datilógrafa deu-se a morte do pai. Um ataque do coração, se não me engano. Foi isso, qualquer coisa do coração. E o João achou-se dum dia para o outro com uma fábrica, prédios de rendimento, e não sei quantos hectares de terra” (Pires, 1977, p. 88).

As posições conflitantes dos personagens não se restringem à classe social e se estendem também às questões de gênero, o que aproxima a misoginia de burguês da mesma misoginia do velho morador da aldeia que vê em Guida uma mulher estranha aos padrões sociais impostos às mulheres: “À socapa, o dono do perdigoto fazia os seus juízos em relação aos forasteiros. Tanto fumava ela como ele e ambos usavam calças. De noite havia de ser o diabo

para os diferenciar um do outro” (Pires, 1977, p. 106). O fato de Guida fumar e usar calças é um desvio ao que se espera do comportamento feminino, e o pensamento que passa na cabeça do caçador de passarinhos é uma voz do *marialvismo* tão criticado por JCP. O autor faz essa pequena inferência para demonstrar como funciona o machismo, independentemente de classe social, sendo a condição machista do homem português sempre destacada pelo autor, tanto no caso do homem rico, quanto no de um simples aldeão.

O contista, já aceito pela crítica, demonstra estar preparado para o gênero romanesco, uma vez que a breve narrativa *O Anjo Ancorado* consegue demonstrar ao público a capacidade do autor de elaborar personagens fiéis ao Neorrealismo português. Com a publicação de *O hóspede de Job* (1963), o autor entrega um romance tipicamente neorrealista, levando-se em consideração o lugar da narrativa, que se passa no Alentejo.

A publicação de 1963 demonstra a ligação do autor com os autores iniciais do Neorrealismo: a temática do livro se passa na região do Alentejo e retrata os trabalhadores rurais, citando os *gaibéus*, trabalhadores provisórios migrantes que recebiam seus pagamentos por jornada de trabalho.

A narrativa descreve dois homens que se deslocam em busca de trabalho nas regiões rurais entre Cimadas e outras localidades, João Portela e seu tio Aníbal. Desde o início da narrativa, evidenciam-se os militares portugueses que se aquartelavam na região, e Aníbal sempre cita o filho como militar, seguro de que, em uma necessidade, ele o ajudará.

Em 1949, Portugal ingressou na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de modo que passou da neutralidade oficial declarada por tanto tempo por Salazar para integrar de fato uma aliança ocidental anticomunista em cenário de início da Guerra Fria. Nesse contexto histórico, existe a presença de militares norte-americanos no interior do Alentejo para treinamento de tropas portuguesas, e a narrativa se basearia no conflito social oriundo dessa presença estrangeira. O narrador evidencia a posição social dos militares portugueses:

Os militares nas tabernas, os outros que passeiam ou aqueles que fazem guarda a uma baioneta não podem ver a desolação que vai nos campos. Pensam na deles, na sua desolação. “No Cercal castiga-se muito e come-se mal...”. É com esta lição bem assente que os soldados deixam amigos, enxada e família para se entregarem à triste vida da caserna. Na grande maioria são homens-operários, homens-camponeses cobertos com uma farda que cobriu antes deles outros operários, outros camponeses ou pescadores, e essa roupa, esses simples números de regimento, alheiam-nos da terra, da planície que se abre a dois passos dali (Pires, 1978, p. 32).

Os militares citados pelo narrador são egressos do mesmo extrato social de proletários das regiões interioranas de Portugal. Assim, JCP expõe em seu romance os acontecimentos do seu tempo, refletindo sobre a sociedade portuguesa fascista e tipicamente periférica em relação

ao capitalismo internacional. Quando coloca militares americanos demonstrando novas armas para uso das Forças Armadas de Portugal em uma região pobre no interior do país, o autor expõe, em um pequeno romance, a fragilidade da visão de mundo do regime caduco salazarista.

O personagem norte-americano Capitão Gallagher preside as manobras militares de testes dos armamentos, e sua postura de superioridade fará acontecer um incidente de tiro. A vítima do tiro acidental é João Portela, que perde uma perna por conta do disparo e fica internado por um tempo em instalações dos militares estrangeiros. Ao final do romance, Portela volta para sua terra com expectativa de viver de esmolas, por conta da sua nova condição física, e o militar estrangeiro volta para o seu país de origem, como se nada tivesse acontecido.

O que mais se destaca na narrativa é uma visão crítica diante do pensamento do português camponês e das muitas frases que o personagem Aníbal profere sobre a posição social dos militares e o que isso significava nas comunidades pobres de Portugal e, principalmente, diante do pensamento misógino a respeito das mulheres.

Há também uma forte descrição do estado policialesco em que se encontra o país e do grande poder que esses militares de baixa patente detêm no interior: mulheres são presas com homens e há interrogatórios sobre levantamentos grevistas de trabalhadores rurais. Segue a cena do interrogatório da moça:

À rapariga de Cimadas a ordem de Leandro soou-lhe como uma chicotada. Sentiu um arrepio e logo a seguir uma dor morna no estômago, um mal-estar lento e teimoso, e calculou que era o medo, a dor do medo. Percebeu também que tinha a mão do guarda pousada no ombro — solta, sem vontade. Não era uma garra de carrasco, nem tão pouco um sinal encorajador; era, quanto muito, o gesto quase simbólico do carcereiro que se prepara para desligar-se da presa (Pires, 1978, p. 80).

O medo permanente das forças públicas é uma marca indelével do regime do Estado Novo, tendo percorrido todo o território português. Não era a tão temida PIDE que ali estava fazendo interrogatórios, e sim militares de baixa patente que também viviam em condições precárias e reproduziam um modelo fadado ao fracasso. O narrador cita por mais de uma vez a diferença de tratamentos entre presos: “‘Nunca se sabe, mocinha. Hoje somos nós, amanhã será a polícia de Lisboa que te trata da saúde. Mas para já dás entrada na cadeia. Embora’, observou, ‘tu não pertences aos presos comuns’” (Pires, 1978, p. 85).

A polícia de Lisboa conseguiria ser pior do que aqueles que a interrogavam, e os métodos de tortura seriam aplicados de forma exemplar. O leitor acredita que será narrada em detalhes a história da presa e de sua avó que vai visitá-la, contudo, ao modo *cardosiano* de narrar, a personagem é posta de lado, e a narrativa segue sem citá-la mais. A diferença, para

Aníbal, entre a condição feminina da presa e a das mulheres livres deixa claro o seu pensamento machista:

“É verdade”, murmura Aníbal, imaginando uma vez mais as vivandeiras que, sem dúvida, fizeram parte dos mais antigos regimentos e que, melhor do que ninguém, poderiam ter ajudado os militares, quer na guerra, quer na paz, remendando roupa, fazendo comida e, muito principalmente, lembrando-lhes que eram homens. “É verdade, é verdade”, repete o velho, encantado (Pires, 1978, p. 126).

Na continuidade da narrativa, quando o Capitão norte-americano está instalado em um hotel, moradores locais escrevem na parede: *Us go home*. E os funcionários do hotel tentam apagar a inscrição de todas as formas e encontram a solução com a colocação de uma bandeira para tampar a frase. A ironia está na posição subserviente dos militares portugueses, e o que resta ao final do romance é um camponês trabalhador por jorna, entre tantos outros personagens no Neorealismo português, que, no caso do livro de Cardoso, para além da miséria, ainda ficou sem uma perna.

A mutilação do camponês João Portela acaba por representar também a mutilação do povo português por meio de seu sistema de repressão representado pelos militares, imposta pelo Estado Novo e apoiada também pelo Ocidente, representado no livro pelo Capitão Gallagher, o Job. É possível avançar ainda mais na análise da ironia cardosiana, se considerarmos o significado da palavra *job*, em língua inglesa: o português mutilado não possui emprego, o país é esvaziado de progresso e vive do atraso de boa parte de seu povo — essa era a realidade captada pelo autor quando da escrita do livro.

Apesar de a publicação do livro ter sido em 1963, a escrita se deu entre 1953 e 1954. O destaque dessa cronologia é importante para compreender o momento histórico da publicação do romance e a consequente vitória com o prêmio Camilo Castelo Branco, concedido pela Associação dos Escritores Portugueses.

É importante salientar que as guerras coloniais começaram em 1960, portanto o intervalo entre a escrita do romance e sua publicação contribuiu para uma boa aceitação do público e para a assimilação do que seria a vida castrense e suas mazelas dentro de uma sociedade atrasada, considerando-se o contexto em que inúmeros cidadãos portugueses eram encaminhados para África para uma guerra perdida.

3.2 *Romance contemporâneo: gênero inacabado? A nação luso-ibérica e o fascismo estrutural*

O conceito de romance como gênero inacabado, cunhado pelo crítico literário Mikhail Bakhtin ainda em 1941, é importante para caracterizar o romance como um gênero capaz de se tornar híbrido ao se apropriar de outros gêneros, como paródia, romance de cavalaria, autobiografias, entre outras formas.

Os conceitos de Lukács no texto *O romance como epopeia burguesa* evidenciam o romance como um gênero filho da modernidade e do contexto social capitalista e inserido na divisão social do trabalho.

Partindo dessas duas premissas, conseguimos visualizar a obra de JCP como típica representante do romance contemporâneo, que, como gênero inacabado, utilizará diversos gêneros textuais em funções estéticas diferentes dentro de suas narrativas. Ainda em seus contos e livros iniciais, o autor demonstra a capacidade de inserir um tipo de narrador diferente do que se via pelas obras de outros autores neorrealistas que o antecederam.

A forma da narrativa cardosiana se aproxima daquela escolhida por alguns autores estrangeiros, como Hemingway e Steinbeck, as chamadas *short stories*. Há aproximação da forma de narrativa curta e seca, como se, mesmo em seus romances, houvesse uma preocupação permanente com a forma de objetividade pela qual a narrativa é encaminhada.

As mudanças do foco narrativo e de narradores exigem do leitor atenção para o que é descrito pelos personagens e para o que é contado por uma outra voz narrativa. O discurso polifônico do autor o afasta do momento inicial do Neorrealismo e marca sua posição inovadora dentro do contexto dos autores de sua época. Ainda sobre o processo de escrita inovador, a publicação de *O Delfim* (1968) ergue o nome do autor a um novo patamar da literatura portuguesa, como um ponto de viragem da literatura antifascista.

A decadência do regime estava nitidamente apregoada nas notícias dos *fronts* de batalha em África, as mortes de cidadãos portugueses pesavam para o governo, e Portugal não contava com os apoios internacionais esperados.

Como sinal do amadurecimento do autor como escritor “profissional”, destaca-se sua capacidade de participar ativamente do cenário cultural de seu país, promovendo suas publicações e travando uma batalha contra a censura oficial.

Com o passar do tempo, o Neorrealismo português foi se modificando de acordo com os movimentos históricos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a derrocada do fascismo internacional transformou as democracias europeias em inspiração para os autores deitarem os olhos para as estruturas sociais que ainda sustentavam o salazarismo.

Retomando o aspecto inovador da narrativa de *O Delfim*, comecemos pelo caráter policialesco da ficção, em que ocorre o homicídio de uma mulher em uma região também criada pelo autor. O crime acontece na intitulada Gafeira, em uma herdade de um homem rico e de família latifundiária, quando a esposa desse herdeiro é encontrada morta, no início do romance. Além do crime em si, há um escritor que também é personagem e avança sobre o narrador onisciente, narrando também outros acontecimentos.

Dentro do romance, há as diferentes perspectivas de narrador e principalmente a descrição da decadente elite latifundiária de um país amarrado ao conservadorismo ruralista que não consegue perceber as mudanças sociais impostas pela modernidade e pelo progresso social.

O crítico Petar Petrov, no texto *O realismo e os realismos da obra de José Cardoso Pires*, tenta desvendar os detalhes da ficção cardosiana, evidenciando os pormenores dos seus livros e revelando os aspectos que ligam o escritor ao Neorealismo português dos autores que o antecederam, embora deixe clara a renovação e a inovação de alguns títulos do autor, como é o caso de *O Delfim*. Petrov detalha:

Narrativa de difícil classificação, *O delfim* pode ser visto também como uma simples intriga policial, em virtude de o narrador desempenhar o papel de detetive que vai recolhendo e confrontando as informações obtidas de vários depoimentos, documentos históricos, notas pessoais, impressões fugazes, etc., procurando reconstruir a todo custo a trama. Todavia, numa leitura mais atenta, torna-se óbvio que a estrutura do romance não obedece aos pressupostos clássicos do gênero, em virtude de não chegar à decifração do crime, o que indica que o mesmo não tem nenhuma importância, tão pouco representando o tema principal. O que se delineia, sim, é o acontecimento a servir de pretexto para a construção de um outro tema, ligado à própria escrita, na medida em que o narrador, enquanto interroga as circunstâncias e os motivos dos acontecimentos, investiga, igualmente, o próprio fazer literário. O desvendar do processo de escrita é feito pelo recurso à ironia e à autoironia, à fragmentação do tempo e do espaço, aos diversos registros enunciativos, e pela presença de inúmeros comentários de ordem metadiscursiva. Manifesta-se, assim, a consciência crítica do escritor sobre o seu papel na organização da realidade, ou seja, mostra-se o trabalho artesanal do artista que remete para a problemática da representação, do mimetismo e do realismo, este último intensificado é enfatizado pelo fato de a realidade estar apresentada na sua complexidade e não reduzida a uma única verdade (Petrov, 2020, p. 288).

A complexidade da realidade portuguesa é o traço mais importante da obra de JCP: o autor tem muito bem definidas as proposições de seus personagens sobre o modo de vida da sociedade portuguesa, seus anacronismos, suas “santidades” de outrora, o sebastianismo, o marialvismo e, por fim, todo o atraso do pensamento cultural português em relação ao desenvolvimento da modernidade capitalista.

A polifonia presente na narrativa de *O Delfim* seria elevada e avançaria com mais força no livro escolhido para o nosso escopo de pesquisa: *A balada da praia dos cães* (1982) é um marco na carreira já consagrada do autor, também pelo registro do momento histórico que foi a morte do Capitão Almeida Santos, encontrado morto na praia do Guincho.

O crime aconteceu em abril de 1960, e o significado desse homicídio seria muito maior do que o próprio regime queria que fosse, uma vez que o morto participou de uma tentativa de golpe quase um ano antes. A representatividade da morte de um militar que conspirou contra a ditadura salazarista fez o medo tomar conta da oposição que vinha fortalecida da candidatura do General Humberto Delgado na eleição de 1958.

O impacto que a morte do Capitão causou na oposição despertou em JCP a ideia de reescrever esse acontecimento histórico, o que seria possível somente com a democracia. O impacto do romance é imediato devido à proximidade entre os acontecimentos e a publicação da obra, visto que o fato ainda estava fresco na memória dos leitores, o que se passou de fato com o Capitão Almeida Santos e a singularidade de sua morte para a decadência do regime.

Se fizermos uma análise cronológica dos acontecimentos, conseguimos perceber como o ambiente militar foi mudando até chegar ao ponto da Revolução de 1974. A figura do General de aviação Humberto Delgado seria decisiva para essa mudança de postura dos militares.

O referido militar foi um dos maiores entusiastas da figura de Salazar, tendo participado do golpe militar de 1926 ainda como jovem oficial. Defensor ardoroso do presidente do Conselho, foi se distanciando da figura do ditador aos poucos. A ligação do militar português com os militares norte-americanos tornou-se mais forte quando da liberação da base de Açores para uso dos militares ingleses e norte-americanos. Em seguida, o General foi representante de Portugal nos EUA, tendo morado no país desde 1952, para depois voltar “contaminado” com a pretensão de deposição de Salazar do poder.

Aparentemente Delgado acreditou que contaria com apoio de seus pares dentro das Forças Armadas, criando um grande movimento interno dentro do regime em apoio ao seu nome nas eleições que se aproximavam. Acredita-se que o militar se preparou muito com os norte-americanos, e o jeito entusiástico com que fez sua campanha eleitoral agitou o país. Percorrendo o interior do país nos mais diversos rincões, entusiasmou as multidões também dos grandes centros, como Lisboa e Porto.

Sua vitória foi frustrada com a eleição do nome de Salazar, Américo Thomaz. Porém, mesmo com a derrota de Delgado, a oposição ganhou terreno para uma união mais forte em torno da necessidade de interrupção da ditadura. Os quartéis agitavam-se, e é importante

destacar o apoio da esquerda ao nome do General, que se somou à mudança paulatina dos militares acerca do regime e de seus papéis no uso das armas para a derrubada de Salazar.

Esse movimento de crescimento da insatisfação foi gerando a tentativa de tomada dos quartéis por alguns militares insatisfeitos com a derrota de Delgado. Em abril de 1959, aconteceu a Revolta da Sé, tendo como participante o Capitão Almeida Santos. A tentativa frustrada de revolta militar resultou na prisão de muitos militares e integrantes da oposição católica, os quais foram recolhidos em diferentes prisões, tendo sido preso o referido militar no Quartel de Elvas.

Esse preâmbulo histórico faz-se importante para a compreensão do romance de JCP e da sua escolha de fazer um livro ficcional que tanto se aproxima dos acontecimentos políticos da época. *A balada da praia dos cães* se reveste de um caráter policialesco para tratar da história de um país afundado em mortes políticas e na histórica repressão de direitos que foi a ditadura salazarista.

Ainda nas primeiras páginas da narrativa, o discurso irônico do autor demonstra o caráter político que envolve o crime: “Elias, em cima do lavar da unha: Quando o sangue cheira a política até as moscas largam a asa” (Pires, 2010, p. 48). Em continuidade, sobre o morto:

O inspetor põe-se a sacudir a lapela do casaco com a ponta dos dedos. Covas, diz ele, quer os gajos queiram quer não queiram, o morto é político, é matéria com *animus conspirandi*. E como você muito bem sabe aí a palavra é da Pide, ou então o que é ela anda cá a fazer? (Pires, 2010, p. 48).

Nesse trecho do início da narrativa, destaca-se a posição da vítima do homicídio: existem cadáveres mais importantes do que outros, existem militares mais importantes do que outros, por fim, existem indivíduos que representam mais do que a si mesmos. A representatividade da morte do militar “conspirador” foi um fato histórico incrustado na memória coletiva do povo português que demonstrou a força repressora do salazarismo.

Seria o livro de JCP um romance inacabado? Afirmamos que a narrativa se aproxima dos conceitos bem elucidados por Antonio Candido em seu artigo intitulado *Timidez do romance*:

É justo, diz ele, condenar os romances — livros mentirosos e inimigos das virtudes, que acovardam os homens e excitam as suas paixões. Começa, portanto, com um argumento de ordem epistemológica (os romances são contra a verdade) e outro de ordem moral (os romances pioram os homens). Mas imediatamente entra uma atenuação meio irônica no plano epistemológico, pois observa que pior ainda do que isto é a história romanceada, errada e falsa; é o que ocorre nos velhos livros sobre a história da França, onde o que se dá ao leitor são fábulas. Tomados como verdade, tais livros disfarçadamente fictícios são perigosos e resultam em descrédito para a

França, não obstante aconteça o mesmo noutros países. Isto leva a pensar que os povos em geral gostam desses desvarios do espírito, e de atribuir a si próprios origens fabulosas, embora alguns deles proscreveram a mentira (Candido, 2011, p. 112).

A intervenção de Candido destaca que a ficcionalização da realidade é problema antigo da literatura. O crítico cita trechos do texto *Le Tombeau des Romans*, datado de 1626 e atribuído ao cônego da igreja parisiense de Saint Germain François Langlois, vulgo *Fancan*.

Utilizando essa chave do pensamento de Candido, desdobramo-nos sobre a ficcionalização de JCP: em um contexto ditatorial que durou décadas, a literatura exerceu uma função historiadora. A fabulação como princípio narratológico sempre foi alvo de críticas contundentes daqueles que queriam parar os avanços do progresso, basta observarmos a data do texto que o crítico brasileiro cita; no mesmo século XVII, já havia literatura brasileira nos Sermões de Vieira ou ainda a epopeia de Camões como fabulação literária e contextualização histórica de um período.

A natureza da literatura portuguesa está estritamente ligada ao posicionamento da forma romanesca durante séculos de censura da Igreja Católica e censuras estatais que perduraram por tanto tempo. Daí vem a importância da ficcionalização como chave de compreensão da sociedade portuguesa e retoma-se aí o assassinato de um militar dissidente de um regime tipicamente fascista em declínio dentro da caserna, o que seria comprovado com a Revolução de 1974 e com o Movimento das Forças Armadas (MFA).

Quando JCP escolhe um protagonista como Elias, ele posiciona o foco narrativo em um representante da máquina estatal do salazarismo, e ilustra a onisciência de Salazar com seus retratos espalhados nas salas da Polícia Judiciária e toda a estrutura policial que sempre remete ao caráter político das ações policiais. São expostos os passos da imprensa sob censura e dados possivelmente reais postulados como parte de um discurso manipulado pelo regime, somados às doses de enredo novelesco na publicação dos detalhes do crime perante a população.

O crime vira uma espécie de folhetim e encampa as capas dos jornais, não porque a vítima fosse peça importante da trajetória oposicionista que ganhava força dentro do cenário de decadência do regime, mas porque pormenores do caso chamavam atenção para o caráter popular: a intriga.

O que seria importante não era a luta política, e sim o caso extraconjugal da vítima, a posição da sua amante e sua participação no crime. Sobre o esconderijo dos fugitivos, o autor insere uma nota de rodapé.

O autor insere notas de rodapé que levam a fabulação literária a outro patamar, aproximando a ficção de um relato histórico, muito semelhante a um estudo memorialístico. A obra de JCP eleva a importância da memória coletiva na construção da cultura portuguesa democrática — talvez por esse motivo o livro tenha se tornado um sucesso de vendas.

Em um país sob censura, em que a imprensa publica somente o que é permitido pela polícia política, um representante da imprensa “autorizada” está inserido no esconderijo dos fugitivos conspiradores. Essa cena demonstra o papel da imprensa em divulgar os acontecimentos de acordo com as versões convenientes para o crime, incluindo-se assim o tipo de descrição adequada e permitida pela PIDE:

O jornalista e o pedreiro-testemunha enfrentam-se no terreiro à entrada da vivenda, dali quase não se vê a janela da mansarda porque fica um tanto recolhida em relação a fachada. Mas que a janela existe, existe. Está lá, e todos leitores do Diário da Manhã do dia seguinte irão ficar em suspenso diante dela, denunciada por uma seta que atravessa o céu por cima do pinhal. Ei-la. Aí temos a seta aberta a branco na fotografia; e mais abaixo, no rés-do-chão (ver legenda), há uma outra janela que também tem sua história e que é a da sala onde se reuniam os criminosos. Quando o inspetor Otero lá chegou e viu o pessoal da Judiciária acocorado pelos cantos a desencantar mistérios, deitou as mãos à cabeça. Mas isto é um festival de pistas. Estamos lixados, há aqui matéria para mais de vinte volumes (Pires, 2010, p. 56).

Qual seria a posição desse romance no contexto democrático de 1982? O lançamento de uma ficção baseada em fatos reais de um passado próximo passaria como uma investigação do medo instalado na sociedade e da grande rede de delatores e conspiradores governistas que confabulavam a vida privada dos cidadãos, envolvendo uma rede extensa de torturadores e o desaparecimento de opositores do regime.

Vejamos:

Otero arruma a papelada: Para começar vamos ter os jornais à perna como nunca tivemos. Depois há o arsenal de provas que os tipos deixaram e que você acha que é só precipitação, precipitação da fuga, foi o que você disse, e que eu, nem sim nem não, tomo nota e fico à espera. Mas lá que há indícios a mais, há. Sangue, impressões digitais ao desperdício, o caderno do major, etiquetas nas roupas, gaita, isto a si não lhe diz nada? (Pires, 2010, p. 63).

As evidências deixadas pelos supostos autores do homicídio eram grosseiras, mais ainda em se tratando de dois militares, e esse amadorismo constatado por Otero e Elias é mais um fato que corrobora o entendimento do leitor de que as provas foram plantadas por membros da PIDE. Ao final da narrativa, ainda paira a dúvida sobre a autoria do homicídio, o que seria irrelevante para a recepção do romance nos primeiros anos de democracia portuguesa.

O contexto democrático também fará as bases do fascismo português serem abaladas e transformadas diante das mudanças sociais drásticas proporcionadas pelo governo provisório e, posteriormente, pela gestão de Mário Soares. A divulgação de arquivos da PIDE serviu de base para elucidar a memória coletiva sob a censura salazarista e diversos crimes cometidos contra opositores do regime.

O fascismo estrutural demonstrado no romance é baseado na realidade que se impõe cotidianamente na ordem do dia. A dimensão literária traz em boa medida do que o fascismo estrutural é capaz e como ele entra na vida comum. Temos como exemplo o que o pesquisador Robert Paxton diz:

Outro problema das imagens convencionais do fascismo é que elas enfocam os momentos mais dramáticos do seu itinerário — a Marcha sobre Roma, o incêndio do *Reichstag*, a *Fristallnacht* [Noite dos Cristais] — e omitem a textura sólida da experiência cotidiana, e também a cumplicidade das pessoas comuns no estabelecimento e no funcionamento dos regimes fascistas. Eles jamais teriam crescido sem a ajuda das pessoas comuns, mesmo aquelas convencionalmente boas. Jamais teriam chegado ao poder sem a aquiescência, ou mesmo a concordância ativa das elites tradicionais — chefes de Estado, líderes partidários, altos funcionários do governo — muitos dos quais sentiam uma aversão enfastiada pela cruz dos militantes fascistas. Os excessos do fascismo no poder exigiam também uma ampla cumplicidade entre os membros do *establishment*: magistrados, policiais, oficiais do exército, homens de negócios. Para entender como funcionavam esses regimes, temos que descer ao nível das pessoas comuns e examinar as escolhas corriqueiras feitas por elas em sua rotina diária. Fazer essas escolhas significava aceitar o que parecia ser um mal menor, ou desviar o olhar de alguns excessos que, a curto prazo, não pareciam tão nocivos, e que, isoladamente, podiam ser vistos até mesmo como aceitáveis, mas que, cumulativamente, acabaram por se somar em monstruosos resultados finais (Paxton, 2023, p. 31).

O romance de JCP evidencia essa normalização das posturas individuais dentro da coletividade: as pessoas comuns silenciam diante das injustiças iniciais do salazarismo e, com o tempo, normalizam condutas violentas e arbitrárias, de modo a transformar torturas e delações em práticas banais.

De todos os aspectos que caracterizaram o salazarismo como regime tipicamente fascista destaca-se o domínio do Estado pela classe dirigente, subvertendo os valores republicanos. O golpe militar de 1926 culminou na queda da Primeira República e na chegada de António Salazar ao poder. A elite agrária portuguesa e os capitalistas locais não somente apoiavam o governo autoritário, como o dirigiam de acordo com seus interesses. Apoiamo-nos na teoria sobre o fascismo internacional do autor italiano Renzo de Felice, que nos esclarece sobre o assunto:

Sob a ditadura fascista, os capitalistas e os grandes proprietários fundiários, graças ao seu poder sobre a economia, sobre a marcha dos negócios, sobre os créditos públicos,

podem influenciar os ditadores de uma forma tão direta como nas democracias burguesas; pelo contrário, as massas burguesas e camponesas, com o enquadramento das suas organizações, com a supressão da liberdade de imprensa e da competição eleitoral, são reduzidas ao silêncio e já não podem defender os seus interesses. Se nas democracias burguesas a burguesia, no seu conjunto, dominou, embora sob a direcção do grande capital, sob a ditadura fascista só o grande capital e a grande propriedade fundiária dominam, enquanto a grande massa da burguesia e do campesinato se vê privada de todo e qualquer poder (Felice, 1976, p. 64).

O avanço do fascismo somente foi possível sob circunstâncias específicas, e muitos estudiosos tentam argumentar que o salazarismo não foi necessariamente um regime fascista típico, como no caso italiano e alemão. Adotamos também uma diferenciação teórica basilar para a compreensão do caso português. O professor Fernando Rosas esclarece:

É necessário estudar o fascismo como fenómeno dinâmico, complexo e mutante. Ou seja, já antes o referimos, retomando a distinção entre o fascismo enquanto movimento e fascismo enquanto regime. Essa é a distância que vai do grupo plebeu, radical, miliciano, desordeiros e terrorista para o partido que aceder ao poder e a partilha com os aliados conservadores das classes possidentes, no quadro de regimes fascistas ou de tipo fascista (Rosas, 2019, p. 71).

O movimento social que tomou Portugal no início do século XX foi muito maior do que o ápice da Segunda Guerra e da Guerra Civil Espanhola, se levarmos em consideração as bases sociais que permitiram a tomada de poder pelos reacionários de modo geral no Ocidente. Talvez a longevidade do regime salazarista estivesse estritamente ligada ao modo como a sociedade portuguesa era organizada e à sua formação nacional, estritamente ligada ao conservadorismo religioso e ao atraso económico no cenário da economia capitalista global.

As bases económicas de Portugal, no início do século XX, não mudaram com o golpe militar e a queda da Primeira República. As oligarquias ruralistas e os católicos conservadores ligados à figura pública de Salazar formaram as bases de apoio para a ascensão do então ministro das Finanças do governo militar.

Destaca-se na figura de Salazar a forte ligação com a Igreja Católica e seus representantes, tendo sido o ditador companheiro académico do Cardeal Cerejeira, o principal nome ultraconservador representante do Clero. A postura reservada do ditador e sua ligação com a Universidade de Coimbra contribuíram muito para sua tomada do poder com a Constituição de 1933.

O apoio popular inicial no caminho político de Salazar é explicado pelas sucessivas crises económicas que o capitalismo monopolista proporcionou. Quando foi convidado para

compor o governo como ministro das Finanças, aconteceu a Crise de 1929, que afetou diversos países. É nesse cenário que a figura de austeridade do ministro compõe o imaginário popular.

O avanço da União Soviética e a marcha vermelha que vinha do Oriente fortaleceram as tomadas do poder pela extrema direita em diversos países. Esse cenário, reproduzido em diferentes nações, explica como se deu o apoio popular em singulares cenários de ascensão do autoritarismo:

A sua principal origem reside no fato de a guerra imperialista e as perturbações econômicas, a que deu origem ou aumentou, terem destruído, contrariamente às esperanças que tinham sido alimentadas, as anteriores condições de vida e a anterior segurança de vastos estratos da pequena e média burguesia, da pequena propriedade rural e da *intelligentsia*. Foram também desiludidas as vagas esperanças que alguns membros dessas camadas sociais tinham posto num profundo melhoramento da sociedade levado a cabo pelo socialismo reformista. A traição à revolução perpetrada pelos chefes reformistas do partido e das associações operárias, a sua capitulação perante o capitalismo, a sua coligação com a burguesia com o objetivo de restabelecer o antigo domínio de classe e a exploração de classe — tudo isto sob o signo da “democracia” — levaram esta espécie de “simpatizantes” do proletariado, fora da Rússia soviética, tolera esta traição e trabalha, sob o jugo do capitalismo, para aumentar a sua própria exploração e escravização retiraram aos pequenos e médios burgueses em estado de agitação, e nomeadamente aos intelectuais, a fé na classe trabalhadora como pilar de uma modificação radical da sociedade. A esses, juntaram-se alguns elementos proletários, os quais, voltados para um comportamento ativo e exigindo dos outros o mesmo comportamento, se sentem insatisfeitos com a conduta de todos os partidos políticos. Além disso, aderem ao fascismo elementos desiludidos e desclassados, pessoas saídas de todas as camadas e sem raízes, principalmente ex-oficiais que, depois do fim da guerra, se viram sem profissão e sem dinheiro. Isto vale especialmente para os estados centrais vencidos, onde, por consequência, o fascismo adquire características fortemente antirrepublicanas (Felice, 1976, p. 75).

A proximidade geográfica do conflito espanhol e o medo dos grandes proprietários portugueses apoiaram, desde a primeira hora, um regime tipicamente fascista e reconhecidamente aliado ao grande capital. Nesse contexto é que começa o estado policial em Portugal, como uma prevenção autoritária para evitar uma guerra civil que supostamente poderia se expandir para a terra de Camões.

3.3 *Classe dirigente e aparelhamento estatal: mitologia fascista e realidade autoritária*

O país foi sendo dominado pelo medo de forma paulatina, em diversos setores da sociedade. Inicialmente, era o medo de a guerra no país vizinho avançar sobre o pobre povo português; posteriormente, o medo do avanço da Segunda Guerra Mundial. As mudanças

sociais advindas da guerra foram tão grandes quanto os avanços do medo e da violência estatal promovidos pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).

A princípio, a PVDE foi criada no contexto da Guerra Civil Espanhola e tinha como missão a proteção das fronteiras com o país vizinho, e a duração das conturbações sociais foi dando espaço para o avanço da repressão estatal, sem muito alarde entre a população. A desculpa para o avanço autoritário sempre é a desordem social e a necessidade de impor mecanismos sociais de controle.

O caminho da história comprova a longevidade do salazarismo e consegue demonstrar como o regime foi decaindo com a derrota dos países do Eixo. Não por acaso, com o fim da guerra, em 1945, a PIDE foi criada em setembro e, em outubro do mesmo ano, Salazar percebeu a mudança dos ventos democráticos vindos do Ocidente e reorganizou sua ditadura.

A PIDE se constituiu como força policial à parte do aparelho estatal tradicional, e a verdade é que era um grupo criminoso batizado com nome de polícia, que assim encaminhou a perseguição aos opositores do regime. Diante da censura do lápis azul, como ficou conhecida entre os escritores portugueses, os autores neorrealistas que iniciaram a resistência antifascista no campo cultural foram de suma importância para o processo histórico que envolveu todo o período salazarista.

A base de sustentação do regime estava ligada umbilicalmente à situação do imperialismo português ou do que restou desse Império Colonial. Um ponto de viragem do colonialismo português foi o chamado Ultimato Inglês, em 1890, enquanto Portugal objetivava com seu chamado *Mapa Rosa* que era um corredor que supostamente iria de Angola na beira do Oceano Atlântico até Moçambique na beira do Oceano Índico. O governo inglês impôs sua força e os lusitanos assinaram o acordo em 1891 o chamado tratado *Anglo-Português* de 1891, os portugueses aceitaram os termos ingleses.

O gérmen do ultranacionalismo e do reacionarismo militar era instalado nas oligarquias portuguesas, e a população portuguesa em África explorava os territórios basicamente no campo e na extração de minérios. Demoraria quase um século para finalmente os territórios serem declarados países independentes, tendo sido um processo doloroso, que custou a vida de muitos.

O colonialismo português representou uma grande força motriz de sustentação do salazarismo e apoio irrestrito às violências provocadas pela PIDE. Havia inclusive agentes nas colônias, o que representaria um poder de influência do Estado Novo fora de Portugal, aspecto

que colaborou muito para a ambientação do clima beligerante que culminaria nas guerras coloniais iniciadas na década de 1960. Recorremos novamente ao professor Fernando Rosas:

Mas o colonialismo criou também a sua ideologia legitimadora e de consenso metropolitano, um ideário nacional-colonialista política e socialmente transversal, uma mitologia com base de massas — um “imperialismo popular” —, assente nas fantasias da “grandeza imperial”, da prosperidade indefinida assegurada a “todos” pelo eldorado colonial, da missão providencial da evangelização e conquista ou, em versão mais cosmopolita e oitocentista, do dever de trazer os indígenas à “luz da civilização”. Tudo embrulhando, desde o último quartel do século XIX, nas concepções do darwinismo social sobre a superioridade racial do homem branco, que só dará lugar, já nos tempos defensivos do pós-Segunda Guerra Mundial, aos novos mitos da “bondade específica” ou da “especial propensão para a mestiçagem” que o colonialismo acossado vai desenvolver sobre si mesmo. Tudo isso contribuiu para a integração social e política do colonialismo nas metrópoles e funcionou como importante fator de reprodução do sistema. O “consenso colonial” em Portugal atravessa toda a contemporaneidade: a Monarquia Constitucional, a Primeira República e o Estado Novo, onde mesmo o antifascismo só tardia e relutantemente integrou o anticolonialismo. E pode dizer-se que se prolongou para a democracia, com discurso luso-tropicalista oficioso, até os dias de hoje (Rosas, 2019, p. 77).

A colonialidade e seus efeitos ao longo da história estão intrinsicamente ligados à posição imperialista no processo de acumulação do capital. Assim, podemos compreender as consequências sociais que culminaram no fascismo. Nesse contexto podemos retomar a posição que o fascismo ocupou como um fenômeno provocado pelo capital em busca de frear os avanços do proletariado que ocorreram nos processos revolucionários do início do século XX. Como exemplo, retomemos uma resolução da 4ª Internacional Comunista declarada ainda em 1923: “O fascismo é um fenômeno de decadência característico do nosso tempo e expressão da progressiva dissolução da economia capitalista e da corrupção do Estado burguês” (Felice, 1976, p. 75). Cabe ressaltar que o processo foi semelhante nos diversos países periféricos do capitalismo:

A marcha sobre Roma revela-se como o que realmente foi: um passeio consagratório da aliança entre o movimento fascista e as forças políticas tradicionais representativas das classes dominantes, rendidas à eficácia antioperária dos camisas negras. Vencido o movimento operário, o caminho ficava livre para um novo tipo de regime que consolidasse essa derrota em termos pretendidamente definitivos e instituisse sobre os escombros do Estado liberal-parlamentar uma ditadura de nova estirpe (Rosas, 2019, p. 105).

A aliança entre a classe política dominante e o seu ditador escolhido desenharia as diversas formas de repressão exercidas pelo fascismo. No caso português, agentes da PIDE não precisavam recolher informações nos mais diversos latifúndios no interior do país ou nas

colônias, pois havia sempre algum informante instalado nas mais diversas localidades — casos amplamente representados nos romances neorrealistas datados ainda dos anos de 1940.

Dentro das bases nacionais do fascismo português, precisamos destacar o interregno do Regicídio e a Primeira República, período em que as forças democráticas encaminham a separação definitiva entre Igreja e Estado em Portugal, com a chamada “questão religiosa”, com legislação datada de 1911. Os católicos rumam para um ataque direto contra a Primeira República, e poucos anos depois inicia-se a exploração do milagre de Fátima, em 1917.

O conservadorismo ligado à Igreja Católica ganha força e adentra diretamente na política nacional. O historiador Ives Léonard esclarece o cenário dos católicos com a aprovação do Papa Bento XV:

A Encíclica por este dirigida aos Bispos portugueses em 18 de Dezembro de 1919, aplicação prática da doutrina papal do “ralliement”, faz, de resto, desaparecer os últimos obstáculos à participação dos católicos na vida política, incitando estes últimos a “obedecer de boa fé ao poder civil como ele agora se acha constituído, e aceitar sem repugnância aos cargos públicos a que sejam chamados ou lhes sejam oferecidos, porque assim o exige o bem da religião e da Pátria” (Léonard, 1996, p. 36).

Assim, encaminha-se António de Oliveira Salazar para sua “missão” de guiar o país como um bom católico e cumpridor das vontades de seus pares católicos, entre eles seu grande amigo Cardeal Cerejeira. Destacamos, com isso, a ligação entre a classe dominante e os setores ultraconservadores, que culminou na ascensão de Salazar e principalmente na sua aproximação com alguns setores da Igreja.

Devido a essa forte ligação, o livro de JCP exerce um grande trabalho de revisão da história nacional de sua época, sendo a morte do Capitão Almeida Santos muito representativa da repressão salazarista, visto que o morto era ligado à resistência antifascista católica. Quando vai preso pela tentativa de Revolta da Sé, muitos católicos são presos e investigados pela PIDE. A narrativa polifônica é utilizada para a crítica dos elementos sociais que sustentavam o regime salazarista, incluindo-se pequenos trechos como a descrição da ficha do policial Otero:

[Manuel F. Otero, folha corrida: As observações de há pouco ao examinar o cabeção de sacerdote demonstram um conhecimento direto da vida religiosa que lhe veio da sua frequência do Seminário (9º ano incompleto). Filho de camponeses nordestinos, distrito de Vila Real, ingressou no funcionalismo como amanuense do Tribunal Cível daquela cidade donde passou à Polícia Judiciária na categoria de estagiário. Promovido com distinção a agente de 2ª classe: idem a agente de 1º classe com a classificação de “Bom”. 1) Iniciativa e imaginação satisfatórias, boas relações de trabalho. 2) Persistência e sentido promocional: Otero, enquanto agente da PJ frequentou a Faculdade de Direito. Licenciatura difícil, prejudicada por diligências na província e por romances com divorciadas, nenhuma das quais com estatuto social apreciável. 3) Desajustamentos, complexos de afirmação, vestuário com

pretenciosismos de distinção; o cabelo, retintamente ruivo, que na infância lhe causou algum isolamento (tinha a alcunha de Cenoura ou do Está-a-Arder) é um dos atributos que cultivava na sua imagem cosmopolita. Otero revela frequentemente uma certa passividade de rotina que pode atribuir-se à impossibilidade de conciliar o trabalho na polícia com o estágio indispensável a um projeto de exercer advocacia. Resíduos de um discreto e não confessado anticlericalismo característico dos indivíduos que abandonaram o Seminário.] (Pires, 2010, p. 64).

Os pequenos excertos do autor com as características de cada personagem do livro promovem uma descrição minuciosa de como a sociedade portuguesa era constituída e encaminhada dentro do estado de vigilância e censura permanente. Uma forte colaboração para essa forma de estruturar a sociedade está nas bases da Igreja Católica com seus diversos seminários e conventos espalhados pelo país de forma a constituir uma base sólida do conservadorismo.

Anel de castidade, hóstia furada, o cabeção que o inspetor gira no eixo duma esferográfica, é a órbita na qual se suspende o corpo dos padres deste mundo. E eles lá vão: subindo ao céu, gravitando naqueles anéis, rodando sobre si mesmos, muito hirtos, mãos cruzadas sobre o peito, sotainas ao vento, subindo a prumo está sobrevoado por padres suspensos em cabeções de pureza, a gente é que não os pode ver por causa dos nossos pecados (Pires, 2010, p. 65).

Essa voz interna de Otero é quase uma representação visual da figura pública de Salazar, ou de seu amigo Cardeal Cerejeira, ou de tantos outros representantes do conservadorismo católico português. Os “santos” homens que compunham o alto escalão do governo e da Igreja eram cúmplices dos assassinatos e das perseguições que ocorriam sob as mãos da PIDE.

Ainda nas páginas iniciais do romance, JCP descreve os personagens que são funcionários do governo autoritário, elaborando características comuns a todos os que exerciam suas funções na Polícia Judiciária, mas também como cidadãos e suas formações dentro da sociedade portuguesa. É possível crer que o autor tenha feito isso meticulosamente para comprovar a naturalização da barbárie, retratando que as tantas mortes que o inspetor Otero investigava não eram casos importantes; o que diferenciava delas o caso do crime da praia era o envolvimento da PIDE.

Otero reflete sobre a política inserida no caso:

Um belo dia está o bom do inspetor a julgar que interroga um cadáver comum e, zás, o morto amanda-lhe o coice. Cadáver político, ora toma lá. E nesses casos é que, nada a fazer, quando o investigador vem a si está enterrado na fossa política até o pescoço e só vê é jornais às gargalhadas de primeira página a apregoarem que o crime era subversivo e a apontarem para o cadáver a duas colunas com os sapatos trocados. Ritual comunista, olha A Voz, olha o Diário da Manhã, traz o ritual comunista. E não

ficam por ali, entram em delírio. Se não é pedir muito perguntam pela espia dos cabelos platinados, é lá uma curiosidade deles, porque, louca ou sequestrada, a imprensa, a opinião, o país têm o direito de saber quem são os traidores que ainda agora venderam a Índia aos inimigos e já andam na nossa própria casa a ameaçar as pessoas e os bens da Nação (Pires, 2010, p. 68).

A imprensa dominada pela censura era também comandada na produção do medo coletivo de tudo que se referia aos movimentos políticos de esquerda. Além de a morte do oficial impressionar a opinião pública, é evidente a intenção de inserir supostos elementos ditos comunistas para aumentar o ambiente de medo coletivo e justificar a repressão do regime.

JCP realiza minuciosamente um retrato desses homens comuns que exercem seus ofícios, indo profundamente até nas reflexões e frustrações de cada um. Assim o faz com o protagonista Elias Santana e também com Otero:

Otero considera-se na fossa. Positivamente. Tem que reconhecer que é um inspetor a ver passar os elétricos. Um possível advogado que depois de fugir de padre ficou em bacharel a fazer horas. Também, padre ou inspetor vinha a dar no mesmo, quem não se agarra à cruz agarra-se à lei e ele passa a vida a desfolhar missais de papel selado onde se fala de mortos e de abjurações e trabalhos da Justiça. Interpreta os textos e testemunhos, mas não pelo lado da fé, isso é o menos, mas também não os folheia com as mãos preciosas dos advogados. Não, a ele cabem-lhe as entrelinhas mais desprezadas: iscas denunciantes, chafurda no sangue, o sangue é o lago de Caim por onde Otero anda ao candeio (Pires, 2010, p. 68).

O estado policialesco salazarista não poupava ninguém e isso se comprovaria com a morte do General Delgado e de tantos outros opositores perseguidos e mortos pelo regime. Ainda hoje paira na sociedade portuguesa que o regime só perseguia opositores clássicos, como membros do Partido Comunista Português (PCP) e do Partido Socialista (PS), o que seria contexto pela também proibição do Movimento de Unidade Democrática (MUD), em 1946.

O esmagamento da classe proletária por meio do regime tipicamente fascista faz as formas de resistência serem limitadas pela dinâmica do trabalho e pelo desemprego proposital, que causa a miséria dos trabalhadores. Não por acaso, o Neorrealismo inicia-se com a temática do campesinato português e a difícil vida dos trabalhadores do campo provisórios intitulados gaibéus.

A violência policial é empregada como método fascista de controle social e de sufocamento dos movimentos opositores — foi assim na Itália e na Alemanha, e não seria diferente no fascismo em versão lusitana. O corporativismo salazarista caçou sindicatos e eliminou as organizações populares capazes de conter o avanço da ideologia fascista.

Os primeiros anos da ditadura do Estado Novo foram importantes para o autoritarismo salazarista no sentido de eliminar os opositoristas e criar o clima de terror e domínio social pelo medo.

A balada da praia dos cães não é um romance típico policial tampouco pretende ser um romance histórico — o que é destacado pelo próprio autor em entrevista. É um romance verdadeiramente sobre o medo, visto que a longevidade do salazarismo estava estreitamente relacionada ao medo coletivo e ao rompimento do pacto social da coletividade.

O crime da praia do Guincho, como ficou nacionalmente conhecido, foi um crime político. O autor relatou que recebeu carta de um dos envolvidos no crime descrevendo os acontecimentos pela ótica dos assassinos, que justificaram terem matado o Capitão Almeida Santos por medo do militar e do que ele poderia fazer, o que ressalta as relações conspiratórias que envolviam os opositoristas e o medo constante de serem descobertos pela PIDE.

A verossimilhança da narrativa descrita pelo criminoso desperta em JCP a vontade de escrever sobre o acontecimento, que demonstrou a força repressora do salazarismo mesmo em processo de decadência, incluindo-se a derrota de Humberto Delgado na campanha eleitoral antes de prisão do grupo revoltoso da Revolta da Sé (1959).

É interessante destacar que, mesmo com a confissão dos três cúmplices do morto Capitão Almeida Santos, paira na sociedade que a PIDE e a repressão salazarista que tenham matado o militar. Foi diferente no caso do “General sem medo”, Humberto Delgado, que morreu pelas mãos de agentes da PIDE em território espanhol no ano de 1965.

Quando questionado se *A balada da praia dos cães* seria romance histórico, JCP respondeu:

Mas, tomando a sua referência à Balada, o que eu procurei a todo o custo nesse livro foi não o aproximar nem de longe do romance histórico. Tudo menos isso. Por essa razão é que me recusei a conhecer as personagens reais do acontecimento, embora tivesse todas as possibilidades de o fazer. Não queria que o contato direto, a biografia e outras evidências me limitassem a criatividade. Conhecer, conhecia, já antes do crime, um dos protagonistas, o Dr. Jean Jacques Valente, meu amigo, e fiquei-me por ali. Elias Santana, por exemplo, nunca existiu. O inspetor Otero, ainda menos. Quanto a Mena, ao Major e ao cabo Barroca recriei-os partir das descrições da PIDE e da Polícia Judiciária. Total liberdade, portanto, em relação à estória que eu me propunha contar. Mas semanas depois da saída do livro, ao regressar de uma viagem, eis que alguém me diz no aeroporto que, nessa noite, ia passar na televisão qualquer coisa sobre a Balada. Um comentário, calculei eu, uma entrevista crítica... Mas não, nada disso. O que me apareceu no écran foi uma reportagem sobre os acontecimentos reais em que assentava o romance, uma peregrinação aos lugares do crime, conduzida pelo verdadeiro cabo Barroca que a RTP tinha ido descobrir a uma fábrica onde trabalhava desde que cumprira a pena! Foi uma sensação única conhecer de repente ao vivo e em carne e osso um personagem que tinha inventado. Poucos ou muito poucos escritores devem ter tido uma experiência como esta (Pires, 1991, p. 55).

O livro conseguiu ser mais do que mimese da realidade como mostra essa afirmação do autor quando entrevistado. Isso porque a ficção subverteu a verdade histórica: não foi o Major Dantas Castro que foi morto na casa demonstrada na televisão, assim como o Cabo Barroca não o matou naquela casa. Essa inversão do discurso oficial pela ficção impressiona, justamente não por aquilo em que a ficção se aproxima da realidade, mas pelo que há na narrativa que se distancia dos acontecimentos oficiais.

Por mais que o autor tenha se preocupado com a estética do romance, em não se aproximar de um romance histórico em sua composição, ele se aproxima dessa forma romanesca quando reflete os acontecimentos históricos de seu tempo — mas somente pela importância dos fatos reais que retrata, e não pela sua forma narrativa, afinal o romance é uma “balada”, e isso é o que mais demonstra a genialidade do autor.

O romance parece remontar à forma do romance policial e vai se distanciando disso quanto à posição do narrador e ao protagonismo do investigador, um personagem problemático. A narrativa não é sobre o crime, como no romance policial clássico, e o narrador não procura elucidar o “mistério” do assassino; o foco narrativo é em Elias Santana e na visão de mundo dele, que pertence a um tempo histórico autoritário, e em todo o aparelho estatal responsável pelos crimes políticos e pela repressão fascista.

Ao descrever a cena de como Elias Santana toma ciência do crime, o narrador já expõe algumas características do investigador e a perspectiva inicial do personagem sobre o crime:

Sabe-se tudo linha a linha, pode-se dizer. Leu e releu o jornal, e por isso acelera a pauta (como na música) andante, andante, até que as páginas tantas bate com a mão: Cá está. Aqui a notícia entra em oração de sabedoria encomendando do defunto para o lado pior do inferno, o mais torço. Política, eis o pecado, uma vez que, tendo sido posta de parte a hipótese de crime sexual a princípio admitida, todos os indícios recolhidos indicam estar-se em presença de um assassinio político. O fato de o cadáver ter sido calçado com os sapatos trocados é por si só revelador, pois constitui uma prática de execução dos traidores entre grupos clandestinos e nestas entrelinhas Elias está mesmo a ler que é por aí que a Pide vai entrar, não tarda, e então é que vai ser o bonito, duas polícias a desconfiarem uma da outra que é como os meus olhos te viram (Pires, 2010, p. 45).

Os olhos desconfiados de uma polícia para outra polícia, um Estado dentro de outro Estado. Diante da simplicidade com que o inspetor da Polícia Judiciária diz se tratar de um morto político, o caminho natural, em um sistema judiciário comum em uma democracia ocidental, seria uma única investigação conduzida por apenas uma polícia. Isso é aspecto importante para a narrativa, demonstrando que o medo promovido pelo salazarismo

contaminava inclusive agentes do Estado: “Elias levanta os olhos para a janela: Como é quando é que a Pide vai atuar? Sempre ouviu dizer que: Polícia que espia polícia é criminoso a dobrar. Isso admite-se?” (Pires, 2010, p. 45).

Elias é colocado como um investigador experiente sobre o processo de investigação de um assassinato, principalmente com base nos dados iniciais coletados, e o que percebe, desde o início das notícias, é que a PIDE será envolvida no caso, quem sabe envolvida como autora do extermínio da vítima. A dúvida paira no ar quando Elias reflete sobre quando os agentes da PIDE entrariam no caso e qual seria a proporção nas investigações ou na ocultação de informações para o trabalho dos investigadores da Polícia Judiciária; reflete sobre o papel da Polícia Política:

Mas Elias ouve e medita, segue com a unha gigante os veios do braço do *maple*. Não está nada a ver a Pide a chamar para ela este defunto. Atiçar e ficar de fora, ah isso sim, é menina pra isso, agora aguentar com o cadáver nem pensar. As polícias políticas são todas a mesma droga, diz (Pires, 2010, p. 47).

Os policiais da Polícia Judiciária sofrem com a interferência da PIDE e as informações pouco confiáveis dos chamados PIDEs, sendo institucional o jogo de interesses entre o que seriam as informações “oficiais” e o que realmente havia acontecido. Há uma tensão permanente sobre o que era “plantado” na cena do crime e o que realmente teria acontecido:

A trajetória seguida pela Pide para referenciar a Casa da Vereda é ainda hoje um dos pontos obscuros do “Caso Dantas Castro”. Se está fora da dúvida de que se tratou de denúncia, é evidente também que das interpretações postas a correr na altura dos acontecimentos apenas duas subsistem com alguma validade. Uma delas, a do senhorio da casa, que teria reconhecido a companheira do major pelas fotografias da Imprensa, e uma outra que atribui a denúncia a alguém da vizinha localidade de Fornos onde Filomena Joana fazia as compras semanais. Hipótese igualmente viável: após a Revolução do 25 Abril os ficheiros da Pide revelaram a existência naquele lugar de dois informantes efetivos e de um filiado na Legião Portuguesa, organização que colaborava estreitamente com a polícia política (Pires, 2010, p. 50).

O romance de JCP consegue iluminar o contexto social que o crime envolveu: não foi apenas mais um morto político, e sim um dos líderes da Revolta da Sé (1959), que contou com integrantes católicos e apoio do pároco Perestrelo de Vasconcelos. Embora tenha sido chamada de revolta, não chegou a acontecer, pois foi descoberta pelos PIDEs antes de ser deflagrada, e seus integrantes foram presos. A prisão dos integrantes, entre eles o Capitão Almeida Santos, e a fuga do militar são retratadas no romance, incluindo-se a roupa de padre utilizada na fuga.

Pelo que se sabe da fuga do Forte não tem dúvidas que foi de noite que o padre e a amiga chegaram àquela casa; e se a noite quando cega e já de si a face mais traiçoeira

da terra, uma noite de inverno e com chuva grossa é o deus à balda, verdadeiramente o deus à balda, deve ter berrado o prior quando se viu naqueles vendavais. Impossível contar os passos, como tentaria qualquer militar ou capelão em semelhantes condições, porque daquela estrada para baixo não havia medida nem norte, era tudo acaso e confusão (Pires, 2010, p. 57).

A distância cronológica da publicação do livro até os acontecimentos, apesar de curta, propicia ao leitor atento a interpretação da importância dos fatos históricos retratados no romance que culminaram no assassinato do militar.

No romance não aparecem os fatos anteriores à prisão do morto: a campanha presidencial do General Humberto Delgado, em 1958; a tentativa de uma revolta militar intitulada Revolta da Sé, em 1959; e a prisão dos envolvidos em Elvas.

Além da morte retratada no romance, a oposição salazarista sofreria uma grande baixa com o assassinato do General Humberto Delgado, em 1965, em território espanhol. Diferentemente do que ocorreu com a morte do Capitão Almeida Santos, a morte do General foi assumida por agentes da PIDE.

A ditadura salazarista empregava diferentes instrumentos para movimentar as opiniões em torno dos fatos criminais, também noticiados pelos textos jornalísticos ligados à censura oficial. O fato de ser relatado que o corpo da vítima do crime foi encontrado com os sapatos trocados passava a mensagem de que haviam sido os comunistas que mataram o militar dissidente do regime.

Quando o leitor avança sobre a leitura, consegue perceber que a elucidação do crime fica em segundo plano. Ainda, objetivamente, a multiplicidade do foco narrativo é proposital. Mesmo quando os interrogatórios feitos com Mena para tentar desvendar os detalhes do crime e reconstituir os acontecimentos que precederam o ato criminoso são cobertos pelos detalhes descritivos sobre Covas.

Ainda na casa onde a mulher morava, o protagonista já demonstra seu caráter duvidoso e doentio ao analisar as fotos da moradora e seus pertences pessoais, invadindo a intimidade alheia e, ao mesmo tempo, deixando-se invadir pela figura feminina que o incomodava:

Realmente, daquela casa o que tinha ficado com vida era Mena no retrato da piscina. Só ela, e ali, naquele enquadramento. Cabeça levantada, direita à objetiva, saía do plano da luz e do liso da fotografia. Tinha tempo e hora. E umas coxas soberanas, não se cansava de admirar Elias. Atrás viam-se japoneiras em flor e qualquer coisa como pavões (Pires, 2010, p. 70).

As distorções psicológicas do protagonista já são demonstradas desde o início da narrativa. O suposto talento do “Covas” para elucidação dos crimes e sua excelente capacidade

de evidenciar os detalhes de cada caso fazem-no se destacar dentro da Judiciária. No entanto, a posição de destaque do personagem em sua profissão se contrasta com seu apagamento na vida privada, visto que é um homem solitário cuja única companhia é um lagarto chamado Lizardo. Sua pulsão sexual e a conseqüente frustração são expostas no romance de forma detalhada.

Parece ao leitor mais atento e capaz de interpretar nuances do romance que o autor pretendia traçar um paralelismo entre a frustração do protagonista e a frustração da vida do próprio ditador do país. Não passa incólume a figura de Salazar, um eterno solteirão que se dizia um mandatário que tinha uma missão à frente de Portugal, comparando o exercício do poder a um sacerdócio clerical.

As mudanças do foco narrativo ocorrem constantemente, com os documentos “oficiais” que o investigador vai recolhendo durante suas buscas e apreensões:

Uma memória (que juntam ao Relatório) onde, com referência à evasão deste Forte ocorrida na noite de 31 de dezembro para 1 de janeiro pp., se identificam os participantes como sendo: a) major de artilharia Luís Dantas Castro, 47 anos, casado, na situação de detido do Tribunal Territorial para aguardar julgamento por tentativa de sedição militar; b) arquiteto Renato Manuel Fontenova Sarmiento, 25 anos, solteiro, à data a cumprir o serviço militar com o posto de alferes miliciano e, pelos motivos do anterior, detido neste depósito disciplinar; e c) 1º cabo Bernardino Barroca, 23 anos, solteiro, que se encontrava a prestar serviço como adido à Secretária do Forte (Pires, 2010, p. 75).

Os supostos relatórios militares sobre os prisioneiros do Forte de Elvas citam idade e estado civil dos fugitivos. Covas e seu auxiliar interrogam o comandante da unidade militar, e este descreve as circunstâncias da fuga dos três militares:

— que a evasão do Major e Outros tinha sido do tipo convencional. Preparação meticulosa com apoio do exterior. Presumível colaboração de civis e, com toda a probabilidade, de familiares e simpatizantes do movimento subversivo a que os evadidos estariam ligados. Aliciação de um cabo da guarda. Fuga de todos os implicados. O comandante fala seco e um rajada intermitente. Não usa monóculo mas podia muito bem usar porque tem cara para isso (Pires, 2010, p. 75).

Os pormenores inseridos na narrativa pretendem elaborar um perfil do protagonista Elias, transformando-o em um meticoloso investigador que reelabora em sua mente as figuras humanas com quem mantém contato. Ele repara no modo como o comandante fala e até mesmo em sua aparência física, em que caberia um monóculo.

3.4 *A cidade fantasmagórica: poder fascista e perseguição policialesca*

JCP diz que a temática do livro é sobre o medo, aquele medo de que alguém na rua vá dizer algo da sua vida para algum integrante da PIDE, medo de qualquer pessoa que passe por seu caminho. A rede de delatores e informantes do regime era composta de pessoas comuns que muitas vezes se sentiam importantes por contribuir para o bem nacional, ajudando a prender pessoas subversivas que atentavam contra a paz social — é nesse sentido que o autor expõe esse tipo de informante. É o caso da prisão de Mena:

A telefonista do hotel declarou ter reconhecido Mena pelas fotografias dos jornais; por sua vez um funcionário da contabilidade informou que na ficha da cliente estava debitado um telegrama para Lourenço Marques e previsivelmente dirigido ao pai, na opinião da Polícia. O chefe de brigada Elias Santana, que não esteve presente ao ato da captura (tinha ido visitar o jazigo de família ao cemitério do Alto de São João) nunca se convenceu de que a denúncia não foi organizada pela Pide. Na detenção participaram unicamente o inspetor Otero e o agente de 1ª classe Silvino Saraiva Roque que se fizeram transportar no carro do primeiro (Pires, 2010, p. 84).

Quando Covas lê as descrições, utiliza-se de fatos de outros momentos e documentos recolhidos dos envolvidos no caso. Ainda sobre a descrição dos envolvidos, o investigador tem seus preconceitos sociais, basilares na sociedade portuguesa.

Quando o eminente integrante da Polícia Judiciária vistoriava os objetos apreendidos, recolhe para si um exemplar do livro *O lobo do mar* do escritor Jack London. Nesse momento divaga na leitura do livro, sem antes reparar no nome do Cabo escrito e em alguns grifos. Elias duvida da capacidade do militar de fazer os grifos no livro e pondera se foram feitos antes da fuga de Elvas ou quando já estava na casa que foi esconderijo dos três fugitivos. Elias, ao divagar sobre as focas, faz um paralelo com os cães, oferecendo ao leitor a ironia sobre o descobrimento do cadáver de Dantas Castro ter sido ocasionado por cães.

É a partir dele que Elias embarca na leitura, cada vez que faz mais uma jornada pelos oceanos do Jack London. Mena ficou para trás, a esta hora está na tarimba duma cela a acender cigarros uns nos outros. Enquanto isso Elias vai atrás do capitão Larsen, deslizando em mar chão, noite clara, bancos de gelo habitados por colônias de focas. O sino de bordo. Capitão Larsen, lobo do mar. A silhueta dum veleiro em farrapos parlamentos a escorregam dos mastros. Centenas de vultos a ladrarem: focas, diz Elias de si pra si, animais metade cão, metade peixe. Com os focinhos inteligentes, os bigodes e o olhar terno dos cães, mas terminadas em rabo de peixe. Para um rafeiro não viajado uma foca deve ser a sereia canina, o mito da cadeia dos mares (Pires, 2010, p. 91).

Uma frase grifada pelo Cabo Barroca foi “Já estamos todos mortos”, e a outra foi “Ele chefiava uma causa perdida e não temia os raios de Deus”. Quando Elias Santana lê os grifos, não sabe se foi mesmo o Cabo que tivera a capacidade de compreensão daqueles grifos e

imagina terem sido feitos por outra pessoa — como se a inteligência do militar não fosse capaz de interpretar a ficção do clássico da literatura inglesa.

Nesse ambiente de divagação do policial, há intervenções na rádio que fazem o leitor se lembrar do ambiente hostil promovido pela vigilância permanente do salazarismo, bem como dos movimentos históricos que aconteciam no corrente ano de 1960 e do início dos conflitos em Goa, que culminariam na perda do território para a Índia, em 1961:

E palavras não eram ditas explode um goong! e sai o noticiário das três da manhã declamado por uma voz engravatada, Lisboa, Emissora Nacional. Fala do Dia da PSP e das forças da Ordem em parada na presença de estados-maiores de cara dura tombaram no cumprimento do dever, paz ao casse-tête. Guardas a desfilam pela trela, cães-polícias medalhados. Discurso do ministro do Interior a arruaça; fala da segurança das pessoas e bens e declara guerra eterna “aos agitadores que, a soldo do estrangeiro ou inspirados por ideias de libertinagem, pretendem por meios corromper a Escola e o Trabalho, renegar a Moral e a Fé e pôr em causa a Autoridade”, fim de citação (Pires, 2010, p. 93).

É interessante destacar mais uma referência a cães, dessa vez os “cães polícias”, que também desfilavam em parada militar. A “paz social” era promovida pela repressão estatal, porque os arruaceiros eram bancados por forças estrangeiras com ideais nocivos ao bem-estar coletivo dos portugueses de bons costumes e de valores cristãos — ou pelo menos era isso que a propaganda do governo gostaria de inculcar nas mentes da sociedade portuguesa.

Retomando os conceitos de Lukács sobre o realismo dentro do romance histórico, a subjetividade dos personagens e suas condutas dentro do romance são atravessadas pelos acontecimentos históricos da coletividade. A narrativa cardosiana consegue demonstrar os movimentos da sociedade portuguesa e o declínio do fascismo português, incluindo-se o início das guerras coloniais.

Voltemos as atenções para a elucidação do crime e os interrogatórios de Mena para esclarecer a dinâmica da consumação do homicídio. À luz da tortura como método do fascismo português, a presa encontra-se sob a custódia de membros da Polícia Judiciária, mas, se estivesse sob a tutela dos PIDEs, supostamente seria pior o tratamento dispensado à mulher.

Vejamos:

[Instruções do inspetor Otero. Ponto a) — a identidade da detida só deve ser do conhecimento dos investigadores; ponto b) — a detenção deve manter-se rigorosamente secreta até à obtenção dos elementos fundamentais para a instrução do processo, o que terá de ser feito no mais curto espaço de tempo,] ou seja, depressa, depressa, no ver se te avias, porque há a lei que é doutora em caprichos e não gosta destas situações e porque há a Pide que todo lo sabe e todo lo manda e que pode vir

arrancar a presa ao manto acolhedor da Judite quando bem lhe apetece (Pires, 2010, p. 106).

No salazarismo, dizer que a Judiciária referenciada por Judite seria “acolhedora” se comparada aos agentes da PIDE é um uso demasiado de ironia introduzida por mudanças do foco narrativo. Seguindo nos pormenores dessas mudanças do foco narrativo, ao citar o arquiteto Fontenova, há a menção a uma jovem que viveu com ele maritalmente e que ele ajudou com a “lavagem de sua honra” — o livro cita que tal mulher tenha feito um aborto clandestino.

À data em que fizeram conhecimento tinha deixado a casa dos padrinhos onde estava recolhida desde que viera para Lisboa. Motivo: os maus-tratos que lhe eram infligidos (coação e agressões corporais) como represália a “certo acidente de sua vida” (não específica, mas foi sem dúvida um aborto provocado) em virtude do qual esteve internada no Hospital Santa Bárbara (Pires, 2010, p. 123).

As reflexões sobre a sociedade portuguesa e seu marialvismo são um fator permanente na obra de JCP. *O Delfim* evidenciou o sentido anacrônico dessa posição machista, revelando como uma mulher independente incomoda parcela da sociedade “tradicional” lusitana. A citação desse caso de aborto de modo tão rápido dentro na narrativa demonstra a disposição do autor para sempre questionar o marialvismo e os julgamentos machistas que percorriam as páginas da imprensa oficial e a narrativa do romance, na posição feminina de Mena.

O espaço citadino, na obra do autor, é mais proeminente do que o rural, e em entrevista ele afirmou que isso seria uma forma de se afastar do que a ruralidade representava em Portugal. Diante de um atraso proposital na formação nacional, um atraso social que proporcionava a permanência de um governo fascista no poder, a decisão de ambientar alguns romances em Lisboa fazia parte também de uma visão de mundo determinada pela condição da capital do país como testemunho das estruturas de poder e repressão que estavam nos mais diversos recantos da cidade.

O escritor tem em mente sua condição dentro da sociedade e exerce seu ofício consciente de suas limitações dentro da sociedade de classes. No caso português mais proeminente, por conta do peso da ruralidade na economia atrasada do país e do seu apoio irrestrito ao governo de Salazar.

Resgatemos mais uma vez Lukács:

A divisão social do trabalho é bem mais antiga que a sociedade capitalista, mas em decorrência do domínio da relação da mercadoria — que, de modo geral, fica cada vez mais forte —, suas consequências adquirem tal amplitude e profundidade que ela se converte em dimensão qualitativa. O fato fundamental da divisão social do trabalho é a separação entre cidade e o campo (Lukács, 2016, p. 111).

Essa separação entre campo e cidade na situação portuguesa mostra-se mais complicadora sob circunstâncias fascistas. Uma economia baseada na grande propriedade privada rural se contrapunha aos movimentos sindicalistas dos grandes centros urbanos em países centrais do capitalismo. Ao enfraquecer em demasia a resistência democrática que seria possível por meio dos sindicatos de trabalhadores da indústria, desde o início do Estado Novo, o corporativismo salazarista sufocou ao máximo esse tipo de união entre os trabalhadores.

No capitalismo, a habituação equivale, portanto, a um embotamento geral. Os homens passam a conceber a espontaneidade capitalista como natural e normal, e aprendem a reagir às suas exteriorizações como se reage a tempestades ou ao calor exagerado, isto é, como a acontecimentos da natureza, que podem perfeitamente ser desagradáveis ou causar eventual irritação, mas que devem ser aceitos como são; do mesmo modo se dá a habituação à inumanidade capitalista. Ela é tremendamente importante para o aspecto ideológico da estabilidade do capitalismo, pois impede tanto o surgimento de uma revolta duradoura e fundamental contra a injustiça e a inumanidade quanto um entusiasmo por grandes sublevações humanas que vão além da simples postura de espectador e da mera sensação emotiva, nas quais sempre está implicada — consciente ou inconscientemente — uma tendência para a revolta contra o sistema capitalista (Lukács, 2016, p. 172).

A tarefa do escritor engajado com seu tempo histórico é demonstrar essa força motriz do capital que envolve as relações humanas, evidenciando sua importância dentro de um contexto de comprometimento e consciência da sua posição dentro dessa sociedade de classes: “Os escritores de fato grandes se revoltam incessantemente contra esse embotamento” (Lukács, 2016, p. 172).

As opções feitas pelo autor dentro da narrativa de *Balada da praia dos cães* (BPC) fazem o leitor entender os meandros do estado policialesco fascista e como ele corrompeu as relações humanas dos cidadãos portugueses, uma vez que diversos momentos do texto evidenciam as delações de pessoas comuns que vigiavam outras pessoas comuns. Ao reconstituir os passos de Mena, o narrador infere sobre os caminhos da cidade:

[“A respondente”, lê-se nos Autos, “efetuou o percurso em conformidade com as instruções recebidas [...] em Lisboa, fez-se transportar de táxi até ao Largo do Caldas e dali prosseguiu a pé até ao escritório do dr. Gama e Sá, na Rua do Ouro, onde chegou por volta das dez e trinta horas da manhã”] tendo evitado, como admite Elias, a Rua da Conceição, já que a Rua da Conceição é como toda a gente sabe a rota obrigatória dos moscardos entre a central da Pide e os cursos da cadeia do Aljube. Léguas da Morte, poderia chamar-se àquelas centenas de metros que vão das celas à tortura (Pires, 2010, p. 126).

A cidade de Lisboa representava a força repressora salazarista composta de todos os órgãos de Estado, incluindo-se a PIDE e prisões como a cadeia de Aljube (transformada em museu após 1974). Ao mesmo tempo, a capital também representava a força cultural que formava a resistência antifascista por meio dos escritores e da vida intelectual que resistia aos horrores do fascismo.

A ironia do caso é que o movimento político de repressão foi tão forte a ponto de matar alguns integrantes das Forças Armadas que tentaram se opor aos interesses de Salazar. O assassinato do Major Dantas Castro (Capitão Almeida Santos) exerceu um forte paradigma na sensação de medo imposta pela ditadura, e o pensamento do povo comum seria: “se matam um militar preparado, imagine um simples civil”.

Para além da morte em si, os companheiros de fuga do Major Dantas Castro também representam o perfil diversificado dos militares portugueses dentro da realidade castrense sob uma ditadura muito longeva. O perfil dos militares foi sendo modificado com o tempo e, embora a tentativa de golpe da Sé em 1959 tenha sido frustrada e os seus membros tenham sido presos, seriam visíveis as rachaduras causadas dentro das Forças Armadas, evidentemente após o início das guerras coloniais.

JCP consegue representar as camadas de tensões sociais que abrangeram o crime relatado em seu livro. O autor insere em sua narrativa os momentos de tensão que faziam parte do ambiente político que envolvia a fuga dos militares e, em seguida, o assassinato do militar ligado ao movimento católico que se posicionava contra o salazarismo.

Pensou e o plano foi bem acolhido. Qualquer coisa que alertasse a opinião do país. Por conseguinte, explicava, ao levarem por diante a evasão estava seguro de que não só beneficiava os camaradas que ficavam no Forte como despontava a consciência dos militares honrados. Que os havia, afiançava Dantas C, a instituição militar ainda não estava totalmente avacalhada, como se iria provar e ele sabia (Pires, 2010, p. 132).

A história do país comprovou que a reflexão do Major Dantas Castro era válida — obviamente, a publicação do livro se deu após o processo revolucionário iniciado em 1974. Pressupõe-se que a fé do militar opositor poderia sim ser descrita como o autor retratou no romance. Todos aqueles mortos pelo regime confiavam sim em suas lutas de resistência e confronto ao regime salazarista. Elias Santana lê em um jornal a declaração supostamente de militares que traçam um perfil do Major Dantas Castro:

Nesta hora sombria da vida nacional. Nós, Oficiais das Forças Armadas, tomamos a decisão de, para honra da Instituição Militar, vir declarar ao País: 1. O nosso camarada, major: 2. Educado em ambiente católico foi, quando estudante, filiado no Centro Acadêmico de Democracia Cristã. Nas Forças Armadas não manifestou

preocupações políticas até que, indignado com a subserviência imposta ao Povo e ao Exército pelo totalitarismo salazarista, participou, com dezenas de camaradas e civis, num levantamento militar, em virtude do qual foi preso e detido na Casa de Reclusão da Trafaria. Comportou-se com brio e dignidade, reagindo às interferências da Pide no processo. Transferido para o Forte da Graça, em Elvas, logrou evadir-se dali na companhia do alferes-miliciano, arquiteto Renato Manuel Fontenova Sarmiento. 3. O cadáver do major Dantas Castro foi encontrado “por acaso” e nas circunstâncias misteriosas que a Imprensa noticiou. A Nação tem o direito de perguntar: *Quem o matou e por quê?* (Pires, 2010, p. 139).

A pergunta feita pelo grupo de militares e endereçada à Polícia Judiciária é, consequentemente, a pergunta que o escritor faz para todo o público e a sociedade portuguesa quando decide escrever sobre o crime que chocou o país. Por mais que a narrativa estabeleça a versão oficial de que o Major Dantas Castro foi morto por seus companheiros de fuga e sua amante, permanece no imaginário popular que o homicídio tenha sido praticado por agentes da PIDE. Em outro trecho, endereçado para o diretor da Polícia Judiciária:

Neste país sem imprensa e sem liberdade ninguém dá crédito às vossas “perspicazes” investigações sobre o caso da Praia do Mastro. Enquanto a tenebrosa Pide continua a praticar os crimes mais repugnantes, a vossa atividade não faz mais que encobri-los. (ass) Um Português (Pires, 2010, p. 141).

A descrição pormenorizada do militar morto possibilita ao leitor perceber a dimensão da personalidade da vítima do assassinato. O militar fugitivo do presídio de Elvas não era um revoltoso opositor qualquer, era um conspirador ligado à oposição católica.

A prisão dele pela preparação de um levante contra o governo salazarista é emblemática, pois esse levante estava ligado à derrota eleitoral do General Delgado na campanha do ano anterior. A frente democrática que surgiu após a decepção eleitoral demonstraria a força da oposição perante o terreno cativo de Salazar: a Igreja Católica.

Havia uma ligação direta do pároco Perestrelo de Vasconcelos com a chamada Revolta da Sé, ainda no ano de 1958, e sua participação incluiu o planejamento do levante militar para acontecer no dia 28 de dezembro do corrente ano. Frustrada a revolta pela PIDE, os envolvidos foram presos e distribuídos nos presídios de Aljube, Trafaria e Elvas.

A ligação direta de um membro da Igreja com a preparação de um levante militar expôs o enfraquecimento do regime perante os católicos, tendo em vista que a ditadura salazarista vinha se apoiando, desde o início, na força da Igreja Católica — afinal, o ditador era proveniente da juventude católica e se mantinha em uma posição de proximidade com a Sé. A amizade próxima com Manuel Gonçalves Cerejeira, Bispo de Lisboa, exercia um domínio também sobre

a fé da população. O professor Luís Reis Torgal analisa a relação do Estado Novo com a Universidade de Coimbra, com base em um discurso do Cardeal sobre seu amigo Salazar:

Neste contexto, o Cardeal Cerejeira tinha um valor simbólico fundamental. Se Salazar partira de Coimbra para exercer o “magistério político”, Cerejeira saía dali para desempenhar sua missão religiosa, posta igualmente ao serviço da Pátria, isto é, do nacionalismo articulado com o regime. É por isso que, nas palavras que proferiu durante a última lição do antigo professor da Faculdade de Letras, a quem dirigiu a palavra (no seu dizer) na “dupla qualidade de Príncipe da Inteligência e de Príncipe da Igreja”, augura-lhe que continue a exercer o seu múnus como até então, “guiando espiritualmente a gente portuguesa, que tanto lhe deve na formação da consciência nacional” (Torgal, 1999, p. 144).

Quando foi professor da Universidade de Coimbra, o ditador exerceu sua função na cadeira de Economia e Finanças, em direção distinta à de sua formação acadêmica, em Direito. O posto dentro da academia, com seus artigos conservadores e muitas vezes contra os republicanos, alavancou seu nome na política nacional; ainda que não tenha defendido a restauração da monarquia diretamente, aproveitou o levante dos camisas azuis comandados por Rolão Preto e do movimento integralista — o qual era totalmente monarquista.

O ambiente acadêmico de Coimbra foi amplamente utilizado pelo regime sem encontrar muitas resistências, e professores que exerciam qualquer tipo de oposição eram demitidos sumariamente de suas posições e perseguidos mesmo depois de serem desligados da vida acadêmica. Esse cenário levou muitos a se exilarem em outras universidades da Europa. Somase a tais absurdos o exemplo emblemático do título de *honoris causa* concedido ao Generalíssimo Franco em 1949.

Não podemos esquecer o título *honoris causa* dado a Salazar pela Universidade de Oxford em 1940. Tais fatos revelam que o ditador sabia muito bem como utilizar o discurso acadêmico em causa própria e manipular a opinião por meio da censura e da perseguição aos opositores do regime, incluindo-se alguns professores universitários, de maneira que só restaram os que eram favoráveis:

É certo que alguns professores universitários, conforme tivemos ocasião de referir, preferiram os seus discursos políticos de intenção, direta ou indiretamente, salazarista. Também é verdade que algumas Orações de Sapiência, lidas na Sala dos Capelos, durante a cerimônia de abertura da Universidade, revelavam, embora geralmente de forma discreta, algumas reflexões de tipo estadonovista ou “fascista”. Até os reitores, num discurso menos científico que o anterior, e mais institucional, não deixaram de proclamar o seu credo salazarista (Torgal, 1999, p. 150).

Oficialmente o ambiente acadêmico era dominado pelo Estado Novo, e as posições estratégicas do corpo docente eram de situação governista. Já o controle sobre o corpo discente

era falho e via-se encaminhar revistas acadêmicas importantes no processo de resistência antifascista. Foi o caso da revista *Via Latina*, que iniciou sua publicação regular em 1941 por meio da Associação Acadêmica de Coimbra (AAC). Ademais, muitos ex-alunos de Coimbra seriam nomeadamente pertencentes ao Neorrealismo nas suas mais diversas fases:

Vai surgindo assim um grupo de neorrealistas de várias gerações, a grande maioria dos quais passou por Coimbra e pela Universidade, dos quais se podem citar — como mera referência e sem qualquer ordem definida — Afonso Duarte, Egídio Namorado, Joaquim Namorado, João Cochofel, Fernando Namora, Políbio Gomes dos Santos, Álvaro Feijó, Rui Feijó, Arquimedes da Silva Santos, José Marmelo e Silva, Carlos de Oliveira, Vergílio Ferreira, Mário Dionísio, Mário Sacramento, Mário Braga, Carlos de Oliveira, Vergílio Ferreira, Mário Dionísio e Fernando Namora publicarão os seus primeiros romances, na coleção “Novos Prosadores” (Torgal, 1999, p. 248).

Cochofel, por exemplo, era um dos melhores amigos de José Cardoso Pires, e trabalharam juntos em diversas publicações. Os aspectos que evidenciamos da força de Salazar sobre o ambiente acadêmico demonstram como o assassinato do então Capitão Almeida Santos seria um recado duro para a oposição salazarista, ao alertar que o regime era capaz de matar diversos opositores, entre universitários, escritores ou ligados à Igreja Católica.

A medida de forças que a PIDE impunha para o momento histórico era evidente, ao demonstrar a capacidade da máquina de morte oficial para além dos movimentos tipicamente ligados ao PCP ou à esquerda organizada nos movimentos culturais. A morte descrita no romance de JCP é muito emblemática para o movimento da história que seria iniciado com a candidatura do General Delgado, expondo a insatisfação de muitos militares que apoiaram o Estado Novo e deixaram a caneta “morna” nas mãos do General Carmona, um simples coadjuvante na força totalitária exercida por Salazar.

Os militares seriam os possuidores de um protagonismo difuso na história portuguesa do século XX. Responsáveis por darem um golpe que encerrou a Primeira República portuguesa, avançaram em uma ditadura e abriram espaço para Salazar implantar o Estado Novo. Mais de quatro décadas depois, também seriam os militares os protagonistas da efetiva queda da ditadura salazarista.

A nota do jornal citada dentro do romance expõe claramente a insatisfação dos militares diante da morte de um dos seus membros. A forma como a nota descreve a vítima do assassinato busca exaltar a nobreza dos gestos daquele que estava disposto a encarar o obscurantismo nacional. Outra nota da imprensa inserida na narrativa destaca que, para um jornal brasileiro, a polícia de Salazar que matou o militar.

Entre as excentricidades do protagonista do romance, Elias mantém o hábito de visitar o túmulo de sua mãe no cemitério, e essas caminhadas e descrições da cidade de Lisboa exercem uma força dentro da narrativa para o leitor interpretar como era a cidade daquele momento de estado policialesco. Há o medo geral que persegue a todos e o olhar desconfiado até mesmo daqueles que pertenciam ao Estado, como é o caso do policial. No retorno de um desses passeios, Covas vai ler o *Diário de Notícias* e pensa sobre o teor das notícias:

Elias a ler o Diário de Notícias. Que está cada vez mais mula-de-enterro, o Diário de Notícias. Cada vez mais correio de mortos. Já não é só a página das cruces, missas do sétimo dia, Agência Magno e etcétera, é a VELADA AO SOLDADO DESCONHECIDO, Mosteiro de Batalha, é A REVOLTA NA ÍNDIA, Naufrágio de Goa, eterna saudade, é o PRESIDENTE THOMAZ, outro morto. Cemitério impresso, pura e simplesmente cemitério impresso tudo aquilo. E o Thomaz em foto a duas colunas parece um pênis decrepito fardado de almirante. Há ainda o Chessman, o Chessman na cadeira elétrica, últimos parágrafos; e há outro terremoto anunciado para Agadir, se os sismólogos cumprirem; e desastres na estrada, São Cristóvão não pode estar em toda parte. Até a foto dum CONGRO GIGANTE PESCADO EM SESIMBRA tem a encenação duma festa macabra: a presa suspensa num gancho, talhada a golpes de Machado e uma fila de curiosos a medirem-se com ele para a fotografia. *Memento Mori* (Pires, 2010, p. 152).

Embora o relato do protagonista sobre o *Diário de Notícias* fale do jornal, para JCP é o retrato de um país. O chamamento que o autor faz para o leitor é para que este observe que a morte do Major Dantas Castro não é uma exceção; é uma regra, é a lógica da morte instaurada em uma ditadura que muitas vezes se passava como branda ou menos pior do que as de outros Estados totalitários. Inclusive, vale dizer, *Ditadura Cemitério* é uma expressão muito utilizada por autores que estudam a ditadura salazarista.

A figura pública de Salazar sempre era exibida como um homem que assumiu o poder como uma missão que lhe caiu sobre os ombros: em seus discursos, o ditador descrevia o exercício do poder como um sacerdócio que ele aceitava devido ao seu amor e dedicação à nação.

Muitos autores descrevem Salazar como destoante de outros líderes tipicamente fascistas que usavam os discursos para atraírem as massas e convocarem o povo para os movimentos sociais de apoio aos regimes. O caso português era diferente, como reflexo da personalidade tímida do chefe do Estado Novo e de seu perfil teórico: seguia os discursos escritos antecipadamente e evitava os holofotes — era um fascista diferente. O exercício português do populismo do tipo fascista era discreto, assim como o ditador cobrava austeridade econômica do seu povo.

A maldade do regime estava nisto: o sebastianismo cultural — que sempre fez parte da nação portuguesa — descrevia, por meio da propaganda oficial, um chefe de Estado paternalista: como bom pai, às vezes precisava “educar” e “castigar” seus filhos, embora o amor por eles permanecesse inalterável.

O castigo ao povo vinha por meios covardes e violentos, com os métodos da PIDE para torturas e mortes, que eram os mais silenciosos possíveis, e o pior de tudo, que veio a se comprovar após a redemocratização: os informantes. Incontáveis documentos expostos após a Revolução dos Cravos revelaram a mazelas das delações e redes de informantes compostas de pessoas comuns, cidadãos que indicavam vizinhos e até parentes para a rede de informações da PIDE.

A sociedade portuguesa permeada pelo marialvismo e por todo o machismo envolvido nas relações humanas é destacada por JCP, nos diversos trechos da narrativa. Um exemplo surge quando os policiais interrogam uma antiga amiga de Mena. A personagem inquirida pelos investigadores faz uma espécie de discurso a respeito da condição feminina da mulher portuguesa e de como os homens agiam diante de uma situação em que pudessem expor as mulheres a uma condição vexatória e as consequências das relações amorosas:

Começa por declarar que acha de nojo toda a especulação que se tem feito à volta dum caso pessoal que nem sequer foi ainda apurado. Quanto aos jornalistas o menos que pode dizer é que são sinistros. Ah, sim sinistros. Repelentes. Tanto mandar vir a custa da moça porque, porque foi pra cama com um homem casado? E as mãezinhas deles foram para a cama com quê? Com virgens, não? Sinistros. Uma data de frustrados que até na cama têm medo da Censura, e ela como declarante não vê onde é que está o mal, dizer que há Censura, uma vez que é público, os próprios jornais trazem “Visado pela Comissão de Censura” (Pires, 2010, p. 157).

A censura em Portugal por acaso teria começado com a ditadura militar em 1926? Ou com a constituição do Estado Novo? Na verdade, a censura em terras lusitanas remete aos tempos ainda da Inquisição. “Inquisitorialmente”, Mena é questionada pela Polícia Judiciária, julgada pelas opiniões daqueles que acompanham o caso do assassinato, julgada por quem a acompanha por meio dos relatórios ou por meio da imprensa.

A condição feminina dentro da narrativa também evidencia o caráter voraz do regime de exceção, pois as acusações que recaem sobre o assassinato do Major Dantas Castro tomam outras dimensões em relação a Mena. É como se a relação amorosa dela com o militar casado também estivesse em julgamento, já que os policiais investigam os pormenores da vida da acusada, incluindo as relações que o militar tinha com o pai de Mena:

A fotografia que foi apresentada para identificação refere-se exatamente a um desses

encontros. Ao que julga, data de janeiro ou fevereiro de mil novecentos e cinquenta e quatro e foi tirada por ocasião duma caçada no Vale do Save um pouco a norte da reserva dos hipopótamos (Pires, 2010, p. 160).

Essa relação entre o pai de Mena e o Major Dantas C. é típica de uma condição burguesa, visto que se conheceram quando estudaram juntos no Colégio Militar. O engenheiro demonstra preocupação com os desdobramentos da investigação, e o narrador deixa claras as condições financeiras do pai de Mena, que fazia caçadas nas selvas da África do Sul.

É possível inferir que o autor tenha inserido essa informação na narrativa de forma proposital, se considerarmos que é histórico os cidadãos das elites econômicas que enriqueciam em África, seja em Angola ou Moçambique, terem negócios nas ex-colônias inglesas, por onde caminhavam as riquezas que saíam do continente africano — incluindo-se o papel desses países no apoio logístico durante as guerras coloniais, principalmente na África do Sul.

Há ainda alguns detalhes que fazem parte da vida social daqueles que pertenciam aos quadros estatais, como a ironia que se observa no momento em que Elias vai ao cinema e, na saída do filme, vê o Capitão Maia Loureiro — de dia, andava a comandar o trânsito da capital e, de noite, estava na presença de prostitutas:

Meia-noite e meia. À saída do Condes, um Volkswagen da PSP à porta do Arcádia para despejar o capitão Maia Loureiro em sobretudo pelo de camelo. Aquele de dia passeia-se pela cidade a comandar o trânsito com cara de mau e à noite esconde-se nas putas com cara pior. Lá mais para o espaiar vão chegar os Manos Tropelias que são condes de torre, cavalo e xeque-mate, e vai ser champanhe até vir o dom Sebastião a cavalo marroquino. Andante, andante, que um chefe de brigada contenta-se com chazinho para a sossega e já não vai nada mal (Pires, 2010, p. 166).

O personagem cita a moral que tanto se apregoava na sociedade portuguesa, evidenciando a hipocrisia dos que faziam coisas às escondidas, mas perseguiram e torturavam, exibindo em seus relatórios as intimidades dos cidadãos que eram alvo da PIDE. Em continuidade, permanece o ambiente de medo e conspiração que envolvia o caso do morto político que tanto preocupava o chefe da Polícia Judiciária, entre os “abutres” do Estado que se perfilavam, curiosos sobre o perfil do morto e suas relações sociais mais abrangentes — dentre os quais membros da Polícia Militar.

Observemos:

Coronel PM: Curioso. Ainda há pouco tempo vi uma fotografia dele na Revista Nacional. Alferes ou aspirante, já não me lembro bem. Eu andava à procura duns

elementos e de repente aparece-me o Dantas, todo desempenado, na tribuna duma parada da Mocidade Portuguesa (Pires, 2010, p. 177).

É interessante destacar a referência à Mocidade Portuguesa: o conspirador militar ligado à oposição salazarista estava em um evento tão tipicamente fascista. Havia uma parada dos jovens recrutados pelo fascismo português, e o Major Dantas Castro estava na plateia. A intencionalidade do autor ao mencionar um dos símbolos do fascismo português é transportar para a ficção as contradições que envolviam o salazarismo.

O protagonista do romance, Elias Santana, para além de suas excentricidades, consegue, em seus passeios pela capital do país, caracterizar muito bem o que seria a Lisboa que vivia sob a égide fascista, os pontos tipicamente ligados à cultura, locais que, para o leitor atento, são frequentados pelos principais escritores portugueses. O Chiado é um exemplo:

Chiado, o velho da estátua, é uma figura da infância de Elias. Chiado, solteirão e poeta no jocoso, boêmio e imitador de vozes, pode exigir-se melhor dum lisboeta? Ainda dor de vozes, pode exigir-se melhor dum lisboeta? Ainda para mais frade. Puseram-no naquele largo e puseram-no muito bem porque ali é que ele aguça o sorriso escarinho que nos lança a todos nós, mortais, sentado naquela banquetta entre igrejas e livrarias, entre o sagrado e o profano, e de frente para “A Brasileira”, *café des artistes* (Pires, 2010, p. 212).

O Bairro do Chiado é tradicional por abrigar os intelectuais lisboetas, o que torna interessante essa visão que o protagonista exibe do poeta António Ribeiro (o Chiado) por conta do caráter satírico de sua obra. É como se JCP tentasse destacar uma convivência pacífica entre contrários: a tensão que havia em um Estado que perseguia todas as liberdades possíveis em um local de liberdade artística, no qual Elias vê vários bailarinos no café e ao mesmo tempo distingue agentes da PIDE.

É a contradição de uma ditadura que impõe medo e faz os cidadãos pensarem em todos os passos que darão em uma saída qualquer pelas ruas do comércio ou na ida ao trabalho. É a liberdade vigiada, inclusive para um membro da polícia. Em diversos momentos da narrativa, Elias mantém-se em estado de tensão, observando todos aqueles que cruzam o seu caminho.

O olhar atento de Covas descreve minuciosamente a Lisboa daqueles que fazem a cultura do país, mesmo com toda a repressão salazarista, e a daqueles que executam as ordens da ditadura e impõem o medo e a tortura. A desfaçatez do regime violento do Estado Novo é proporcional ao comportamento do próprio Salazar, pois aquele se expõe como calmo, comedido e discreto é exemplo maior para os agentes da PIDE, muitos dos quais exercem suas funções no uso da violência como se fosse um emprego como qualquer outro:

Manhã de violetas nas cestinhas das floristas ambulantes e elegâncias a passo perfumado; marquesas de *pendantif* em peditórios de caridade; a estátua do porta sátiro; o Habeas Corpus a fumar. Como sempre que vinha à “Brasileira”, o chefe de brigada reconheceu vários pides entre os frequentadores (e diz pides porque alguns deles contataram a Judiciária por razões de serviço) mas na generalidade permaneciam pouco tempo no café, eram de entrada por saída, podendo admitir-se que se dirigiam para a sede da Corporação, a qual como é sabido está localizada a dois quarteirões dali. De salientar a presença habitual do agente Seixas* da referida Pide na mesa onde todas as manhãs o dr. Soares da Fonseca toma café com alguns deputados da nação (Pires, 2010, p. 213).

Em nota de rodapé, JCP demonstra sua pesquisa apurada para a escrita do livro: o agente Seixas serviu no famoso campo de concentração do Tarrafal, localizado em Cabo Verde, e o deputado José Soares da Fonseca foi presidente da Administração da Companhia Colonial de Navegação e conselheiro do próprio Salazar.

Muito provavelmente, os citados no romance nunca frequentaram o Chiado ou até mesmo o “A Brasileira”. De todo modo, o efeito causado por esses pormenores dentro da narrativa faz o realismo da literatura de JCP ser ligado à mais forte tradição do movimento neorrealista.

Nesse momento da narrativa, o autor consegue colocar no mesmo plano de ação aqueles que faziam o salazarismo existir na prática — dois personagens do alto escalão da ditadura, sendo um agente do campo de concentração mais temido de todos, o Tarrafal, e um deputado e conselheiro de Salazar. Na mesma cena, aparecem agentes “comuns” da PIDE, como se passassem no café em uma rotina de trabalho comum, comportando-se como simples empregados do governo.

Ainda na continuidade desse trecho da narrativa, Elias relembra-se do pai, que era juiz e o levava ao trabalho no intitulado Tribunal da Boa Hora. Essa lembrança vem carregada com a ironia de um país tomado pela contradição, exposta até mesmo nos nomes despropositados — o cemitério, por exemplo, chama-se Dos Prazeres.

Nesse mesmo passeio com o pai, o policial recorda-se da estátua do poeta que lhe metia medo quando criança e do pai a dizer-lhe que poetas não faltavam na história. Afinal, era Portugal, um país de poetas, de Camões e outros. O leitor atento pensa no país que se encontra a caçar poetas quando Elias está adulto; o próprio poeta sátiro representado no bronze da estátua também fora perseguido.

Divagando sobre a infância, o protagonista retorna para sua casa de táxi, ainda refletindo sobre seu passeio pelas ruas lisboetas. O narrador evidencia o pensamento de Elias sobre os homens de mãos limpas do governo e aqueles que sujavam as mãos da pior forma possível:

com a tortura. No café A Brasileira, encontravam-se homens que tantas vezes torturavam artistas — não podemos esquecer que o campo de concentração do Tarrafal abrigou muitos escritores.

Tiquetaque tique-taque. A “Brasileira”, café *des artistes*, Seixas, O Torturador, com aqueles óculos pretos e aquele nariz fendido à perdigueiro. Sentado entre os doutores da nação, calcula-se. Doutores de mãos limpas, belo friso. E tique-taque, o taxímetro a traquejar. Chá Peitoral (Santo Onofre) alteia e flor de laranja, Ervanária do Intendente. O chauffeur tem a senhora de fátima mais os três pastorinhos colada no tablier. Durante a viagem, e depois quando Elias sai do táxi, não olha uma única vez para a cidade que percorre com fastio como se ela fosse uma galdéria mal amanhada (Pires, 2010, p. 218).

Posteriormente a narrativa expõe um relatório nominado pela PIDE sobre a apreensão do carro do Major Dantas Castro e prossegue no interrogatório de Mena e na reconstituição dos últimos dias de vida da vítima. Entre um interrogatório e outro, o chefe da Polícia Judiciária cita um caso sobre o advogado que foi visitar o Major Dantas ainda no presídio de Elvas:

Otero: Se eu lhe dissesse, Covas, que o advogado quando foi visitar o major encontrou misturado com os presos um tal Casimiro Monteiro, não sei se já ouviu falar, que Casimiro era um velho conhecimento dele dos tempos da Índia? * Desculpe, estou a citar fatos, o advogado conhecia o fulano dos julgamentos políticos. Disse que não tinha a menor dúvida que era um gorila da Pide (Pires, 2010, p. 258).

O caminho tortuoso da narrativa que vai desvelando o passado do Major e seus comprometimentos políticos passa pelas traições que o levaram para o presídio de Elvas. A prisão dele e de seus comparsas representou um golpe na oposição que tentava movimentar os militares e os católicos ligados à candidatura do General Delgado. Propositadamente, JCP insere na narrativa os lugares reais que fizeram parte da história e o que levou à prisão do Major.

Assim, na continuidade da cena, o narrador cita o Largo da Sé e não por acaso o pároco responsável pela Sé é que se encontrava no grupo descoberto pela PIDE:

Andante, disse. Logo à saída do Estrela do Limoeiro e mais acima no Largo da Sé encontrou legionários a colar cartazes de parede, PORTUGAL UNO, PORTUGAL NA ÍNDIA, tudo a pinceladas de lata e brocha atiradas a despachar. Movimentavam-se na noite despovoada como silhuetas clandestinas, talvez envergonhadas da palhaçada em que andavam, admitiu Elias (Pires, 2010, p. 265).

A Legião Portuguesa, que movimentava as massas no projeto fascista do Estado Novo, estendia seus tentáculos nos projetos nacionalistas e delimitava a força da ideologia salazarista. O romance cita a perda dos territórios nas Índias e o naufrágio do navio português; nesse

momento, Elias sai do jantar e se depara com os legionários a exporem o nacionalismo salazarista que buscava manter o engajamento nas ruas de Lisboa:

O cartaz, índias, tropas, portugueses, lembrou-lhe um panfleto que levava na pasta e que era de discurso ao invés, porrada nos altos chefes, porrada no Salazar, corrupções e aventureirismos, coisas que tais. Elias estava mesmo a ver o escrito, *Corrupção Nas Forças Armadas* era o título, a honra e a tradição militares traídas pelos altos comandos que enriquecem à custa de negociatas. Exatamente por estas palavras com estas vírgulas. Elias punha as mãos no fogo se fosse preciso. E então, frase aqui, frase ali, foi recompondo de memória o texto excomulgador à medida que ia batendo e o empedrado do bairro por entre as vozes dos televisores que se prolongavam de vizinho para vizinho (Pires, 2010, p. 265).

Na memória do protagonista está o discurso oposicionista de um panfleto guardado com cuidado por ele. Ainda na digressão do protagonista, o narrador expõe o trabalho de Covas a esmiuçar o passado das pessoas e das vítimas, revirando os acontecimentos para descobrir o que se passou ou até mesmo ler os pensamentos dos envolvidos nos crimes. O talento do policial:

Elias orgulha-se de armazenar o ficheiro mais precioso porque não escrito, intransmissível. Trá-lo com ele em vida e há de apagar-se com ele na hora em que der o berro para o tristemente. Mas enquanto não chegar esse instante repetir à letra é com o Covas; desencantar gestos e feições na câmara escura do passado, idem; ver e descrever ao corrido com numa fita do nimas, melhor, melhor ainda. Mimória, às e best do polícia. Criar memória (sempre o disse) é uma arte, então não é, e ele foi no jogo que a aprendeu. No saber interrogar as cartas pelos invisíveis do reverso, pelo defeito e pelo tocado; no averbar das vazas e dos naipes; no inventariar dos tiques do parceiro (conheceu um jogador que desprendia cheiros de urina nos momentos fatais de perdição) aí, sim, aprendeu memória, registozinho (Pires, 2010, p. 266).

Essa descrição do que seria um bom policial caberia muito bem à de historiador, com suas fontes limitadas, principalmente em se tratando de um contexto de autoritarismo. Covas consegue reconstituir os passos dos mortos para encontrar as motivações de um crime. JCP reconstitui um crime cuja vítima é a coletividade de um povo.

Reconstitui-se, com seu livro, um país dominado pelo medo, pelo ambiente de perseguições, ou seja, é como se o autor também exercesse uma função parecida com a de Elias. A vítima do crime seria o Portugal salazarista, e o intelectual seria responsável por descobrir as motivações do crime, pesquisar a vida dos acusados e, principalmente, delimitar a ação de cada um para a efetivação da empreitada criminosa.

Quem matou o Portugal democrático da Primeira República não foi Salazar, e sim os militares que implementaram a ditadura, os homens de farda que permitiram a ascensão ao poder do ex-professor da Universidade de Coimbra. Na direção contrária, os fardados também

devolveriam a democracia ao povo muitos anos depois, e não podemos nos esquecer do militar encontrado morto em uma praia. Como um exército não é feito somente de intelectuais conspiradores, como no caso do Major Dantas Castro, o Cabo Barroca toma à frente dos pensamentos de reconstituição elaborados por Elias:

Elias sente os ecos da Casa da Vereda a perpassarem por estas linhas do Lobo do Mar, pág. 183, o que mais a intriga é que quem soube decifrar os recados do escritor foi o charruas do cabo Barroca. O cabo. Ele que é pouco mais que analfabeto teve o búzio do ouvido devidamente apurado para surpreender e sublinhar os avisos que estavam no livro como que endereçados ao major. “Vagueei todos estes... Pois. O major podia ter perfeitamente escrito aquilo – e acrescentado: Morte, *Vagueei todos estes por um mundo de mulheres procurando-te, Morte.*” Seria a sua confissão final, aquela que não consta dos autos e que o cabo já tinha sublinhado. (Pires, 2010, p. 272).

O encontro das anotações do Cabo Barroca surpreende o investigador pela boa interpretação da obra do consagrado escritor Jack London. JCP inclui esse momento na narrativa para causar no leitor atento um momento de reflexão, afinal as posições do Cabo e do Major se assemelham às dos protagonistas de *O lobo e o mar*. No livro, o náufrago Humphrey van Weyden é resgatado pelo Capitão Wolf Larsen, mas, durante a narrativa, o Capitão obriga o resgatado a trabalhar em seu barco, e o que seria a salvação se transforma em pesadelo.

A relação entre o Major e Cabo se assemelha ao que se observa na narrativa do escritor norte-americano: o Cabo participa da fuga de Elvas e passa a compor o grupo dominado pelo Major. Elias tenta reconstruir essa relação hierarquizada por meio dos documentos encontrados, incluindo-se as anotações dentro do livro. As reflexões filosóficas sobre vida e morte que o Cabo anota demonstram o que o militar sentia em relação ao Major e corroborariam sua participação na morte do superior hierárquico.

Era para aí a terceira ou quarta vez que o major tinha ido a um encontro clandestino, Mena não consegue localizar a data, é escusado, já há dias não conseguiu, sabe que foi a um sábado, é tudo; e nesse sábado, nessa noite, ele chegou, disse aquilo e pôs-se a olhar à volta duma maneira esquisita. Depois, como não podia deixar de ser, foi ao armário do brandy ao lado do telefone (Pires, 2010, p. 276).

O perfil psicológico do Major vai sendo traçado nos depoimentos de Mena, e ela consegue distinguir uma mudança nítida no comportamento do amante desde a fuga de Elvas. O militar sentia o abandono da militância, que se movimentava muito lentamente para os desígnios que ele pretendia, o que se soma ao clima de desconfiança em relação aos outros do grupo:

Tendo acabado a garrafa de brandy atirou-a às chamas da lareira e logo abriu uma segunda, numa precipitação que aos circunstantes se afigurou espetacular e

intimidativa tanto pela violência dos gestos como pelas observações que proferiu, as quais eram incompreensíveis para a respondente. Quem o visse diria que não tinha consciência do que estava a fazer, declara esta. Era tudo mecânico e falado ao mesmo tempo; máscaras, dizia, falava de máscaras e de mudar de cara num remoer de dentes que não dava para entender (Pires, 2010, p. 278).

O papel de liderança do Major dentro do seu pequeno grupo de quatro pessoas não causa muito impacto na movimentação tímida de uma oposição que buscava o apoio das Forças Armadas de modo genérico. Se houvesse de fato um engajamento massivo dos militares, o regime não teria resistido, até mesmo antes da morte de Salazar.

E o major, política e mais política. Falava de contatos suspensos, indivíduos congelados (parece que era este o termo) por decisão do Movimento. Razões de segurança, havia que aceitar. E entre os congelados estava o Comodoro, quer dizer, o advogado, ele próprio tinha vindo comunicar a decisão. Também havia um general ou assim; Mena não se recorda do nome, mas, fosse quem fosse, ele é que tinha tramado tudo porque se recusava a dar luz verde a outros oficiais (Pires, 2010, p. 281).

A postura paranoica do major vai piorando com o passar do tempo e a inércia dos membros do movimento oposicionista. Havia muitos militares corruptos dentro do salazarismo, e o Major Dantas mantinha suas anotações a respeito desses militares que estavam intrincados no governo.

Aqui sim, Mena tem a certeza: “o tal castigo”. Ouviu por mais duma vez, sobretudo no fim do serão quando ele entrou no capítulo dos generais. “General ou brigadeiro é tudo o mesmo chiqueiro”, costumava dizer Dantas C; ou “As estrelas dos generais só dão luz aos ceguinhos”. E foi assim daquela vez (Pires, 2010, p. 283).

O Major tinha urgência em realizar manobras para que começasse de fato uma revolução e Salazar fosse derrubado, pois a condição de fugitivo traria mais tensão para o militar. Não poupou esforços em movimentar seus aliados para novas tentativas de insurgências dentro das Forças Armadas: reuniões e mais reuniões, anotações e mais anotações sobre o contexto político do momento. Entre suas anotações:

O medo: O presidente da República, marechal Carmona, encomendou um golpe de Estado para demitir Salazar mas desmentiu-se no dia seguinte. O preço: O general Pereira Lourenço e o irmão, diretor da Pide, compraram a Papelaria Fernandes, de Lisboa, e transformaram-na na grande empresa fornecedora das polícias e dos organismos de Estado (Pires, 2010, p. 284).

Um discurso tipicamente fascista defendia que a democracia parlamentar era corrupta em sua essência e que um Estado forte e sem liberdades acabaria com todo tipo de corrupção que sujava a vida pública — o patrimonialismo é característica comum nos regimes autoritários.

Realmente, talvez não se comprovassem os desvios, mas como comprovar a corrupção dos militares com o país sob censura?

O minucioso processo de escrita de JCP insere na narrativa um caderno de anotações do Major Dantas que expõe a corrupção de militares dentro do regime, incluindo uma nota dizendo que um General participaria de uma revolução pelo preço de 1.500 Escudos. Em outro trecho, há uma citação de um militar informante do Ministério dos Estrangeiros de Hitler ou, ainda, uma frase anotada pelo militar morto que é muito representativa: “As estrelas dos generais não iluminam, cegam” (Pires, 2010, p. 284).

A polifonia incorporada por JCP eleva o romance a um patamar mais profundo dos meandros do Estado salazarista que corrompia também o cidadão comum, além dos poderosos do alto escalão do governo. Dentro da narrativa, por diversos momentos, há citações de pessoas comuns que eram informantes da PIDE. Após a revolução de abril, descobrem-se até escritores e intelectuais que eram informantes.

Quando o autor decide contar a história de um militar assassinado, ele também descreve como eram os militares dentro da sociedade e os comportamentos dessas pessoas dentro do regime. É fundamental compreender que o processo histórico português, no século XX, passa pela tutela dos militares e foram estes os responsáveis por entregar o poder a Salazar e por apoiar o projeto fascista durante tantas décadas, assim como também serão os responsáveis pelo processo revolucionário. O professor Fernando Rosas evidencia essa relação entre os militares e Salazar:

Mas talvez o mais importante e decisivo papel da direita republicana na ascensão de Salazar tenha sido ao nível dos comandos militares republicanos das Forças Armadas, dando-lhes garantias políticas e institucionais que os levariam a aceitar entregar o poder à coligação política chefiada pelo professor de Coimbra. Esse acordo informal, construído entre 1932 e 1934, de que é intermediário incontornável o presidente da República, general Carmona (antigo ministro de um Governo do Partido Nacionalista – PN, mação, apoiado na eleição presidencial de 1928 pelos partidos do centro e da direita republicana), fará os militares recolherem a quartéis e entregarem o poder político a Salazar, que passam a apoiar como chefe do novo regime. Mesmo assim, só em 1936, no contexto da Guerra Civil de Espanha, Salazar consegue deitar mão, pessoalmente da pasta da Defesa e iniciar as reformas de 1937/38 que iriam “limpar” a velha oficialidade republicana e colocar, finalmente, o poder militar nas mãos de oficiais mais jovens e da sua confiança. Com o exército domesticado e flanqueado pelas milícias, o regime podia respirar (Rosas, 2019, p. 123).

O processo revolucionário de 1974 até as eleições presidenciais seguintes demonstrou o papel decisivo das Forças Armadas em sustentar a ascensão da democracia em Portugal, mesmo diante da tentativa da direita de voltar ao comando do país e da tentativa de contragolpe encabeçada pelo General Spínola em março de 1975.

A escolha de JCP de narrar sobre o assassinato de um militar mesmo depois do Período Revolucionário em Curso (PREC) foi um desafio para o autor como uma preocupação permanente de como se desenhava a história de Portugal em curso. A elaboração do romance se dá nesse período conturbado, quando a cultura do medo, tão evidenciada dentro da narrativa, desfazia-se na realidade pós-revolucionária.

A postulação de textos formais como parte do romance exhibe uma composição meticulosa do foco narrativo, mesmo no momento em que a narrativa é encaminhada para o final. Há um relatório da prisão do miliciano Fontenova e do Cabo Barroca, capturados por conta de uma informante da PIDE, de onde eles se hospedaram quando ainda fugiam após o crime. O relatório:

No dia dois de maio pelas onze horas deram entrada na Penitenciária de Lisboa RENATO MANUEL FONTENOVA SARMENTO, alferes miliciano, de vinte e cinco anos, solteiro e de profissão arquiteto, e BERNARDINO BARROCA, 1º Cabo 3976/57, de vinte e dois anos, também solteiro, ambos desertores do exército português. Acompanhavam-nos o subchefe de brigada da Polícia Judiciária Silvino Saraiva Roque e dois agentes daquela corporação, que fizeram prova do respectivo mandato de captura. De acordo com os regulamentos foram os detidos despojados de todas as vestes e haveres e depois de lhes ter sido rapado o cabelo e distribuído o uniforme prisional recolheram ao depósito de segurança em regime de isolamento (Pires, 2010, p. 291).

A descrição da prisão dos fugitivos é para introduzir na narrativa o clima conspirativo que fazia parte do cotidiano dos cidadãos portugueses, quando o policial Roque, que auxiliava Elias Santana, relata sobre a denúncia anônima que levou à prisão dos fugitivos e ironicamente diz que deixou os dois para a PIDE.

Após a prisão dos dois fugitivos entregues “aos cuidados” da PIDE, agora restava aos agentes da Polícia Judiciária entregar Mena para a outra força repressora. Ao se aproximar da mulher, Elias, com seu olhar pervertido, coloca sua imaginação a trabalhar:

Elias vigia-a espalmado na superfície da porta, olho quedo. Ali a tem ao real e por inteiro. Fechada num círculo de vidro, ali a tem. A pedir com um corpo daqueles uma boa verga que entrasse toda, que a explodisse com descargas de esperma a ferver, daquele que é grosso e pesado, do que cresta, e que a encharcasse de alto a baixo desde os olhos até as nádegas, que ela queria era isso, que lhe fossem pela espinha acima e pusessem a berrar pela mãe, dá-me mais, ai dá-me, dá-me mais, assim, assim, pois então. Mesmo distanciada e reduzida pelo vidro panorâmico do ralo e uma provocação, uma agressão da natureza, a grandacabrona (Pires, 2010, p. 300).

De forma manipuladora, o investigador relata para a custodiada que ela seria entregue à PIDE e deixa claro como seria a intervenção em sua vida pessoal. De forma irônica, Elias diz para Mena que exames no carro encontraram vestígios de esperma, com a intenção de humilhar

mais ainda a condição moral da presa — o mesmo policial que tinha pensamentos eróticos com a mulher instantes antes de lhe dirigir a palavra. Mena consegue perceber a tensão que cobria a figura de seu interrogador e rebate seu interlocutor:

O chefe da brigada mexe-se no assento: vai interrompê-la? Mas Mena tem a palavra, não cede. Esses do seu relatório, continua ela, são gente lá dum mundo qualquer, nunca poderão imaginar as barbaridades que se fazem por essa cidade, por esses carros. Elevadores, as devassidões que se passam nos elevadores. Nem eles sonham. E nos restaurantes, eu também não acreditava, mas há disso, verdadeiras desvergonhas à mesa dos restaurantes. E quem diz nos restaurantes diz nos museus, nos vãos da escada, conheço muito boa gente a quem aconteceu. Pessoas normalíssimas, mas que é que quer. Até na praia, na praia, quero eu dizer, com gente à volta. Inconcebível, não é? A praia cheia de nevoeiro, pessoas, pescadores mesmo ali ao pé, e eles a fazerem amor com água pela cintura. Momento, tenha paciência, já vamos às suas perguntas, agora estou a responder ao relatório, a essa coisa que o senhor trouxe aí (Pires, 2010, p. 303).

Mais uma vez, a polifonia de vozes evidenciada no romance oferece ao leitor uma digressão sobre o conservadorismo da sociedade portuguesa por meio da voz de Mena. A posição feminina dela se distancia fortemente da estereotipia das mulheres portuguesas da época, uma vez que, em sua condição de presa, ela se demonstra uma mulher livre e diz a Elias com todas as letras que era amante do Major e que se amavam dentro e fora do carro, demonstrando força ao se contrapor ao investigador.

Esse recorte ressalta como a sociedade tentava esconder sua devassidão, bastando olhar atentamente para ver que não era a santidade vendida pela propaganda fascista. A fala de Mena evidencia o caráter avaliativo de JCP sobre a hipocrisia da formação nacional portuguesa. Basta pensar na imagem do próprio Salazar, homem solitário, que não casou, castiço e católico ultraconservador.

Uma mulher emancipada: Mena era livre para exercer sua sexualidade sem se preocupar com as consequências do relacionamento extraconjugal, libertada das amarras morais de muitas mulheres portuguesas. Contudo, paga um preço alto por sua postura, se considerarmos que o morto Major Dantas exercia um domínio muito grande sobre ela, chegando a torturá-la.

Mesmo um militar opositor comportava-se como um torturador qualquer da PIDE:

Então põe-se de pé e, olhe, volta-se levantando as traseiras do pulôver acima do elástico do soutien. E Elias vê. Vê e não acredita. Desde a cintura até o pescoço tinham as costas lavradas por queimaduras de cigarro, cinzentas e eriçadas. Repetidas. Meticulosas. Pareciam uma espinha de escamas a todo o correr do dorso. Ele tinha se tornado impotente, diz Mena baixando o pullover (Pires, 2010, p. 312).

O poder exercido pelo Major na casa em que se esconderam após a fuga era do tipo ditatorial, e havia grande contradição entre suas ações na intimidade e as ações políticas das quais o militar fazia parte. A ironia de que eles fugiam de uma polícia torturadora e um desses fugitivos torturava a mulher com quem tinha uma relação amorosa exerce um fechamento do romance de modo peculiar.

O romance se encaminha para o fim com a reconstituição do crime após a prisão do arquiteto Fontenova e do Cabo Barroca, quando são encaminhados para a casa onde ocorreu o crime. Destaca-se nesse momento que Elias não ouviu os dois, que já vieram para a reconstituição com dossiê da PIDE pronto:

“Diretoria da Polícia Internacional e de Defesa do Estado” — assim os leu. Autos, mandatos, notificações. Um agente Mortágua servindo de escrivão, um inspetor que se assina Falcão, dois nomes que nem de propósito. Nada de porradarias nem de estátuas de sono, isso presume-se, ali não consta senão o fundamental e no possível omite-se até a matéria política que essa é com eles, depois se verá. “Foram expurgados os fatos que integram crimes contra a segurança do Estado”, previnem os autos (Pires, 2010, p. 317).

Os fatos políticos foram expurgados, mas ironicamente esse assassinato não teve nada de pessoal ou passional; foi um crime político e sempre o será. O autor expõe com maestria como seria um relatório típico da desfaçatez do regime que não assume seus atos. A ditadura salazarista foi exímia em esconder suas ações macabras, incluindo-se os diversos assassinatos políticos que fizeram parte da mancha na história de Portugal.

Destaquemos o trecho final do romance. Durante a reconstituição, informam que jantaram após o assassinato, o que revela um elemento de frieza dos criminosos, e o clima de normalidade é forçado para disfarçar para a mãe do arquiteto, que traz o carro, acompanhada de Mena. Os presos relatam como fizeram a remoção do corpo do Major até a praia onde foi encontrado:

Três da manhã? Nenhum dos presos tem uma ideia do tempo, nem é possível. Encontrar um lugar onde as marés de inverno não viessem desenterrar o corpo não foi fácil. A chuva por um lado simplificava as coisas, nenhum trânsito, poucas possibilidades de serem reconhecidos, mas por outro tirava-lhes a visão. Bateram a costa, com o cadáver metido à força contra o assento detrás e à segunda passagem pela Praia do Mastro resolveram. Rodaram ainda uns trezentos metros para lá da zona dos banhos, mais ou menos até ao grande cartaz da TAP à beira da estrada. Dali carregaram o corpo para as dunas onde uma semana mais tarde iria ser descoberto pelos cães fumegantes, foi tudo (Pires, 2010, p. 343).

A grandiosidade de JCP está nos detalhes, que por vezes podem passar despercebidos pelos leitores menos atentos. A inclusão do cartaz da TAP é uma ironia muito bem calculada

pelo autor. A cena com a visão dessa propaganda está na última página do romance e é descrita: “PORTUGAL, *Europe’s Best Kept Secret*, anuncia um cartaz na vitrina, Fly TAP. Ao lado um tamanco com asas (que quer dizer KLM, a Holanda sobre nuvens) e o slogan Com-as-Viagens Abreu-O-Mundo-é-seu” (Pires, 2010, p. 355).

Realmente, Portugal é um grande segredo, como a frase da TAP nos recorda, mas os segredos são revelados com a revolução e, em uma velocidade extraordinária, os véus que cobriam as atrocidades do salazarismo foram sendo retirados, e a literatura encaminhou-se de dar sentido à história do país por meio da arte.

3.5 *Os modos de resistência antifascista: sujeitos históricos em ascensão*

Em um país marcado pela inquisição e fortemente católico, a repressão salazarista foi o ápice do conservadorismo português. Entre as liberdades individuais perseguidas, estava a liberdade sexual. Dentro do contexto democrático pós-revolucionário, a literatura portuguesa se posicionava sobre o retrato social português não mais por meio de alegorias ou sob censura.

A profusão de publicações na década de 1980 vai retratar uma sociedade alvoroçada com a recente liberdade proporcionada pela democracia. Quando JCP resolve recontar a história de um assassinato por meio da ficção, ele utiliza sua narrativa para descrever os problemas sociais e da formação nacional.

Entre esses problemas sociais enfrentados durante o período salazarista está a posição da mulher na sociedade portuguesa. Desde o início do regime, na Constituição de 1933, a posição da mulher na sociedade estava muito bem descrita e, em entrevista a António Ferro, Salazar restringiu o papel da mulher ao contexto doméstico e disse que o trabalho da mulher nas indústrias e em outras atividades causam a falência da família.

Dentro da narrativa de BPC, há um posicionamento da mulher diferente do que preconiza a moral cristã cristalizada na sociedade portuguesa. O autor caminha juntamente com outros escritores contemporâneos, e a literatura portuguesa pós-1974 ainda experimenta o gosto da liberdade e da escrita despreocupada com a censura, avançando sobre temas mais libertários.

Um exemplo, ainda em 1974, é a publicação do livro *Novas Cartas Portuguesas*. Faz-se necessário explicar a amplitude dessa publicação, das chamadas três Marias, as escritoras Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. As autoras elaboraram uma reescrita da obra seiscentista supostamente atribuída à freira sóror Mariana Alcoforado, cartas

de amor endereçadas a um francês. As autoras contemporâneas de JCP rebuscaram essas cartas ainda da época do barroco para contestarem a posição feminina da mulher na sociedade portuguesa.

A construção da obra cardosiana sempre buscou a representação feminina e, em nossa pesquisa, citamos o marialvismo e todo o machismo entranhado na formação nacional, mais ainda sob o jugo do salazarismo. A posição da personagem feminina exhibe um protagonismo não apenas por conta da participação de Mena na morte do militar fugitivo e amante: Mena exerce o poder de uma mulher emancipada e dona de suas escolhas, ao mesmo tempo que é dominada pelas circunstâncias de um relacionamento abusivo com o Major Dantas C.

A interpretação de Maria Luiza Scher sobre a representação feminina na obra cardosiana proporciona uma importante chave para a compreensão das narrativas cardosianas. A autora fez uma análise de dois livros de Cardoso Pires, *BPC* e *Alexandra Alpha* (1988), e conseguiu estabelecer um fio condutor entre as duas narrativas do autor, de modo a determinar alguns pontos muito importantes sobre as personagens femininas dos dois romances. É como se fizesse parte do projeto ficcional do autor estabelecer um desvelamento da sociedade portuguesa que foi coberta pela censura por décadas:

Hoje discute-se a história a partir do entendimento de que o texto histórico é uma realidade discursiva, matéria dotada de regras de seleção e de produção, e de que a consciência histórica baseia-se no caráter interpretativo do discurso literário. Portanto, quando a literatura toma o fato histórico como tema, sabe-se que está lidando com interpretações e que o autor, ao abordá-lo, assume uma posição qualquer dentro de um jogo de forças políticas, moldando sua estratégia discursiva de acordo com tal posicionamento (Pereira, 2005, p. 243).

A tomada do fato histórico como tema ficcional demonstra o engajamento do escritor com a sociedade a que pertence, ao comprometer-se amplamente com a mudança do estado das coisas de seu tempo presente, mesmo em se tratando de passado, assim como propõe Lukács (2011).

Desde a publicação de *O Delfim* (1968), o autor estabelece uma relação de reflexão sobre a formação nacional portuguesa e as consequências do fascismo português. As personagens femininas de JCP exercem domínio de si, ainda que estejam inseridas em uma sociedade ultraconservadora e machista como a sociedade portuguesa no período salazarista.

A possibilidade de falar, reconquistada após décadas de censura, e o acesso a um fascinante mundo de informação histórica, subitamente desvelado com a abertura democrática, terão sido motivos de uma intencional articulação da literatura com o processo de autoconhecimento que praticamente se impunha à sociedade portuguesa. Enquanto o cidadão comum acompanha o trabalho da mídia e entrega-se à vertigem

da informação, o intelectual faz reflexão e análise. Sobretudo os escritores que, como Cardoso Pires, já praticavam uma literatura voltada para o país, procuram incorporar à produção literária o resultado do acesso até mesmo pessoal aos arquivos, que possibilitou conquistar de uma vez quase cinquenta anos de história proibida (Pereira, 2005, p. 245).

A autocensura, muito descrita pelos escritores neorrealistas, agora não mais se apresentava como entrave para o desenvolvimento da escrita, mas era necessário passar um país a limpo. Não se podia apagar, de uma hora para outra, todo o obscurantismo fascista das décadas anteriores — constatação que explica a emergência dos escritores em restabelecer uma conexão do povo com a expressão artística sem a tutela estatal fascista.

Em diversas entrevistas, JCP descreveu como sua geração de escritores formulou mudanças significativas na literatura portuguesa, como a intelectualidade agiu dentro do contexto fascista e repressivo. As barreiras vencidas pelos neorrealistas ainda no início do Estado Novo pavimentaram os caminhos para que outros escritores elaborassem suas ficções no contexto democrático.

Aqui queremos destacar como o processo histórico vivenciado pelos escritores neorrealistas foi basilar para a literatura portuguesa contemporânea, por meio da reflexão teórica sobre o papel da expressão artística em um movimento típico de resistência antifascista. Em contexto democrático, já na década de 1980, a ficção portuguesa mudaria muito sua temática histórica para revelar as consequências das guerras coloniais e o impacto dos “retornados” na sociedade portuguesa.

O crime é retomado pelo autor como motivo da escrita, mas não é seu tema central. O tema central de *Balada da praia dos Cães* é o poder e seus mecanismos de instalação, exercício e perpetuação: o poder do Estado, o poder na suas relações com o cidadão, o poder nas relações pessoais, o desenvolvimento das mitomanias decorrentes da prática irracionalista do poder, tudo isso, que de alguma maneira se repete e se renova em cada romance de Cardoso Pires (Pereira, 2005, p. 247).

BPC exerce uma espécie de fechamento de um tempo histórico também na ficção portuguesa. É como se o autor fizesse um balanço dos anos de medo e terror impostos pelo salazarismo, encerrando um ciclo com uma ficção que tenta reelaborar a história oficial de um assassinato político que expressou o ápice da perseguição autoritária e, juntamente com o assassinato do General Delgado, demonstrou o ponto máximo da violência de um regime que se encaminhava para seu declínio.

O romance propõe que o militar foi assassinado por seus comparsas de fuga e sua amante, mas até hoje pairam dúvidas se realmente foi assim que os fatos aconteceram e foram

documentados. O autor disse em entrevista que teve acesso a documentos oficiais e, ainda, a um diário do oficial que na ficção foi nomeado como o arquiteto Fontenova. Sabendo dos poderes da PIDE e de seus agentes, ainda podemos questionar se o crime teria sido cometido por seus integrantes ou, talvez, tenha sido cometido pelos autores presos, sob ordem dos policiais torturadores.

A incerteza do fato histórico não atrapalha o processo de ficcionalização elaborado pelo autor; ao contrário, alimenta a curiosidade do público, sedento por descobrir detalhes do crime noticiado pela imprensa autorizada pelo salazarismo.

Nos humanistas antifascistas, o *páthos* da atração pelo povo é muito mais intenso que na maioria dos clássicos. Essa paixão é um sinal de que a melhor parte da intelectualidade democrata, influenciada pelos terríveis e grandiosos acontecimentos dos últimos anos, está decidida a romper seu isolamento em relação à vida do povo. Tal decisão, e sua realização no jornalismo político, é um passo de alcance histórico extraordinário. O romance histórico moderno desses escritores é uma expressão elevada dessa decisão. No entanto, precisamente no terreno artístico, em que todos os princípios composicionais do romance passam por uma reformulação radical a fim de que a voz do povo seja ouvida, e não apenas a relação do escritor com os problemas da vida do povo, discussões históricas, artísticas e ideológicas. Hoje, a situação ainda é tal que esses escritores escrevem para o povo e sobre os destinos do povo, mas o próprio povo tem apenas um papel secundário em seus romances, é apenas um objeto para a demonstração artística dos ideais humanistas (cujo conteúdo, no entanto, tem estreita ligação com importantes problemas da vida do povo). Do ponto de vista artístico, fornece apenas o cenário para a ação principal, que se desenrola em outro nível, sem conexão imediata com a vida do povo (Lukács, 2011, p. 345).

A ficção cardosiana se aproxima um pouco do romance histórico, no sentido do pensamento de Lukács sobre a forma do romance histórico, e a representação do povo nesses romances é basilar para compreendermos a grandeza de um escritor, principalmente no contexto antifascista em que JCP estava inserido.

A representatividade do povo português nas obras neorrealistas sempre foi um ponto-chave desse movimento literário, e o que diferenciou a escrita de JCP desde *O Delfim* foi a sua capacidade de representar o típico burguês português e sua nociva visão de mundo. Essa representação literária lembra os pressupostos teóricos de Franco Moretti (2014) em seus estudos sobre a figura do burguês.

A maior problemática em relação ao modo de vida do burguês português é demonstrar as fraturas sociais na formação da sociedade portuguesa moderna e suas permanentes contradições. Quando o autor elege o burguês português como alvo permanente de sua crítica, ele colabora para expor as rupturas sociais de uma país marcado pelo analfabetismo e pelo atraso econômico. A escrita cardosiana é realismo literário bem definido, de acordo com os pressupostos de Lukács, quando o húngaro pensa sobre Engels:

O realismo verdadeiramente grandioso, que extrai sua força do profundo conhecimento das transformações históricas da sociedade, só pode alcançar este conhecimento se abarcar realmente todos os estrados sociais, se destruir a concepção “oficial” da história e da sociedade e se acolher — no vivo processo criador — as camadas e as correntes sociais que operam a verdadeira transformação da sociedade, a verdadeira formação desses novos tipos humanos. Imergindo nessas profundidades e trazendo-as, através de sua obra, à luz do dia, o grande realista cumpre a missão verdadeiramente original e criadora da literatura. Esta penetração do escritor nas profundidades da motivação social e humana, esta ruptura como a motivação superficial e aparente dos eventos (peculiar tanto aos ambientes “oficiais” quanto às impressões imediatas das próprias massas), constituem para Engels o necessário pressuposto de uma duradoura eficácia das obras de arte. Somente a profundidade com a qual são refletidas as verdadeiras forças motrizes do desenvolvimento social dos homens pode fundamentar o grande realismo literário (Lukács, 2010, p. 45).

Enquanto o Neorrealismo português representou o povo e principalmente o campesinato português na década de 1940, JCP elegeu o burguês típico e cidadão para o seus protagonistas, e o foco narrativo de sua escrita realista seria pautado por essa figura — seja ele de família rica, como no romance *O Delfim*, seja ele um simples policial, como Elias Santana. Podemos balizar os romances cardosianos como fiéis ao realismo literário definido por Lukács.

A BPC se apresenta como uma resistência antifascista em seus mínimos detalhes, quando, por exemplo, as ironias da visão de mundo problemática de Elias Santana criticam diretamente essa definição de valores tipicamente fascistas da sociedade portuguesa. Até mesmo as frustrações sexuais do protagonista podem de alguma forma exemplificar a castração social provocada pelo regime.

A perseguição de liberdades individuais pelo fascismo como movimento de massas interfere diretamente da vida do cidadão comum, e é assim que o realismo cardosiano consegue apresentar a realidade portuguesa de sua época. O livro se apresenta como uma ficção elaborada minuciosamente para incomodar o leitor com as “esquisitices” do protagonista. O posicionamento do discurso literário sobre o comportamento é uma característica da literatura portuguesa contemporânea, não afastando o autor de um posicionamento ligado fortemente ao realismo como representação humana, ao fazer uma análise do comportamento coletivo de um povo.

Consideramos que a posição de JCP como escritor realista está sob o que Lukács delimita como realismo crítico, ou seja, o autor relewa sua profunda consciência da realidade social e apresenta uma forma de superação da realidade objetiva. No caso do autor português, a proposta ainda é maior, sob um contexto autoritário e em uma proposição de literatura tipicamente antifascista. O percurso literário do autor estende-se para além do Neorrealismo, como também define o crítico Petar Petrov:

No entanto, sem propósitos de comentar expressamente os dois pontos de vista referidos, afigura-se-nos de interesse examinar por que motivos a escrita cardosiana acarreta leituras diferentes, ou seja, recursos técnico-expressivos e semântico-pragmáticos configuram a sua mensagem de modo a ser concebida como inequivocamente comprometida e, ao mesmo tempo, ambígua pela oscilação entre a confiança e o cepticismo. No fundo, trata-se de questionar a maneira como a sua ficção se desloca dentro de uma estética contemporânea de feição realista, prolongamento do Neorrealismo português cuja eclosão e afirmação se verificaram na década de 40 (Petrov, 2000, p. 71).

Essa espécie de prolongamento do Neorrealismo foi decisiva para a diferenciação da obra do autor em relação à primeira fase do movimento literário. Deliberadamente o que é mais importante é o que aproxima a obra do autor da herança neorrealista, em sua capacidade de fazer sua escrita tipicamente realista e ligada diretamente à posição do autor em sua consciência de classe. Relembremos o que Lukács delimita sobre os romances históricos antifascistas:

Podemos ver com o máximo de clareza o caráter de transição do romance histórico do humanismo antifascista examinando os métodos e os meios artísticos com que o povo é retratado na história. Todos esses escritores figuram destinos populares. O que os diferencia do período anterior do romance histórico burguês é justamente o fato de eles romperem com as tendências da privatização da história, da transformação da história em um exotismo multicolorido, com base em uma psicopatologia igualmente peculiar e excêntrica. Como os destinos centrais figurados nesses romances históricos estão ligados tanto social quanto humanamente aos destinos do povo, resulta daí, no que diz respeito ao conteúdo, um importante movimento no sentido da problematização do romance histórico clássico (Lukács, 2011, 344).

BPC não representa um romance histórico como proposto por Lukács, mas alinha-se aos pressupostos teóricos acerca da figuração dos destinos populares, mesmo que o romance seja uma narrativa baseada em personagens tipicamente burgueses. O romance cumpre com seu papel antifascista quando retrata as condições sociais em um regime autoritário, redimensionando a história recente de seu país justamente no momento em que as bases revolucionárias de 1974 estavam sob forte ataque do neoliberalismo internacional e Portugal se reposicionava no contexto europeu.

O caminhar do protagonista ao final do romance expõe as camadas baixas da sociedade, com a ironia do autor ao posicionar o narrador que descreve a caminhada do protagonista para sua casa após a elucidação do crime e o encerramento do caso do Major Dantas Castro. O policial caminha:

Campo Santana, Jardim dos Mártires. Elias arrumado à fachada do prédio da leitaria; a cantar em surdina, um rumorejar íntimo. Àquela hora já um sossego de província a toda a volta. Prédios da cantaria e azulejo, miradouro envidraçado num telhado de esquina, um palacete entre camélias e palmeiras, memórias duma burguesia republicana que já lá vai. Chega até ele um cheiro de relva, as árvores do jardim

abafam o espaço da noite com sua folhagem carnuda e antiga; daquele ângulo se vê a estátua do doutor Sousa Martins que apesar de tudo resiste, modesta como sempre e com umas tantas velas piedosas a tremular no pedestal (Pires, 2011, p. 350).

A ironia do narrador está na descrição da estátua do doutor Sousa Martins, o conhecido médico “Pai dos pobres”, que não cobrava honorários dos mais desvalidos, fato que gerou um processo de culto à sua imagem. Essa cena se passa no chamado Campo dos Mártires da Pátria, espaço inaugurado durante a Primeira República. As velas depositadas sob a estátua se contrastam com a outra imagem descrita:

O fundo do lusco-fusco emergem por milagre damas da má-vida e Elias cumprimentadas de longe, sem parar de cantar de memória: Borboletas, Mariposas de mi ronda, Perlas de mi penar. E isto podia ser ainda uma continuação das coplas da *Violetas Imperiais* mas não é, é apenas um conversar com ele mesmo. E as damas lá vão, ainda a sacudirem-se dos cortiços donde acabaram de sair mas singrando todas na mesma direção, todas a caminho da Baixa e do barulho das luzes onde se irão perder num abelhar de perfumes e de lantejoulas entre as esquinas e os bares. Mariposas, soutien a adejar. Oh irmanas (Pires, 2011, p. 350).

Ainda nesse périplo lisboeta Elias pausa para colher insetos para levar para seu lagarto e, quando se encontra nessa tarefa, um soldado paraquedista pouso do céu ao seu lado e trava conversa com Covas a pedir fogo. Apesar da negativa do policial, o militar continua a conversa:

De acordo, mas o militar de perfil é que não se cala. Suspira que está uma noite de malandros, coisa e tal. Elias, polícia de mortes, não de costumes, desembulha uma pastilha rennie porque lhe veio um desgosto à boca, ardores de enfado. Os sucos, os sucos é que quanto a eles comandam a psicologia do vivente e aí, Sábio Irmão, aí é que não há medicina do Além que vá mais longe. Fulano é azedado ou bem-disposto, mastiga Elias, consoante a pastilha dos aflitos que tiver à mão e que, quando boa, ainda é a hóstia mais redentora dos pecados da moela. Isto para não falar no bom arroteo porque se a rennie acalma o gástrico, o arroteo expela as chamas e dos diabos do todo (Pires, 2011, p. 353).

O enfado do policial dos mortos também representa o enfado do regime, e essa cena fantasiosa de um paraquedista entabular conversa com o protagonista também representa uma metáfora de como seria a queda do regime anos depois.

CAPÍTULO IV

A máquina de fazer espanhóis: a permanência do fascismo

Não ler, pensei, era como fechar os olhos, fechar os ouvidos, perder sentidos. As pessoas que não liam não tinham sentidos. Andavam como sem ver, nem ouvir, nem falar. Não sabiam sequer o sabor das batatas. Só os livros explicavam tudo. As pessoas que não leem apagam-se do mapa de Deus.

Valter Hugo Mãe

4.1 Valter Hugo Mãe: romancista (pós-)moderno?

Valter Hugo Mãe nasceu em Saurimo, Angola, em 1971, e registra-se que substituiu o sobrenome “Lemos” por “Mãe” como nome artístico em homenagem à sua mãe, tendo comentado em entrevista a importância da figura materna para a humanidade. Escolhemos para o escopo de nossa pesquisa o romance *A máquina de fazer Espanhóis* (2010).

O autor se destacou no cenário literário português primeiramente pela forma literária de escrita sem letras maiúsculas e com pontuação heterodoxa, aproximando-se de José Saramago e sua estética. O projeto literário de Valter Hugo Mãe contempla uma prosa destacadamente poética, lembrando grandes escritores de língua portuguesa. Em ordem cronológica estão as seguintes publicações: *O nosso reino* (2004), *O remorso de Baltazar Serapião* (2006), *O apocalipse dos trabalhadores* (2008) e *A máquina de fazer espanhóis* (2010).

Em suas obras é possível perceber a inserção nas narrativas, de forma estrutural, de temas que atravessam a formação nacional portuguesa, de modo a elaborar uma crítica contundente a temas espinhosos da sociedade portuguesa.

Em seu primeiro romance, a narrativa do autor baseia-se em sua infância no interior de Portugal, pautada pela visão de mundo de uma criança que tenta desvendar os mistérios da vida e da morte. De forma muito poética, o autor reelabora suas memórias de infância, ficcionalizando muitos desses momentos e incluindo fatos sociais importantes. Em diversos momentos da narrativa, há referência ao regime salazarista, aos convocados para as guerras coloniais e a outros dramas de seu tempo histórico.

No segundo romance, a narrativa se posiciona em um tempo histórico arcaico, um Portugal antes mesmo de sê-lo, uma idade média carregada de brutalidade e secura nos gestos e acontecimentos sociais e na vida íntima dos personagens. O tema principal do romance poderia ser a condição feminina e sua objetificação, e é interessante destacar o incômodo do leitor ao perceber o que permanece, mesmo na atualidade, de machismo estrutural dentro da sociedade moderna.

No terceiro romance, a narrativa retrata trabalhadoras que vivem em Portugal em condições precárias e complementam a renda com o trabalho de carpideiras — posição social em que há uma ironia muito grande. Uma trabalhadora doméstica se envolve amorosamente com o patrão, e a outra se envolve com um imigrante ucraniano. O autor retrata uma parte da sociedade portuguesa moderna, enquadrada numa realidade da União Europeia marcada pela migração e pela subalternização dos trabalhadores.

A condição periférica de Portugal diante do capitalismo internacional era margeada pelos processos migratórios intensos que marcaram o pós-guerra e todo o período da Guerra Fria. Esse fato acentuou ainda mais a já caótica situação do país, que recebia os chamados “retornados” — portugueses que moravam nas ex-colônias de Portugal.

O próprio autor se encontra nessa condição, e sua posição de retornado de um país que era território colonial influenciará fortemente sua visão de mundo e conseqüentemente sua obra literária — isso porque, embora fosse criança quando passou a morar em Portugal, ainda tinha memórias do tempo que viveu em Angola e de suas relações sociais dessa época.

O cenário inclui relações sociais conturbadas e o contato com a condição histórica do Império Ultramarino de Portugal, somados a temas correlatos a essa posição imperialista e aos efeitos das chamadas guerras coloniais, além de temas que ultrapassam o passado histórico e são ressentidos na sociedade portuguesa contemporânea, como a escravização dos povos africanos e o chamado Estatuto Colonial do período salazarista.

É necessário lembrar que o chamado Estatuto Colonial se iniciou sob a gestão de Salazar enquanto ele ainda era ministro das Finanças durante o governo militar. O retrocesso social para os povos locais em Angola e Moçambique foi expressivo, tendo aumentado as tensões raciais e a fome dos povos nativos desses países. Houve, também, o chamado Ato Colonial, incorporado ao texto constitucional de 1933, e sucessivamente a criação do Estatuto do Indígena, que impunha inúmeras regras para os nativos conseguirem suas cidadanias e outros direitos básicos.

O Estado Novo conseguiu piorar muito as condições dos nativos em Angola e Moçambique. Mais um exemplo foi a obrigatoriedade de monoculturas na agricultura, que gerou crises sucessivas de escassez de alimentos e outras perturbações sociais, cujas conseqüências foram os conflitos armados e o início das guerras coloniais.

Esse cenário de segregação entre brancos com cidadanias portuguesas e negros sem direitos básicos criou as condições para a explosão dos movimentos independentistas que culminaram nos conflitos armados na década de 60 do século XX. É nesse contexto histórico que a família de Valter Hugo Mãe se muda para Portugal, deixando para trás uma Angola em guerra.

Valter é um artista multifacetado: músico, escritor e desenha por diversão. Encontra-se em uma posição de artista que já não se via em Portugal e pertence a uma categoria de escritor com obras de fôlego e escritas muito originais, percorrendo temáticas diversas.

O que a literatura portuguesa viveu nos anos de resistência antifascista durante quase meio século inseriu os escritores em uma intelectualidade participativa e de efervescência das artes como fonte de inspiração e expressão de unidade com todos os integrantes do Neorrealismo.

O contexto pós-revolucionário trouxe uma mudança pragmática nas publicações literárias e na posição do escritor na sociedade portuguesa, no sentido que a democracia e o fim da censura representaram uma grande liberdade criativa e ao mesmo tempo uma ruptura entre a importância social do papel intelectual dos escritores no contexto democrático, quanto o rompimento do círculo intelectual que cercava o mercado editorial e as publicações nacionais.

Portugal, como membro da União Europeia, também representou uma forma de fragmentação do pensamento intelectual e da condição do ser português, bem como mudou profundamente a cultura portuguesa no final do século XX e início do século XXI. Esses aspectos influenciaram diretamente a temática dos livros dos autores portugueses e a participação ativa dos autores como pensadores do tempo histórico e da sociedade em que estavam inseridos.

Com a redemocratização de Portugal, o fim da União Soviética e a entrada de Portugal na União Europeia, o impacto na sociedade portuguesa e nas relações sociais será refletido na forma literária portuguesa e principalmente na desagregação dos autores de movimentos literários mais marcantes, como aconteceu com autores ligados à revista *Presença* ou à revista *Seara Nova* décadas antes.

É possível observar um movimento de isolamento dos autores de uma condição de intelectualidade participativa e propositiva de intervenção, como foi tão marcadamente pautada durante os anos de salazarismo. Essa espécie de desagregação entre o fazer literário e a participação intelectual ativa na sociedade é um fenômeno da literatura portuguesa contemporânea.

Em outro caminho, está o interesse permanente dos autores na ligação entre história e literatura. O romance histórico, tão debatido em nossos estudos, estaria no sentido amplo, e não apenas nos pressupostos de Lukács em seu clássico livro sobre o gênero. Ainda durante o período do Estado Novo, alguns autores retomaram fatos histórico como fontes para seus romances, em sua maioria no sentido de criticar o estado de coisas no qual se encontrava a sociedade portuguesa sob domínio fascista.

O artigo muito bem elaborado da pesquisadora Aldinida Medeiros traça um perfil desses romances históricos contemporâneos:

Portanto, a visão que se tem agora da História resulta num “novo fazer” do romance histórico e advém de um conjunto de aspectos que ganha ênfase com os teóricos do pós-modernismo. No domínio da metaficção historiográfica, o questionamento, a leitura crítica dos registros ou a ironia aos fatos assentados são a tônica para a elaboração de um mundo em parte real e em parte ficcional: o romance (Medeiros, 2014, p. 203).

A ficção contemporânea com temática histórica toma a ordem do dia nas produções literárias diretamente após o período revolucionário, e a liberdade artística mudará profundamente a temática da maioria dos autores. É como se a pauta dos romances tivesse mudado de “o país que queremos ter” para “vamos explicar por que este país é assim”.

Os quatro primeiros livros do autor foram chamados pela crítica de romances das minúsculas. Em entrevista televisa, o autor disse que pretendeu dar protagonismo ao leitor na decisão de eleger o que seria importante ou não dentro do texto. As maiúsculas, segundo ele, dão uma importância maior a algumas palavras, como nomes próprios, lugares e importâncias sociais.

Já nessa fase inicial, o autor conseguiu conquistar seu espaço na literatura portuguesa contemporânea. É claro que a estética das minúsculas chamou a atenção da crítica e dos leitores, mas a profundidade de seus romances foi o que fez seu nome despontar como um dos mais importantes escritores portugueses do século XXI.

O conceito de pós-moderno é problemático, levando-se em consideração quando o termo foi cunhado e principalmente o momento histórico em que aconteceu a ascensão da temática. Aqui optamos por dizer que a obra do autor está firmada no Portugal multifacetado após a integração europeia; o uso da história como ferramenta estilística de projeto manifesta-se desde Alexandre Herculano, e o romance português tem como característica sua vinculação histórica.

Tomamos como referência alguns conceitos da crítica elaborada por Linda Hutcheon sobre a literatura pós-moderna:

O que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado (“aplicações da imaginação modeladora e organizadora”). Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses “acontecimentos” passados em “fatos” históricos presentes. “Isso não é um refúgio para escapar à verdade”, mas um reconhecimento da função de produção de sentido dos construtos humanos (Hutcheon, 1991, p. 122).

No romance de Valter Hugo Mãe (VHM), a história não entra como tema principal ou como objetivo a ser alcançado — como ocorre no romance histórico tradicional. Embora a história nacional seja um fio condutor da narrativa, está como pano de fundo da memória subjetiva do indivíduo e de sua relação com a coletividade.

A história entra no romance português contemporâneo como ferramenta para explicar o presente, com o passado autoritário e de violências que reverberam na atualidade. A literatura torna-se fundamental para a compreensão das contradições de um país democrático que convive constantemente com os fantasmas do passado autoritário e os horrores do colonialismo. Ainda sob a perspectiva do pensamento de Hutcheon:

Portanto, o pós-moderno realiza dois movimentos simultâneos. Ele reinsere os contextos históricos como sendo significantes, e até determinantes, mas, ao fazê-lo, problematiza toda a noção de conhecimento histórico. Esse é mais um dos paradoxos que caracterizam todos os atuais discursos pós-modernos. E a conclusão que se tira é a de que não pode haver um conceito único, essencializado e transcendente de “historicidade autêntica” (Hutcheon, 1991, p. 122).

A ficção que utiliza a história social como fio condutor da narrativa não está preocupada em reescrever o discurso oficial, não se trata de historiografia como estudo científico. Inclusive, no meio acadêmico, há inúmeros trabalhos de renomados historiadores de história portuguesa, e não é essa a intenção dos autores contemporâneos de literatura portuguesa.

A profusão de autores de literatura portuguesa contemporânea com temáticas históricas comprova que a tradição do romance histórico sobre Portugal continua no século XXI. Miguel Torga, Lúcia Jorge, Sérgio Luís de Carvalho, João Aguiar, Manuel da Silva Ramos, Maria Teresa Horta, Maria João Martins, Isabela Figueiredo, entre tantos outros. Por fim, para diferenciar o romance dito pós-moderno:

São as aplicações explicativas e narrativas que a historiografia dá aos acontecimentos passados que constroem aquilo que consideramos como fatos históricos. Esse é o contexto em que a compreensão histórica pós-moderna se situa: fora das associações de progresso ou desenvolvimento iluministas, do processo idealista/hegeliano da história do mundo, ou de noções marxistas essencializadas a respeito da história (Hutcheon, 1991, p. 126).

A inexistência de linearidade da historiografia oficial é uma conquista para os estudos históricos e para a visão mais ampla do passado. O movimento pendular da história também é base para os romances históricos contemporâneos, e a fragmentação também faz parte das narrativas como ferramentas estéticas. Ainda sobre essas características, citamos um artigo de

Ana Paula Arnaut sobre o romance português contemporâneo e sua relação com o pós-Modernismo:

Da nova literatura sobressaem os seguintes aspectos: a mistura de gêneros e a decorrente fluidez genológica, num culto ostensivo e quase sempre subversivo; a insistente e crescente polifonia, em algumas situações a tocar as fronteiras do indecível, da fragmentação e da (aparente) perda de narratividade; os exercícios metaficcionais, já presentes em romances cômicos e satíricos do século XVIII, mas agora renovados em grau e qualidade e alargados da escrita da história à reescrita da História. Sublinhe-se, a propósito do modo como se processa a recuperação do passado, a imposição da paródia como elemento de fundamental importância para a deslegitimação das grandes narrativas que, num entendimento que nos parece pertinente, estendemos a códigos genológicos e periodológicos (Arnaut, 2010, p. 131).

Ao citar diversos romances da literatura portuguesa contemporânea, Arnaut evidencia que as vozes narrativas apresentam condições sociais que *a priori* deslegitimam o discurso do narrador. Vejamos o caso do Sr. António Silva, em sua condição de senilidade: em diversos momentos da narrativa, a condição mental do tempo presente será questionadora da verossimilhança do tempo passado.

Não visualizamos o romance de VHM no sentido de pós-Modernismo que se aproxima da crítica literária ocidental centrada na preocupação com linguagem, cultura e discurso. Nosso olhar teórico está firmado no conceito de ficção histórica vinculada à percepção de materialismo histórico e realismo proposta por Lukács (2010, p. 270): “a arte é uma forma particular do reflexo da realidade”. Trata-se de tomar o particular para entender a totalidade dos movimentos da história.

A escolha do autor de debruçar as digressões do protagonista sobre o passado não é simples metaficção historiográfica, visto que o texto possui um comprometimento com a realidade objetiva mesmo com o uso da paródia, isto é, mesmo com a narrativa fragmentada, não há perda do horizonte do realismo.

A narrativa do romance *A máquina de fazer espanhóis* (2016) conduz o leitor pela memória fragmentada do protagonista, e a memória coletiva de Portugal também se fragmenta pelo discurso do tempo presente. É como se VHM tivesse como objetivo estabelecer parâmetros dos acontecimentos históricos desenvolvendo os temas relacionados ao passado com uma crítica irônica e permanente a qualquer tipo de suavização do período salazarista.

Na era da pós-verdade e das notícias falsas que inundam os ambientes virtuais, a ficção torna-se uma ferramenta permanente de defesa da realidade histórica e da memória coletiva de um país. Estudar o fascismo salazarista deixou de ser objeto exclusivo dos historiadores e

críticos literários e, com a ascensão da extrema-direita mundial, o tema está no debate da ordem do dia.

VHM é um autor multifacetado, com as mais variadas temáticas em seus romances, e um traço característico, em todas as obras, é a poética inserida na prosa, como um esforço do autor para sensibilizar a narrativa, sempre deixando claro o caráter humanista de seus personagens.

Dentro do humanismo evidenciado em suas obras está o combate ao machismo estrutural, à desigualdade social, às violências das mais variadas formas e uma exaltação ao senso de pertencimento de cada cidadão português — suas obras exaltam a cultura portuguesa e seu povo sem panfletarismo.

Nesse contexto de crítica e ironia, vale destacar o título do primeiro capítulo, que deveria nomear o próprio romance: *Fascismo de bons homens*. Na atualidade conseguimos perceber aqueles cidadãos comuns que cumpririam as propostas de um regime fascista, caso voltasse.

A literatura e sua proposta emancipadora é importante para compreender os movimentos da história e as posições de classe. Dentro da narrativa de VHM, o leitor consegue perceber, durante os diálogos entre os dois Silvas, o contraste entre a visão de mundo conservadora do protagonista e a visão de mundo progressista do interlocutor, proporcionando diretamente uma reflexão do Portugal que era para ter sido se não tivesse sofrido a interrupção à democracia que duraria por mais de quatro décadas.

4.2 *Romance contemporâneo: gênero obstinado? A nação luso-ibérica e o fascismo reincidente*

O contexto de Portugal incluso na União Europeia e posteriormente o momento de austeridade econômica foram recortes decisivos para a cultura portuguesa, tendo em vista os rumos econômicos e culturais de um país introduzido no mercado europeu, somados à diminuição dos nacionalismos no bloco. Foi gerado um estado de bem-estar social que fez os portugueses pensarem na condição de serem europeus de fato.

A publicação de *A jangada de pedra* (1986), de José Saramago, amplia o debate do que seria a condição nacional dos portugueses após o fim do Império Colonial e a longa ditadura salazarista. Portugal tornou-se Estado-membro da União Europeia em janeiro do mesmo ano,

passo fundamental para o reposicionamento internacional do país, que historicamente se virou em direção ao mar, esquecendo-se intencionalmente do restante do continente.

Durante anos, Portugal alegrou-se de virar as costas ao continente e jogar-se ao mar com seu histórico de navegações e colonialismo de séculos. O país encolheu-se com o processo independentista de suas ex-colônias, mas o encolhimento, talvez, tenha sido sentido de forma mais brutal na posição de um país que se desagregou da Europa quando no continente sopravam ventos democráticos e de expansão das liberdades individuais e, de forma mais ampla, de expansão da qualidade de vida dos europeus.

A democracia implantada após 1974 exigiu dos portugueses um preço a pagar maior do que o dos cidadãos de outros países. O esforço coletivo de reconstrução dos países aliados no período pós-guerra foi amplo e irrestrito, de maneira que a população colheu os benefícios de suas economias pulsando novamente e com pleno emprego.

Portugal sofreu com o atraso de sua democracia, e o processo revolucionário que estatizou muitos setores e fez a reforma agrária foi basilar para a construção de uma sociedade mais justa do que a do período salazarista – se considerarmos que esta última, muitas vezes, foi apenas a austeridade das contas públicas com o sacrifício dos trabalhadores e pequenos comerciantes.

Essa condição econômica influenciaria diretamente a temática do romance português contemporâneo, diante dos processos migratórios dos portugueses que buscavam condições melhores em países europeus mais ricos e do processo migratório de trabalhadores do Leste Europeu buscando Portugal para terem melhores condições de vida devido ao colapso da União Soviética.

VHM vivenciou muito esse Portugal de intensas mudanças em curto período de tempo: o fenômeno do desemprego com os “retornados”, as condições de moradia precárias nas cidades industriais, o processo de implantação da moeda comum e a consequente desvalorização do salário mínimo. Tais acontecimentos econômicos e sociais mudaram o eixo da cultura portuguesa, reelaborando no pensamento de muitos os benefícios da abertura política e as consequências da esquerda no poder.

A condição periférica de Portugal em relação à centralidade do capitalismo será sentida pelos cidadãos comuns, com as ilusões despertadas em muitos sobre ser europeu antes de ser português. Era um caminho inverso ao que apregoou por tanto tempo o nacionalismo salazarista, e em muitos portugueses o sentimento de desencanto com a democracia e com o governo de Mário Soares foi grande.

O século XXI trouxe mudanças profundas para a Europa e para os cidadãos europeus. Mudanças sociais proporcionadas pelo aumento da expectativa de vida, pela diminuição da taxa da natalidade e pela profusão de novas tecnologias, como a rede mundial de computadores, alteraram as condições de vida dos trabalhadores.

Ressaltamos isso devido à escolha pelo protagonista de *A máquina de fazer espanhóis*: um idoso português representa uma parcela da sociedade importante, não apenas pelo problema social contemporâneo, mas pela forma como esse idoso participa ativamente da construção da memória coletiva de sua comunidade.

A importância do relato histórico do Sr. Silva consegue retomar o passado recente do século XX em Portugal, um momento em que o país enfrenta problemas com o bem-estar social e com o envelhecimento de sua população. O passado retomado pelas memórias do narrador demonstra uma contradição entre o jovem revolucionário que atravessa o caminho do simples barbeiro Sr. Silva e sua atitude delatora.

A decrepitude do homem idoso contrasta com a apatia da juventude. O autor posiciona um homem jovem covarde e conivente com os abusos salazaristas em oposição ao homem velho que toma para si a batalha de provar-se vivo e capaz de opor-se aos outros habitantes do asilo.

Os grandes autores do romance histórico não transportam a visão do presente para os acontecimentos do passado; eles são capazes de elaborar suas narrativas transportando o plano de ação para o passado sem postular a visão de mundo do presente para essa ação. É o que Lukács já teorizava nos seus estudos sobre a centralidade da ação e o tempo histórico ou ainda os estudos de Mikhail Bakhtin sobre o romance como gênero inacabado. Destacamos esta passagem do crítico russo:

A representação do passado no romance não pressupõe absolutamente a modernização desse passado (sem dúvida há um Xenofonte elementos dessa modernização). Pelo contrário, a representação autenticamente objetiva do passado enquanto passado só é possível no romance. A atualidade, com suas novas experiências, persiste na própria forma da visão, na profundidade, na agudeza, na amplitude e na vivacidade dessa visão, mas de modo algum deve penetrar no próprio conteúdo representado como uma força que moderniza e deforma a singularidade do passado. Porque toda atualidade grande e séria carece de uma imagem autêntica do passado, de uma autêntica linguagem alheia e de um passado alheio (Bakhtin, 2020, p. 97).

O passado representado no romance deve ser fiel à realidade desse momento histórico. É natural olharmos para o passado com os olhos do presente, tentando modernizar a história de outrora, mas é preciso compreender as forças sociais que movimentaram o passado de forma que explique o presente sem anacronismos superficiais.

O romance português contemporâneo carrega uma forte tendência de ficcionalizar a história do país, embora poucos autores consigam elaborar narrativas que representem o passado sem modernizá-lo artificialmente. A escolha de VHM em usar a memória como fonte primária da narrativa é uma opção importante, ao pressupor que o registro histórico está baseado na verdade e que as memórias individuais das pessoas envolvidas são falhas.

Quem está no poder escreve a história oficial de acordo com seus interesses ideológicos, por isso os relatos históricos individuais, na construção da memória coletiva, são importantíssimos para a estruturação das sociedades modernas. No século XXI, os movimentos neofascistas tentaram reescrever o passado e havia um movimento em curso de apropriação da história e reelaboração dos fatos históricos — daí a relevância da literatura como força estética capaz de jogar luz sobre o passado para mudança do presente.

As forças democráticas comprometidas com a verdade e com o processo histórico baseado em estudos historiográficos sérios e empenhados com as consequências das apropriações inapropriadas dos fatos do passado necessitam mostrar-se para além do discurso acadêmico, e aí reside a importância da literatura como ficção para abrangência maior do público. O historiador Jacques Le Goff evidencia isso: “Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (arquivos orais e audiovisuais) não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo que possam controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente a do rádio e da televisão” (Le Goff, 2014, p. 436).

O ato de narrar faz parte da natureza humana, e a construção da escrita está vinculada diretamente à oralidade como força motriz da vida humana em sociedade. Walter Benjamin destaca como a imprensa se diferenciou do ato de narrar, evidenciando a separação entre notícia e narração. O filósofo esclarece:

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações (Benjamin, 1987, p. 203).

A força da literatura como expressão artística encontra-se nessa capacidade de contar histórias — não é uma acumulação de notícias. O ato de narrar é complexo e envolve diversas características que elevarão uma narrativa ao patamar de literatura, incluindo-se sua permanência na cultura de um país. Ainda em continuidade do pensamento de Benjamin:

A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele.

Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver (Benjamin, 1987, p. 204).

O romancista está a serviço da narrativa, ele não é jornalista, escritor ou sociólogo e encontra-se em um patamar acima da realidade presente. É perceptível que o escritor quer propor uma reflexão acerca da realidade objetiva do presente, do momento histórico que ele vive, e no alcance de sua escrita está o poder da narrativa como forma de representação da natureza humana em determinado espaço e tempo.

O romance é um gênero obstinado por natureza; mais do que gênero inacabado, como teorizou Bakhtin, é por natureza um acumulador de outros gêneros, herdeiro da epopeia e do drama, sintetizador da condição humana e de suas contingências. A narrativa é ligada à natureza humana, ainda que as condições modernas mudem muitas das características da sociedade. No romance de VHM há uma chave importante: o narrador Sr. Silva encontra no asilo a finitude da vida, sente o sopro da morte nos corredores do Feliz Idade. Mais uma vez o pensamento de Benjamin evidencia as sutilezas do poder da narração na vida humana:

Hoje, os burgueses vivem em espaços depurados de qualquer morte e, quando chegar sua hora, serão depositados por seus herdeiros em sanatórios e hospitais. Ora, é no momento da morte que o saber é a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida — assumem pela primeira vez uma forma transmissível. Assim como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens — visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso —, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer, para os vivos em seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade (Benjamin, 1987, p. 207).

A vida no Feliz Idade é baseada na proximidade da morte, seja daqueles que partiram antes, como no caso da esposa do Sr. Silva, seja de outros integrantes do asilo, ou até no afastamento da morte, no caso no centenário do Sr. Esteves. A sabedoria do homem está ligada à finitude da vida, e essa sabedoria da aproximação da morte não é para quem dela se aproxima, é para quem escuta a mensagem narrada e conhece o impacto que ela gera na consciência humana.

Há dupla sabedoria a emanar do Sr. Silva: a sabedoria de quem sente na pele a finitude da vida e vive um luto; e a sabedoria proveniente de outro momento histórico em que a morte caminhava com os “subversivos”, tempos outros em que a morte era política de Estado e a delação substituía a narração.

A morte reafirma seu poder sobre os homens e a finitude da vida fez com que escrevessem suas aventuras e sob versos narrassem seus heróis. A chave da complexidade da narrativa é a memória, ferramenta indispensável:

Não se percebeu devidamente até agora que a relação ingênua entre ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução. A memória é a mais épica de todas as faculdades. Somente uma memória abrangente permite à poesia épica apropriar-se do curso das coisas, por um lado, e resignar-se, por outro lado, com o desaparecimento dessas coisas, com o poder da morte (Benjamin, 1987, p. 210).

A tradição oral de tantas comunidades antigas cedeu espaço para a lírica e a epopeia. Lukács definiria o romance como uma “epopeia burguesa”. A modernidade definiu mudanças profundas nas relações humanas, e o capitalismo, em sua fase industrial, promoveu os grandes deslocamentos humanos da ruralidade para a criação das cidades. Em sua fase financeira, ele foi basilar para as grandes crises econômicas, o que também gerou grandes fluxos migratórios. Por fim, em sua fase informacional, ele atinge em cheio a identidade humana.

Evidencia-se a relação direta da crise da narrativa com o capitalismo informacional. A *máquina de fazer espanhóis* (2016) é publicada após a primeira década do século XXI. Ainda no primeiro decênio, as redes sociais não dominavam o cotidiano das pessoas, mas no romance é intempestiva a importância da memória e do ato de narrar para o tempo presente e a condição humana.

A presença do romance para reflexão da identidade e memória dos portugueses é essencial. Na atualidade a fragmentação das informações, a velocidade da concatenação entre redes sociais e a acumulação de fatos fazem a narrativa em si perder seu protagonismo. Na política atual, criou-se o hábito de utilizar o termo “narrativas” para dizer que se trata de uma versão de determinado fato contrastada ao real acontecimento. Contudo, o uso desse termo em nada se aproxima do sentido original de narrativa.

O ato de contar determinada história faz parte da natureza humana, e o capitalismo na fase atual mistura propositadamente as notícias e sua acumulação de dados cibernéticos para colocar no mesmo patamar dois conceitos totalmente diferentes. Isso tem como objetivo deixar as pessoas imersas em ambientes virtuais por mais tempo, sem a capacidade de ouvir narrativas verdadeiras, as quais revelam a capacidade humana de aproximação entre pessoas, as que contam histórias e as que ouvem — no caso da literatura, as que escrevem e as que leem.

Essa ruptura atual é causa direta do declínio do espírito crítico de muitas pessoas, que tem resultados diretos na sociedade e na política mundial. A ascensão do neofascismo em escala

mundial é resultado da fragmentação direta da narrativa e de sua importância para as relações humanas: os consensos históricos acerca de acontecimentos do passado estão se perdendo, e esvai-se cada dia mais a capacidade de muitos de debruçar-se para entender determinado fato por meio de discursos comprometidos com a verdade.

A obstinação do romance está intimamente ligada ao nosso tempo presente e, mesmo depois de tantas transformações sociais oriundas do capitalismo informacional, a literatura resiste. O romance como forma preserva como característica, ainda do século XIX, a arte de elaborar uma determinada narrativa vinculada a um tempo passado. A crise da narração na atualidade é objeto de estudo do filósofo e estudioso de estudos culturais Byung-Chul Han:

O tempo está se tornando cada vez mais atomizado. Narrar, por outro lado, significa vincular. Aquele que narra, no sentido proustiano, mergulha na vida e tece novos fios entre os acontecimentos na sua interioridade. Com isso, uma densa rede de relacionamentos é formada, na qual nada está isolado. Tudo aparece repleto de sentido. É justamente graças à narração que escapamos da contingência da vida (Han, 2023, p. 72).

A vinculação que o autor cita é primordial para a vida em sociedade, e o individualismo, tão marcadamente defendido pelo capitalismo ainda no seu início e retratado por inúmeros romances no século XIX, é elevado a patamares absurdos. Basta reunir um grupo de amigos para perceber que cada um está imerso em seu *smartphone*.

O vínculo entre um e o outro é quebrado, os algoritmos criam versões das notícias para cada portador de aparelho vinculado à internet, rompe-se o fio de Ariadne que liga as pessoas de um grupo comum para estabelecimento de diálogo. A literatura contemporânea exerce papel fundamental para ligar as pessoas, estabelecer vínculos e resgatar o papel primordial de narrar.

Os estudos sobre o romance no século XX conseguem demonstrar a importância do gênero para a natureza humana e como foi possível agregar outros gêneros literários. Lukács, em seus estudos iniciais sobre o romance, sintetiza o papel do gênero e a natureza que o distingue:

O romance é a epopeia do mundo abandonado por deus; a psicologia do herói romanesco é a demoníaca; a objetividade do romance, a percepção virilmente madura de que o sentido jamais é capaz de penetrar inteiramente na realidade, mas de que, sem ele, esta sucumbiria ao nada da inessencialidade — tudo isso redundando numa única e mesma coisa, que define os limites produtivos, traçados a partir de dentro, das possibilidades de configuração do romance e ao mesmo tempo remete inequivocamente ao momento histórico-filosófico em que grandes romances são possíveis, em que afloram em símbolo do essencial que há pra dizer (Lukács, 2009, p. 90).

Esse mundo delimitado pelos romances, ainda dos séculos XIX e XX, em que há o abandono por Deus, transformou-se, no século XXI, em abandono também dos seres humanos para com os outros, e inclui-se nesse abandono até o abandonar-se de si mesmo. O romance como gênero obstinado demonstra sua capacidade de reinventar-se, mesmo em condições adversas contra a narração, não porque seja fuga da realidade, mas talvez sejam realidades sobrepostas.

O avesso do avesso, a ficção de VHM é capaz disto: ficção como se fossem duas realidades sobrepostas para reafirmar um passado que insiste em não passar e um presente que tenta retroceder por meios de mentiras que, apesar de bem contadas, não correspondem à verdade dos fatos históricos.

A aflição do abandono vivenciada pelo protagonista não reflete apenas o afastamento da família e o processo de luto. Veremos por diversas passagens do romance que o narrador posiciona os acontecimentos como se Portugal vivesse anacronicamente um luto, a perda da grandiosidade de um Império, uma nostalgia doentia de um passado autoritário em uma construção farsesca do que foi o salazarismo.

A estética do romance proporciona uma aventura do protagonista em seu percurso memorialístico, ao promover uma absorção não do seu momento presente, mas de seu passado obscuro. Mais uma vez citamos Lukács: “O romance é a forma da aventura do valor próprio da interioridade; seu conteúdo é a história da alma que sai a campo para conhecer a si mesma, que busca aventuras para por elas se provada e, pondo-se à prova, encontrar a sua própria essência” (Lukács, 2009, p. 91).

Mais do que a interioridade proporcionada pela narrativa memorialística, o romance de VHM percorre a história portuguesa que insiste em assombrar a contemporaneidade. A vida privada do protagonista envolve a vida pública de um país interdito pelo autoritarismo e, por diversos momentos na narrativa, é possível visualizar como as atitudes cotidianas de um indivíduo são atravessadas pelo regime.

Ainda no início da narrativa, cita-se a Igreja e o papel que ela exercia sobre as pessoas, sendo o casamento não apenas um contrato social, uma vez que se espera uma série de atitudes de cada cidadão em meio à inculcação ideológica proporcionada pelo Estado. O fascismo, em seu exagero capitalista, exige mais do que era normalmente exigido das sociedades liberais no início do capitalismo.

O avanço da moral católica sobre os ombros dos jovens casados leva o protagonista a casar com sua esposa seguindo todos os rituais da Igreja e ambos fazem o que é esperado pela

sua comunidade — além do matrimônio, a geração de filhos e o reto caminho do trabalho e da obediência civil.

Preocupa-nos o resgate do lema fascista do regime de Salazar: Deus, pátria e família. O resgate desse lema pelo neofascismo nos faz pensar todos os fatores que compunham a sólida base de apoio do governo, apoio que se expressava não somente pelo uso da violência. Tomar o lema como uma tríade sagrada deixava o ambiente hostil a todo aquele que demonstrasse um mínimo comportamento fora do esperado. Resgatamos o pensamento de Engels em seu texto “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”:

Segundo a concepção burguesa, o casamento era um contrato, uma transação legal, na verdade, a mais importante de todas, pois dispunha sobre o corpo e o espírito de dois seres humanos por toda a vida. Naquela época, ele de fato era consumado de modo formalmente voluntário; sem o sim dos envolvidos, não havia jeito. Porém, todos sabiam muito bem como se chegava a esse sim e quem eram os casamenteiros propriamente ditos. Mas, se para os demais contratos se exigia liberdade real de decisão, por que não também para este? Por acaso os dois jovens que deviam formar um par não tinham também o direito de dispor livremente de si mesmos, de seu corpo e de seus órgãos? O amor sexual não virara moda graças à cavalaria e, em contraste com o amor adúltero da cavalaria, o amor conjugal não era a sua forma burguesa correta? Mas, se era dever dos cônjuges amar um ao outro, não era igualmente dever dos que se amam não estar acima do direito do pai, da mãe, dos parentes e dos tradicionais casamenteiros e corretores de casamentos? Se o direito de livre exame pessoal irrompia sem cerimônia na Igreja e na religião, como deter-se diante da insuportável exigência da geração mais velha de dispor do corpo, da alma, do patrimônio, da felicidade e da infelicidade da geração mais nova? (Engels, 2019, p. 100).

No romance de VHM, embora o narrador case por amor, enfatiza os aspectos da vida social que o regime salazarista e a Igreja ditavam. É interessante pensar no texto de Engels, que enfatiza as bases da sociedade capitalista em suas origens. Na experiência fascista, além dos arranjos casamenteiros, a prole da família não é mais dedicada ao trabalho, e os filhos devem ser entregues para o Estado.

Na prática, a experiência fascista demonstrou que os filhos serviriam para a máquina de violência e de guerra. No caso português, a força da religião foi maior do que a coerção praticada pelas milícias fascistas clássicas, como no caso italiano e alemão. Em diversos momentos da narrativa, o protagonista usa expressões como “seguir a manada como carneiros”, “carneirada”.

A tradição lusitana autoritária está baseada na religião, portanto é impossível pensar no fenômeno fascista português sem a participação efetiva da Igreja e de seus expoentes no fortalecimento do regime inicial e, posteriormente, na sua longevidade. Essa força da Igreja somente começa a cair com as atrocidades das guerras coloniais. A construção do mito fascista

e sua ligação artificial à historiografia de Portugal como nação demonstraram uma permanência no senso comum da população, de modo que o fim da ditadura não conseguiu apagar totalmente essa perspectiva de unidade entre fascismo e o próprio país.

4.3 *A reminiscência nostálgica da classe média: mitologia fascista e fascismo recorrente*

Ao construir uma análise dialética da literatura, é impossível nos distanciarmos dos pressupostos teóricos do marxismo, para além do materialismo em si e de todos os pressupostos que envolvem a crítica marxista. A modernidade e o capitalismo dos séculos XX e XXI serão marcadamente problemáticos para os estudos sobre estética de modo mais amplo.

Nos diversos esforços dos pesquisadores para delimitar os grandes apoiadores dos fascistas, muitos esquecem os apoios diários ao autoritarismo e à visão de mundo fascista. A ausência de consciência de classe e as crises sob perspectivas econômicas fizeram e fazem o apoio massivo para projetos fascistas, isto é, a base principal de todos os movimentos fascistas está na chamada classe média.

A máquina de fazer espanhóis (2016) demonstra exatamente o homem comum e seu apoio ao regime salazarista, um apoio muitas vezes discreto e sorrateiro. O fascismo cotidiano era formado por sentimentos individuais sólidos, buscando no íntimo de cada cidadão os seus medos e utilizando-se das reações individuais para fins coletivos.

Os indivíduos e seus medos, quando reunidos na coletividade, formam as massas movidas pelos movimentos fascistas do século XX. O fascismo não acabou com o fim da Segunda Guerra Mundial tampouco acabou com a Revolução dos Cravos; ele permaneceu na conduta cotidiana de muitos cidadãos. Levando em consideração esse aspecto de permanência do fascismo no cotidiano do cidadão comum, vemos a grandiosidade do romance de VHM, que consegue entrelaçar os temas cotidianos da sociedade portuguesa contemporânea com o fascismo que está presente sob camadas.

As camadas do fascismo português vão sendo expostas pelo fazer literário do autor, e a escolha por um protagonista idoso tem como base dois fios condutores da narrativa: o velho isolado do presente em um asilo e o passado desse homem comum em uma sociedade sob regime fascista.

Há o contraponto entre um presente sob a democracia e o passado sob o autoritarismo, a saudade do vigor físico e da juventude transformada em uma nostalgia do regime e dos tempos

sombrios. Em artigo muito interessante, a pesquisadora Maribel Cunha evidencia a grandiosidade do autor no uso da alegoria:

Dessa forma, das glórias de outrora ao episódio da ditadura de Salazar, a máquina metafórica de Mãe apresenta o Lar da Feliz Idade não apenas como espaço em que se encontram alguns velhos amnésicos e abandonados pela família ou onde os descerebrados — pessoas em estado vegetativo — aspiram seu último fio de ar; o cerco do Feliz Idade é o espaço alegórico representado por um Portugal curvado a quase quatro décadas de ditadura (Cunha, 2019, p. 247).

A escolha de um idoso para o protagonista causa dupla consequência. Primeiro, questiona-se a sociedade atual, que recolhe seus idosos em espaços pouco acolhedores, destinados à espera da morte. Depois, expõe-se a larga memória de um homem de 84 anos imerso em um processo de luto, que viveu boa parte de sua vida em um país interdito pelo autoritarismo.

Nas primeiras 30 páginas do romance, é apresentado ao leitor o protagonista António Jorge da Silva, 84 anos, que se torna viúvo de Laura. O início da narrativa retrata a perda da esposa e de imediato sua internação no asilo ironicamente chamado de Feliz Idade. António é pai de dois filhos: o filho que mora na Grécia e nem se despediu da mãe e a filha que o colocou sob os cuidados do asilo.

Abandonado pelos familiares — é assim que se sente o Sr. Silva. Em um processo de tristeza, fica um tempo sem falar com os demais idosos e trata mal o médico e os funcionários responsáveis. O luto é duplo: perdeu a esposa e perdeu o contato familiar diário, além de perder-se na busca de memórias para apagar o presente que se lhe apresenta de forma dura e impiedosa. A primeira reflexão sobre o ato de narrar e a importância da liberdade:

não tenho muita vontade de falar, sabe, senhor, estou um pouco nervoso, respondi. não se preocupe, continuou, a conversa é mais para o distrair e, se ficar distraído sem reação, também não lhe levo a mal. é o que faz a liberdade, acrescentou. um dia estamos desconfiados de tudo, e no outro somos os mais pacíficos pais de família, tão felizes e iludidos. e podemos pensar qualquer atrocidade saindo à rua como se nada fosse, porque nada é. as ideias, meu amigo, são menores nos nossos dias. não importam. as liberdades também fazem isso, uma não importância do que se pensa, porque parece que já nem é preciso pensar. sabe, é como não termos sequer de pensar na liberdade. é um dado adquirido, como existir oxigênio e usarmos os pulmões. não nos hão de convencer que volte a censura, qualquer tipo de censura, isso seria uma desumanidade e agora somos europeus. qualquer iniquidade do nosso peculiar espírito há de ser corrigida pela europa, para sempre. isto é que uma conquista (Mãe, 2016, p. 25).

Não possuí muita vontade de falar, o que contrasta com os tempos de censura, quando pensar já demonstraria muita coragem. Falar é um ato de coragem para o idoso que tenta contar

sua história — nesse caso, dupla coragem. Primeiramente, por expor suas fraquezas atuais e no avançar da narrativa o leitor saberá das fraquezas do passado. O narrador questiona se a liberdade delimita as ideias e, ironicamente, a polícia política servia para reprimir quem pensava diferente.

O fluxo narrativo é posicionado nesse vaivém constante entre presente e passado, com pensamentos insanos do presente, mas também de um passado que teima em ser revivido. Surgem atos cometidos pelo Sr. António que martelam em sua mente e recriam momentos históricos do salazarismo e a rotina de um homem comum durante esse período. O luto é o caminho a ser percorrido, intenso, e o narrador expõe sua dor:

com a morte, também o amor devia acabar, ato contínuo, o nosso coração devia esvaziar-se de qualquer sentimento que até ali nutrira pela pessoa que deixou de existir. pensamos, existe ainda, está dentro de nós, ilusão que criamos para que se torne todavia mais humilhante a perda e para que nos abata de uma vez por todas com piedade. e não é compreensível que assim começa. com a morte, tudo o que respeita a quem morreu devia ser erradicado, para que aos vivos o fardo não se torne desumano. esse é o limite, a desumanidade de se perder quem não se pode perder (Mãe, 2016, p. 35).

O homem velho que perde sua esposa também perdeu sua liberdade, então, ao mesmo tempo, é um duplo luto. Isso porque não deixa de nutrir sentimentos por aquela com quem compartilhou uma vida inteira, e ficar preso em um asilo à espera de que a morte também o venha buscar é um ardiloso caminho.

que se fodam. que se fodam os discursos de falsa preocupação dessa gente que sorri diante de nós mas que pensa que é assim mesmo, afinal, estamos velhos e temos de morrer, um primeiro e o outro depois e está tudo muito bem. sorriem, umas palmadinhas nas costas, devagar que é velhinho, e depois vão-se embora para casa a esquecerem as coisas mais aborrecidas dos dias. onde ficamos nós, os velhinhos, uma gelatina de carne a amargar como para lá dos prazos. que ódio tão profundo nos nasce. como incrivelmente nos nasce alguma coisa num tempo que já supúnhamos tão estéril (Mãe, 2016, p. 38).

A falsa preocupação do presente contrasta com o excesso de vigilância do passado. Durante a narração de suas memórias, o Sr. Silva usa da ironia por diversas passagens, ao citar a vida sob o regime salazarista e os excessos do Estado ao controlar a vida particular das pessoas.

o lar não suporta mais do que setenta e três pessoas, e, para que uma entre, outra tem de sair. a saída é dolorosa mas rápida. rodam-se alguns velhos pelos quartos fora. eventualmente um que esteja acamado vai para ala esquerda, já muito vizinho dos mortos, e outro encontrará de novo no quarto vago com vista para o jardim. é frequente que os que sobrevivem chorem diante das portas dos quartos, sabendo que no interior já não estão os anteriores inquilinos. é frequente que, nas primeiras semanas, alguém

rejeite o novo residente, como se a urgência de este entrar operasse no cosmos uma pressa em tirar a vida ao outro, e é como se isso fosse culpável (Mãe, 2016, p. 42).

O processo natural de envelhecimento é encarado pelos habitantes do asilo de formas diferentes, e a sensação de abandono e até mesmo a empatia entre os internos são evidenciadas por um protagonista problemático. O Sr. Silva tenta resistir ao contato social que faz parte da natureza humana, e a tentativa de resistência inclui o ato de ignorar os outros idosos e até mesmo calcular mentalmente os mais próximos da morte.

Até mesmo o espaço físico é objeto de análise do protagonista: em um cálculo mental, ele tenta adivinhar quem seriam os próximos eleitos pela morte para esvaziarem seus quartos. É uma espécie de corredor da morte, de condenados não por crimes do passado, mas por serem um fardo para os familiares no presente. A rotatividade de internos gera desconforto naqueles que acreditam estarem prejudicando os negócios do asilo caso fiquem por longo período, de modo que os idosos passam a acreditar que há um mecanismo de morte programada.

A fragmentação familiar do presente do Sr. Silva se contrasta com seu passado, a união com sua esposa e o início de seu núcleo familiar, nos momentos em que ele ironiza a posição da Igreja e a religiosidade sobre a vida dos portugueses na época do salazarismo. Trata-se de dupla ironia, porque, no momento de liberdades individuais plenas e de uma vida social sem perseguições, ele é excluído de sua liberdade e do convívio familiar:

eu queria que a elisa e o meu genro se sentissem rejeitados como eu me sentia, claramente, se alguma memória má me traziam as suas presenças, era só a lamentável ideia de se terem empenhado, com fortunas e subornos, para que eu, num espaço de tempo recorde, fosse já um alívio em suas vidas, atarefadas com o social mais volátil e oportunista. corri, no entanto, para a minha janela e disfarcei-me como pude atrás das portadas para vê-los em redor do carro à espera de ordens para uma ou outra coisa. eu disse ao doutor bernardo que estava num profundo choque e ele confirmou. vai ter de soltar a sua raiva, senhor silva, estamos aqui para ajudá-lo. a elisa deve ter ouvido tal desculpa e levou a mão à cara num gesto de alguma dor. vi-os partir. sentei-me numa cadeira pensando que talvez quisessem visitar na semana seguinte, mais sete dias decorridos, e que talvez eu não resistisse mais sete dias sem os ver ou sem chorar (Mãe, 2016, p. 50).

A raiva contida por algum momento não se esvai de toda, e a posição de ressentimento do Sr. Silva se transformará em uma aceitação de fachada, que por dentro o corrói. Alimentado pelos sentimentos de rancor e até mesmo ódio, a narrativa consegue estabelecer uma contradição que perseguirá o protagonista: os tempos de ódio do passado fascista são retratados muitas vezes com saudosismo, enquanto a vida democrática do presente e os tempos de paz são ruins. Afinal, o que os tempos democráticos trazem para o idoso é uma vida de abandono e completamente oposta aos tempos autoritários.

É irônico pensar que, no momento histórico de liberdades, ele esteja preso:

naqueles primeiros tempos eu não me acalmava com coisa alguma. ficava maligno por dentro a embater contra as paredes do meu cérebro. algo me impedia de reagir, uma qualquer educação, a memória da elegância da laura, o delicado toque da sua mão no meu cabelo como a dizer-me, antônio, tem calma, isto vai resolver-se. mas contra mim, interiormente, investia impiedosamente, como se lá dentro houvesse um precipício e eu me empurrasse exaustivamente à espera de poder tombar pelo seu esquecimento abaixo. e se fosse possível que me matasse só assim, pensava eu, aqui sentado entre velhos a perderem o juízo e sem sinal de alarme. seria decente que cada um de nós tivesse um dispositivo de expiração instantânea que nos pudesse anular para sempre da existência sem retorno nem remorso. eu segurava a mão do américo, na verdade, e ele deixava-se comigo um segundo mais e era como eu achava que as minhas forças se esgotavam. segurava a mão dele e era ínfimo o gesto mas tremenda a energia, julgava eu que suficiente para, pela raiva tão grande, punir o imbecil do meu coração que permanecia batendo à revelia dos meus mais dilacerantes sentimentos. o américo depois largava-me a mão e dizia, não se preocupe, senhor silva, vai ficar bem (Mãe, 2016, p. 51).

A revolta justificada do protagonista contra sua família contrasta com a impotência dele diante dos fatos e a paciência do médico responsável pelo asilo. O narrador intempestivo demonstra desde o início que não é um velhinho bonzinho e inocente, de modo que o leitor conhece as sombras que envolvem a personalidade do Sr. Silva, que representa um risco para os outros internos.

durante os meus pesadelos imaginava-me num dos quartos da ala esquerda a babar sobre os lençóis e a ver dezenas de abutres voarem no céu diante da janela. a máscara de oxigênio tapava-me a boca e eu não podia gritar. queria pedir que fechassem as portadas antes que os pássaros entrassem e me tomassem por morto. subitamente debicavam-me o corpo e eu ia permanecendo vivo e, até não ter corpo nenhum, a consciência não me abandonava. eu agoniava por achar que a morte não dependia do corpo, condenando-me a padecer daquela espera para todo o sempre. o estupor do corpo já desfeito e a morte sem o perceber, sem fazer o que lhe competia por uma crueldade perversa que eu nunca previra (Mãe, 2016, p. 52).

Os abutres do sonho do velho representam a morte à espera dele e dos outros idosos, e veremos, com o avanço da narrativa, que não é apenas a morte natural que espera pelos “inocentes” velhinhos do Feliz Idade; a morte provocada por um interno também ocorrerá. Em meio às dores do luto e à negação da sua nova condição, o Sr. Silva começa a observar os outros internos e narra a cena da Dona Marta:

sentei-me com o senhor pereira e ele explicou-me que a dona marta era casada com um homem 12 anos mais novo e que a ida dela para o lar abria caminho para que ele lhe tomasse a administração dos bens e os gozasse sem se preocupar com voltar. ela ficava ali perante o américo como ainda uma noiva. a cometer o erro de acreditar no marido uma outra vez. porque acreditava, mesmo ao fim de dois anos sem uma linha, que ele voltaria com uma desculpa de mérito, ainda precisando do carinho dela e feliz pelo reencontro. assim é o amor, uma estupidez intermitente mas universal. toca a

todos. o senhor pereira entristecia-se e eu ficava egoísta achando que a minha desgraça era bem maior (Mãe, 2016, p. 54).

Enquanto o protagonista, apesar de ter sido colocado no asilo, ainda recebe visitas, a outra interna foi abandonada pelo marido e ainda é vítima dos abusos financeiros do homem. A idosa alimenta a esperança de receber notícias dele, e a espera por uma carta é marcada pela decepção. Enquanto o Sr. Pereira fica triste pela interna, o Sr. Silva reage de forma inesperada:

eu tinha que fazer alguma coisa. repetia aquele apelo rouco, venho falar-lhe do amor, preciso de lhe falar do amor, da minha mulher, de como fiquei sozinho me quero ir embora, e ela gemia sempre, gritando sob os cobertores coisas abafadas que ficavam em surdina e serviam para me deixar confuso e com medo. parecia que o impasse se adensava pelo lado mais impossível de resolver. como se viesse a ser mais complexo, mais exigente para com a minha dificuldade em pensar, em estar certo de que existia justiça naquele meu desespero de a procurar e querer trazer do silêncio uma pacificação. e sem saber o que fazer, fiz o pior. bati-lhe três vezes com a mão através dos cobertores. três pancadas fortes que se amorteceram na espessura das roupas de cama, e que foram suficientes para que ela ficasse imóvel. petrificada com a agressão. o silêncio foi profundo de seguida, como casmurrantemente recusando-se a permitir um diálogo satisfatório. o silêncio tombou sobre nós como pedra sepultando para sempre a oportunidade de nos entendermos (Mãe, 2016, p. 55).

Aquele quem vem falar de amor expressa a violência nua e crua contra uma colega interna idosa. O ataque do suposto sonâmbulo demonstra a maldade do narrador e revela que ele não é apenas um idoso inocente e incapaz em suas faculdades. A memória recente fragmentada contrasta com a memória distante dos anos de salazarismo, e ele expõe detalhes de um acontecimento que o marcara por toda a vida. Durante a manhã:

senti o fresco dos lençóis nos meus pés grandes e não me lembrei, nem mesmo vagamente, de me ter levantado às três da manhã. naquele momento, cheguei a dizer, pobre coitada, se tivesse pedido ajuda eu teria ouvido. dormi muito mal e até acordei várias vezes. o américo sorriu e respondeu que o doutor bernardo já a tinha levado para o hospital. não podíamos fazer mais do que esperar para saber o que se passara. no salão dizia-se que tivera um ataque do coração fosse pequenino e tivesse por ali guardado um maior, um grande que não tivesse a usar por algum motivo. e eu, ingenuamente, voltava a perguntar, mas isto já lhe aconteceu antes ou foi a primeira vez (Mãe, 2016, p. 56).

Após Dona Marta retornar para sua rotina normal após a agressão sofrida, o Sr. Silva finge para os outros que nada fez e ainda usa da ironia ao descrever mais uma chegada do carteiro e a ansiedade da velhinha diante da possibilidade de receber uma carta.

O Sr. Silva decide receber a família após alguns dias e, com amargura, descreve o momento em família:

passados vinte e três dias, a elisa e o meu genro vieram visitar-me. traziam os meus netos, o miúdo e a miúda, e eu senti que já não poderia adiar mais o encontro. assim que entraram no meu exíguo quarto, as portadas abertas para mostrarem que vivemos em profunda claridade, fizeram fila no correr do roupeiro e permaneceram esticados de gala, todos adominguados para me verem e eu imaginava bem a elisa a dar ordens precisas sobre isso. quero-vos arranjados porque vamos ver o avô. e eu senti-me um idiota por ter julgado algum dia que as suas visitas iam ser constantes, coisa do quotidiano, para que eu acreditasse ainda na união da família. que idiota fui, de fato, assumindo ali diante deles que se punham embonecados no disparate de acharem que assim devia ser para irem ver quem outrora viam todos os dias. Era como transformarem-me num passeio aborrecido, igual a meterem-se no obsoleto jardim zoológico e obedientemente não alimentarem os animais, porque lhes estragariam a dieta e os ajudariam a adoecer (Mãe, 2016, p. 60).

Nesse pequeno trecho o leitor consegue ser despertado por compaixão diante da situação do Sr. Silva, constatando que esse mesmo violento idoso também é vítima, à luz do questionamento que ele posiciona sobre não ser mais o avô, mas apenas um passeio aborrecido para os netos. Não era um encontro familiar, e sim uma espécie de protocolo a ser seguido, em um prazo delimitado para tal ato.

desde que meu filho partiu para a grécia, metido lá para atenas a dar aulas numa universidade, subiu-lhe à cabeça um certo estatuto antigo. ficou de filosofia cara e não o vi nunca mais. tinham passado seguramente três anos sem que ele viesse a portugal e, depois de ter escolhido não vir ao funeral da mãe, era um filho sepultado para mim. o desrespeito pela laura era insuportável e eu não aceitaria nunca que um filho nosso poupasse uma quantas moedas num momento como aquele (Mãe, 2016, p. 62).

O Sr. Silva se refere ao comportamento do filho como imperdoável, a despeito de ele mesmo ter cometido ações imperdoáveis não somente contra a colega de asilo, uma vez que o passado do protagonista é tão obscuro quanto as palavras do presente. A dureza de sua fala contra o filho explica a forma como aconteceram os fatos da memória mais distante: o velho duro de agora foi o jovem duro do passado.

É irônico o tratamento que o idoso dispensa para com o filho; a mágoa acumulada dele se transforma em ódio, e ele demonstra sua raiva diante da filha Elisa e dos netos, em sua violência verbal:

dizes ao teu irmão que se mate, mas que nunca se atreva a aparecer-me aqui. os meus netos apertaram-se. saíram devagar da nossa beira. a miúda seguramente para chorar. e eu gritei, vão-se embora daqui todos. o américo veio acudir-me e, mais uma vez, viu-me furioso atirando o candeeiro novamente ao chão e disposto a finalmente enlouquecer. estou aqui, senhor silva, eu estou aqui. não me deixes sozinho, rapaz, acho que estou a ser atacado, alguma coisa me ataca, querem fazer-me mal. acreditei que vinha gente desconhecida pelos meus ouvidos adentro, cabendo pelos meus ouvidos adentro. e o américo quase me abraçava, eu repetindo, estão a entrar pelo som, andam nas vozes da pessoa e depois não temos como impedir que nos invadam.

e ele dizia, é só o medo, senhor silva, não é gente, é o medo que se põe com maneiras de o apanhar. não vamos deixar que isso aconteça (Mãe, 2016, p. 62).

A fala do funcionário do asilo Américo é interessante: no momento em que o velho demonstra fúria com a filha, ele aparenta medo e perde-se em suas falas e pensamentos; ao tentar consolar o idoso, o funcionário diz tratar-se do medo. Contudo, o medo do presente difere muito do medo do passado.

O medo, no presente, não se compara ao medo do passado, pois o medo do idoso na condição de interno em um asilo não se aproxima em nada do medo dos presos e torturados da época salazarista. O fantasma do passado que ronda o presente do Sr. Silva deixa marcas em seu estado de espírito, sempre reativo ao que acontece no seu cotidiano dentro do Feliz Idade.

VHM insere em seu romance uma passagem muito interessante para quem se propõe a estudar a literatura portuguesa do século XX. Há um interno no asilo chamado Esteves, um velho centenário que corresponde ao citado no famoso poema de Fernando Pessoa, *Tabacaria*.

O idoso é apresentado pelo Sr. Pereira para o protagonista Sr. Silva:

ó esteves, conta aqui ao senhor silva como foi que te meteste num poema do fernando pessoa. o homem arregalou os olhos e riu-se respondendo, isso já toda a gente sabe, já o contei mil vezes, e o senhor pereira insistiu, mas o senhor silva não sabe e nem sequer está a acreditar em mim, não vou passar por mentiroso. ai que treta, disse eu, este lar está cheio de velhos tolos. pus-me para diante na cadeira, a encarar o velhote com uma antecipação enorme e ele atirou-se para dentro dos meus olhos e confirmou, sim, é verdade. eu vivia em lisboa e ia sempre àquela tabacaria. é verdade sim. os meus ouvidos afundaram incrivelmente no insondável da cabeça e eu fiquei só a ver aquele rosto. O rosto de um homem com mais quinze anos do que eu, sorridente, aberto, limpo ao mesmo sol que nos cobria, e era como se o próprio maravilhoso genial lindo fernando pessoa ressuscitasse à minha frente, era como dar pele a um poema e trazê-lo à luz do dia, a tocar-me no quotidiano afinal mágico que nos é dado levar. era como se alice viesse do país da fantasia para nos contar como vivem os coelhos falantes e as aventuras de faz de conta. eu voltei a ouvi-lo dizer, mas eu tenho muita metafísica, isto de os poetas nos roubarem a alma não é coisa decente, porque aquilo da poesia leva muita mentira. Sorri, sorri verdadeiramente como nunca até ali naquele lar. e o senhor pereira olhou para mim radiante e afirmou num triunfo, isto sim, agora, é o lar da feliz idade (Mãe, 2016, p. 66).

O autor insere Fernando Pessoa dentro da narrativa por tabela, sendo a presença do Sr. Esteves ponto axial para haver uma defesa da poética na sua singela e breve referência ao poema *Tabacaria*. O sentimento de proximidade da morte vivenciado pelo protagonista vai ao encontro dos versos do famoso poema — talvez um dos poemas mais conhecidos. Vamos a um verso que sintetiza o que vivencia o Sr. Silva: “Estou hoje lúcido, como se estivesse para morrer” (Pessoa, 1996, p. 84).

A lucidez que o poeta cita talvez seja diferente da sentida pelo protagonista: O Sr. Silva possui diversos momentos de insanidade e, quando se refere à poesia e à força da figura de Fernando Pessoa, é como se o ambiente do Feliz Idade mudasse completamente. Ele cita que essa era uma grande novidade para quem se sentia quase morto e questiona o Esteves da tabacaria:

e eu pedi apenas mais uma vez, não me engane, homem, diga-me a verdade, conheceu o fernando pessoa. e ele respondeu, é como lhe digo, senhor silva, conheci, era eu um moço novo longe até de saber que aquele seria o nosso grande poeta. a vida tem destas coisas, quando não esperamos mete-nos numa grande história. bem, ou num grande poema, que também acaba por contar uma história, ou não é (Mãe, 2016, p. 67).

Em um ambiente de ócio, regado à espera da morte, o relato do Sr. Esteves movimentou o asilo. Aqueles que já se encontravam inconscientes são tragados pela morte de forma não natural: um incêndio ceifa três vidas:

no andar de cima, na ala dos já descerebrados, aqueles que não fazem nada, senão esperar a hora de se entornarem janela abaixo para o cemitério, houve um incêndio. um fogo rápido que parecia vir das paredes, bocas nas paredes a cuspirem pequenas chamas como água a ser deitada, e morreram três pessoas. eu não percebi nada. caí no sono fundamente e não acordei com o fogo. acordei depois. quando se confundiam as pessoas pelo corredor comentando sustos e alguns velhos choravam num medo contínuo. quando subitamente, numa fração de segundo, o próprio esteves passou diante da minha porta dizendo, é uma tragédia, é uma tragédia. acordei assim, às quatro ou cinco da manhã, com a voz atormentada daquele homem anunciando uma tragédia (Mãe, 2016, p. 70).

A realidade se impõe para o protagonista, o luto que ainda sente pela perda de sua Laura dá espaço para a morte que bate à sua porta, mas não por meio de um processo depressivo em que ele aguarda a própria morte, tendo em vista que chega perto a morte violenta. Essas mortes não naturais exerceram nele uma mudança de perspectiva. Os internos passam a se questionar se o asilo precisava abrir vagas e por isso o incêndio seria proposital, para desocupar leitos:

têm de despachar estes velhos. Tome tento no que lhe digo, eles têm de despachar estes velhos para meterem aqui outros com maior pagamento. muitos destes velhos perdem as fortunas e ficam abandonados, não vai ser por caridade que alguém lhes enfia os tubos para respirarem e lhes muda os lençóis. calámo-nos. alguém andava no corredor. parecíamos putos nos livros de aventuras em colégios internos. tínhamos um crime em mãos, mas não podíamos confiar em ninguém. que absurdo. e eu ainda disse, senhor pereira, você ainda tem menos juízo do que eu. e ele abanava a cabeça negativamente e respondia, não seja tolo, senhor silva, não seja tolo, que eles aqui ficam todos à espera que não pensemos, mas se deixarmos de pensar estamos enterrados (Mãe, 2016, p. 71).

VHM consegue trazer a memória recente de Portugal nos detalhes de sua narrativa. Um exemplo é o fato de, com humor, ele descrever uma interna do asilo que possui em seu quarto um pôster de um jogador de futebol famoso dos anos de 1970. O capítulo é intitulado *Teofilo Cubillas*, nome do jogador peruano que jogou pelo time do Porto de 1974 até 1976 e foi comparado muitas vezes ao Pelé. Dona Leopoldina utiliza fala preconceituosa contra os policiais que investigam o incêndio, chamando-os de “benfiquistas” — a rivalidade entre os times do Porto e Benfica foi sempre marcante.

Dona Leopoldina tinha muitos ciúmes do seu pôster, não por ser fanática por futebol, mas por ter tido um romance com o jogador. Essa inserção de Cubillas faz referência indireta à Revolução dos Cravos:

a dona Leopoldina não percebia nada de futebol e não distinguiria um jogador de outro, mesmo que um fosse portista e outro benfiquista. a dona Leopoldina sorria porque se lembrava do dia 8 de Março de 1974, quando chegava a casa numa noite já tarde, e um homem num carro bonito passou tão perto. era um jovem, sim, já ela mais velha do que ele uns quinze ou vinte anos. mas ele estaria desaustinado de força naquela noite, como um bruto animal a precisar de magoar ou ser magoado. meteu conversa com ela e esta disse-lhe incrivelmente que era solteira, virgem, que sonhava com um homem desde pequena e que vira o tempo correr sem que brotasse do desejo um corpo tangível, ninguém. Teofilo Cubillas subiu com a solitária mulher as escadas estreitas de uma casa grande. passou ali umas horas em que, além de sexo, lhe falou num português esquisito sobre como era vir do Peru para um país chamado Portugal sem que nenhum dos dois suspeitasse o fim da ditadura por ali tão perto. Ela lembrava-se de lhe dizer que seria excelente a democracia, ainda que viesse só para os homens. era uma ideia razoável de quem fora sempre mulher e nunca percebera o mundo longe dos desígnios falocráticos de uma sociedade tão musculada (Mãe, 2016, p. 77).

Uma memória tão pessoal da idosa esbarra na história do país: o encontro da jovem Leopoldina com o famoso jogador antecede em um pouco mais de um mês a Revolução dos Cravos. O relato nostálgico da senhora contrasta com o presente, que era para ser tão feliz quanto o passado. A nostalgia dela em particular dá-se por conta da juventude e das horas de amor, não pelo regime autoritário em que vivia, e ela deixa claro que a democracia seria melhor, mesmo que não fosse completa. A genialidade do autor está nos mínimos detalhes, até na simples criação de um adjetivo para se referir ao machismo: “desígnios falocráticos”.

no corredor, todos espreitando portas a abrir e fechar, algo a medo, passavam vezes sem conta os policiais. Jaime Ramos e Isaltino de Jesus e mais uns quantos que vinham de todos os lados e andavam à procura de algo que justificasse serem tantos, como se a quantidade fosse requisito para manter os velhos mais calmos e garantir-lhes uma piedosa qualidade de vida. um dos velhos mais metedizos era António Jorge Silva (Mãe, 2016, p. 78).

O clima de medo dos integrantes do asilo contrasta com a coragem do Sr. Silva ao travar conversa com os policiais e dizer-lhes que não tinha espaço para mais velhos no asilo, como a insinuar que a morte dos velhos não teria sido acidente, e sim provocada. Os dois policiais ouvem o idoso, mas não o respondem, por acreditarem se tratar de mais um senil habitante do Feliz Idade.

Em continuidade da narrativa, o próximo capítulo traz a história do Sr. Esteves, o mesmo citado no poema de Fernando Pessoa. A memória do jovem Esteves, que veio do interior para trabalhar na capital Lisboa, data do ano de 1928. Em seu relato:

ele sabia o nome do poeta, sabia que era dos escritórios, sempre apumado de fato e chapéu muito melhor do que o seu. estava aquele pessoa pela tabacaria de vez em quando, com um olhar pelos jornais muito perigoso, como um olhar de caça por sobre as palavras, como se ali nas tintas postas naqueles papéis pudessem estar coisas que realmente lhe diziam respeito e matariam uma qualquer fome. João Esteves não fazia ideia do que seria. imaginava, embora sem pensar muito nisso, que os homens dos escritórios se interessavam por tudo porque tinham cultura para tudo e talvez gerissem interesses e, certamente, aquilo havia de fazer com que ganhassem dinheiro, porque a vida se dividia muito claramente entre fazerem por se sustentar e não fazerem coisa nenhuma. os do escritório, com corpos moles de quem não mexia em nada, mexiam muito com a cabeça. eram cultos e valiam para coisas invisíveis muito diferentes de andar nas lojas a carregar as caixas e a subir às estantes mais altas onde a delicadeza dos mais fracos se desequilibrava (Mãe, 2016, p. 82).

Ficcionalizar o famoso poeta Fernando Pessoa não é novidade na literatura portuguesa contemporânea: Saramago assim o fez em *O Ano da morte de Ricardo Reis* (2017), e os heterônimos do poeta exercem um fascínio até os dias atuais. A tímida citação dentro do romance faz parte da intenção de VHM de inserir signos importantes da literatura portuguesa como uma espécie de homenagem.

O autor também o faz quando nomeia um dos investigadores do incêndio como Jaime Ramos, nome do personagem do autor português Francisco José Viegas, em diversos romances policiais em que o policial protagonista é integrante da Polícia Judiciária do Porto. Assim, a narrativa continua a citar o poeta:

um dia mais tarde, não muito depois, João Esteves entrou na tabacaria e o senhor Alves demorou-o um minuto mais. apenas um minuto. disse-lhe que aquele Fernando Pessoa que ali costumava ir escrevinhava uns poemas, de vez em quando, e que o pusera aos dois num texto. disse-mo mas não mo mostrou, comentou o homem. e depois acrescentou, eu até gostava de o ler, mas ainda não o convenci, não se anda a fazer aquelas revisões, que um poema ainda amadurece com cuidado (Mãe, 2016, p. 83).

Não importa se a história do Sr. Esteves é verdadeira, a inserção de Fernando Pessoa na memória do idoso centenário conta um pouco do que seria o processo criativo do famoso poeta, ao mesmo tempo em que o idoso menospreza o papel do poeta na sociedade:

fernando pessoa, pensou joão esteves, um nome de escritor. e depois ponderou que o poema, coisa sobre que não percebia nada, havia de ser uma porcaria sem interesse. olhou em redor, viu a confusão em que se tornara a tabacaria, aquele desarrumo e o aspecto feio do dono, e viu como dali não se via nada de particularmente belo, como haveria um poema de ser belo escrito a pensar naquilo (Mãe, 2016, p. 84).

Para que serviria um poema? Para que serve a literatura? O centenário Sr. Esteves não compreende a figura pública de Fernando Pessoa, muito menos o que seria um heterônimo. O idoso de cem anos não sabe quem é Álvaro de Campos, aquele quem assina o poema, mas em sua suposta memória ele reflete sobre a ausência de beleza da tabacaria que inspira o poeta.

A beleza da poesia está em transformar o feio em belo, o triste em alegre, pois a visão de mundo do poeta difere da visão de mundo do homem comum. VHM consegue provocar no leitor o pensamento sobre qual seria a posição do artista na sociedade.

estavam os homens a pintar e a arranjar de todos os modos os dois quartos que haviam ardido no andar de cima e andava o senhor pereira com uma pombinha na mão a divertir-se como o mais idiota dos putos. chegava-se às velhas e mostrava-lhes o que ali levava, tão perverso, e dizia, olhe, vou comer-lhe a pombinha. era tão infantil quanto inacreditável, as velhas dividiam-se entre as que se riam e as que se enfureciam, todas zangadas a levantarem bengalas no ar (Mãe, 2016, p. 87).

A comicidade desse momento da narrativa se contrasta com a visita do Sr. Silva ao cemitério, quando tenta visitar o túmulo da esposa e não consegue. O uso da palavra “pombinha” tem duplo sentido, visto que o termo se refere também ao órgão genital feminino, em uso metafórico, por isso as velhinhas do Feliz Idade demonstram diferentes reações.

A narrativa tragicômica desse momento, chegando ao final do capítulo, contrasta-se com o que virá no próximo, intitulado *Herdar Portugal*. Que país foi herdado por aqueles que vivem o século XXI em terras lusitanas?

A alegria infantil do Sr. Pereira e suas brincadeiras linguísticas se diferem muito da tristeza enlutada do Sr. Silva, que não carrega a tristeza somente por conta do luto ou do abandono; suas pequenas raivas demonstradas no início da narrativa são pontas de uma raiva profunda que se encontra nos mais recônditos espaços de sua memória.

A memória individual do protagonista dá espaço para a memória coletiva, e a viragem do romance está nesse capítulo. *Herdar Portugal* seria também herdar a história fragmentada de

um povo que insiste em ser levado pelo sebastianismo, que trata seu passado sombrio com orgulho e que insiste em atenuar as trevas que fizeram a sua história.

VHM coloca a voz de um velho sem filtros para exacerbar um discurso nostálgico do salazarismo: as “viúvas” de um Salazar que insiste em permanecer na voz de parcela da população são os fantasmas do passado rondando o presente.

4.4 *As fantasmagorias do mundo dos velhos: personagens entre o passado conservador e o presente transtornado*

Há uma característica comum às pessoas idosas, um sentimento que ronda aqueles que se aproximam naturalmente do fim da vida: nostalgia. Seguindo o conceito de dicionários, é um sentimento de melancolia causado por uma saudade de um local, fato ou tempo vivido.

A nostalgia é um sentimento muito comum em um asilo, onde a tristeza se aprofunda com o abandono da família perante quem cuidou dela no passado. Por motivos óbvios, a saudade de tempos passados faz parte da rotina de todos aqueles que passam a conviver com os internos de qualquer asilo.

No Feliz Idade há uma nostalgia diferente, uma nostalgia pertencente a um passado coletivo, uma melancolia ligada à comunidade, certa tristeza que liga muitos portugueses e que também os separa. De acordo com a visão de mundo de cada um, na narrativa de VHM há diferentes tipos de cidadãos portugueses e diferentes memórias de um mesmo tempo.

O discurso do protagonista é o mais forte, é a visão de mundo do Sr. Silva que são os olhos debruçados sobre o passado e assim ele inicia a descrição de sua vida no período histórico que é objeto de nossos estudos:

nós fizemos tudo pela igreja porque as convenções, à época, eram muito mais rígidas do que aquilo que frescura da nossa juventude nos permitia almejar. ainda nos marcavam as heranças castradoras de uma educação com idas à missa, mas, sobretudo, uma dificuldade em cortar com o que os outros esperariam da nossa conduta. de todo o modo, a Laura descobriu rapidamente aquele gozo universal das noivas, aparecendo de branco e deslumbrante entre folhos e camada de tecidos como um bolo feliz, dando o braço ao pai e percorrendo o caminho até o altar no sorriso mais fascinado de todos. e depois dissemos que sim e assinamos tudo com alguma aceleração (Mãe, 2016, p. 93).

A lembrança do casamento é interessante do ponto de vista de que o narrador evidencia como as convenções eram mais rígidas, os tempos eram mais rígidos em diversos aspectos,

sendo a religiosidade católica um fato não apenas social, mas sobretudo político. A educação social estava baseada na agenda da Igreja, não somente nos calendários vinculados aos santos, mas nas idas às missas e, acima de tudo, no comportamento esperado de cada homem e mulher portugueses.

Salazar entra no discurso de memórias do Sr. Silva, assim como entrará em tudo que se lembre daqueles tempos, até mesmo ao se falar de futebol:

ainda hoje ouço os velhos comentarem que o paizinho fez tudo para que o benfica personificasse a glória da nação. era como ter um exército do desporto, uma seleção, pois, que fora constituída e adotada por coração depois do erro que fora esperar do sporting tal coisa. o regime orgulhava-se do plantel com as importações africanas, quando ainda a europa não percebera vantagem em ir buscar negros para reforço das suas equipas. e todas as pessoas passaram a ser benfiquistas encurralados, o que significava que eram benfiquistas porque a oposição já não era nenhuma e todos queriam adorar campeões, era ver o entusiasmo do ditador com o futebol dos encarnados. um futebol do eusébio, todo nosso, maravilhosa pantera do caraças a correr para o mérito dos portugueses. eu, que sempre fui portista, gostava do eusébio como era impossível não gostar. gostava dele em grande e estava, claro que pelo coração, do lado do paizinho e isso propunha atenuar consideravelmente as minhas desconfianças nem sempre lúcidas, acerca do regime. porque ficava o porto para uma paixão local, e o benfica para o esplendor nacional, como pareciam ser equilibradas e corretas assim as coisas (Mãe, 2016, p. 94).

“Paizinho”, aquele ditador que se dizia pai da nação, aquele que nunca casou e que nunca foi pai. Salazar tinha predileção futebolística pelo Benfica — sim, os encarnados, aquele time com a cor dos inimigos. Por ironia, os benfiquistas enchiam o país de vermelho, e o ditador que mandava matar os comunistas torcia para os encarnados. O narrador situa o leitor na data a que se refere:

mas em mil novecentos e cinquenta as coisas não estavam ainda tão definidas, é isso que tento dizer. o certo e o errado eram difíceis de discernir. pois o benfica ainda não se fizera o glorioso, nem salazar parecia ainda o estupor que o povo pudesse reconhecer cabalmente. não sabíamos nada. havíamos passado ao lado da guerra e parecia que a vida se protegia no país das quinas, igual a termos uns muros nas fronteiras, um peito viril erguido contra malandros estrangeiros. e foi assim que nos casamos. cheios de vivacidade e entrega ao futuro num país que se punha de orgulhos e valentias (Mãe, 2016, p. 94).

O que passou de lado pela Segunda Guerra, se comparado aos horrores em outros países europeus; Portugal ficou pelos cantos mesmo. A metáfora das “quinas” é algo muito bem aplicado, e assim também o foi desde as navegações, em raciocínio parecido com o de Saramago no livro *A jangada de pedra* (1989). Esse país de quinas monta uma “parede” em

suas fronteiras, e seu ditador cria uma polícia política para proteger suas fronteiras com a Espanha.

viva salazar viva salazar, toda a gente achava que se estudava assim por bem, e rezava-se na escola para que deus e a nossa senhora e aquele séquito de santinhos e santinhas pairassem sobre a cabeça de uma cidadania temente e tão bem-comportada. assim se aguentava a pobreza com uma paciência endurecida, porque éramos todos muito robustos, na verdade, que povo robusto o nosso, a atravessar aquele deserto de liberdade que nunca mais acabava mas que também não saberíamos ainda contestar. havia uma decência, com um tanto de massacre, sem dúvida, mas uma decência que criava um porreirismo fiável que inculcava em todos um respeito inegável pelo coletivo, porque estávamos comprometidos em sociedade, por todos os lados cercados pela ideia de sacrifício, pela crença de que o sacrifício nos levaria à candura e de que a pureza era possível (Mãe, 2016, p. 95).

O pacto coletivo era imposto pela ideologia massificada em escolas, igrejas e todo tipo de convívio social, com base na violência e no medo para controle de todos os que tentassem se opor ao regime. O mecanismo de controle mais eficiente foi a religião. O narrador cita a perda do primeiro filho, e o desamparo que ele e a esposa sofreram pela pobreza somada à fé cega. Diversos romances do Neorrealismo português evidenciaram essa miséria aceita com retidão.

aprendi tudo ao contrário depois. ser religioso é desenvolver uma mariquice no espírito. um medo pelo que não se vê, como ter medo do escuro porque o bicho-papão pode estar à espreita para nos puxar os cabelos. esperar por deus é como esperar pelo peter pan e querer que traga a fada sininho com a sua minissaia erótica tão desadequada à ingenuidade das crianças. o ser humano é só carne e osso e uma tremenda vontade de complicar as coisas. eu aprendi que aqueles crentes se esfolavam uns aos outros de tanto preconceito e estigmatização. e aprendi, no dia em que perdemos o nosso primeiro filho, que estávamos sozinhos no mundo sem qualquer ajuda (Mãe, 2016, p. 96).

A alienação promovida pela religiosidade no Portugal salazarista exerceu um domínio diferente sobre o povo, que se dava não por meio de ameaças inquisidoras, e sim de uma alienação muito ligada a uma “vida simples”. Essa simplicidade no modo vida do cidadão de bem português era basilar para o regime, com seu lema: Deus, pátria e família.

A amargura do protagonista não decorre apenas de ter perdido o primeiro filho e quase ter perdido também sua esposa; é a aceitação da miséria como algo natural da vida. A pobreza se impõe não somente por falta de oportunidade de melhora de vida, mas também por escolhas individuais perante a religião, e por diversas vezes na narrativa ele ironiza a sacralidade dentro da sociedade portuguesa.

O ponto de viragem da narrativa é o capítulo *Herdar Portugal*, quando o relato do Sr. Silva se afasta do presente no asilo e se aproxima de suas memórias do passado mais longínquo,

distanciando-se das memórias apenas íntimas dele e de sua Laura e avançando para a coletividade e a memória de um país marcado pela ditadura salazarista:

durante muito tempo, portugal foi um país cujas crianças nasceram em França. tantas, caramba. e eu pensava, já ali por mil novecentos e sessenta e dois, que em França estaríamos a salvo, escapando da fome e do jugo de um trabalho sem retribuição suficiente para um raio de sol por dia. mas os nossos sonhos de França nunca iriam a lado algum. não sabíamos quem nos traficaria em segurança e, honestamente, não tínhamos suborno que se visse e, pior ainda, não havia coragem para entrar matos adentro e a Laura acabara de engravidar novamente. não podíamos ir a salto para França, como não podíamos correr risco algum de que aquela nova criança padecesse também. quando a Laura pariu, torturada de expectativas, a nossa Elisa nasceu na felicidade e na frustração. podias ser francesa, Elisa. podias ter sido francesa, embora nos dê um orgulho tão grande a resistência que te permitiu ser portuguesa e, assim, herdar Portugal. Portugal é teu minha filha, é teu, mesmo assim difícil de compreender (Mãe, 2016, p. 97).

Sabemos que a ditadura salazarista aumentou a concentração de renda em Portugal, e poucos tinham oportunidade de emigrar para outros países. Apenas uma pequena parcela da população conseguia recursos para ir para a França, então o Jovem António Silva alimentava um sonho pequeno burguês de que a filha nascesse em território francês.

A realidade se impôs, e a ironia da memória do idoso é de uma grandiosidade incontestável: Elisa não nasceu francesa, mas herdou Portugal. Essa grandiloquência ao ser referir à nacionalidade portuguesa é irônica, pois o nacionalismo fascista de Salazar envolvia o povo nesses orgulhos sem medida de um povo nacionalista de barriga vazia.

você não é muito lúcido, ó senhor Silva, não é mesmo, dizia-me o Silva da Europa. ai que o filho da mãe de homem, o que está você aqui a fazer, perguntava eu. ui, que modos, não me diga que isto vai para aqui uma revolução de malcriadice, acrescentou ele. nas cadeiras do pátio, lá fora ao sol como andávamos nós, os de casa, estava aquele Cristiano Mendes da Silva, o papagaio falante do hospital, o Silva Parvo. isso não pode ser posto dessa forma, o regime tem muito que se lhe diga, e você é um portista muito fraco, para ter apreciado assim o Eusébio, sinceramente. e eu insistia, ó homem, mas você está aqui na conversa há não sei quanto tempo e não me diz o que cá veio fazer. e ele encarou-me com um sorriso insuportável nos lábios e respondeu-me, então, vim para cá como os outros, passa a ser a minha casa, não é normal. e eu afligi-me como se me desse um ataque de coração (Mãe, 2016, p. 101).

O que o Sr. Silva da Europa representava de diferente do narrador é o que veremos com o avanço da descrição feita pelo protagonista. Em diversos aspectos, ele se diferenciava não apenas em seu comportamento presente, como um colega de asilo, mas principalmente em sua visão de mundo no presente e sua visão histórica.

A política é assunto também entre velhos, não por pura nostalgia, mas por afetar diretamente o presente dos idosos internos no Feliz Idade. Quando o Sr. Silva, o protagonista,

chama o outro Sr. Silva de “europeu” é um adjetivo político. Diferencia-se pelo nacionalismo, não por mero desejo do narrador. Sobre o debate político, o protagonista reclama com seu interlocutor:

sempre odiei que me chamassem comunista porque sempre quis afastar-me da política. primeiro porque achava que a política estava entregue, depois porque achava que não me deixariam participar, depois porque tinha medo de participar, e depois porque passara a acreditar que quem lá se metia era porque se corrompia de tanta coisa que, afinal, não era ser-se bom homem o ser-se político (Mãe, 2016, p. 102).

O interlocutor do protagonista demonstra uma capacidade de argumentação que vai além do pensamento dicotômico de fascismo e comunismo. A sensibilidade do idoso, mais jovem do que o protagonista, junta-se com a sua aceitação da nova condição de vida, e ele percebe essa negação nata do Sr. António Silva:

e o silva da europa pôs-se em pranto e disse-me, mas você fala num politiquês constante. e eu neguei. tinha sido só um modo de lhes contar a minha vida, o que me importaram as coisas e como tinha feito as minhas opções. mas não me chame comunista, homem, não me chame nada senão silva, que já me basta ser como mato a grassar pelo país fora, não se lembra (Mãe, 2016, p. 102).

O incômodo com a palavra comunista esconde um passado mais profundo, e é nesse momento que as memórias do fascismo português vão sendo inseridas. É como se a memória do protagonista fosse se desenrolando em camadas, de modo a serem desfraldados os pequenos detalhes da vida e do cotidiano do jovem António Silva. Os fantasmas do comunismo e do fascismo entram na pauta de conversas dos idosos:

o silva da europa distraiu-nos voltando ao mesmo assunto, o fascismo. colega silva, ainda está cá dentro, é muito difícil tirarmos das ideias a educação que nos deram de crianças. podemos ser todos inteligentes como super-homens, adultos feitos à maneira e pensantes livremente, mas a educação que nos dão em crianças tem amarras para a vida inteira e, discretamente, aqui e acolá os tiques fascistas hão de vir ao de cima. já nem nos damos conta, o senhor pereira interrompeu-o e disse, ó senhor cristiano, você fala de cada coisa, você relaxe, homem, relaxe. e eu levantei-me e fui buscar um casaco. estava a ficar uma tarde fresca e sempre tive pouca resistência à mudança de temperatura. vai a fugir, dizia o da europa, não me leve a mal, estou a falar de mim também, e olhe que sou muito mais novo do que você (Mãe, 2016, p. 103).

A posição defensiva do protagonista diante do pensamento claramente progressista do outro Silva demonstra que o fascismo não é assunto encerrado e enterrado. Incomoda o pensamento crítico e histórico do idoso que reflete sobre a cultura e educação do passado salazarista.

A rotatividade do Feliz Idade continua e, além do Silva da Europa, chega outro idoso, o Sr. Anísio Franco:

mas o anísio franco foi a grande aquisição do feliz idade. estava com oitenta e dois anos, sofrera um ataque de ansiedade qualquer que lhe pôs uns problemas no coração nuns exames de chapa escura, e os médicos acharam que ele precisava de não se enervar e de parar com as tarefas malucas que ainda desempenhava. Juntamo-nos todos, na tarde seguinte, no lugar de sempre, e eu passei a sentir uma enorme compaixão por aquele homem. falava ainda com entusiasmo que já não se via em ninguém. queria acreditar que a saúde não lhe faltaria e que poderia concretizar tantos projetos. e eu pasmava diante dele porque não concebia o que era chegar àquela idade e ter projetos. o meu projeto era esquecer tudo, era protestar contra a morte de laura convencendo-me de que, depois da morte de alguém que nos é essencial, ao menos a memória do amor deveria ser erradicada também. e ele abanava a cabeça negativamente e sorria. nada disso, senhor silva, nada disso, o que me faz correr é sempre o mesmo, uma vontade de saber mais e o de deixar contado às pessoas, nos livros, sabe. deixar nos livros aquilo que se descobre, porque um livro, com o que contém, pode ser uma fortuna eterna. e eu abanava que sim com a cabeça. aquilo sim, eu compreendia. adorava os livros e não me furtara ao exercício de os ler. e o homem estava ali tão bem, como a pedir mais vida, porque lhe faltavam não sei quantas páginas desse livro sobre coisas da história de portugal que ele entendia ser felicidade bastante para deixar aos outros. já viu como seria o mundo se todos deixássemos algo que preste, por pouco que seja (Mãe, 2016, p. 104).

Problemas de ansiedade em um velho não são muito comuns e, para além disso, o recém-chegado é um idoso ativo e com planos e projetos, diferindo-se do protagonista pela disposição para a vida. Enquanto um espera a chegada da morte em um luto duradouro, o outro demonstra vontade de viver.

Nessa altura do romance, o Sr. Silva já completa um ano no asilo, tendo sido demovido de toda a sua resistência diante da nova realidade e mostrando-se integrado plenamente aos outros internos — tão integrado, que participa ativamente dos problemas. Agrediu uma colega, mas se interessou pela história do Sr. Esteves, bem como demonstra interesse também pela religiosidade sufocante do Sr. Anísio, além de comentar com o funcionário do asilo sobre as imagens sacras coladas na parede do quarto do interno mais novo. O protagonista, em uma conversa sobre literatura:

não me fale em especulações, disse-lhe eu, que já não posso com hipóteses e avanços experimentais. se eu pudesse ter estudado, por mais gosto que tivesse pela literatura, havia de ter sido um homem da ciência. assim tudo branco no preto, ou preto no branco, ou é ou não é. e o silva parvo delirava com a conversa e acrescentava, íamos todos para cientistas fazer o bem dos homens, progredir. íamos todos progredir. que merda de palavra, o progresso, e o sucesso e tudo quanto o capitalismo usa para nos pôr a competir uns com os outros (Mãe, 2016, p. 105).

O progresso sempre é um problema para uma sociedade conservadora, e isso é um ponto basilar para compreender o comportamento da classe média portuguesa no início do século XX.

A fala do protagonista demonstra como o capitalismo periférico de Portugal ainda é um problema que avança no século XXI, evidenciando que a entrada na União Europeia e a integração econômica, mesmo após o fim da experiência soviética, não proporcionaram avanço significativo na posição do país diante do capitalismo internacional.

A grande contribuição do romance de VHM é expor essa classe média que foi a base do fascismo no passado e que sente uma espécie de nostalgia do regime, como uma disfunção histórica provocada pela ausência de consciência de classe. A falta da consciência de classe é o que afasta a classe média do proletariado, essa existência amorfa que os leva a ligar-se aos integrantes da camada rica da sociedade. O Sr. Silva se define no passado:

virei empresário pequenino. uma barbearia bem gerida vai dando um dinheiro suficiente para uns trapos e uma quantas regras bem definidas. eu tinha uma filha professora de geografia e um filho professor de finanças que até se arranjou para a grécia, não estava nada mal para uma vida de trabalho paga com pobreza poupada. estava compensado pelas minhas forças, tinha trabalhado o necessário para chegar a velho com autonomia e equilíbrio. o silva da europa acrescentou, e poeta, confesse lá, você tem uma alma de poeta, havia de ter escrito uns poemas e de ter mostrado ao eugénio de andrade quem amantegava os corações aos portugueses. para mim era uma vergonha estar com aquelas considerações. os meus poemas, perdidos em papéis que o tempo reciclou, eram destituídos de capacidades, eram só como desejos intensos e iludidos de ser algo a que não chegavam. não havia nada a fazer. e arrealiava-me que me pusessem mais delicado, mais fraco (Mãe, 2016, p. 106).

Essa parcela da sociedade em países periféricos do capitalismo é a base das massas que apoiaram os regimes fascistas. Apesar de os estudiosos do fascismo analisarem esse fenômeno na Itália e na Alemanha, ele aconteceu em Portugal com força, e vimos em nossos estudos como o salazarismo conseguiu esmagar a classe trabalhadora e todo tipo de organização sindical que não fosse oficialmente ligada ao regime.

Os profissionais liberais foram os que mais aderiram aos regimes fascistas e, no caso de Portugal, nas zonas urbanas, podemos dizer que constituíam a base de apoio ao regime de forma silenciosa, nas pequenas atitudes diárias do cotidiano. A suposta humildade com que o Sr. Silva se refere à sua função laboral contrasta com o seu perfil psicológico, que o leitor acompanha por toda a narrativa. O livro *Psicologia das Massas* (2019), do autor Wilhelm Reich, ajuda-nos a compreender um pouco como funcionava a adesão dos cidadãos aos regimes fascistas:

Aqueles que negam ou não apreciam devidamente a função da base de massas do fascismo surpreendem-se perante o fato de que a classe média, não possuindo os principais meios de produção nem trabalhando neles, não pode ser uma força motriz permanente na história e, por isso, oscila invariavelmente entre o capital e os trabalhadores. Não percebem que a classe média pode ser e é “uma força motriz na história”, se não permanentemente, pelo menos temporariamente, como provam o fascismo italiano e o alemão. E isso não significa apenas a destruição das organizações

de trabalhadores, as inúmeras vítimas, a erupção da barbárie, mas também, e principalmente, o impedir que a crise econômica resultasse numa revolta política, isto é, na revolução social. Uma coisa é certa: quanto maior é o peso e a dimensão das camadas de classe média numa nação, tanto maior é a sua importância como força social de ação decisiva (Reich, 2019, p. 39).

O esmagamento da classe média entre a base proletária e os grandes capitalistas faz com que os pequenos burgueses se vejam na função de integrantes do regime: ainda que não sejam as mãos diretamente, colaboram com informações ou cumprem seus papéis sociais determinados pelo Estado, como as convivências na Igreja ou, no caso português, como a Mocidade Portuguesa.

O protagonista do romance possui esse perfil conservador, a despeito de toda sua ironia contra a religiosidade oficial da época. O conservadorismo do Sr. Silva está enraizado na postura violenta contra os outros internos do Feliz Idade, está em uma espécie de altivez em relação ao seu luto, até mesmo quando ele se dispõe a escrever cartas se passando pelo marido de Dona Marta. O “bom gesto” não é para acalantar o coração amargurado da pobre velhinha, é mais uma forma de manipular alguém, mesmo estando em uma condição de interno do asilo. Qualquer sinal de sensibilidade era refutado em sua fala:

como se me pusessem mais delicado, mais fraco. amanteigar os portugueses, que imagem cretina. porra, não tenho pela poesia mais do que um respeito devido, protestava eu, não quer dizer que seja poeta ou que o tenha querido ser. fui barbeiro, e li livros, como deviam ler todas as pessoas para ultrapassarem a condição pequenina do cotidiano e das rotinas. não é por isso que perco minha condição de risco como qualquer outro homem, uma qualidade de perigo. ficaram todos os três boquiabertos com a minha fúria (Mãe, 2016, p. 106).

O fascismo ataca diretamente as expressões artísticas, e a visão de mundo reducionista do fascismo é característica clássica que comprova a ligação do fenômeno com o capitalismo, o utilitarismo clássico deste e sua visão de mundo, que sempre tenta diminuir os artistas. Para o Sr. Silva, ser poeta é ruim, seria melhor dedicar-se a outra atividade. O Sr. Esteves, por sua vez, reconhece a importância de Fernando Pessoa para a cultura da sociedade portuguesa:

fui covarde e tenho pena de não o ter feito. em mil novecentos e trinta e três saiu a tabacaria na própria capa da revista presença. imaginem. cinco anos depois de ter sido escrita. era o meu poema, a tabacaria na capa da maior revista de literatura portuguesa, dirigida com importância pelo José Régio. eu só soube em trinta e quatro. e depois o Fernando Pessoa morreu em trinta e cinco (Mãe, 2016, p. 111).

A covardia do Sr. Esteves diz respeito a não ter travado conversa sobre o poema com o poeta, para tentar entender como funcionava o processo criativo e a escrita em si das poesias. Ao inserir essa fala do idoso, VHM relembra a revista *Presença* e o seu mais ilustre integrante.

Em um grande momento de lucidez, o protagonista revela um pouco mais sobre o funcionário Américo, que cuida dos idosos e é quem mais interage com os internos, além do médico Bernardo.

Observemos:

de início sorria apenas, com ligeireza e sem querer tomar o assunto em mãos. e eu insisti, sabes, rapaz, nós estamos para aqui metidos como animais domésticos, limitados e cheios de necessidade de cuidados, é verdade, e somos de fato parecidos com miúdos, porque vamos ficando atrapalhados das ideias, muito cansados para seguir com as coisas todas, e confundimo-nos constantemente, fazendo asneiras que não se esperam de adultos, mas somos, sobretudo quando estamos sossegadamente sentados, adultos, e metemos cá dentro da cabeça uma experiência de uma vida inteira que já viu de tanta coisa. às vezes, avançando já a parte da senilidade a que vamos sucumbindo, podias aproveitar um pouco mais a nossa amizade, porque estamos a anos-luz da tua idade, mas temos um passado que é genericamente o teu presente e o teu futuro. ele sorriu e não disse nada. era um rapaz solteiro, sem amores, como se tivesse sido perdido por alguém que não o sabia voltar a encontrar (Mãe, 2016, p. 117).

A sabedoria se contrapõe à senilidade, e o leitor fica pensando sobre a violência exercida pelo Sr. Silva contra os outros internos do asilo: o comportamento dos idosos se assemelha ao de crianças em alguns momentos, embora carreguem suas histórias e o passado. A ironia do discurso do protagonista está em dizer que o funcionário do asilo é um homem solitário que não possui amores — mas por óbvio o abandonado é o idoso.

Constituir família como exigido pelo regime salazarista foi tarefa quase obrigatória a todos que quisessem uma vida de paz e sem perseguições. Talvez o que incomode o protagonista é a liberdade de Américo ao escolher ser sozinho, já que ele está sozinho não por sua escolha. Embora o luto contribua para esse sentimento, é possível pensar na cultura patriarcal exacerbada em que o jovem de outrora assumiu as responsabilidades familiares impostas pelo Estado e depois viu-se abandonado.

Em seguida o Sr. Silva será o foco do assunto dos idosos, quando ele é confrontado por Dona Marta, que o acusa de tê-la agredido — ironicamente, ele havia escrito a primeira carta para a idosa, passando-se por seu marido. A atitude benevolente de afagar o coração da velhinha contrasta com a agressão noturna que o idoso praticou em uma das suas madrugadas insones:

naquele momento, por imprudência, aproximei-me um pouco de ambos os três. aproximei-me demasiado, como um criminoso burro. muito burro e nada habituado a saber esquecer os seus crimes. a dona marta balançou-se toda, apoiou-se no confuso

doutor bernardo e falou. foi com os olhos garridos de ódio que ela me encarou e disse, foste tu que me bateste. e repetiu, foste tu que me bateste, filho do demônio (Mãe, 2016, p. 120).

Em uma espécie de remorso tardio, o protagonista tenta se redimir com a senhora solitária e abandonada pelo marido.

Mais uma vez, a ironia toma conta da narrativa, pois o mesmo crítico da poesia e da expressão artística usa da escrita para amenizar o coração da idosa:

a carta dizia apenas que o amor era infinito e que alguma coisa o impedira de mandar notícias durante um tempo. três anos, que ela confusa já não saberia quanto tempo era esse. mas os obstáculos estavam ultrapassados e a dona marta passaria a receber cartas de amor todas as semanas. para matar o meu coração, a dona marta receberia cartas de amor todas as semanas e tratar-me-ia, de ora avante, com o mesmo ódio com que me tratou quando emergiu do seu estado de autismo. via-me, desejava-me a morte, e depois escondia-se no pátio, muito ao pé das flores mais coloridas, a ler as palavras açucaradas que eu treinava por horas para lhe mandar. para matar o meu coração, aquela mulher lia sobre o amor tudo aquilo que eu devia ter esquecido (Mãe, 2016, p. 126).

Após a passagem sobre Fernando Pessoa e seu poema *Tabacaria*, o protagonista escreve uma carta como se fosse outra persona, sem precisar de heterônimo ou de criações mirabolantes para exercer a escrita. A grandiosidade do gesto do protagonista está na escrita que serve para afagar uma senhora abandonada em um asilo e tranquilizar seu espírito manipulador.

A decisão do envio das cartas faz o Sr. Silva ganhar prestígio entre Américo e o Dr. Bernardo, que veem o gesto do idoso como algo benéfico a ele mesmo, uma tarefa que toma para si, acreditando ajudar Dona Marta e suas dores de amor. Na verdade, o ato da escrita ajuda-o a ser útil, não é o ofício de escritor criticado por ele mesmo anteriormente; escrever é espantar os fantasmas do próprio passado que insistem em assombrá-lo.

4.5 *Os modos de resistência do decurso vigente: as batalhas narratológicas da memória antifascista*

As memórias do Sr. Silva tomam um caminho de testemunho do seu tempo histórico. Nostalgicamente, o idoso vai relembrando o seu passado como barbeiro durante o salazarismo e mais uma vez ele coloca a Igreja no centro do debate com os outros idosos:

começou por nos explicar que distinguia muito bem entre a igreja e a fé. achava que a igreja era uma máfia de interesses. o silva da europa interrompia-o e dizia, uns filhos

da mãe, a igreja é uma instituição pançuda que se deixou confortavelmente sentada ao lado de salazar. como sempre, dizia anísio, sempre do lado dos opressores porque toda a lógica da igreja é opressora, não conhecem outra linguagem. e o senhor pereira dizia, também não é bem assim. dizia-o porque se envergonhava um pouco de acreditar e de ir à socapa a umas quantas missas. nós sabíamos disso. o senhor pereira atendia a umas missas como se fosse pecar diante dos nossos olhos. que revolucionário. e o silva da europa dizia, nestas merdas sou um comunista do caraças. e eu ria-me. começava a passar-me a raiva de me ter chamado a mim comunista, catalogando-me com uma facilidade com que nada nem ninguém pode ser catalogado. e o anísio prosseguia dizendo que havia milagres suficientes no mundo para pensarmos que deus nos observa, mas é difícil com a pequenez do homem ver a grandeza de um evento assim (Mãe, 2016, p. 128).

A voz do protagonista contra a Igreja como instituição ganha apoio do Sr. Silva da Europa, cuja consciência sobre o poder deletério da união entre os clérigos e Salazar é muito mais profunda do que a do narrador. Não há problema em ser comunista no que pensa da Igreja e da política nacional do passado, o Silva progressista dá voz a uma crítica profunda contra o modo de vida português.

A distinção entre religiosidade e fé é muito bem delimitada pelo Sr. Anísio, de modo que defender a sua fé não é necessariamente defender Salazar e a “máfia da Igreja”. Isso significa que não se pode colocar todos os católicos como apoiadores do regime, ainda que o regime tenha se apoiado na Igreja e em seus dogmas sociais, muito utilizados para o controle social.

O romance vai tomando posição antifascista na fala do Sr. Silva da Europa, que transmite o pensamento democrático segundo o qual reconhece o passado conservador ainda arraigado no presente. É a voz presente de um idoso que admite que o fascismo ainda vive e não acabou:

é como lhe digo. sabe, até o suspirarmos por alguma acalmia que havia antes da revolução. ó senhor cristiano, não vai falar outra vez do regime. não é isso, é que é importante pensar nestas coisas, respondia ele. estamos para aqui todos fascistas, com pensamentos de um fascismo indelével a achar que antigamente é que era bom. este é o fascismo remanescente que vem das saudades. sabe, acharmos que salazar é que arranjaria isto, que ele é que punha esta juventude toda na ordem, é natural, porque temos medo destes novos tempos, não são os nossos tempos, e precisamos de nos defendermos. quando dizemos que antigamente é que era bom estamos só a ter saudades, queremos na verdade dizer que antigamente éramos novos, reconhecíamos o mundo como nosso e não tínhamos dores de costas nem reumatismo. é uma saudade de nós próprios, e não exatamente do regime e menos ainda de salazar. eu escutava o meu colega silva e não sabia o que pensar. num momento dizia que éramos comunistas, no outro já éramos fascistas. e eu perguntava, isso faz de nós bons homens. ele regozijava, claro que somos bons homens, ó senhor silva, não somos por natureza inquinados de política nenhuma, temos de tudo um pouco mas, sobretudo, temos saudades, porque somos velhos e quando novos a robustez e a esperança curavam-nos de muita coisa. o fascismo dos bons homens. como diz, perguntou o senhor pereira. o fascismo dos bons homens. é o que para aí abunda. já quase não faz mal a ninguém e não é para prejudicar. mas é um sentimento que fica escondido, à

boca fechada. porque sabemos que talvez não devesse existir, mas existe porque o passado, neste sentido, é mais forte do que nós. quem fomos há de sempre estar contido em quem somos, por mais que mudemos ou aprendamos coisas novas (Mãe, 2016, p. 129).

O saudosismo faz parte da velhice, visto que as pessoas idosas sempre tendem a pensar que no passado a vida era melhor. Ainda, a vida privada e a vida social misturam-se em um sentimento de nostalgia que distorce a realidade objetiva. Nesse contexto, a narrativa pautada pela condição da velhice não é a temática principal do romance, e o foco narrativo está deveras na permanência do fascismo na sociedade portuguesa.

O processo revolucionário não conseguiu apagar da sociedade portuguesa os traços de autoritarismo presentes no cotidiano dos cidadãos. O fato de o protagonista se sentir ofendido ao ser chamado de comunista por outros idosos ainda é um traço da criminalização da esquerda durante o regime:

quando o silva da europa nos falou de sermos fascistas e comunistas ao mesmo tempo eu pus-me a fazer contas para trás e a ver coisas. concluí também que a maior parte daquilo em que acreditamos nos dá medo e isso leva-nos a ficar de boca fechada. recordava-me bem do que me dizia naquela noite em que o conheci, que éramos todos livres de pensar a coisas mais atrozes. isso não nos impedia de sermos vistos pela sociedade como bons homens e de sairmos à rua dignos como os melhores pais de família. um homem havia de ser medido pelos seus atos, pouco importando se dentro de casa era feito daquela mariquice de acreditar em deus ou da macheza cretina de se ligar aos malfeitores, estejam eles escudados numa igreja ou num governo. éramos por igual todos cidadãos da mesma coisa. a andar para a frente com os instintos de sobrevivência a postos como antenas. eis a emissão certa, a propaganda que não podíamos dispensar, sobreviver, segurarmo-nos, e aos nossos, e abrir caminho até morte dentro. essa é que era a essência possível da felicidade, aguentar enquanto desse (Mãe, 2016, p. 131).

O fascismo alimenta o conceito do “cidadão de bem”, e os bons homens eram aqueles que cumpriam as tarefas sociais impostas e que se comportavam bem da porta para fora de seus lares. A uniformização do comportamento social era esperada pelo regime, e todo aquele que apresentasse qualquer desvio à norma seria eliminado.

Sobreviver é o lema de cada cidadão que esteja sob a égide do autoritarismo, de modo que a contradição do romance está justamente na condição de manter-se vivo por tanto tempo e chegar na velhice e sentir uma espécie de nostalgia desse tempo violento e sem liberdades.

Em seguida, a narrativa segue com a menção ao Sr. Medeiros, que se encontra em estado vegetativo, alimentado por sonda. O Sr. Esteves é transferido para o mesmo quarto e reflete sobre a própria condição de vida:

digam-me se não é a violência na terceira idade. isto é a violência na terceira idade.

sabem por quê, porque o nosso inimigo é o corpo. porque o corpo é que nos ataca. estamos finalmente perante o mais terrível dos animais, o nosso próprio bicho, o bicho que somos. que decide que é chegado o momento de começar a desligar-nos os sentidos e decide como e quando devemos padecer de que tipo de dor ou loucura. pois eu que tenho cem anos e podia quase ser vosso pai quero dizer-vos que ser-se velho é viver contra o corpo. o estupor do bicho que nós somos e que não nos suporta mais. a violência na terceira idade (Mãe, 2016, p. 139).

A violência atual contra o corpo de um idoso remete à violência do passado contra os corpos de tantos outros. A metafísica, tão citada no romance nas passagens relacionadas ao Sr. Esteves, encontra seu fecho nesse momento de discurso do idoso: o que seria a vida, a existência de Deus... Ele diz que o enfermo parecia preso ao corpo e tentava se comunicar, sendo a reflexão do personagem baseada no que a vida é em si, não somente no fim dela, cujo resultado é a morte.

A morte que ronda o asilo e que por tantas vezes o Sr. Silva pensa que chegará até ele avança sobre o Sr. Esteves. Após a comemoração do centenário e dos aplausos, na mesma noite, ele pede para dormir junto ao Sr. Silva; durante a manhã, Américo abre as janelas e vê os dois idosos acordarem abraçados; sem embaraços, todos riem da cena e, como uma criança com medo do escuro, o idoso acorda. Na tarde do mesmo dia, ele morre no gabinete do Dr. Bernardo.

Antes, sobre a morte do Sr. Esteves, o capítulo 12, intitulado *A promoção da beleza de ser pobrezinho*, é iniciado com o principal acontecimento do romance: a aparição de um opositor perseguido pela PIDE. Essa memória do Sr. Silva é ponto fulcral da narrativa, pois foi nesse momento que o jovem António abrigou um “subversivo” enquanto ele fugia de agentes da temida Polícia Política:

terça-feira, dia cinco de setembro de mil novecentos e sessenta e sete. uns minutos antes de fechar a barbearia, já a luz apagada e chão varrido, um homem assustado entrou por ali adentro e fitou-me. eu podia ter reagido de todas as maneiras. podia ter pensado que me assaltaria, que me mataria, que era dos maus. se uns seriam dos bons, outros teriam de ser dos maus era não linear o pensamento vendido aos portugueses. mas o homem também não parecia saber o que fazer ou dizer. fitava-me ofegante, o olhar aterrado de quem fugia. eu podia ter reagido de muitas maneiras. podia tê-lo escorraçado, podia ter gritado que me acudissem num susto daqueles, podia ter-lhe perguntado ao que vinha. e ele talvez me pudesse ter explicado, entre os espasmos de respirar a custo, talvez me tivesse explicado porque entrara na minha barbearia de forma tão abrupta no fim de tarde daquela terça-feira (Mãe, 2016, p. 143).

O jovem barbeiro recebe em sua loja um jovem rapaz que fugia dos PIDEs. Em sua descrição do acontecimento, o velho Sr. Silva deixa claro que poderia ter denunciado a presença do fugitivo de diferentes formas, mas agiu de forma diversa, ajudando-o a se esconder:

eu olhei para aquele homem que ali se pôs diante de mim, emudecido de medo, e

indiquei-lhe o compartimento interior da barbearia, onde arrumava vassouras e panos velhos, baldes e outras tralhas. o homem imediatamente entrou e ali se agachou calado a fazer silêncio, a silenciar os pulmões aflitos. uns segundos depois, apenas uns breves segundos depois, os temíveis predadores chegaram àquele troço da rua (Mãe, 2016, p. 143).

Seria o jovem António Silva um expoente da resistência antifascista? É impossível defini-lo nesses termos, pois, segundo o testemunho do narrador, se esse acontecimento fosse 10 anos antes, ele teria denunciado o fugitivo. Acontece que o regime se estendia no prazo, e a podridão dos métodos fascistas ia se espalhando pelas camadas da sociedade. Diante de tanta repressão e violência, o gesto de resistência do protagonista significava muito para ele.

dentro da minha barbearia, zelando pela sua mas agora também pela minha sorte, ficara o homem em fuga. um homem muito mais jovem do que eu que, ao contrário de se ter habituado a ditadura, andava a miná-la como sabia, criando brechas aqui e acolá para que ao menos se soubesse que o povo gangrenava descontente. era o mais terrível de se fazer, porque o que o estado novo menos queria de nós era a resistência. a manifestação de uma ideia diferente como sinal de esforço para sairmos do meio da carneirada (Mãe, 2016, p. 145).

As pessoas comuns estavam cansadas do regime, tendo em vista que a data inserida pelo narrador no romance é o momento histórico do crescimento da resistência antifascista e do aumento das prisões efetuadas pela PIDE, bem como das revoltas estudantis — a chamada crise Coimbrã acontece em 1969.

O jovem barbeiro não conta à esposa sobre o abrigo que deu ao fugitivo, não porque não confiasse em Laura, mas porque ela se preocuparia com a proteção dos filhos diante da ameaça que a atitude do marido representava para toda a família. Ao recordar esse fato, o narrador deixa claro que o assunto política não entrava em casa, pois o evitavam, e ele diz que se preocupava em apreciar poesia e fados. O distanciamento proposital da política na relação com a esposa contrasta com o que ele pensava sobre as condições de vida e da repressão em si:

eu deixava que a sociedade fosse apodrecendo sob aquele tecido de famílias de bem, um mar imenso de famílias de aparências, todas numa lavagem cerebral social que lhes punha o mundo diante dos olhos sublinhado a lápis azul, para melhor vermos o que melhor queriam que apreciássemos. ai as glórias de salazar, eram tão grandes as pontes e longas as estradas, eram tão bonitas as criancinhas a fazerem desporto e a cantarem letrinhas patrióticas. parecíamos um grande cenário de legos, pobrezinhos mas tão lavadinhos por dentro e por fora, a obedecer. divirtam-se, gentes da minha terra, não é desgraça ser pobre, punha-se a amália a dizer, é que numa casa portuguesa já pão e vinho e conforto pobrezinho e fartura de carinho, e ela que ia a França comprar vestidos onde se vestiam as estrelas de cinema americano e se embonecava de joias e até tinha visto o Brasil e a Espanha, servia para que a amássemos e fôssemos pensando que estávamos todos tão bem ali metidos, éramos todos tão boas pessoas, tão bons homens, realmente (Mãe, 2016, p. 146).

Essa descrição carregada de ironia é um retrato da sociedade portuguesa sob regime fascista, com a inculcação ideológica extrema apoiada em um senso de pertencimento coletivo a um projeto maior vinculado profundamente ao nacionalismo. As pessoas boas eram aquelas que aceitavam a miséria e o baixo nível de vida, ou seja, a falta de perspectiva em relação à vida econômica individual. O jovem António Silva volta para sua loja:

toda a noite fiquei nisto, até que pela manhã a hora certa chegou para que eu entrasse na minha barbearia como se nada fosse e pousasse o chapéu como se nada fosse, e entrasse no quarto do fundo como se nada fosse e o visse quieto, agradecido, mais calmo, apenas com o olhar de quem emagrecia e precisa de comer e beber alguma coisa. eu disse, bom dia. cumprimentei com um bom dia um criminoso do regime e selava daquela maneira um crime que cometia eu também, eu ajudava o diabo. claro que estava aterrado. mas, ao menos uma vez, ao menos ali, pudesse eu estar para além da merda de homem amorfo que fora e superar as minhas expectativas. levar um pouco adiante um orgulho de ser mais do que português, ser pelos portugueses, ser pelas pessoas, por todas as pessoas que tinham naturalmente todas as maneiras de pensar e só assim devia ser (Mãe, 2016, p. 147).

Ao ler o relato do protagonista, com os olhos também deitados sobre o idoso que narra os fatos passados, é possível sentir imensa simpatia pela coragem do jovem barbeiro, que teve a capacidade de fazer um gesto de resistência ao regime, gesto que significou muito para ele naquele momento e por toda uma vida, mesmo depois de anos de democracia:

ele não passava, de fato, de um jovem. tinha vinte e um anos e talvez ainda não soubesse muito bem o que era a vida ou o que devia ser. eu não lho saberia explicar. ia-me desencantando com tudo, mais do que descobrir opções ou saber colocar-se bem. eu sabia sobretudo que progressivamente todas as coisas perdiam colorido e se tornavam como que fardos perante os quais nos soterrávamos mais e mais sem refilar. perguntei-lhe e agora foges como. e ele disse-me, não sabem quem eu sou. não me viram a cara. vou para casa. vou estudar. eu calei-me e ele acrescentou, isto agora está mesmo a rebentar. mataram uma rapariga, sabia, perguntava ele. andam a matar cada vez mais gente e isto agora vai abanar. o povo tem de ser livre, senhor, o povo tem de ter paz (Mãe, 2016, p. 148).

Era corajoso aquele jovem que tentava fazer a diferença diante da realidade cruel do regime, de modo que o medo que António carregava era totalmente desproporcional à coragem excessiva do rapaz a quem o barbeiro ajudou. O relato que o homem faz da morte de uma mulher jovem prova que o regime não era apenas de homens a desfilar pelas paradas militares; era o estado policalesco em vigilância permanente da vida privada de todos. O contato com o corajoso jovem não foi por apenas uma vez:

talvez tenha salvo a vida àquele rapaz. vi-o depois muitas vezes, a fazer-se doutor, mais prudente na resistência à polícia criminosa. vinha por ali cortar o cabelo e,

quando podia, enchia-me a cabeça de propaganda antifascista. eu proibira-o de ali pôr os pés com algum panfleto ou folheto ou livro ou o que fosse que o incriminasse ou me incriminasse a mim (Mãe, 2016, p. 148).

O mais próximo que o Sr. Silva chegou de ser um antifascista foi ao conversar sobre o fascismo com o jovem da resistência, isto é, a coragem dele se resumiu a deixar o jovem passar uma noite escondido em sua barbearia e cortar-lhe o cabelo por algumas vezes. A coragem do narrador está baseada também em reconhecer sua covardia e relatar como os fatos aconteceram:

senhor silva, um dia ainda deixa de ser fascista. e eu mandava-o calar-se, chhh, estás maluco, rapaz, aqui não há dessas ideias, somos humanistas, queremos o melhor para os homens, não te ponhas com burrices em voz alta. ele ria-se e dizia-me, se ao menos todos os fascistas fossem de coração de manteiga como o senhor silva, isto levava-se de outra maneira e, com umas boas conversas, até o ditador se reformava de bom grado e em profunda comoção (Mãe, 2016, p. 149).

O discurso inflamado do jovem relatado pelo Sr. Silva é de uma sinceridade que atravessa o tempo, e é visível como afetou o discurso irônico do Sr. Silva no início do romance, principalmente no que tange à postura do Estado perante a intitulada e orgulhosa vida simples do povo português:

raios partam estes portugueses que puseram a virilidade na lama a ouvir este bezerro prepotente. já ouviu um discurso dele como deve de ser, ó senhor silva. parece a missa. só não nos põe a rezar porque e ele lhe interessa pôr a pata em cima da igreja também, é um gênio, e os padres, desde que fiquem nos poleiros garantidos para engordarem, estão sempre felizes. que melhor discurso pode haver para os padres do que a promoção da beleza de ser pobrezinho. a promoção da beleza de ser pobrezinho. é um casamento perfeito. o político que gosta dos pobrezinhos e os mantém pobrezinhos. mas, quer o político, quer a igreja, dominam ou podem dominar o fausto. não é brilhante. isto inventado seria mentira. ninguém teria cabeça para inventar tal porcaria, só sendo verdade mesmo. sabe, senhor silva, é preciso que se suje o nome de salazar para todo o sempre. é preciso que o futuro lhe reserve sempre a merda para o seu significado, para que os povos se recordem como foi que um dia um só homem quis ser dono das liberdades humanas, para que nunca mais volte a acontecer que alguém se suponha pai de tanta gente. este tem de ser um nome de vergonha. o nome de um porco. para que ninguém, para a esquerda ou para a direita, volte a inventar a censura e persiga os homens que têm por natureza o direito de serem livres. e eu respondia-lhe, cala-te, miúdo, ainda me arranjás umas férias nos calabouços. fica calado. é um padeco lingrinhas, gritava ele eufórico. eu mexi-me como uma barata tonta a pôr a rádio mais alta, mas adoraria sentir coragem para me pôr ali aos berros também, mesmo exagerando, mesmo que dizendo parvoíces só pelo prazer de as poder dizer, de poder o que quisesse ajuizar. na minha barbearia. ao menos na minha barbearia. ao menos na minha casa. na minha casa e com a minha boca livre. é um porco (Mãe, 2016, p. 150).

O que o protagonista faz nesse relato memorialístico é exatamente o que o jovem antifascista fala que deve ser feito: sujar o nome de salazar. Esse é ponto axial do romance, uma vez que, na atualidade, mais do que nunca, é necessário deixar esse nome ser visto como ele

deve ser: marginalizado pela história. É necessário que o nome não seja esquecido, assim como tudo o que foi praticado contra o povo português sob o jugo fascista de Salazar.

O narrador suspende o relato sobre o seu passado e volta para o presente, no asilo Feliz Idade, ao relatar a morte do Sr. Esteves. O relato sobre o Esteves e sua ligação com Fernando Pessoa fecha um ciclo:

quem acreditaria em mim agora quando eu dissesse que ali viveu verdadeiramente o esteves sem metafísica da tabacaria do álvaro de campos do fernando pessoa. quem não acharia que eu enlouquecera, se nenhum livro comprovara a existência de tal homem. como se provaria isso que para nós estava provado pela espontaneidade e vivacidade do seu discurso. como se perderiam os pormenores, as passagens mínimas que compunham a história bem contada daquele episódio com o poeta. ficávamos pobres de fantasia. perdia-se o elemento da efabulação maior do feliz idade (Mãe, 2016, p. 157).

Ainda que a efabulação do asilo diminuísse com a morte do Sr. Esteves, o relato memorialístico ainda mantinha sua força, não apenas com o passado do protagonista, mas também com as intervenções do Silva da Europa, cuja consciência plena era basilar:

chegou-se mais perto e disse, sabe o que é que afinal foi mesmo uma máquina para roubar a metafísica aos homens. perguntou aquilo e suspendeu-se no nosso ar, expectante, à espera de esclarecimento. o estupor da ditadura. a ditadura é que nos quis pôr a todos rasos como as tábuas, sem nada lá dentro, apenas o andamento quase mecânico de cumprir uma função e bico calado. a ditadura, colega silva, a ditadura é que foi uma terrível máquina de roubar a metafísica aos homens. eu e a elisa rimo-nos (Mãe, 2016, p. 160).

Como não falar da ditadura tendo vivido nela por décadas? O riso do protagonista e de sua filha é por encararem um idoso que insiste em falar da ditadura, sendo essa insistência a necessidade dos tempos atuais, visto que falar de forma crítica é não deixar que a história de um país seja esquecida, ou que seja passada uma borracha sobre o passado vergonhoso da ditadura. Mesmo que mude de assunto, o importante para um idoso perto do fim da vida seria relembrar seu passado, e a solidão que sofre na velhice contrasta com o passado de muita vigilância entre os cidadãos comuns e delatores silenciosos:

o que justifica a vida de um homem depois dos oitenta anos quando perde a mulher que amou e com quem partilhou tudo durante quase meio século. Quarenta e oito anos. o anísio fitou-me e respondeu-me, é mais fácil falarmos da ditadura, senhor silva, e de como o senhor cristiano até tem razão nos delírios dele. e eu perguntei, onde está esse palerma (Mãe, 2016, p. 163).

O presente, para o Sr. Silva, é esmagador, e a realidade da condição em que se encontra pesa diariamente sobre ele, estando sobre os ombros do idoso a solidão e o luto. Embora não assuma ainda, também pesa o destino do jovem a quem ajudou no ano de 1967.

As condições de vida do passado são relembradas, no entanto toda a memória e o processo de lembrança não são lineares e, para além das falhas e do relato fragmentado, a interlocução com outros idosos faz com que se comparem os tempos de fascismo com a vida democrática atual. O fascismo como regime acabou, mas a democracia não suplantou o capitalismo:

olhe, hoje é possível reviver o fascismo, quer saber. é possível na perfeição. basta ser-se trabalhador dependente. é o suficiente para perceber o que é comer e calar, e por vezes nem comer, só calar. vá espiar esses patrões por aí fora. conte pelos dedos os que têm no peito um coração a florescer de amor pelo proletariado. que porra de conversa comunista. mas não é possível deixar de ter conversas comunistas enquanto não se largar a merda das ideias do capitalismo de circo que está montado. um capitalismo de especulação no qual o trabalho não corresponde a riqueza e já nem a mérito, apenas a um fardo do qual há quem não se consiga livrar (Mãe, 2016, p. 168).

É um capitalismo que não produz riqueza de fato, somente uma riqueza fictícia. O capitalismo do século XXI difere muito daquele citado por Adam Smith em *A riqueza das nações* (2016) ainda no século XVIII. Portugal foi integrado à União Europeia e ao bloco econômico europeu, tendo a economia do país mudado muito desde o processo revolucionário e o fim de grandes monopólios após os governos de esquerda. O fato é que o estado de bem-estar social dos países ricos da Europa nunca chegou plenamente ao país de Camões. O debate entre os dois Silvas estende-se para a tarefa da escrita e da narrativa, quando o Silva da Europa diz para o protagonista:

essa pode ser a sua forma de praticar a cidadania, dizia o silva da europa. pense bem, deixar um livro cheio de poemas que fiquem para sempre a comunicar com quem lhes pague, é como deixar uma voz amiga de toda a gente. pense no que é hoje ler camões e como aquilo ainda nos diz respeito. pense como será deixar por sua mão algo que também chegue ao povo, para que o povo conheça e se entereça consigo e com o nosso tempo. ó colega silva, um dom desses é uma obrigação, faz de si um cidadão obrigado a um contributo muito especial. é do que precisamos (Mãe, 2016, p. 173).

Fala-se da contribuição da literatura para a compreensão do que seria ser cidadão e, profundamente, do que seria ser português. Na voz do Silva progressista, há uma importância dada à literatura e à sua capacidade de transmitir os valores culturais de um povo, e a menção a Camões remete ao poder da lírica de explicar um povo.

Nesse trecho do romance, que se encaminha para o fim, o texto propõe uma reflexão profunda sobre o próprio fazer literário. VHM resgata a importância da lírica para a civilização ocidental. Ao ler o romance, criticamente, sob a ótica do materialismo histórico interpretado por Lukács, podemos perceber em qual nível se encontra o herói do romance.

Considerando a forma romanesca como herdeira direta da epopeia, a citação de Camões é uma marcação importante do que seria a narrativa do Sr. Silva e do papel das memórias sobre o fascismo português, que insiste em estar presente — a violência do passado que também está no presente:

a dona marta a dormir era como um ridículo animal que não atentava na sobrevivência e se expunha frágil aos imaginativos meios que a natureza tem para extrair a vida de alguém. e a natureza deu-lhe por umas vezes com o livro na cabeça. diretamente na cabeça, sem falha, umas pancadas fortes e pesadas que apertavam a cabeça da mulher de encontro à almofada até que, nuns segundos tão breves, voltasse ao mesmo ponto, exatamente ao mesmo ponto, de encontro à parede. mas era diferente porque entretanto ficara de olhos abertos e deixara de respirar. os olhos a ver a parede sem movimento, e os pulmões quietos, sossegados daquele galope enervante em que se punham quando ela se excitava ou assustava com alguma coisa. eu voltei ao meu quarto. afinal, no feliz idade era estupidamente fácil assassinar alguém. eu não o saberia. não o poderia saber. quando acordei de manhã julgava ter dormido profundamente a noite inteira. assim o julguei por muito tempo (Mãe, 2016, p. 174).

O narrador assume seu crime, revelando-se a contradição entre a agressão física e o afago das cartas redigidas com tanto cuidado. Fica evidente o contraste entre as memórias antigas do tempo do salazarismo e a ausência de memórias recentes do que ele fez durante as madrugadas dentro do asilo. O escritor fantasma recebe as cartas recolhidas do quarto da idosa morta:

o américo voltou ao pátio para dizer que me queria falar. entramos os dois para o lar e fomos até o meu quarto. entregou-me um pequeno maço de cartas, as minhas cartas. entregou-mas e disse-me que achava bem que fosse eu a guardá-las. hesitei. não seria uma loucura guardar aquele longo discurso de amor, perguntei-me. seria com certeza uma loucura mórbida guardar aquele longo discurso de amor. para me magoar, e porque merecia se magoado, tomei as cartas presas por um fio e escondi-as dentro da pequena mesa de cabeceira. escondi-as ali dentro sem intenção de alguma vez voltar à sua procura. eram coisa para esquecer. para me esquecer de que o amor, mesmo que inventado, era possível, porque o amor, para mim, mesmo que inventado, ainda vinha de algo terrível que nos queria enganar para melhor nos abater (Mãe, 2016, p. 179).

O amor inventado ainda havia de ser amor, e a transitoriedade da vida manifesta-se em seus diversos aspectos: no início da narrativa, o protagonista sofre com a morte de sua esposa Laura e divaga sobre o amor e a finitude da vida; ao final do romance, há uma transformação total, e ele alimenta o amor da Dona Marta para depois matá-la.

A morte de Dona Marta esvazia um quarto, e o convalescido Sr. Pereira passa a ocupá-lo. Em profundo estado de debilidade, diz que tem medo do fantasma da antiga companheira de asilo. Em conversa com os outros internos, o Sr. Anísio o tranquiliza:

os fantasmas, dizia o anísio, não são de agarrar assim como as camionetas, e não passam à hora. quando já foram, já foram. Se só vão passando se tiverem de o fazer, mas não me parece que o da dona marta queira alguma coisa consigo, ó senhor pereira. ele envelhecera um ano na última semana (Mãe, 2016, p. 181).

Os verdadeiros fantasmas dentro da narrativa não são os idosos que morreram; os fantasmas estão relacionados ao passado, um passado que insiste em permanecer. São os mortos de décadas antes, que insistem em invadir o tempo presente e assombrar as memórias do Sr. Silva:

no dia vinte e cinco de setembro de mil novecentos e setenta e um, quando entraram na minha barbearia os pides que levaram o rapaz que, nove anos antes, eu ajudara a escapar, achei que fazia o que tinha de fazer, e assim me senti como a saber e a arquivar o assunto como algo que ocorrera com outras pessoas, verdadeiramente como algo de que soubesse apenas a partir da televisão. um homem preso pelo regime e outro acusando-o, e eu não era em um nem outro, e a vida continuava como se nada fosse porque ao fim de cada dia encontrava a minha laura à espera de aquecer a sopa conversando sobre os filhos crescendo e sobre como era bom sermos prudentes e legais. vivíamos como se queria, perfeitamente integrados na sociedade, sem papel de ovelhas ranhosas, ainda que sem igreja, sem amigos, sem dinheiro, sem saber nada do futuro, sem dignidade, sem essa porcaria, que não existe e que me vem sempre à boca, a alma (Mãe, 2016, p. 187).

O mesmo idoso que comove o leitor com sua história de luto e abandono no asilo é o barbeiro que no passado ajudou um fugitivo da PIDE, e a ajuda que uma vez proporcionou se torna delação covarde contra o militante antifascista. Isto é, o gesto anterior, motivo de orgulho de não ser apenas um cidadão apático dentro do regime, transforma-se em gesto de pura covardia.

A data inserida no romance é um ponto de inflexão importante: no ano de 1971, o regime encaminhava-se para seus estertores finais. A luta antifascista ganhava fôlego com as guerras coloniais, e em Portugal havia a intitulada Ação Revolucionária Armada, ligada ao PCP. Naquele ano houve um atentado contra as comunicações do país, e a repressão praticada pela PIDE estava em um patamar altíssimo — é nesse contexto que o Sr. Silva trai o militante antifascista.

O ato covarde do Sr. Silva não é explicado de forma pormenorizada, e a opção do narrador é falar sobre seu modo de vida familiar, o comportamento discreto dele e da esposa

para que passassem despercebidos, a vida simples e sem solavancos com envolvimento políticos:

eu e a lara fizemos a vida através de um padrão discreto de rebeldia. era uma rebeldia nenhuma, mas antes uma mágoa que não nos fazia agir contra nada nem ninguém, e só nos amargava as ideias para os intentos dos outros. isto passava sobretudo pelo regime, claro, ao qual não desobedecíamos, mas do qual não gostávamos particularmente. era uma prudência, como afirmávamos nas poucas conversas secretas em que mencionávamos entre os dois o assunto. e não foi o rapaz estudante, comunista e revolucionário, que ajudei um dia na barbearia, capaz de mudar algo na minha maneira de me preocupar com os outros. se fosse o meu ricardo, acometido de ideias e fulgurante na juventude, teria amaldiçoado o regime por fazer do meu rapaz um perseguido, entendendo melhor todas as fúrias que a cabeça lhe levantava e aquele ímpeto para a libertação de todo um país. mas não me era nada, o moço. não era senão um moço, com um garrido engraçado nos modos, mas sem sangue meu, como se isso impedisse que a totalidade das suas palavras entrassem no acústico dos meus ouvidos. como se isso impedisse que a percepção das suas preocupações, ainda que legítimas, me sensibilizasse (Mãe, 2016, p. 183).

O Sr. Silva confessa que nunca teve amigos, nem mesmo considera assim o antigo patrão que o ajudou a montar a própria barbearia. Demonstra um egoísmo genuíno carregado com orgulho no modo como relata que somente se preocupava com a própria família e mais ninguém.

Essa parte do relato do protagonista é interessante para tentarmos compreender como funcionava o fascismo no cotidiano das pessoas comuns. Mesmo que o regime tenha forçado um Estado corporativista, a natureza das relações sociais era artificial e superficial. Não se trata apenas da conduta subjetiva do jovem António Silva, tendo em vista que a desconfiança permanente entre os cidadãos fazia parte de todo tipo de relação entre as pessoas.

o salazar foi como uma visita que recebemos em casa de bom grado, que começou por nos ajudar, mas que depois não quis mais ir-se embora e que nos fez sentir visita sua, até que nos tirou das mãos tudo quanto pôde e nos apreciou amaciados pela exaustão (Mãe, 2016, p. 187).

O processo histórico de Portugal visto do plano privilegiado do século XXI demonstra como a condição de capitalismo tardio de Portugal contribuiu para a ascensão de Salazar. Isso porque o medo profundo da classe média de se aproximar de uma condição proletária fez com que o regime fosse muito duradouro. Realmente, Salazar não tomou o poder pela força, como Mussolini fez por meio de suas milícias; o ditador português não era próximo nem mesmo dos militares. A mansidão do povo ao aceitar o avanço do regime sobre as liberdades individuais e sua longevidade são fonte de inúmeros questionamentos.

O narrador continua o relato sobre o jovem antifascista:

não voltei a ver o jovem que entreguei à polícia política. posso, agora de velho, pensar melhor nisso e ponderar tragicamente o seu homicídio. um homem daqueles não era de desaparecer se estivesse vivo. apenas a morte o tiraria dos destinos democráticos do país. sei bem agora que o entreguei completamente, sem retorno e, se não senti culpa nem remorso, foi porque a vida era assim, feita para ser assim e eu e a minha laura vivemo-la linearmente, com um juízo de cada vez. quando se sentava na cadeira do meu estabelecimento, e ao longo de quase uma década me confiava os planos ansiosos das forças de esquerda, eu ouvia-o com o entusiasmo leal de quem revigorava covardemente, de quem atingia o orgasmo com o pênis dos outros, como quem fazia a glória só por assistir quando a via passar na rua, apropriando-se indevidamente do que não lhe pertencia (Mãe, 2016, p. 193).

O Sr. Silva tenta justificar sua covardia por conta do momento em que viviam os portugueses na época, algo muito comum a todos os que viveram os tempos fascistas. O que mais espanta no relato do idoso é ele ter convivido por quase dez anos com o homem da oposição, de maneira que resta a dúvida do que teria acontecido para essa traição ocorrer, depois de tantos anos em contato. Em contato com um PIDE, ele diz:

o polícia veio até mim, a fotografia do rapaz sempre erguida sem tremer e perguntou, o senhor silva acha que este homem é um perigo para a nação. e eu respondi, sim, claro que sim, mais por sentir do que por ter certeza, eu acho que sim. esse homem é um perigo para a segurança e para a paz da nossa nação, senhor polícia (Mãe, 2016, p. 195).

Ler essa confirmação do jovem António Silva ao PIDE é brutal. Ao considerarmos que essa passagem da narrativa acontece logo após a morte de Dona Marta, percebemos que se unem nesse momento dois homicídios: o primeiro, cometido há décadas e o segundo, recentemente; o primeiro é indireto, pois o jovem barbeiro não sujou as próprias mãos; o segundo foi cometido diretamente pelo idoso assassino.

nunca mais o vi. com o vinte e cinco de abril, logo em mil novecentos e setenta e quatro, apenas três anos depois, seria de o rapaz me aparecer a contar-me o que houvesse para entender. eu nunca percebi o que lhe teriam dito depois os polícias. como teriam feito justiça e prova para o engavetarem. nunca mais o vi. e um rapaz daqueles, novo, com um percurso profissional todo a ganhar importância, era gente para ser notada depois da liberdade. gente para estar aí pelo caminho. mas se não aconteceu assim, eu sei, foi porque o mataram, e vejo bem o matassem, irrequieto e indomável como era, terá padecido achando que a pátria o lembraria por aquilo, que o homenagearia por aquilo, que faria com que valesse a pena acabar a vida nos trintas sem conhecer a extensão do mundo quando não se vive mais num regime fascista e o mundo passa a ser transfronteiriço e criativo (Mãe, 2016, p. 195).

A morte presumida do antifascista acontece pelo anonimato do homem, o que revela que a invisibilidade daqueles que combatiam o regime permaneceria para muitos, mesmo

depois da ascensão da democracia. O que a história comprovou é que muitos anônimos apoiaram o fascismo, homens comuns, assim como a resistência antifascista também foi composta de inúmeros combatentes anônimos. O apagamento das histórias individuais é comum a todos os grandes acontecimentos históricos, e aí entra a importância da memória para o debate histórico.

A memória individual daqueles que vivenciaram determinados momentos históricos, como os regimes autoritários e as grandes guerras, é fundamental para a sedimentação da história oficial moderna. Assim como os historiados franceses da chamada Escola de Annales comprovariam suas teorias sobre história social, a pesquisa em outras fontes históricas é basilar para a compreensão da totalidade de determinado movimento histórico.

O romance vai se encaminhando para o fim, e chega-se ao momento em que o título faz sentido. A explicação surge com a chegada de mais um idoso, chamado Enrique, que vem de Badajoz. O novato do asilo é logo apelidado por espanhol, nascido em Portugal, mas muito próximo à fronteira com a Espanha. Ele se apressa em bradar que é nascido português, com um nacionalismo genuíno, e chega a irritar-se quando questionam sua nacionalidade.

Juntem-se a nós, estamos para aqui a ver como param as modas com o espanhol. e sabem que mais, Portugal ainda é uma máquina de fazer espanhóis. é verdade, quem de nós, ao menos uma vez na vida, não lamentou já o fato de sermos independentes. quem, mais do que isso até, não desejou que a Espanha nos reconquistasse, desta vez para sempre e para salários melhores. deixem-se de tretas, meus amigos, que o patriotismo só vos fica mal, bem iam assentar-vos uns nomes à maneira, como pepe e pablo, diego e Santiago, assim a virar para o lado de lá da fronteira, onde se come mais à boca grande e onde sempre houve mais ritmo de sangue. aqui, enquanto houver um salazar em cada família, estamos entregues ao inimigo. o senhor pereira, de fralda e tudo, encarou o silva da Europa e pediu-lhe que tivesse piedade dos nossos ouvidos. só um pouco. para que sol viesse sem medo bater-nos na pele. até os astros lhe hão de fugir, senhor cristiano, dizia o Anísio, até o sol há de marchar para outro lado como se viesse a noite mais depressa. rimo-nos. estávamos a rir (Mãe, 2016, p. 196).

Quantos portugueses não desejaram que Portugal também tivesse tido sua guerra civil? A Guerra Civil Espanhola foi desculpa para a criação de uma polícia política que durou por mais de 40 anos. Em diversas passagens do romance, o narrador usa de ironia para pensar Portugal como nação e a importância de ser português. Portugal seria uma máquina de fazer espanhóis, não apenas por simpatia com a nação vizinha:

As mulheres portuguesas é que faziam os espanhóis. abriam as pernas e pariam-nos a todos, estes espanhóis enfeitados, arrependidos, com vontade de voltar a casa, para terem melhor casa, melhores salários, uma dignidade à grande e não esta coisa quase a tombar no mar, como se cada vez mais pressionada contra a parede, a suicidar-se, cheias de saudades, remorsos, queixas e tristezas frustrantes (Mãe, 2016, p. 196).

Um país que historicamente virou as costas ao continente e se atirou ao mar: essa metáfora faz parte da cultura portuguesa, pois está entranhado na cultura do país o sentimento de perda — perda de um rei, perda da independência, perda nas guerras coloniais. Nas falas dos idosos, misturam-se as frustrações individuais com as frustrações coletivas da nação e em relação à maneira como foram construídas as bases da sociedade portuguesa moderna.

O inspetor Jaime Ramos ainda visita o asilo para tentar elucidar o mistério das mortes e, quando pergunta à Dona Leopoldina, ela lhe responde com rispidez e de forma insana. O policial decide ir até o pátio e vê o idoso espanhol a dizer que eram todos portugueses e livres de Franco, nesse momento o policial rebate: “Ó senhor, ainda há disto? Estávamos bem era a falar castelhano, com salários castelhanos e uma princesa bonita para as revistas. Que filho da mãe de erro este de proclamarem soberania nos arremedos de uma península!” (Mãe, 2016, p. 200).

A narrativa se encaminha para o fim, com novas idosas chegando ao Feliz Idade. O Sr. Silva faz uma visita ao túmulo da esposa e, no divagar sobre Deus e a vida, ele diz o que pensa de Deus e dos homens:

deus é uma cobiça que temos dentro de nós. é um modo de querermos tudo, de não nos bastarmos com o que é garantido e já tão abundante. deus é uma inveja pelo que imaginamos. como se não fosse suficiente tanto quanto se nos põe diante durante a vida. queremos mais, queremos sempre mais, até o que não existe nem vai existir. e também inventamos deus porque temos de nos policiar uns aos outros, é verdade. é tão mais fácil gerir os vizinhos se compactuarmos com a hipótese de existir um indivíduo sem corpo que atravessa as casa e escuta tudo quanto dizemos e vê tudo quanto fazemos. é tão mais fácil se esta ideia for vendida a cada pessoa com a agravante de se lhe dizer que, um dia, quando morrer, esse mesmo sinistro ser virá ao encontro para o punir ou premiar pelo comportamento que houver tido em todo o tempo que gastou. e a comunidade respira mais de alívio por saber que assim estamos todos policiados da melhor maneira, temos um polícia dentro de nós, um que sendo só nosso também é dos outros e, a cada passo, pode debitar-nos ou acusar-nos e terminar o nosso percurso com facilidade. eu sei que a humanidade inventa deus porque não acredita nos homens e é fácil entender porquê. os homens acreditam em deus porque não são capazes de acreditar uns nos outros. e quanto mais solicitamos o policiamento, e se o policiamento divino entra em crise, porque as mentes se libertam e o jugo glutão da igreja já não funciona, é preciso que se solicite do estado esse policiamento. que medo o de voltarmos ao tempo de uma polícia para costumes e convicções. que medo se voltarmos a temer os vizinhos e os vizinhos nos puderem entregar por ideias contrárias. que medo se nos entra outro filho da puta no poder, a censurar tudo quanto se diga e a mandar que pensemos como pensa e que façamos como diz que faz (Mãe, 2016, p. 203).

Esse trecho é a síntese do fascismo português, ao revelar não haveria Estado Novo sem as raízes profundas do conservadorismo religioso entranhado na sociedade portuguesa. A figura

de Salazar como um pai de todos e a ironia do Sr. Silva em chamar o ditador de “paizinho” se adequam à figura desenhada pelo regime. A longevidade do regime é muito explicada pela aceitação religiosa.

A máquina de fazer espanhóis é explicada ao final do romance, não passando de uma alucinação de um idoso do asilo, o Enrique de Badajoz, chamado de espanhol pelos outros internos:

O espanhol enrique dizia que à noite entravam uns homens pelo seu quarto dentro, cumprimentam o senhor medeiros, que se mexia e lhes falava com confiança, e depois montavam sobre ele um aparato estranho de cabos e mangueiras, de ecrãs e coisas de computador, como teclados e até godés e tubos de ensaio onde fumegavam preparos químicos. Durante a noite, esses homens iam para ali com ar de cientistas secretos, dos quais ninguém sabia nada, e montavam uma tremenda máquina de transformar portugueses em espanhóis (Mãe, 2016, p. 241).

O espanhol se revoltava em sua alucinação por não haver motivo para deixar de ser português. Encaminhando a narrativa para o fim, o protagonista reconhece que nunca teve amigos, uma vez que a amizade, como sentimento genuíno, só vem ao final da vida, quando a proximidade da morte o leva a conseguir reconhecer os erros do passado — entre eles, o erro de não ter amigos.

depois confessei-lhe, precisava deste resto de solidão para aprender sobre este resto de companhia. este resto de vida, américo, que eu julguei já ser um excesso, uma aberração, deu-me estes amigos. e eu que nunca percebi a amizade, nunca esperei nada da solidariedade, apenas da contingência da coabitação, um certo ir obedecendo, ser carneiro. eu precisava deste resto de solidão para aprender sobre este resto de amizade (Mãe, 2016, p. 243).

O espanhol se revoltava em sua alucinação por não haver motivo para deixar de ser português. Sob domínio de uma ditadura, diversos portugueses necessitaram da alternativa de deixarem sua nacionalidade de lado e fugirem do país. É a ironia de VHM, ao posicionar um personagem senil que se orgulha de ser português e tem muito medo de deixar de sê-lo.

O enraizamento do sentimento de nacionalismo foi tão exacerbado pelo fascismo português, que toma proporções inimagináveis. A perda da lucidez, comum na velhice, opõe-se ao sentimento de pertencimento à nação:

estive a noite inteira no purgatório da ilusão e acordei para entrar no fugaz turbilhão da memória, recuperando tudo, lembrando tudo como se a vida se condensasse em alguns minutos. agora, o américo, o silva da europa e o anísio vieram bordejar a minha cama com pequenos cuidados e uma alegre tristeza. despedem-se de mim com palavras espaçadas e sem grande importância. eu explico-lhes que durante a noite o senhor medeiros ordenava que eu morresse, e que gente sinistra entrou por aqui montando uma incrível máquina sobre mim. era uma máquina para me tirar o fascismo

da cabeça. mas eu já o havia tirado antes, explico eu. eu já o tinha feito a frio, sem ajuda das tecnologias, porque a consciência ainda é dos químicos mais corrosivos, ou dos melhores detergentes, se quiserem (Mãe, 2016, p. 256).

Expurgar o fascismo profundo que estava dentro de si — o final do romance fecha o ciclo com uma profunda metáfora: o que expulsa o fascismo das mentes é a consciência. Portanto, a conquista dessa consciência sobre os males do fenômeno que matou tantos portugueses é o ponto de partida para a cidadania plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a existência e a essência, a gênese e a eficácia da literatura só podem ser compreendidas e explicadas no quadro histórico geral de todo o sistema. A gênese e o desenvolvimento da literatura são parte do processo histórico geral da sociedade. A essência e o valor estético das obras literárias, bem como a influência exercida por elas, constituem parte daquele processo social geral e unitário através do qual o homem se apropria do mundo através de sua consciência.

György Lukács

As relações entre literatura e história foram a base do nosso percurso de pesquisa, e nossos estudos foram referenciados pelo materialismo histórico marxista, interpretado diretamente por György Lukács. Nosso escopo teórico permitiu compreender a literatura portuguesa de forma mais aprofundada, compreendendo os movimentos da história portuguesa, os principais fenômenos sociais do século XX e, por fim, as representações da realidade por meio da literatura como expressão artística.

Destacamos nossa concepção de realismo na literatura com base na teoria de Lukács e ainda de romance histórico (2011). Ainda nesse escopo, procuramos delimitar as particularidades da literatura portuguesa em sua produção fortemente ligada à história, em um caminho paralelo entre discurso histórico e ficção.

A ficção empreendida pelos escritores selecionados no *corpus* de nossa pesquisa representa a força pulsante da literatura e da intelectualidade como chave de interpretação da realidade objetiva — realidade marcadamente sobre contexto autoritário. Os três romances selecionados em nossa pesquisa percorrem o caminho histórico de resistência antifascista e horizonte democrático.

Evidencia-se a obra de Aquilino no momento de ascensão do fascismo português, em sua fase inicial de avanço sobre todo o país, marcadamente na sua expansão sobre o modo de vida rural dos cidadãos das regiões interioranas no país. O romance demonstra a luta antifascista

no interior, em regiões distantes dos grandes centros urbanos, destacando a desproporção de forças entre os homens serranos e a força brutal do regime.

Em seguida, a obra de José Cardoso Pires demonstra o auge do regime salazarista, é o romance que demonstra os meandros do estado de vigilância permanente, evidencia as violências praticadas pelos integrantes do Estado e retrata as peculiaridades diárias da sociedade sob os olhos de Salazar. O romance de Cardoso Pires desnuda o estado policialesco dentro na capital do país, demonstrando o alcance da repressão cotidiana e a influência ideológica do regime nas mais diversas atividades sociais.

Por último, o romance de Valter Hugo Mãe representa a permanência do fascismo na literatura portuguesa. O romance do século XXI comprova a reminiscência do tema na sociedade portuguesa, evidenciando que, a despeito de a democracia ter superado o fascismo, a ideologia ultraconservadora que foi a base do fenômeno ainda domina boa parte dos cidadãos.

É impossível debruçar-se sobre a literatura portuguesa como objeto de estudo sem considerar as particularidades do país em sua constituição como nação, passando pelo colonialismo, pelo regicídio, pela Primeira República, pelo golpe militar e pelo Estado Novo e pelas guerras coloniais.

Para alcançar nossos objetivos, foi necessária uma digressão sobre a história de Portugal no século XX, que possibilitou o entendimento da complexidade do fenômeno fascista e evidenciou as bases que ajudaram o seu surgimento, o apoio para a manutenção no poder e o posterior declínio.

A ficção portuguesa encaminhou-se para um forte comprometimento com a realidade do país, de forma que seria impossível estudar literatura portuguesa sem perceber seu forte caráter de intervenção, partindo do movimento neorrealista, datado do início do Estado Novo, e percorrendo todo o período salazarista, culminando nas obras pós-1974.

Encontra-se no arcabouço de nossa pesquisa a amplitude do fascismo como fenômeno social e suas profundezas na atualidade. Grande parte do nosso foco esteve em desvelar sua composição desde sua ascensão, passando pelo seu auge e até o seu declínio — a importância da literatura reside na sua mais profunda ligação com a realidade.

Compreendemos o fenômeno literário sob a perspectiva dialética, que parte do conceito aristotélico, passando por Hegel, Marx e, por fim, Lukács. Essa menção teórica é importante para caracterizar nosso tipo de interpretação da teoria literária e nossas fontes de pesquisa.

Nesse sentido adotamos o conceito de realismo descrito no texto de Lukács intitulado *Trata-se de realismo* (1938). Em resposta a Ernest Bloch, o crítico húngaro elabora um

pensamento em defesa dos clássicos da literatura, não com o objetivo romântico de voltar ao momento pré-capitalista, mas no sentido de defesa da arte autêntica e de contraposição ao já despontado irracionalismo alemão.

Nesse contexto de realismo, encontra-se nosso foco teórico para analisar os três romances portugueses que compõem o *corpus* de nossa pesquisa, os quais foram divididos em três momentos históricos do salazarismo: ascensão, auge e declínio.

Aquilino Ribeiro é um autor pouco lido na atualidade e, mesmo que o Neorrealismo seja estudado nas escolas portuguesas, pouco se fala das obras do autor beirão. Procuramos resgatar em nossa pesquisa a força do autor ao delimitar um país marcadamente rural, atrasado no acesso à educação e estagnado no passado em forte contraste com a modernidade do século XIX.

O respeito que Aquilino possui como grande nome da literatura portuguesa não foi suficiente para o autor não ser vítima da censura do *lâpis azul*. A grandeza da obra selecionada reside em seu posicionamento antifascista no momento em que o regime contava com alta adesão e despontava como solução capitalista para os problemas sociais da época de crise.

No auge da repressão política do regime, está a obra de José Cardoso Pires, carregada de uma estética polifônica. A narrativa revive um crime que comprovou que a PIDE não tinha limites e que ninguém escaparia do estado de vigilância permanente, torturas e assassinatos. Sua polifonia consegue descrever a sociedade portuguesa sob domínio do fascismo, e a temática do romance é sobretudo o medo, esse sentimento permanente que paralisa as pessoas, que faz com que as relações humanas fiquem artificiais.

No auge do regime, relatado no romance por meio da morte de um integrante do governo, a oposição a Salazar era sufocada por meio de torturas e assassinatos. Evidenciam-se as doentias percepções de mundo que os integrantes da polícia demonstravam durante a narrativa e, por fim, as mazelas sociais que davam sustentação ao regime.

No romance de Valter Hugo Mãe, tentamos evidenciar o declínio do fascismo diante da democracia portuguesa, a conquista da liberdade e o significado desta para o cotidiano dos cidadãos. Durante a análise do romance, foi possível perceber como o passado autoritário influenciou o presente em seus preconceitos e suas dificuldades de compreender a atualidade do país.

O último romance analisado demonstra a extrema necessidade de falar sobre o passado autoritário do país, debater o que há de melhor com a democracia e combater o movimento atual de reescrever a história recente em uma aproximação do que seria a intitulada *pós-verdade*.

Entramos no resultado principal de nossa pesquisa, o movimento que aconteceu durante nosso trabalho e que é importante citar. Ainda na justificativa para nosso projeto, pensávamos nas relações entre fascismo e literatura sob o aspecto histórico, sem muitas reverberações sobre o momento presente.

Acreditávamos que os autores que escolhemos para representação do tempo histórico do fascismo seriam um objeto de pesquisa ligado ao passado. Entretanto, com perplexidade, percebemos a atualidade dos romances em contexto antifascista: mais do que resistência na época dos acontecimentos históricos, pudemos perceber como os discursos autoritários atuais formam um reavivamento dos valores fascistas na sociedade portuguesa.

Consideremos o modo de vida que Aquilino percebeu que estava sendo eliminado pelo Estado Novo e o esmagamento daqueles que ofereciam oposição ao regime. Ao analisar o romance, percebemos o que ainda resta da cultura de violência do fascismo no Portugal cotidiano do século XXI: os movimentos migratórios internos por conta da alta do preço de moradia, a quantidade de brasileiros morando nas ruas do país ou até mesmo o aumento da criminalidade e a prisão de muitos nos grandes centros do país.

A realidade se impõe, mas a literatura consegue nos ajudar a interpretar os acontecimentos, permite que analisemos a totalidade e os movimentos da história em seu caminho de não superação de alguns fatos históricos.

O romance de JCP consegue resgatar o estado de medo que estava instalado no país, a vigilância permanente das forças policiais sobre o cidadão comum. O momento de tensão da atualidade difere-se do passado, pois a vigilância e as milícias fascistas não são organicamente ligadas ao Estado; no presente, a vigilância está no ambiente virtual e no ataque pessoal a todos aqueles que possuem alguma ligação ideológica com a esquerda ou que se declarem defensores dos direitos humanos.

Para nossa surpresa, o fascismo tornou-se assunto da ordem do dia, deixando seu caráter isoladamente histórico e reverberando na atualidade. É inegável que nossa responsabilidade aumentou durante esse percurso, como aumentou também o alcance de nossa pesquisa. Essa ampliação do fascismo para o tempo presente, por meio dos movimentos neofascistas, foi uma chave para a comprovação de nossa teoria sobre o fascismo como pertencente ao ápice do capitalismo, como máquina de esmagamento da natureza humana.

A decadência ideológica da burguesia evidenciada por Marx toma proporções inigualáveis no século XXI. O neofascismo que se avoluma nos tempos atuais está baseado nas

mentiras virtuais e nos algoritmos das redes sociais, e as violências das milícias fascistas do século passado foram substituídas pelos ataques virtuais e pelos assassinatos de reputações.

As redes sociais são o contraposto do que seria viver em sociedade, com base na convivência com as diferenças, no contato com o outro, diverso de si — sentimentos que o fascismo e, principalmente, o nazismo tentaram eliminar historicamente. Brotam nas redes os mais abjetos preconceitos, as teorias mais mirabolantes e o mais abjeto racismo.

No momento em que concluímos nossa pesquisa, Portugal passa por um momento crítico de xenofobia contra os mais variados tipos de imigrantes, a extrema direita portuguesa evoca o salazarismo e, em 2019, é criado o partido político Chega. Um Portugal reacionário que achávamos estar morto volta às pautas dos jornais. Nada mais significativo do que nossa pesquisa ser finalizada no cinquentenário da Revolução dos Cravos.

Podemos depreender que os objetivos de nossas pesquisas foram alcançados, no sentido de demonstrar que a literatura portuguesa como forma de expressão artística foi capaz de captar a realidade do momento histórico da sociedade, evidenciando as contradições sociais e as relações de poder.

Resgatamos o pensamento de Lukács (2018), sobre a totalidade para compreender como o fascismo resiste ao tempo como movimento ideológico vivo. Para o filósofo húngaro, não basta as forças materiais serem mudadas; é necessário que se mude o caráter das disposições subjetivas dos indivíduos.

No caso português em específico, não basta que a revolução tenha tido sucesso, se o passado revolucionário não é valorizado em contraponto ao fascismo nostálgico representado na atualidade pelos movimentos de extrema direita.

Ainda no ano de 2007, foi feita uma pesquisa no país que questionou aos respondentes quem era o maior português da história, e Salazar saiu como o nome mais lembrado, ganhando de nomes como Camões e Fernando Pessoa. Embora responsabilizar a forte máquina de propaganda atribuída a António Ferro, refutamos essa hipótese, por acreditarmos que esse fenômeno tem forte ligação com a ascensão da internet e o controle de informações distribuídas pelos algoritmos — que favorece conteúdos ideológicos de extrema direita —, bem como com a falta de interesse pelas ciências humanas.

Em nossa proposição inicial, estabelecemos as dimensões do fascismo e de sua representatividade na literatura portuguesa. Como ponto de chegada da nossa reflexão, pudemos perceber como a literatura consegue desvelar os movimentos da sociedade, o que se

soma à sua capacidade de despertar no leitor uma interpretação da realidade mais profunda, fugindo à imediatividade e à superficialidade das relações humanas.

A literatura como expressão artística é sensível, sendo essa forma sensível de olhar o mundo e os movimentos históricos diferencia-se de outras áreas do conhecimento. No percurso de nossa pesquisa o foco está na forma literária como testemunha de um tempo histórico, a história e a sociedade vista pelo olhar do artista diferencia-se por sua natureza estética.

Esperamos que a literatura continue sendo essa força pulsante que se dobra sobre o ser humano em suas contradições e contingências, percorrendo os povos e as diversas culturas, fazendo com que vejamos as entrelinhas da vida real por meio da ficção.

REFERÊNCIAS

Corpus da pesquisa

MÃE, Valter Hugo. *A máquina de fazer espanhóis*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2016.

PIRES, José Cardoso. *Balada da praia dos cães*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

RIBEIRO, Aquilino. *Quando os lobos uivam*. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.

Bibliografia geral

ABDALA JR., Benjamim. *A escrita Neo-realista*. São Paulo: Ática, 1981.

ABDALA JR., Benjamim. *História social da literatura portuguesa*. São Paulo: Ática, 1994.

ABDALA JR., Benjamim. *Literatura, história e política: Literaturas de Língua Portuguesa no Século XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

ABDALA JR., Benjamim. *Literatura e Memória Política: Angola, Brasil, Moçambique, Portugal*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

AMADO, Jorge. *Cacau*. 47. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARNAUT, Ana Paula. Post-Modernismo: o futuro do passado no romance português contemporâneo. *Via Atlântica*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 129-140, 2010.

AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. Vários tradutores. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

AZEVEDO, Cândido de. *Mutiladas e proibidas: para a história da censura em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Alfragide: Editorial Caminho, 1997.

BAIÔA, Manuel. A censura como fator de formação e consolidação do salazarismo: o caso do noticiário sobre política internacional (1933-1935). In: MARTINS, Fernando (coord.). *A Formação e a Consolidação Política do Salazarismo e do Franquismo: as décadas de 1930 e 1940*. Lisboa: Edições Colibri; CIDEHUS-UE, 2012. p. 155-193.

- BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance III: O romance como gênero literário*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2020.
- BARREIROS, Carlos Rogerio Duarte. *Forma do romance e processo social na Balada da praia dos cães, de José Cardoso Pires*. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- BASTAZIN, Vera; OLIVEIRA, Humberto Moacir de. A felicidade das máquinas: o triunfo dos dispositivos e o aniquilamento do outro em O apocalipse dos trabalhadores, de Valter Hugo Mãe. *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 12, n. 1, 2020.
- BAUMAN, Zygmunt; MAZZEO, Riccardo. *O elogio da literatura*. São Paulo: Editora Schwarcz | Companhia das Letras, 2020.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- BOSI, Alfredo. *Ideologia e contra ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BUENO, Sinésio Ferraz. *O fascismo em 10 lições*. São Paulo: UNESP, 2022.
- CALDEIRA, Heliodoro. *Processo político movido a Aquilino Ribeiro*. [S. l.]: Fundação Mário Soares / Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, 1959. Disponível: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04959.013.037>. Acesso em: 25 out. 2022.
- CANDIDO, Antonio. Timidez do romance. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela Noite*. Rio de Janeiro: Outro sobre azul, 2011. p. 99- 120.
- CANNETI, Elias. *Massa e poder*. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- CARMO, Carina Infante. Aquilino Ribeiro e o caderno de uma guerra mundial ao nascer. *Navegações*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 61-68, 2014.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- COSTA, Guilhermina. O Neobarroco na obra “a máquina de fazer espanhóis” de Valter Hugo Mãe. *ERA/ Revista Europeia de Estudos Artísticos*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 66-77, 2023.
- COTRIM, Ana. *Literatura e realismo em Gyorgy Lukács*. Porto Alegre: Zouk, 2016.
- _____. *Contribuições de Karl Marx ao problema da mimese artística*. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

- CUNHA, Maribel Barbosa da. A máquina de fazer espanhóis nas engrenagens da alegoria. *Revista Alere*, Tangará da Serra, v. 19, n. 1, p. 239-256, 2019.
- CUNHAL, Álvaro. CUNHAL, Álvaro. Numa encruzilhado dos homens. In. Seara Novan, Nº 615 de Maio de 1939, p. 285-287.
- CUNHAL, Álvaro. Prefácio a “Quando os Lobos Uivam”, de Aquilino Ribeiro. In: RIBEIRO, Aquilino. *Obras Escolhidas*. t. II. Lisboa: Edições Avante!, 2008. p. 430-431. Disponível em: <https://marxists.architexturez.net/portugues/cunhal/ano/mes/arte.htm>. Acesso em: 3 ago. 2024.
- EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. Tradução de Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ECO, Umberto. *Fascismo Eterno*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da Família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FELICE, Renzo. *Explicar o fascismo*. Tradução de Carlos Veiga Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1976.
- FITAS, Manuel Joaquim Rodrigues. Seara Nova – *Tempos de mudança... e de perseverança (1940-1958)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2010. Disponível: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57338/2/tesemestjoaquimfitas000125017.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2024.
- GOBBI, Márcia Valéria Zamboni. *A ficcionalização da história: mito e paródia na narrativa portuguesa contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere (Vol. 1): Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2023.
- GUÉRIN, Daniel. *Fascismo e grande capital*. Tradução de Lara Cristina de Malimpensa. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.
- GUIMARÃES, Thiago Maciel. *Inumanos demasiado humanos: normas, fantasmas e máquinas em A desumanização e em A máquina de fazer espanhóis*, de Valter Hugo Mãe. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2009.
- HAN, Byung-Chul. *A crise da narração*. Tradução de Daniel Guilhermino. Petrópolis: Vozes, 2023.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KAUFMAN, Helena. A sociedade portuguesa sob investigação em *Balada da Praia dos Cães* de José Cardoso Pires e *Adeus, Princesa* de Clara Pinto Correia. *Hispania*, [s. l.], p. 664-671, 1993.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. rev. Tradução Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Tradução de Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. São Paulo: Expressão popular, 2012.

LÉONARD, Yves. *Salazarismo e Fascismo*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1996.

LEVITSKY, Steven. *Como as democracias morrem*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOFF, Manuel. Escola, democracia, cidadania, Europa: uma reflexão em tempos de crise. In: MENEZES, Isabel; MALAFAIA, Carla; FERREIRA, Pedro Daniel (coord.). *Reinventar a cidadania europeia de jovens: as escolas como espaços de educação política*. Porto: Universidade do Porto, 2022. p. 81-100.

LOSURDO, Domenico. *Colonialismo e anticolonialismo: desafios da revolução no século XXI*. Tradução de Diego Silveira. São Paulo: Boitempo, 2020.

LOURENÇÃO, Cristiane Corsini. Memória, identidade e alteridade em a máquina de fazer espanhóis, de Valter Hugo Mãe. *Desassossego*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 182-196, jul. 2023.

LUKÁCS, György. *Realismo crítico hoje*. Tradução de Ermínio Rodrigues. Brasília: Thesaurus Editora, 1991.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. *Arte e Sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Organização, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

LUKÁCS, György. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Tradução de José Marques Mariano de Macedo. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2009.

LUKÁCS, György. *Marxismo e teoria da literatura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

LUKÁCS, György. *A alma e as formas*. Tradução de Rainer Patriota. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LUKÁCS, György. *Marx e Engels como historiadores da literatura*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, György. Trata-se do realismo. In: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. *Um Capítulo da História da Modernidade Estética: Debate sobre o Expressionismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016. p. 241-277.

LUKÁCS, György. *A destruição da razão*. Tradução: Bernard Herman Hess, Rainer Patriota e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, György. *Estética: a peculiaridade do estético*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2023.

MADEIRA, João. *Os Engenheiros de Almas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

MARGATO, Izabel. *Literatura e Revolução*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MARX, Karl. *A sagrada família*. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATEUS, Isabel Cristina. A Casa Grande de Romarigães: História e (re) escrita da história (uma leitura pós-moderna). 2009.

MATEUS, Isabel Cristina. Valter Hugo Mãe: a máquina de criação grotesca. In: NOGUEIRA, Carlos (org.). *Nenhuma Palavra é Exacta: estudos sobre a obra de Valter Hugo Mãe*. Porto: Porto Editora, 2017. p. 324-342.

MATTER, Michelle Dull Sampaio Beraldo. Uma existência em redoma: a Balada da praia dos cães e a documentação de Portugal. *Revista Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 28, 2012.

MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MÃE, Valter Hugo. *Apocalipse dos trabalhadores*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MÃE, Valter Hugo. *A desumanização*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MEDEIROS, Aldinida. Caminhos do romance histórico contemporâneo português: percorrendo veredas. *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, Assis, v. 15, p. 201-221, 2014.

MÉSZÁROS, István. *O conceito de dialética em Lukács*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Tradução de Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MURTINHO, Amanda de Britto. *Maquinaria: desumanização e distopia em narrativas de Gonçalo M. Tavares e Valter Hugo Mãe*. 2023. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

NUNES, Renato. *Aquilino Ribeiro na Ditadura Militar e no Estado Novo de Salazar (1926-1963)*. Coimbra: Editora Minerva Coimbra, 2020.

PACHUKANIS, Evguiéni. *Fascismo*. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2020.

PAIVA, Mauricio. *A Revolução e a Descolonização*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

PEREIRA, Maria Luiza Scher. *Ficção em processo: uma leitura do romance de José Cardoso Pires*. 1994. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PEREIRA, Maria Luiza Scher. Poder e erotismo na Balada de Cardoso Pires. *SEMEAR*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 243-268, 2005.

PESSOA, Fernando; SARDINHA, Maura. *Tabacaria e outros poemas*. Edíouro, São Paulo, 1996.

PETROV, Petar. *O realismo na ficção de José Cardoso Pires e de Rubem Fonseca*. Algés: DIFEL, 2000.

PETROV, Petar. *O realismo e os "realismos" da obra de José Cardoso Pires*. *Scripta*, v. 6, n. 12, p. 282-293, 2003.

PINASSI, Maria Orlanda. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINTO, António Costa. *Os camisas azuis: Rolão Preto e o fascismo em Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: EDUPE, 2016.

PIOVEZANI, Carlos. *A linguagem fascista*. São Paulo: Hedra, 2020.

PIRES, José Cardoso. *Cartilha do Marialva ou das negações libertinas*. 4. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

PIRES, José Cardoso. *E agora José*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

- PIRES, José Cardoso. *O anjo ancorado*. 5. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1977.
- PIRES, José Cardoso. *O Delfim*. Lisboa: Moraes Editores, 1978.
- PIRES, José Cardoso. *Alexandra Alpha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- PITA, António Pedro. A recepção do marxismo pelos intelectuais portugueses (1930-1941). *Oficina do CES*, Coimbra, n. 12, 1989.
- PLEKHANOV, Georgiï Valentinovich. *Socialismo utópico do século XIX*. Moscou: Editora de Línguas Estrangeiras, 1959.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Tradução João G. P. Quintela e M. Fernanda S. Granado. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- REDOL, Alves. *Gaibéus*. 8. ed. Lisboa: Europa América, 1983.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. Tradução de Maria da Graça M. Macedo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- REIS, Carlos. *O discurso ideológico do neorrealismo português*. Lisboa: Almedina, 1983.
- REIS, Carlos. *História crítica da literatura portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, 2005.
- RIBEIRO, Aquilino. *Aventura maravilhosa de D. Sebastião, rei de Portugal, depois da batalha com o Miramolim: romance*. Livraria Bertrand, 1947.
- RIBEIRO, Aquilino. *É Guerra: Diário*. Lisboa: Bertrand, 1934.
- RIBEIRO, Beatriz Sodré. Representações da memória no romance *A máquina de fazer espanhóis*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.
- ROSAS, Fernando. *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- ROSAS, Fernando. *Salazar e os fascismos*. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- ROSAS, Fernando. *Revolução Portuguesa: 1974-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2022.
- SALDANHA, Ana. Renascimento simbólico pós-revolução de Abril em Balada da Praia dos Cães e Alexandra Alpha, de José Cardoso Pires. *Revista de Letras*, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 25-50, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019.

SOUZA, Ana Beatriz Abreu de; DUARTE, Carina Marques. Um tempo e um homem sombrio: o Estado Novo e Salazar nas obras de Fernando Pessoa e Valter Hugo Mãe. *Miguilim, Crato*, v.10, n. 3, p. 990-1007, set. 2021.

SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. *Crítica e coleção*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 32-44.

SZESZ, Christiane Marques; HOMEM, Amadeu Carvalho (org.). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Curitiba: UFPR, 2003.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. 2. ed. Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2019.

TENGARRINHA, José. (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC, 2001.

TORGAL, Luís Reis. *A universidade e o estado novo: o caso de Coimbra, 1926-1961*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 1999.

TORGAL, Luís Reis. *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural*. Volume I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2009.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. *Verinotio – Revista on-line de filosofia e ciências humanas*, [s. l.], n. 12, p. 14-14, 2010.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2011.